

deBatEs#2

**MAIS
FORÇA
PARÁ
VENCER**

**X CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA
PAVILHÃO DO CASAL VISTOSO | LISBOA
25 E 26 DE JUNHO 2016**

ÍNDICE

Regulamento do processo preparatório da X Convenção	3
Proposta de Regimento da X Convenção.....	7
Propostas de alteração aos estatutos	10
Propostas de alteração aos estatutos (Mesa Nacional)	26
Propostas de alteração às moções de orientação:	
Moção A: A força da esperança. O Bloco à conquista da maioria	29
Moção B: Mais Bloco	47
Moção R: Crescer pela raiz. A radicalidade de reinventar a política	59
Contributos para os debates da X Convenção.....	72
Calendário de debates X Convenção.....	179
Alojamento e Restauração	180
Informações Úteis	181
Calendário da X Convenção.....	182

FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa
Ano: 2016
Impressão A Triunfadora
Tiragem: 500 exemplares



REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA X CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da X Convenção Nacional do Bloco.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 02 de abril de 2016.

2. A X Convenção Nacional é convocada para os dias 25 e 26 de junho de 2016, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

P.1 - Instalação da Convenção: i) votação do relatório da COC, ii) votação do Regimento da Convenção, iii) eleição da Mesa da Convenção,

P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor,

P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política,

P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco no dia seguinte ao da sua aprovação e enviados via email e CTT para todas/os os aderentes durante essa semana.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: **Fabian Figueiredo, Helena Figueiredo, José Gusmão, Mariana Carneiro e Nelson Peralta**. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC.

5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da X Convenção Nacional

do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção, o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento, a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição dos delegados.

6. O boletim deBatEs é publicado em bloco.org até às datas indicadas neste Regulamento e enviado de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritos e com endereço eletrónico disponível. Os boletins deBatEs #1 e #2 apenas são entregues em suporte papel aos aderentes que o solicitarem à Sede Nacional e o #3 é distribuído na Convenção.

7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento após a eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. Estas moções deverão ser entregues à COC no dia **4 de maio, até às 17 horas, sendo publicadas no deBatEs #1 a 9 de maio**. As moções são entregues em suporte informático, não podem ultrapassar os 30 mil caracteres (incluindo espaços), devem incluir a lista de subscritores, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.

9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários aos aderentes, **competem em exclusivo aos promotores**

das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respectivas propostas, no período compreendido entre os dias 27 de maio e 4 de junho. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada moção por distrito/região, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre moções, bem como à respetiva deslocação dos/as representantes das moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

10. Os textos de debate/contributos a publicar no deBatEs #2 deverão ser enviados à **COC (coc.2016@bloco.org)** até dia 23 de maio em suporte informático e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).

11. **Até 15 de maio**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade.

12. Os redatores de cada uma das moções dispõem **até dia 21 de maio** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e informarem a COC.

13. Os redatores podem decidir, até dia **21 de maio**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.

14. No boletim deBatEs #2, a publicar até **27 de maio**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores parágrafos 12 e 13.

15. Os redatores de cada Moção enviam à COC, **até dia 21 de maio**, o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites.

16. As propostas não incluídas pelas Moções poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que inscritas por um mínimo de 5 delegados/as. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção no deBatEs #3.

17. **Só serão admitidas a votação as moções publicadas no deBatEs #3 inscritas por 15**

delegados/as. O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

18. Qualquer aderente poderá, **até 25 de abril**, apresentar à Mesa Nacional (**correiodamesa@bloco.org**) propostas de alteração dos Estatutos.

19. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no **dia 7 de maio**.

20. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia 9 de maio, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o Relatório de Atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

21. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, **até 15 de maio**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático e não deverá exceder os 2000 caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.

22. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, as **propostas de revisão de Estatutos publicadas no deBatEs #3 e inscritas por, pelo menos, 15 delegados/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

23. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, **no mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

24. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabele-



cer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de duas candidatas/os, de modo a assegurar um resultado final de acordo com critérios estatutários de paridade.

25. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

26. As/os delegados são eleitos pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais até ao dia **3 de abril de 2016**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2016.

27. A eleição de delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **17, 18 ou 19 de junho**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.

28. As e os delegadas/os são eleitos **na proporção de 1 delegado para 16 aderentes**, tendo por base o apuramento dos inscritos até **3 de abril de 2016**.

29. As listas de candidatos/as a delegadas/os podem, em alternativa:

- a) Estar associadas a uma Moção de Orientação,
- b) Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada, com texto que não ultrapassa os 10 mil caracteres (incluindo espaços), subscrita pelo mínimo de 5 aderentes.

30. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.

31. As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o

âmbito das assembleias para a eleição de delegados é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes,

b) Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada, agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes,

c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes.

32. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

33. As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) enviam à COC, **até ao dia 23 de maio**, o respetivo Regulamento Eleitoral dos/as delegados/as à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento, sendo igualmente enviado por email aos aderentes incluídos no respetivo universo eleitoral **até dia 24 de maio** e publicado em bloco.org e no sítio do Bloco de Esquerda distrital ou regional correspondente.

34. Às Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:

a) As listas de candidato/as são entregues às Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, **até 4 de junho**, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e enviadas aos aderentes **até dia 7 de junho**,

b) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, devidamente preenchida e assinada,

c) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até à véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assem-

DEBATES #2 - REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA X CONVENÇÃO

bleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais,

d) As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R), tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.

e) Compete à COC organizar a(s) MAE dos aderentes emigrantes.

35. A eleição dos delegado/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.

36. A MAE deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las no prazo de 12 horas à COC, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional (CCD/R) decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.



PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A X CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

DATA, LUGAR E LEMA

1. A X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias **25 e 26 de junho de 2016**, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Visoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema **“Mais Força para Vencer”**.

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é aberta a todas/os as/os aderentes e constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidadas/os todas/os aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

7. A X Convenção inicia-se com a credenciação das/ os delegadas/os a partir das 20h00 de sexta-feira, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção e eleição da Mesa da Convenção, no sábado, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o caráter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

13. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

15. Cada moção de orientação ou plataforma pu-

DEBATES #1 - PROPOSTA DE REGIMENTO DA X CONVENÇÃO

blicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção,

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate,

c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

16. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respectivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção, Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção, Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.

a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.

24. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a



partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.

31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os géneros, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

34. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

Eleição da Mesa (11h15m),

Alocação de abertura da Convenção (11h30m),

Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50m),

Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 15h00m sábado, votação final 12h00m domingo),

Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo),

Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

ORDEM DE TRABALHOS

Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m),



PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 1º

Definição e Objectivos

1 - [.....]

2- O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de carácter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social **ou baseadas na existência de diversidade funcional.**

3 - [.....]

Fundamentação:

O Bloco deve estar em todas as lutas, inclusive contra a discriminação das pessoas com diversidade funcional. Colocar esta adenda aos estatutos compromete o BE a respeitar e a integrar todas as pessoas independentemente de serem cegos, surdos, mudos ou pessoas com mobilidade reduzida.

Subscvem:

Afonso Jantarada
Albertina Pena
Alda Greló
Carlos Carujo
Catarina Príncipe
Érica Almeida Postiço
Ernesto Ferraz
Henrique Gil
Isabel Louçã
Irina Castro
João Carlos Louçã
João Baeta Neves

João Rodrigues
José António Guerra
José Luís Damas de Carvalho
Leonardo Costa
Mamadou Ba
Manuel António
Mário Martins
Nuno Moniz
Pedro Taveira
Samuel Cardoso

ADERENTES

Artigo 3.º

Aderentes

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

8 - [NOVO] O Bloco deve proceder à atualização bienal da lista nacional de aderentes no quadro de preparação de cada Convenção ordinária.

Subscvem:

Acácio Pinheiro
Alda Greló
Ana Lúcia Massas
André Filipe Antunes
António Carlos Frutuoso
António João Lopes
Carlos Aboim de Brito
Cristiana Sousa
Cristina Herculano
Francisco Aires
Helena Figueiredo
Hugo Manuel Lemos
Joana Urban Vitorino
Jorge Candeias



José Luís Carvalho
 José Manuel Boavida
 Luís Caras-Altas
 Luis Govern
 Maria Aida Lacerda
 Maria Jorgete Teixeira
 Maria José Vitorino
 Maria Leonor Lemos
 Miguel Oliveira
 Patrícia Barreira
 Paula da Costa
 Pedro dos Reis
 Pedro Miguel Vilão
 Rogério Miranda
 Rosário Vaz
 Sara Goulart

Francisco Colaço
 Helena Figueiredo
 Hugo Manuel Lemos
 Joana Urban Vitorino
 José Luís Carvalho
 José Manuel Boavida
 Luís Caras-Altas
 Luís Govern
 Maria Aida Lacerda
 Maria Jorgete Teixeira
 Maria José Vitorino
 Maria Leonor Lemos
 Miguel Oliveira
 Patrícia Barreira
 Paula da Costa
 Pedro dos Reis
 Pedro Vilão
 Rosário Vaz
 Sara Goulart

DIREITOS DOS ADERENTES

Artigo 4º

Direitos dos aderentes

1 - [.....]

2 - O exercício dos direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual.

Fundamentação:

A participação de aderentes em todas as esferas da vida interna do Movimento deve implicar um compromisso para com os objectivos e os meios de os exercer colectivamente. Nesse contexto, a isenção de quota reduz o grau de compromisso e conseqüentemente o grau de integração. Não obstante, o esforço económico solicitado deve incorporar uma noção de proporcionalidade face às disponibilidades de cada aderente.

Subscrevem:

Acácio Pinheiro
 Ana Lúcia Massas
 André Filipe Antunes
 António Carlos Frutuoso
 António João Lopes
 Cristiana Sousa
 Cristina Herculano
 Fernando Lacerda

RESPONSABILIDADES DOS ADERENTES

Artigo 5º

Responsabilidades dos aderentes

1 - [...]

2 - Considera-se quota regular aquela que for definida anualmente pela Mesa Nacional.

3 - [NOVO] - Reconhecendo a existência de situações em que os aderentes não dispõem de recursos económicos, estabelece-se uma redução de 50% do valor definido nos termos do número anterior para:

- a) Estudantes;**
- b) Desempregados beneficiários do Subsídio Social de Desemprego ou valores inferiores a este;**
- c) Todos os beneficiários do RSI;**
- d) Reformados e Pensionistas com pensões de valor inferior ao SMN;**
- e) Para os desempregados sem qualquer apoio social a quota será de 25% da quota regular.**

4 - [NOVO] A redução prevista é solicitada anualmente pelo aderente.

Fundamentação:



Fundamentação:

A participação de aderentes em todas as esferas da vida interna do Movimento deve implicar um compromisso para com os objetivos e os meios de os exercer colectivamente. Nesse contexto, a isenção de quota reduz o grau de compromisso e consequentemente o grau de integração. Não obstante, o esforço económico solicitado deve incorporar uma noção de proporcionalidade face às disponibilidades de cada aderente.

Subscrevem:

Acácio Pinheiro
Ana Lúcia Massas
André Filipe Antunes
António Carlos Frutuoso
António João Lopes
Cristiana Sousa
Cristina Herculano
Fernando Lacerda
Francisco Colaço
Helena Figueiredo
Hugo Manuel Lemos
Joana Urban Vitorino
José Luís Carvalho
José Manuel Boavida
Luís Caras-Altas
Luís Govern
Maria Aida Lacerda
Maria Jorgete Teixeira
Maria José Vitorino
Maria Leonor Lemos
Miguel Oliveira
Patrícia Barreira
Paula da Costa
Pedro dos Reis
Pedro Vilão
Rosário Vaz
Sara Goulart

SANÇÕES

Artigo 6º

Sanções

1 - [.....]
2 - [.....]

3 - Suprimir

4 - [.....]
5 - [.....]

Subscreve:

Pedro Celestino

ÓRGÃOS

Artigo 7º

Órgãos

1 - São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) [.....]
b) [.....]
c) [.....]
d) [.....]
e) [.....]
g) [.....]
h) [.....]
i) [.....]

2 - [NOVO] O Bloco de Esquerda adopta o princípio da proporcionalidade na constituição de todos os seus órgãos.

Subscrevem:

Acácio Pinheiro
Alberico Afonso
Beatriz Fernandes Brito
Beatriz Gomes
Bruno Candeias
Cristiana Sousa
Francisco Aires
Henrique Guerreiro
João Madeira
Joana Urban Vitorino
Jorge Candeias
Jorgete Teixeira
José Manuel Boavida
Luís Pereira
Miguel Oliveira
Paula da Costa
Rosário Vaz
Rui Curado Silva

**Artigo 7º****Órgãos**

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) [suprimir]
- b) [.....]
- c) [.....]
- d) [.....]
- e) [.....]
- g) [.....]

Subscreve:

Pedro Celestino

ELEIÇÕES GERAIS [NOVO]

Artigo 8º [NOVO]**Eleições Gerais**

1 - As Eleições Gerais são as votações a nível nacional da:

- a) **moção de orientação política e objetivos programáticos do Bloco de Esquerda;**
- b) **alterações de estatutos do Bloco de Esquerda;**
- c) **as eleições dos órgãos nacionais do Bloco de Esquerda;**
- d) **a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias.**

2 - As Eleições Gerais são realizadas por sufrágio universal e direto de todos e todas as aderentes do Bloco de Esquerda.

3 - O processo das Eleições Gerais rege-se pelo Regulamento das Eleições Gerais, elaborado pela Mesa Nacional.

4 - Para as eleições Gerais estabelecem-se assembleias de voto em todos os concelhos com mais de 100 aderentes, no caso de algum concelho não ter cem aderentes a assembleia de voto é feita em conjunto com o(s) concelho(s) mais próximo(s) até perfazer 100 aderentes.

5 - As Eleições Gerais realizam-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento dos aderentes.

6 - A Mesa Nacional elege uma Comissão Eleitoral para dirigir e garantir o processo democrático das Eleições Gerais.

7 - A Mesa Nacional em conjunto com a Comis-

são Eleitoral organiza uma Conferência Nacional aberta a todos os aderentes, onde representantes das moções, listas e propostas a serem votadas podem debater com os e as aderentes do Bloco de Esquerda.

8 - As alterações aos estatutos a serem votadas, são propostas pela Mesa Nacional ou por um qualquer conjunto de 75 aderentes do Bloco de Esquerda.

Fundamentação:

O objetivo desta proposta é garantir que o momento de democracia representativa mais importante do partido/movimento se faz sob as melhores práticas democráticas da democracia representativa. Ou seja, garantir que cada aderente têm exatamente os mesmo direitos que qualquer outr@ aderente e em qualquer altura. Assim garante-se que não é usado nenhum sistema de delegados, os quais podem ter tido a sua utilidade histórica mas não contribuem para um debate ou uma escolha democrática nos dias de hoje. No entanto o sistema de delegados apresenta graves problemas, muitos deles ocorridos no passado recente:

- 1) o delegado poder votar de uma forma diferente da anunciada, ou não votar de todo;
- 2) a moção/lista preferida não estar representada no seu concelho (logo não se poder votar onde quer);
- 3) delegados eleitos com diferentes números de votos, uns com 1 voto outros com 15, distorcendo por completo a representatividade, ou o voto não conseguir eger um delegado, logo não ter efeito no resultado final;
- 4) @ aderente não estar representado pelos delegados visto que @ aderente vota apenas uma vez, mas @ delegado vota no mínimo 3 vezes (nomeadamente, na moção, na lista para a mesa nacional e na lista para a comissão de direitos e, eventualmente, também em alterações aos estatutos);



5) @ aderente-não-delegado não pode intervir na convenção;

6) outros

Apresenta-se então um sistema com semelhanças ao das eleições legislativas nacionais, que não usa mais recursos que a eleição dos delegados, para garantir que nas componentes representativas da democracia do BE existe a máxima democracia possível, cabendo a cada aderente votar como quer e na moção, lista e proposta que quer e em total igualdade de circunstâncias. Apenas o sufrágio direto e universal d@s aderentes na escolha dos órgãos e das propostas de estatutos e associação garantem o máximo de democracia e igualdade a um partido/movimento que se pauta pela democracia e igualdade.

Subscreve:

Pedro Celestino

CONVENÇÃO NACIONAL

Artigo 8º

Convenção Nacional

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção **ou pelo conjunto dos e das aderentes do Bloco de Esquerda caso assim esteja estabelecido pelo Regulamento da Convenção.**

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

Fundamentação:

A escolha entre ter uma Convenção aberta a todos os aderentes ou uma Convenção através de representantes eleitos é uma escolha política que deve ser deixada em aberto. Deve ser a Mesa Nacional a tomar essa decisão e não os estatutos.

Subscrevem:

Albertina Pena

Alda Grelo

- Alex Matos Gomes
- Alexandra Sofia Freire
- Amália Oliveira
- Ângela Fernandes
- Carlos Carujo
- Catarina Príncipe
- Clara Alexandre
- Elisabete Figueiredo
- Érica Almeida Postiço
- Ernesto Ferraz
- Henrique Gil
- Irina Castro
- Isabel Louçã
- João Baeta Neves
- João Campos Rodrigues
- João Carlos Louçã
- João Pedro Oliveira Santos
- José António Guerra
- José Luís Damas de Carvalho
- José Manuel Dias
- Leonardo Costa
- Manuel António
- Maria Emília Gomes
- Maria José Martins
- Mário Martins
- Nuno Moniz
- Pedro Santos Costa
- Pedro Taveira
- Ricardo Coelho
- Samuel Cardoso

Artigo 8º

Convenção Nacional

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento dos aderentes. **Não podem existir mais do que 2 convenções nacionais seguidas no mesmo distrito.**

Fundamentação:

Em 17 anos de Bloco e em 10 convenções todas



elas se realizaram em Lisboa. Pretende-se com esta proposta alargar o BE ao resto do país promover o contacto com todas as populações e realizar um esforço de descentralização do movimento.

Subscrevem:

Afonso Jantarada
Albertina Pena
Catarina Príncipe
Ernesto Ferraz
Irina Castro
Isabel Louçã
João Carlos Louçã
João Rodrigues
José António Guerra
Leonardo Costa
Mamadou Ba
Pedro Taveira

COMISSÃO DE DIREITOS**Artigo 9º****Comissão de Direitos**

1 - [.....]

2. [NOVO] — O cargo de membro da Comissão de Direitos é incompatível com qualquer cargo de coordenação ou de direcção política do Movimento, incluindo o Secretariado

Subscrevem:

Acácio Pinheiro
Alberico Afonso
Beatriz Fernandes Brito
Beatriz Gomes
Bruno Candeias
Cristiana Sousa
Francisco Aires
Henrique Guerreiro
João Madeira
Joana Urban Vitorino
Jorge Candeias
Jorgete Teixeira
José Manuel Boavida
Luís Pereira
Paula da Costa
Rosário Vaz
Rui Curado Silva

Artigo 9º**Comissão De Direitos**

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito **nas Eleições Gerais** que tem como competências:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]
- d) [.....]
- e) [.....]

Subscreve:

Pedro Celestino

MESA NACIONAL**Artigo 10º****Mesa Nacional**

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre **duas Eleições Gerais** e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento.

2 - [.....]

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direcção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género 50/50, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas **nas Eleições Gerais**.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

Subscreve:

Pedro Celestino

.....

Artigo 10º**Mesa Nacional**

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]



5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

9 [NOVO] — A Mesa Nacional poderá, em circunstâncias extraordinárias, decidir estabelecer exceções ao direito à informação conforme expresso no artigo 16º. A decisão requer uma maioria qualificada de três quartos de votos favoráveis e que não haja votos contra.

Fundamentação:

Como sabemos, O Bloco deixou de distribuir pelos aderentes o Correio da Mesa, numa violação clara dos estatutos, o que é em si mesmo grave e tão deveria ter acontecido. No entanto, parte do motivo que levou a esse facto é compreensível: a Mesa é por vezes forçada a tomar decisões sobre assuntos sensíveis que, num momento em que o partido é especialmente escritunado pela sua participação na maioria da sustentação do governo, poderiam ser utilizados pelos adversários do partido e/ou do governo. Estabelece-se assim uma forma de evitar que isso aconteça sem se incorrer na violação dos estatutos.

Subscvem:

Amália Oliveira

Francisco Aires

Henrique Guerreiro

Joana Urban Vitorino

Jorge Candeias

Miguel Oliveira

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - Compete à Mesa Nacional ratificar o primeiro candidato das listas à A.R. e às A.L.R. proposto pelas assembleias distritais e regionais, no caso de círculos com até três deputados, e o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. Em caso de não ratificação, a MN poderá propor alternativas, sujeitas a aprovação por parte das

respetivas assembleias distritais e regionais. A decisão sobre a composição restante destas listas compete em exclusivo a estas últimas.

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

Fundamentação:

Deve caber às estruturas regionais do partido a iniciativa de propor nomes para todas as listas de candidatos a deputados pelos respetivos círculos eleitorais e, também a decisão final sobre eles. Caso as propostas das estruturas regionais colidam com a vontade dos dirigentes centrais do partido, estes devem poder fazer contrapropostas, fundamentá-las, e sujeitá-las à decisão definitiva dos aderentes.

Subscvem:

Albérico Afonso Costa

Amália Oliveira

Beatriz Brito

Francisco Aires

Henrique Guerreiro

Joana Urban Vitorino

Jorge Candeias

Maria Jorgete Teixeira

Maria José Vitorino

Miguel Oliveira

COMISSÃO DE DIREITOS

Artigo 11º

Comissão Política

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva que deverá **contemplar as várias sensibilidades se estas assim o entenderem.**

Subscvem:

Acácio Pinheiro



Ana Lúcia Massas
 André Filipe Antunes
 António Carlos Frutuoso
 António João Lopes
 Armando Herculano
 Carlos Aboim de Brito
 Cristiana Sousa
 Cristina Herculano
 Francisco Aires
 Helena Figueiredo
 Hugo Manuel Lemos
 Joana Urban Vitorino
 Jorge Candeias
 José Luís Carvalho
 José Manuel Boavida
 Luís Caras-Altas
 Luís Govern
 Maria Aida Lacerda
 Maria Jorgete Teixeira
 Maria José Vitorino
 Maria Leonor Lemos
 Miguel Oliveira
 Patrícia Barreira
 Paula da Costa
 Paulino Ascensão
 Pedro dos Reis
 Pedro Vilão
 Rosário Vaz
 Sara Goulart

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

Artigo 12º

Assembleias concelhias distritais e regionais

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [NOVO] - As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora assegurando assim, nos moldes que decidir, a direcção quotidiana do Movimento no seu âmbito.

Subscrevem:

Acácio Pinheiro
 Ana Lúcia Massas
 António Carlos Frutuoso
 António João Lopes
 Armando Herculano
 Beatriz Dias
 Carlos Aboim de Brito
 Cristiana Sousa
 Cristina Herculano
 Helena Figueiredo
 Hugo Manuel Lemos
 Joana Urban Vitorino
 José Manuel Boavida
 Luís Caras Altas
 Luís Govern
 Maria Aida Lacerda
 Maria José Vitorino
 Maria Leonor Lemos
 Miguel Oliveira
 Patrícia Barreira
 Pedro dos Reis
 Pedro Vilão
 Sara Goulart

.....

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]

2 - [.....]

3- As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos **salvo o disposto no artigo seguinte.**

4 - [NOVO] As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora assegurando assim, nos moldes que decidir, a direcção quotidiana do Movimento no seu âmbito.

5 - [.....] antigo nº 4

6 - [.....] antigo nº 5

7 - [.....] antigo nº 6

Fundamentação:

A criação de Comissões Coordenadoras Conce-



lhias é apenas uma das formas possíveis de organização do trabalho ao nível concelhio. O funcionamento em Assembleia é uma outra forma. Na prática, já vários concelhos trabalham sem Comissão Coordenadora por várias razões. Trata-se aqui, apenas, de possibilitar estatutariamente que aconteça uma situação que, de facto, já acontece.

Subscvem:

Albertina Pena
Alda Grelo
Alex Matos Gomes
Alexandra Sofia Freire
Amália Oliveira
Ângela Fernandes
Carlos Carujo
Catarina Príncipe
Clara Alexandre
Elisabete Figueiredo
Érica Almeida Postiço
Ernesto Ferraz
Henrique Gil
Isabel Louçã
Irina Castro
João Baeta Neves
João Campos Rodrigues
João Carlos Louçã
João Mineiro
João Pedro Oliveira Santos
José António Guerra
José Luís Damas de Carvalho
José Manuel Dias
Leonardo Costa
Mamadou Ba
Manuel António
Maria Emília Gomes
Maria José Martins
Mário Martins
Nuno Moniz
Pedro Santos Costa
Pedro Taveira,
Ricardo Coelho
Roberto Robles
Samuel Cardoso

Artigo 12.º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos, **salvo o disposto no artigo sétimo.**

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [NOVO] - As Assembleias Concelhias podem não eleger uma Comissão Coordenadora assegurando assim, nos moldes que decidir, a direcção quotidiana do Movimento no seu âmbito.

Subscvem:

Andreia Meijinhos
Cláudia Elias
Gonçalo Monteiro
Inês Ferreira
José Falcão
Luís Santos
Nuno Costa
Nuno Martinho
Patrícia Barreira
Paulo Mendes
Paulo Sousa
Raquel Correia

**COMISSÕES COORDENADORAS
CONCELHIAS, DISTRITAIS
E REGIONAIS**

Artigo 13º

**Comissões Coordenadoras Concelhias,
Distritais e Regionais**

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [NOVO] As reuniões das Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais são abertas aos aderentes que entendam participar, embora sem direito a voto.



Subscrevem:

Acácio Pinheiro
 Alberico Afonso
 Beatriz Fernandes Brito
 Beatriz Gomes
 Bruno Candeias
 Cristiana Sousa
 Henrique Guerreiro
 João Madeira
 Jorge Candeias
 Jorgete Teixeira
 José Manuel Boavida
 Luís Pereira
 Paula da Costa
 Rosário Vaz
 Rui Curado Silva

.....

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]
 2 - [.....]
 3- [.....]

4 - [NOVO] As Coordenadoras Distritais e Regionais podem promover a constituição de organismos sub-distritais ou sub-regionais com o objectivo de impulsionar a organização concelhia onde não exista ou seja manifestamente débil.

Subscrevem:

Acácio Pinheiro
 Alberico Afonso
 Beatriz Fernandes Brito
 Beatriz Gomes
 Bruno Candeias
 Cristiana Sousa
 Francisco Aires
 Henrique Guerreiro
 João Madeira
 Joana Urban Vitorino
 Jorge Candeias
 Jorgete Teixeira
 José Manuel Boavida
 Luís Pereira

Paula da Costa
 Rosário Vaz
 Rui Curado Silva

.....

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]
 2 - [.....]

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar as assembleias de voto, das respetivas concelhias, para as Eleições Gerais, nos termos do respetivo Regulamento.

Subscreve:

Pedro Celestino

.....

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]
 2 - [.....]
 3- [.....]

4 - [NOVO] Não existindo Comissão Coordenadora Concelhia constituída, e apenas na falta desta, poderão os Núcleos, que sejam devidamente constituídos nos termos dos presentes Estatutos, assumir funções de representação e assegurar a direcção quotidiana do movimento no respectivo âmbito local.

Subscrevem:

Luís Salgado
 Berta Bessone Alves
 Paulina Esteves
 Tiago Vicente
 Carlos Silva
 Luís Castro



ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS

Artigo 14º

Organizações Regionais Autónomas

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - As organizações autónomas são responsáveis perante a Mesa Nacional.

Subscreve:

Pedro Celestino

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

Artigo 15º

Limitação de Mandatos

1- O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

2 - O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

3- O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.

4- As contagens do tempo de exercício dos cargos electivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da X Convenção do Bloco.

Fundamentação:

O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeirxs deputadx na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direção política.

Subscrevem:

Albertina Pena

Alda Grelo

Alex Matos Gomes

Alexandra Sofia Freire

Amariliz Felizes

André Soares

Ângela Fernandes

Bruno Cabral

Carlos Carujo

Catarina Príncipe

Clara Alexandre

Elisabete Figueiredo

Érica Almeida Postiço

Ernesto Ferraz

Gonçalo Peça

Isabel Louçã

Irina Castro

Henrique Gil

João Baeta Neves

João Campos Rodrigues

João Carlos Louçã

João Mineiro

João Pedro Oliveira Santos

José António Guerra

José Luís Damas de Carvalho

José Manuel Dias

Leonardo Costa

Leonardo da Silva

Mamadou Ba

Manuel António

Maria Emília Gomes

Maria José Martins

Mário Martins

Nuno Moniz

Pedro Santos Costa

Pedro Taveira,

Ricardo Coelho

Samuel Cardoso

DIREITO À INFORMAÇÃO

Artigo 16º

Direito à informação

1 - [.....]



2 - [.....]

3- [.....]

4- As/Os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos, que são publicadas no site do Bloco.

5 - [NOVO] As/Os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política.

Fundamentação:

O direito à informação não pode ser pensado apenas enquanto o direito passivo a receber informação sobre as decisões tomadas na direcção. Deve, portanto, ser estendido à partilha activa de informação relevante entre aderentes. Por outro lado, a liberdade de expressão abstracta sem meios de comunicação próprios impede a comunicação de posições entre aderentes e o debate político alargado. Sendo a matriz política do Bloco de Esquerda a pluralidade, um instrumento de debate interno continuado é fundamental para consolidar a democracia interna.

Subscrevem:

Albertina Pena
Alda Grelo
Alex Matos Gomes
Alexandra Sofia Freire
Amália Oliveira
Ângela Fernandes
Carlos Carujo
Catarina Príncipe
Clara Alexandre
Elisabete Figueiredo
Érica Almeida Postiço
Ernesto Ferraz
Henrique Gil
Isabel Louçã
Irina Castro
João Campos Rodrigues
João Carlos Louçã
João Mineiro
João Pedro Oliveira Santos
José António Guerra

José Luís Damas de Carvalho

José Manuel Dias

Leonardo Costa

Leonardo da Silva

Mamadou Ba

Manuel António

Maria Emília Gomes

Maria José Martins

Mário Martins

Nuno Moniz

Pedro Santos Costa

Pedro Taveira,

Ricardo Coelho

Roberto Robles

Samuel Cardoso

.....

Artigo 16º

Direito à informação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4- As/Os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política, que são publicadas no site do Bloco **antes da reunião seguinte do órgão a que se reportam.**

Subscrevem:

Acácio Pinheiro
Alberico Afonso
Beatriz Fernandes Brito
Beatriz Gomes
Bruno Candeias
Cristiana Sousa
Francisco Aires
Henrique Guerreiro
João Madeira
Joana Urban Vitorino
Jorge Candeias
Jorgete Teixeira
José Manuel Boavida
Luís Pereira
Paula da Costa
Rosário Vaz
Rui Curado Silva



NÚCLEOS

Artigo 17º

Núcleos

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [NOVO] O Núcleo, uma vez criado e devidamente ratificado, deverá eleger quem o representante perante os demais órgãos do Bloco, dando desse facto conhecimento à respectiva coordenadora concelhia, ou na falta desta à Coordenadora Distrital ou Regional.

4 - [.....] antigo nº 3

Subscvem:

Luís Salgado

Berta Bessone Alves

Paulina Esteves

Tiago Vicente

Carlos Silva

Luís Castro

REFERENDOS

Artigo 18º

Referendos

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Cada referendo contém uma só matéria, validada **previamente** pela Comissão de Direitos.

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

7 - [.....]

8 - [.....]

Fundamentação:

Trata-se de uma clarificação sobre o momento em que a validação deve ter lugar, para não se cair no absurdo de uma validação posterior ao acto referendário.

Subscvem:

Acácio Pinheiro

Alda Grelol

Ana Lúcia Massas

António Carlos Frutuoso

António João Lopes

Carlos Aboim de Brito

Cristiana Sousa

Cristina Herculano

Fernando Pinto Lacerda

Helena Figueiredo

Hugo Manuel Lemos

Joana Urban Vitorino

Jorge Candeias

José Luís Carvalho

José Manuel Boavida

Luís Caras-Altas

Luís Govern

Maria Aida Lacerda

Maria Jorgete Teixeira

Maria José Vitorino

Maria Leonor Lemos

Miguel Oliveira

Paula da Costa

Paulina Esteves

Paulino Ascensão

Pedro dos Reis

Pedro Vilão

Sara Goulart

Artigo 18º

Referendos

1- [.....]

2- [.....]

3- [.....]

4- [.....]

5- [.....]

6- [.....]

7- [.....]

8- As decisões tomadas em **Eleições Gerais** não são referendáveis.

Subscve:

Pedro Celestino



GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 19º

Grupos de trabalho

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do Movimento, **ou por um número mínimo de cinco aderentes**, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou sectoriais.

2- [.....]

3 - [NOVO] O funcionamento dos Grupos de Trabalho reger-se-á de acordo com o regulamento interno que vier a ser estabelecido pelo próprio Grupo de Trabalho.

4 - [NOVO] As actividades dos Grupos de Trabalho obrigam à elaboração de minutas que possibilitem o seu escrutínio por parte dos aderentes do Movimento.

Fundamentação ponto 1

A participação dos aderentes na vida interna do Movimento não deve estar restrita àquela que for definida por órgãos de base estritamente geográfica, e essa participação deve possibilitar a constituição de grupos ad-hoc, de base, com interesses comuns.

Fundamentação ponto 3

Dada a variabilidade de objectivos que os Grupos de Trabalho têm por natureza, faz todo o sentido que cada um funcione de acordo com as regras de funcionamento que vierem a ser definidas pelos seus membros, de forma amplamente democrática e participativa.

Fundamentação ponto 4

Existiram e existem Grupos de Trabalho que funcionam sem que as decisões, as acções ou as recomendações sejam disseminadas ou objecto de escrutínio por parte do Movimento no seu todo. Também acontece que haja solicitação de participação em torno de questões sectoriais, ao estilo de consultas às bases, sem que exista a sua contra-parte de comunicação das deliberações que foram tomadas após a consulta. A necessidade

de promover a participação de todos os aderentes nos debates políticos internos só poderá ser atingida se houver uma cultura de partilha da informação, livre e democrática, e um compromisso em termos de co-responsabilização individual e colectiva. Daí a necessidade da circulação de informação.

Subscrevem:

Acácio Pinheiro
 Alda Grelo
 Ana Lúcia Massas
 António Carlos Frutuoso
 António João Lopes
 Armando Herculano
 Beatriz Dias
 Carlos Aboim de Brito
 Cristiana Sousa
 Cristina Herculano
 Francisco Aires
 Francisco Colaço
 Helena Figueiredo
 Hugo Manuel Lemos
 Joana Urban Vitorino
 Jorge Candeias
 José Luís Damas Carvalho
 José Manuel Boavida
 Luís Caras-Altas
 Luís Govern
 Maria Aida Lacerda
 Maria Jorgete Teixeira
 Maria José Vitorino
 Maria Leonor Lemos
 Miguel Oliveira
 Patrícia Barreira
 Paula da Costa
 Pedro dos Reis
 Pedro Vilão
 Rosário Vaz
 Sara Goulart

Artigo 19º

Grupos de trabalho

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do Movimento, para aprofundamento, debate e eventual elaboração



de recomendações em torno de temas específicos ou sectoriais **e aos quais prestam contas.**

2- [.....]

Subscvem:

- Acácio Pinheiro
- Alberico Afonso
- Beatriz Fernandes Brito
- Beatriz Gomes
- Bruno Candeias
- Cristiana Sousa
- Francisco Aires
- Henrique Guerreiro
- João Madeira
- Joana Urban Vitorino
- Jorge Candeias
- Jorgete Teixeira
- José Manuel Boavida
- Luís Pereira
- Paula da Costa
- Rosário Vaz
- Rui Curado Silva

SISTEMA DE VOTAÇÃO

Artigo 21º

Sistema de votação

- 1 - [.....]
- 2 - [.....]
- 3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, **o voto é exercido presencialmente, excepto nos casos previstos no número 7 deste mesmo artigo.**
- 4 - [.....]
- 5 - [.....]
- 6 - [.....]
- 7 - [NOVO] Quando as Mesas das Assembleias Eleitorais distarem mais de 20 Kms do local de residência do/a aderente, nos casos de doença ou nos casos de ausência por motivos profissionais, o exercício do direito de voto pode ser realizado antecipadamente ou ser objecto de solicitação individual expressa do kit para voto por correspondência.**

Fundamentação:

Trata-se de tornar mais presente o contacto entre os aderentes e o Movimento e adequar, com as devidas salvaguardas, a prática do exercício de voto interno àquelas que se encontram em vigor para os demais actos eleitorais.

Subscvem:

- Acácio Pinheiro
- Cristiana Sousa
- Francisco Aires
- Helena Figueiredo
- Joana Urban Vitorino
- José Luís Carvalho
- José Manuel Boavida
- Luís Caras Altas
- Miguel Oliveira
- Pedro dos Reis
- Sara Goulart

.....

Artigo 21º

Sistema de votação

- 1 - [.....]
- 2 - [.....]
- 3. Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional **e para as convenções, o voto tem que ser exercido presencialmente.**
- a) Na impossibilidade de presença no dia do ato eleitoral o mesmo pode ser feito por antecipação, nos termos dos respetivos regulamentos.**
- 4 - [.....]
- 5 - [.....]
- 6 - [.....]

Subscvem:

- Acácio Pinheiro
- Alberico Afonso
- Beatriz Fernandes Brito
- Beatriz Gomes
- Bruno Candeias
- Cristiana Sousa
- Francisco Aires
- Henrique Guerreiro
- João Madeira
- Joana Urban Vitorino



Jorge Candeias
 Jorge Teixeira
 José Manuel Boavida
 Luís Pereira
 Paula da Costa
 Rosário Vaz
 Rui Curado Silva

Artigo 21º**Sistema de votação**

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência. **Para este efeito, o órgão responsável pela votação deverá comunicar atempadamente com os/as aderentes. Os/as aderentes deverão requerer o voto por correspondência com antecedência justificando o seu pedido por escrito. Este processo não poderá ter custos adicionais para o/a aderente.**

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Fundamentação:

O voto por correspondência tem sido transformado de forma polémica no Bloco de Esquerda em voto entregue em mão por interposta pessoa. De forma a assegurar a transparência desta modalidade de voto introduz-se a necessidade de o requerer previamente e justificar sem custos adicionais para o/a aderente.

Subscvem:

Alda Grelo
 Alex Matos Gomes
 Alexandra Sofia Freire
 Ângela Fernandes
 Carlos Carujo
 Catarina Príncipe
 Elisabete Figueiredo
 Érica Almeida Postiço
 Ernesto Ferraz
 Henrique Gil

Irina Castro
 Isabel Louçã
 João Baeta Neves
 José Luís Damas de Carvalho
 José Manuel Dias
 José António Guerra,
 Leonardo Costa
 Mamadou Ba
 Manuel António
 Maria José Martins
 Mário Martins
 Nuno Moniz
 Pedro Taveira,
 Ricardo Coelho
 Samuel Cardoso

CASOS OMISSOS**Artigo 23º****Casos Omissos**

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos que deverá apresentar tais decisões **à Mesa Nacional que fará a proposta para as Eleições Gerais seguinte**, a fim de serem ratificadas ou alteradas.

Pedro Celestino



PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS APRESENTADAS PELA MESA NACIONAL

PROPOSTA 01

Alteração ao artigo 21º

Artigo 21º

Sistema de votação

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos. **A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspetiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.**

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

3 - [.....]

Artigo 3º

Aderentes

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - Cada aderente **vincula-se** a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de **filiação**. No caso de aderentes fora do país, **a vinculação é feita** a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para **quem reside** no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - [.....]

7 - [.....]

PROPOSTA 02

Adaptação dos Estatutos do Bloco de Esquerda à linguagem inclusiva

Artigo 1º

Definição e Objetivos

1 - [.....]

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de **cidadãs e cidadãos**, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de caráter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião ou de classe social.

Artigo 4º

Direitos das e dos aderentes

1 - São direitos **das e dos** aderentes do Bloco de Esquerda:

a) [.....]

b) Eleger e **ser eleita ou eleito** para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento.

c) Ser **informada ou informado** sobre a atividade do Movimento.

d) [.....]

e) [.....]

2 - O exercício dos direitos **das e dos** aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.



Artigo 5º

Responsabilidades das e dos aderentes

1 - São responsabilidades **das e dos** aderentes:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação **da própria ou do próprio** no ano seguinte.

Artigo 6º

Sanções

1 - **Às e aos** aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

- a) [.....]
- b) [.....]
- c) [.....]

2 - [.....]

a) A **nenhuma ou a nenhum** aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente **ouvida ou ouvido**.

3 - [.....]

a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação **à ou ao** aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações **da ou do** recorrente.

b) [.....]

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes **indicadas ou indicados** pela Mesa Nacional.

a) [.....]

b) É obrigatoriamente facultada **à ou ao** ade-

rente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

5 - [.....]

Artigo 8º

Convenção nacional

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta **pelos e pelos aderentes** que para ela foram **eleitas e eleitos** nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento **das e dos aderentes**.

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - [.....]

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 50% de membros que não sejam **deputadas ou deputados**, nacionais ou europeus, **funcionárias ou funcionários** do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes **eleitas e eleitos** pelo Movimento.

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre **a primeira candidata ou candidato** das listas à A.R. e às A.L.R, no caso de círculos com até três **deputadas ou deputados**, e sobre o primeiro quinto de **candidatas e candidatos** nos restantes círculos. As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restan-



te destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - [.....]

7 - Compete à MN aprovar a lista de **candidatas e candidatos** ao Parlamento Europeu.

8 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política **das eleitas e dos eleitos**.

Artigo 12º

Assembleias concelhias, regionais ou distritais

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas **pelas e pelos aderentes respetivos** e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - [.....]

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% **das e dos aderentes** inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [.....]

2 - [.....]

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição **das e dos** representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.

Artigo 16º

Direito à informação

1 - Todas e todos os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - As e os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política, que são publicadas no sítio do Bloco.

Artigo 21º

Sistema de votação

1 - As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos **das e dos aderentes** presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - [.....]

3 - [.....]

4 - [.....]

5 - [.....]

6 - [.....]

Artigo 22º

Finanças

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições **das suas e dos seus aderentes** e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 - [.....].

3 - [.....].

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável **à Tesoureira ou Tesoureiro** a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação **da Tesoureira ou Tesoureiro, sujeita ou sujeito** a ratificação pela Mesa Nacional;

b) **As Tesoureiras e os Tesoureiros** das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - [.....]



Moção A FORÇA DA ESPERANÇA

O BLOCO À CONQUISTA DA MAIORIA

(os pontos novos ou com alterações estão **SUBLINHADOS**)



O Bloco de Esquerda é uma força socialista, que combate a exploração e a desigualdade. O Bloco luta pela maioria e pela transformação social e económica que resulte de um renovado protagonismo popular com raízes na revolução de 1974-75. O Bloco propõe, para Portugal e para a Europa, um programa alternativo, ecologista, feminista, anti-racista, de defesa do trabalho, dos direitos LGBTQI, de desobediência aos poderes que nos impõem a austeridade e a guerra.

1 - CRISE CRÓNICA, INSTABILIDADE PERMANENTE

1.1. A crise financeira iniciada em 2007 transformou-se numa recessão económica mundial. Falhadas todas as promessas de controlo do casino financeiro, fracassada a constituição de uma potência europeia integrada, a austeridade cresceu como estratégia de resposta à crise, pela transferência de rendimentos do trabalho para o capital. A atual concentração de riqueza só é comparável à do mundo industrializado nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Os 10% mais ricos detêm hoje 90% do património mundial.

1.2. A quebra do poder de compra da maioria da população e a desregulação na atividade financeira, em detrimento dos setores produtivos, foi a estratégia capitalista para a reposição da taxa de lucro e resultou numa contração da economia a nível mundial. A União Europeia, mergulhada na recessão económica e com as dívidas soberanas a dispararem nos países da periferia do euro, tornou-se um fator de instabilidade no capitalismo mundial. O contágio pela crise financeira de países que durante algum tempo pareceram imunes à crise, com a quebra do preço do petróleo e a contração das economias da Rússia ou do Brasil, adensam os riscos de nova recessão mundial. A China, depois de constituir uma burguesia autónoma a partir do partido único e alcançar o estatuto de segunda potência mundial, está a braços com um crescendo do protesto social, num ciclo de bolhas especulativas e sucessivos escândalos financeiros, e é um motor em dificuldades no capitalismo mundial.

1.3. Os governos não contrariam a recessão, porque esta significa uma perda de rendimento e de força social do trabalho. A ordem na política monetária internacional, do Banco Central Europeu à Reserva Federal Norte Americana, passando pelo Banco Central da China, é injetar liquidez no sistema financeiro e nunca nos Estados ou na produção e emprego. O dumping fiscal e a fuga de capitais para paraísos fiscais são encarados como inevitáveis. Os poderes públicos são crescentemente fragilizados face ao poder financeiro e a instituições não eleitas que respondem à crise com novas exigências de liberalização dos mercados. O Tratado Transatlântico (TTIP, bem como os acordos CETA e TISA), além de representar um novo ataque às soberanias dos Estados nacionais, é o novo instrumento para precarização do trabalho, desregulamentação económica, social e ambiental e para a privatização do que resta de controlo público de setores estratégicos, monopólios e bens naturais. É neste quadro que a invocação da "governabilidade" mundial substitui a democracia a nível nacional.



1.4. Apesar dos efeitos da crise capitalista, os EUA mantêm-se como potência hegemónica, tendo a NATO como o seu braço armado pelo mundo e o dólar como moeda de referência. Os desaires norte-americanos no Afeganistão e no Iraque (ou na relação com o Irão) reduziram os EUA a uma atuação mais reativa do que impositiva da sua ordem. Na ofensiva contra a Líbia, bem como na Ucrânia, com a expansão da NATO a Leste, ou ainda na Síria, com a exibição de força russa, disputam-se influência e recursos. Washington e Moscovo são hoje potências muito assimétricas, mas concorrem no quadro de uma relativa integração das suas elites capitalistas. Face à recessão, a guerra continua a ser um recurso para a afirmação imperialista na disputa por territórios, mercados e recursos.

1.5. Sobre a desordem internacional, adensa-se a crise climática. A cimeira COP21 anunciou um compromisso internacional para combater o aquecimento global, mas o acordo alcançado em Paris é inconsequente, sem metas vinculativas e refém dos interesses económicos. 2015 foi o ano mais quente desde que há registos e são cada vez mais frequentes os fenómenos climatéricos extremos, com conseqüente agravamento das desigualdades e aumento da disputa pelos recursos naturais. A crise ambiental atualiza o apelo ecosocialista para subordinar e mobilizar o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade da vida na Terra.

O que estamos a viver não é apenas mais uma crise capitalista. O capitalismo hoje é crise. A crise é o instrumento de compressão de direitos e de acumulação do capital financeiro. A esquerda tem de disputar maiorias populares que, recusando a chantagem da crise, recomponham o campo da luta pelos direitos laborais, sociais e ambientais e da luta pela democracia.

2 - DEFENDER PORTUGAL DO DIRETÓRIO DA UNIÃO EUROPEIA

2.1. O autoritarismo crescente de uma Europa dirigida por instituições não eleitas e pelos governos em torno de Berlim alienou a esperança dos povos e revelou total incapacidade para a transformação democrática das suas instituições. O desemprego jovem, que ronda os 50% na zona euro, é a marca de um projeto político condenado.

A extrema-direita tem capitalizado muito descontentamento popular, cujo crescimento é promovido pelas escolhas do diretório europeu. As mesmas instituições europeias que rapidamente organizaram o esmagamento da esquerda na Grécia protegem a cada dia regimes proto-fascistas como o húngaro. Negociações como as conduzidas com a Grã-Bretanha para tentar travar o Brexit comprovam que a chantagem dos mais fortes é a normalidade europeia.

2.2. A crise financeira foi o pretexto para acelerar os processos de concentração da riqueza e a desvalorização interna, isto é, um aumento da exploração e da pobreza, acompanhados de uma transferência de recursos dos Estados para os rentistas financeiros internacionais. Este caminho, consequência das regras do euro, do Tratado Orçamental e da corrupção, impôs aos países da periferia dívidas públicas insustentáveis e medidas draconianas de austeridade. Só é possível salvar o Estado Social, relançar o investimento e criar mais emprego, rejeitando a chantagem da dívida, renegociando-a de forma profunda e assumindo o controlo público da banca.



2.3. Vencer a austeridade exige assumir o confronto com as instituições europeias, que asfixiam o campo das escolhas democráticas. O corte da liquidez aos bancos por parte do BCE, por motivos políticos, e a chantagem que rodeou o financiamento à Grécia, confirmaram a faceta autoritária do diretório da União Europeia, destinada a impor a via única da austeridade. A concentração da propriedade da banca europeia, o mais recente passo da resposta europeia à crise larvar aberta desde 2008 e aos riscos de novos descabros, constitui, no caso português, um grave ataque à soberania democrática. As suas consequências estão à vista na imposição da entrega do Banif ao Santander, depois de limpo com milhares de milhões de euros públicos, na pressão para a venda do Novo Banco, que só poderá fazer-se com pesadas perdas para o erário público, bem como a pressão da Comissão Europeia para a entrada de capital privado na Caixa Geral de Depósitos.

O desenlace do caso grego e a pressão para a entrega da banca portuguesa aos gigantes europeus demonstram que uma esquerda comprometida com a desobediência à austeridade e com a desvinculação do Tratado Orçamental tem de estar mandatada e preparada para a restauração de todas as opções soberanas essenciais ao respeito pela democracia do país.

2.4. Um dos sinais mais evidentes da crise da União Europeia é a deliberada oposição à integração de milhares de pessoas que buscam refúgio na Europa e que aparecem, indefesas, a atravessar as suas fronteiras. Cúmplice de guerras que são primeiras causas destes gigantes movimentos de fuga em massa, bem como da construção de muros de segregação em países membros como a Hungria, a UE firmou um acordo com a Turquia, que constitui pura negligência humanitária, dando a pior das respostas a este desafio. O acordo com a Turquia outorga a esse Estado, com historial de violação dos direitos humanos e de repressão do povo curdo, um instrumento de tamponamento dos fluxos de refugiados que querem entrar na Europa, com riscos para a sua vida e liberdade. A esquerda deve recusar o acordo com a Turquia e pugnar pela implementação de programas de acolhimento em larga escala das populações em fuga do genocídio.

2.5. O discurso xenófobo confunde propositadamente com terroristas os refugiados que tentam escapar ao terror, de forma a difundir o medo e criar as condições para o crescimento das forças políticas antidemocráticas. O terrorismo na Europa vive para a instalação de um estado de exceção contra a democracia e vence na resposta de Estados que põem em prática um verdadeiro estado de exceção. Há nisto um evidente paradoxo: o securitarismo que rouba direitos de cidadania é amigo dos terroristas, cujas redes podem bem prescindir das liberdades políticas.

Esta não é resposta para os atentados. Pelo contrário, é precisa a coragem de assumir como prioridades pôr termo à venda de armamento aos movimentos terroristas e aos Estados que os financiam, bem como interditar fluxos comerciais – designadamente de matérias primas como o petróleo – que servem de financiamento aos terroristas. Só assim se dará uma verdadeira mudança de orientação. Deve terminar a venda de armas aos regimes turco, saudita e israelita e a todas as ditaduras. Na Síria, como noutros países, os setores democráticos devem ser apoiados politicamente, não enquanto beligerantes mas como atores políticos que lutam pela transformação democrática daquele país.



A condenação dos terroristas e o combate democrático contra as suas ações devem ir a par com medidas sociais, como a renovação e recuperação urbana dos bairros desfavorecidos, a criação de emprego com direitos, o investimento em equipamentos e serviços públicos. Só combatendo as discriminações e investindo a sério na coesão social e no diálogo intercultural poderemos conter as forças de que se alimenta a escalada do terror. Apesar dos seus apoios poderosos, o atual terrorismo fundamentalista de base religiosa é um fenómeno que não deve ser estudado como mera réplica de fenómenos do passado, mas antes como expressão de profundas contradições do presente.

2.6. A Europa enredada na política de guerra é também o espaço da hipocrisia protegido por fronteiras marítimas onde o genocídio se perpetua desde há muito e com a cumplicidade das instituições europeias e a ação direita de programas como o Frontex. A política de imigração europeia é a política dos muros e da gestão da mão-de-obra barata, da criminalização e estigmatização das pessoas migrantes, e dos cárceres chamados centros de detenção que se estendem desde a Grécia, Turquia, até à França, Itália, entre outros.

O Bloco assume a urgência do combate contra o racismo e a xenofobia e bate-se por uma democracia que acolhe sem fazer distinções entre migrantes. Defender uma democracia construída na experiência e no respeito da diversidade, garantindo todos os direitos políticos a todas as pessoas, como o voto, e repudiando a impunidade dos crimes racistas e da violência policial.

2.7. Não é hoje credível o projeto de uma redefinição democrática das instituições europeias ou que a disputa da relação de forças se faça a nível europeu. O combate à austeridade e ao autoritarismo exige a disputa de maiorias sociais em cada país, impondo instrumentos de soberania popular que permitam corresponder à vontade de rutura com a usura da dívida e a austeridade. Esse confronto não dispensa a cooperação e solidariedade das forças progressistas na Europa, mas convoca toda a esquerda para o confronto com as instituições europeias. É com essa orientação que o Bloco de Esquerda dialoga com outras forças políticas e movimentos sociais, no Partido da Esquerda Europeia como noutros fóruns.

Construída sempre à revelia dos povos e sem os povos, esta União Europeia seria sempre um projeto contra os povos. Hoje, sendo um projeto condenado pela espiral do desemprego e pela imposição, a União Europeia é uma máquina de guerra contra as pessoas e os direitos sociais. A esperança popular está na luta pelo emprego e pela soberania democrática em cada país e pela emancipação social.

3 - DESAFIAR A MAIORIA POPULAR PARA UM NOVO PROJETO PARA PORTUGAL

3.1. A votação obtida pelo Bloco de Esquerda nas legislativas de outubro mudou o quadro político, contribuindo para colocar a direita em minoria e impedir a repetição do velho centrão. O acordo de maioria que deu posse ao atual governo do PS colocou em xeque a armadilha do “voto útil”. Está hoje claro que o Bloco é uma força indispensável e capaz para a construção de soluções políticas maioritárias ao serviço das pessoas.



3.2. O processo de convergência política que culminou na formação do atual governo, constitui uma novidade na cena política portuguesa só possível porque as eleições de 4 de outubro desenharam uma inédita relação e arrumação de forças no xadrez parlamentar: o PSD e o CDS/PP não têm maioria, mas o PS não é a força mais votada; o CDS/PP não faz maioria com o PS; o PS precisa do Bloco e do PCP para fazer maioria. Nunca antes esta combinação de resultados se verificou. O que marcou a diferença destas eleições e permitiu este entendimento, foi o grande crescimento do Bloco de Esquerda em votos, percentagem e deputados.

3.3. A clareza programática do Bloco e a sua disponibilidade para o diálogo pós-eleitoral assente em bases políticas claras potenciou a relação de forças eleitoral, desmentindo a tese que dizia ser o Bloco o fator de bloqueio de uma alternativa e que colocava o enfraquecimento político e eleitoral do Bloco como condição para um entendimento. Ao contrário, confirmou-se que quanto maior a influência social, a força política e a expressão eleitoral do Bloco, maior é o avanço da política de esquerda e mais o país se desloca para a esquerda. O objetivo do Bloco é tornar viável uma política que tem como critério recuperar o emprego e dar força social e política às trabalhadoras e trabalhadores, de modo a que o trabalho vença o capital e a modernização democrática vença o conservadorismo. Assim, o Bloco quer conquistar às forças do centro a hegemonia que estas ainda conserva junto de largos setores sociais, através da afirmação autónoma dos valores, princípios e propostas que diferenciam o Bloco de Esquerda. Esta diferença e esta autonomia não diminuem o empenho do Bloco no trabalho político da maioria parlamentar. Pelo contrário, são fatores para se alcancem resultados mais importantes na resposta aos problemas das pessoas e do país.

3.4. Desde as eleições, o Bloco definiu-se perante o governo em função da natureza deste: uma interrupção do ciclo de empobrecimento e de degradação da posição do trabalho na relação de forças social. Face a pressões regressivas das instituições europeias e às características do PS perante elas, o Bloco de Esquerda definiu critérios claros, assentes numa diferenciação essencial do atual governo em relação ao da direita: assinámos um acordo pela recuperação dos rendimentos do trabalho e das pensões, recuperação só timidamente iniciada. Como ficou claro na assinatura do acordo com o PS, o Bloco não aceitará cortes em salários e pensões ou nova carga fiscal sobre esses rendimentos, por via direta ou através do agravamento da tributação de bens essenciais e espera que os parceiros deste entendimento não o violem.

3.5. O Bloco de Esquerda valoriza o contributo que o PCP tem dado para uma política de recuperação de rendimentos, direitos e serviços públicos e está disponível para encontrar novas formas de diálogo e cooperação com o PCP para a solução dos problemas dos trabalhadores. O Bloco persiste nesta atitude construtiva mesmo perante a ocorrência de episódicas expressões de sectarismo. O diálogo à esquerda é um elemento importante para a mobilização social. Só com uma mobilização alargada poderá a maioria popular contrapor-se eficazmente à chantagem europeia.

3.6. A chantagem europeia é o grande apoio da direita para tentar repor o ciclo de concentração da riqueza e austeridade permanente e assim ameaçar a maioria parlamentar. É sob esse pano de fundo que também ocorre a presente tentativa de presidencialização do regime



político, que marca o início do mandato do novo Presidente da República. As suas pressões para “acordos de regime” visam repor as relações históricas e o alinhamento à direita dos partidos da alternância.

3.7. O acordo para parar o empobrecimento foi e é determinante para proteger a população, mas é insuficiente para responder pelo emprego, justiça social, desenvolvimento económico. Sem uma nova estratégia para o país não é possível vencer a austeridade e sustentar o compromisso de recuperação de rendimentos em que assenta a maioria parlamentar. Ainda que tímida, essa recuperação, se não criar nova margem de manobra, ficará em causa pela pressão externa e pela escassez de recursos.

3.8. A dívida pública e a do sistema financeiro são as maiores ameaças às contas do Estado e constituem os maiores problemas estruturais das contas nacionais. Renegociar a dívida pública e realizar uma intervenção sistémica sobre a banca privada, assumindo o controlo público, são processos essenciais para proteger os recursos nacionais, criando condições para o investimento, emprego e o reforço do Estado Social. O combate à corrupção, ao rentismo e à evasão fiscal, incluindo o cerco aos offshores, permite transparência no uso dos recursos públicos e responsabilizar quem lucrou com a crise e fugiu às suas obrigações fiscais.

3.9. Portugal precisa de aumentar a sua capacidade produtiva, transformadora e de autonomia tecnológica para criar emprego e reduzir importações. Para o fazer precisamos de investimento e políticas públicas para a redução da fatura energética, já que a energia não só pesa negativamente na balança comercial como é um dos maiores custos da produção. Desafiamos o país para uma estratégia pública para a descarbonização da economia, com metas ambiciosas de redução de emissão de gases com efeito de estufa e investimento em energias renováveis, eficiência energética, reconversão industrial para modos de produção sustentáveis e reabilitação urbana, promovendo inovação e emprego.

O combate ao endividamento externo do país e a promoção da sustentabilidade ambiental passa ainda por uma aposta na soberania e segurança alimentares, que exige proteção do rendimento de produtores e trabalhadores agrícolas, com redes de abastecimento de proximidade e regulação das margens de lucro da grande distribuição, bem como a promoção do uso do solo agrícola, com a regulamentação do uso comunitário dos baldios, formas de gestão coletiva da floresta, criação de um verdadeiro banco de terras e uma nova dinâmica para a economia do mar e das pescas.

Uma estratégia para a descarbonização da economia, incluindo investimento na ferrovia, aliada a uma aposta na soberania alimentar, permite não só uma alteração de paradigma na produção nacional como a defesa da coesão territorial, formas regionais de descentralização que abranjam todo o território e combate à desertificação do interior, promovendo o emprego e a criação e fixação de riqueza em todo o território nacional.

3.10. O Bloco de Esquerda tem de estar onde estão as pessoas, onde elas mais sofrem, aumentar o enraizamento na sociedade, na empresa, no sindicato, na escola ou na coletividade, procurando fazer movimento, envolvendo todos para uma luta que se adivinha dura. O salário é o primeiro instrumento de distribuição de riqueza. Uma política de rendimentos



que promova justiça social terá de desfazer os mecanismos de compressão salarial impostos nos últimos anos e recuperar os direitos laborais. Promover a contratação coletiva, diminuir horários de trabalho com o fim do banco de horas e a limitação do horário normal de trabalho a 35 horas por semana nos setores público e privado, recuperar os 25 dias de férias, o valor das horas extraordinárias e das indemnizações por despedimento. Combater a precariedade, para acabar com os falsos recibos verdes, falsas bolsas e falsos estágios, aumentar os meios de fiscalização para transformar vínculos precários em contratos de trabalho efetivos, limitar dos contratos a prazo, acabar com a farsa dos contratos emprego inserção, o “trabalho voluntário” imposto e com as empresas de trabalho temporário, assumindo os centros de emprego as responsabilidades de colocação de trabalhadores nos casos de real trabalho temporário. Aumentar o Salário Mínimo Nacional, valorizar as profissões e qualificar a população.

Portugal não pode ficar à espera da mudança na Europa. Para vencer a austeridade é preciso uma resposta económica e política que garanta um aumento sustentado dos rendimentos do trabalho, com criação de emprego e que seja capaz de aumentar a capacidade produtiva do país e atacar o endividamento externo. O Bloco propõe uma nova estratégia para Portugal, assente em três eixos: 1) controlo do sistema financeiro e combate à corrupção e crime económico para proteger os recursos do Estado e garantir justiça fiscal; 2) investimento na descarbonização da economia, na soberania alimentar e na coesão territorial para criar emprego e combater o défice da balança comercial; 3) reconstrução dos direitos laborais e combate à precariedade para garantir redistribuição da riqueza e justiça social.

4 - APRENDER, JUNTAR, CRESCER: O BLOCO À CONQUISTA DA MAIORIA.

4.1. O crescimento eleitoral do Bloco de Esquerda, no contexto do milhão de votos à esquerda do PS nas eleições legislativas, revela um país cansado da mera alternância e que procura uma alternativa política à austeridade. Foram as propostas concretas, sobre emprego, Estado Social, combate à corrupção e ao rentismo financeiro e insubmissão europeia que mobilizaram esperança. Falharam tanto os que se enredaram em taticismos político-partidários, incapazes de se distinguirem da pura disputa do poder que caracteriza o centrão, como os que antecipavam uma maioria popular inelutavelmente rendida à inevitabilidade da austeridade e do rotativismo. Existe em Portugal força social para disputar uma alternativa e o Bloco é a força capaz de desafiar a maioria popular para um novo projeto para Portugal.

4.2. As eleições regionais de 2016 e as autárquicas de 2017 são importantes para o Bloco, para reforçar a sua intervenção política quotidiana. O Bloco apresentará a sua alternativa nos Açores e nas autarquias, concretizando as maiores convergências locais em torno de programas que ponham as pessoas à frente dos interesses financeiros e imobiliários.

O Bloco faz um balanço positivo das candidaturas plurais e de movimentos cívicos em que participou nas anteriores autárquicas e aposta na sua continuidade. Até 2017, um renovado impulso de convergência resultará certamente em novas experiências de candidaturas independentes de cidadãos, em linha com o perfil das já existentes, bem como na inclusão, em candidaturas do Bloco, de cidadãs e cidadãos independentes com contributos relevantes no



terreno social, profissional e de movimentos.

O Bloco tem como objetivo o aumento da sua representação nos municípios e freguesias. Em cada executivo, o Bloco contribuirá para maiorias de transformação à esquerda, nelas estando disponível para todas as responsabilidades, contribuindo para isolar e derrotar a direita nos órgãos autárquicos.

4.3. O país vive um longo período de escassa mobilização social. No verão de 2013, sob a iniciativa de Cavaco, o bloco central ressuscitou a maioria da direita e esgotou o intenso ciclo de manifestações e greves gerais contra o memorando.

As expectativas criadas pelo atual quadro político não se traduziram em mais intensa luta de massas. Todavia, os desafios de hoje exigem a expressão do conflito social. Mudanças mais profundas implicam mais força do que a que podem ter os deputados anticapitalistas.

As atuais responsabilidades do Bloco incluem a tomada de iniciativa por uma renovação da luta social que contraponha, às elites e às instituições europeias, um novo protagonismo popular capaz de alterar a relação de forças. Assim, a luta do mundo do trabalho é central; no movimento sindical, onde a democracia e o pluralismo são questões decisivas.

4.4 O Bloco mantém uma profunda articulação com as suas organizações autónomas, na Madeira e nos Açores, continuando a promover uma cultura de aprofundamento democrático das autonomias políticas regionais. O regresso ao parlamento madeirense de um Bloco reforçado abriu novas possibilidades na luta da esquerda e, nos Açores, estaremos unidos em torno do reforço da nossa representação no parlamento açoriano.

4.5. A prioridade organizativa deve ser dirigida para alargar a capacidade de intervenção social do Bloco e aumentar a ligação aos movimentos sociais e de cidadania. O Bloco precisa de se transformar rapidamente numa ampla rede de participação democrática e de influência política e social.

Nas várias áreas do Estado social, economia, ambiente e território, na ampliação dos direitos e no combate às múltiplas desigualdades, a chave está na constituição de grupos de ação temática e setorial, capazes de aumentar a rede de comunicação de ideias, juntar forças e lançar iniciativa em articulação com os órgãos do Bloco.

Como refere a II Conferência Nacional, temos muito trabalho pela frente para criar um sistema organizativo à altura da nossa responsabilidade, mas é urgente que a organização permita gerar ação social e política que o Bloco deve protagonizar ou animar, como contributo decisivo para que se aprofunde a mudança no país.

A democracia interna, o pluralismo e a participação são compromissos coletivos permanentemente em evolução. É com o aprofundamento da intensidade da democracia bloquista, com a promoção de mecanismos de participação das/os aderentes e simpatizantes, como o referendo interno, que se alcança e maximiza o envolvimento direto de todos/as, tanto nos debates como nas decisões nacionais, regionais e locais.

4.6 É inegável o contributo do Bloco nas importantes batalhas que, no contexto da política



portuguesa, fizeram caminho no combate das violências e das discriminações, na paridade, no direito ao corpo e no reconhecimento da diversidade de género, na transformação da linguagem, no debate sobre trabalho sexual, na universalidade dos direitos sexuais e reprodutivos, no fim da homofobia na legislação do casamento e da adoção, na luta contra a transfobia e debate pela despatologização. Este caminho continua e não pode voltar atrás.

No plano institucional da proposta como nos movimentos sociais, o Bloco deve procurar construir uma intervenção ampla, rompendo com o sectarismo e a estagnação. O projeto de igualdade do Bloco exige também a vida toda: vidas independentes, dignas e emancipadas.

4.7. Os órgãos nacionais do Bloco de Esquerda, em todos os níveis, assumem a representação proporcional das orientações sufragadas em Convenção. A Comissão Política (CP) elege um Secretariado, responsável entre reuniões da CP pela condução política e organizativa, e é coordenada pelo/a dirigente que encabeça a lista mais votada à Mesa Nacional.

Representante da Moção A junto da COC: Dina Nunes

PRIMEIROS SUBSCRITORES:

Catarina Martins, Porto, Porto, 8425,
Adelino Fortunato, Sesimbra, Setúbal, 8790
Alberto Matos, Serpa, Beja, 1542
Alda de Sousa, Vila Nova de Gaia, Porto, 654
Andreia Quartau, Lisboa, Lisboa, 11049
Cecília Honório, Cascais, Lisboa, 446
Carlos Matias, Entroncamento, Santarém, 1355
Cristina Semblano, França, Europa, 2809
Dina Nunes, Lisboa, Lisboa, 692
Fabian Figueiredo, Lisboa, Lisboa, 5232
Fernando Rosas, Setúbal, Setúbal, 657
Fabiola Cardoso, Santarém, Santarém, 1324
Francisco Alves, Barreiro, Setúbal, 1107
Francisco Louçã, Lisboa, Lisboa, 1684
Heitor de Sousa, Leiria, Leiria, 664
Helena Figueiredo, Lisboa, Lisboa, 3736
Helena Figueiredo, Évora, Évora, 10118
Helena Pinto, Torres Novas, Santarém, 659
Isabel Pires, Lisboa, Lisboa, 6734
Joana Mortágua, Almada, Setúbal, Setúbal, 3772
João Teixeira Lopes, Porto, Porto, 2168
João Semedo, Porto, Porto, 4638
João Vasconcelos, Portimão, Faro, 1508
Jorge Costa, Loures, Lisboa, 635
José Gusmão, Lisboa, Lisboa, 3283
José Manuel Pureza, Coimbra, Coimbra, 406
José Soeiro, Porto, Porto, 948
Júlia Mendes Pereira, Sesimbra, Setúbal, 883
Luís Fazenda, Lisboa, Lisboa, 1685
Luís Monteiro, Vila Nova de Gaia, Porto, 6793
Mariana Aiveca, Setúbal, Setúbal, 241
Mariana Mortágua, Lisboa, Lisboa, 6687

Marisa Matias, Coimbra, Coimbra, 3764
Moisés Ferreira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 2860
Nelson Peralta, Aveiro, Aveiro, 1664
Paulino Ascensão, Funchal, Madeira
Pedro Filipe Soares, Castelo de Paiva, Aveiro, 2861
Pedro Soares, Braga, Braga, 108
Roberto Almada, Funchal, Madeira, 3579
Sandra Cunha, Sesimbra, Setúbal, 487
Sara Schuh, Lisboa, Lisboa, 9088
Zuraida Soares, São Miguel, Açores, 3884

SUBSCRITORES:

Abílio Urbano, Seixal, Setúbal, 4932
Ada Maria Costa Pereira da Silva, Porto, Porto, 9785
Adelaide Corte, Vila Nova de Gaia, Porto, 11836
Adelaide Oliveira, Porto, Porto, 4854
Adélia Rodrigues, Portalegre, Portalegre, 10316
Adelina Roque, Portalegre, Portalegre, 8182
Adelino Coelho, Castro Verde, Beja, 797
Adelino Pinto da Costa, Porto, Porto, 336
Adriana Lopera, Lisboa, Lisboa, 2447
Adriano Campos, Porto, Porto, 3120
Adriano Sousa, Valongo, Porto, 9821
Afonso Moreira, Lisboa, Lisboa, 10022
Ágata Fino, Aveiro, Aveiro, 11025
Agostinha Andrade, Funchal, Madeira, 4384
Alberta Costa, Torres Vedras, Lisboa, 10642
Alberto Matos, Serpa, Beja, 1542
Alcindo Norte, Olhão, Faro, 8378
Alcino Hermínio, Abrantes, Santarém, 761
Aldina Soares, Oeiras, Lisboa, 10835
Alexandra Manes, Terceira, Açores, 8765
Alexandra Ribeiro, Gondomar, Porto, 8082
Alexandra Ricardo, Oeiras, Lisboa, 9912



- Alexandre Café, Vila Franca de Xira, Lisboa, 10070
 Alexandre Miguel Carneiro, Braga, Braga, 8548
 Alexandre Pires, Oeiras, Lisboa, 9868
 Alice Amieiro, Setúbal, Setúbal, 724
 Almerinda Bento, Seixal, Setúbal, 529
 Álvaro Arranja, Setúbal, Setúbal, 569
 Álvaro de Sousa Monteiro, Beja, Beja, 9396
 Álvaro Reis, Machico, Madeira, 5138
 Álvaro Soares, Setúbal, Setúbal, 841
 Amarilis Felizes, Vila Nova de Gaia, Porto, 9877
 Américo Magalhães, Vila Nova de Gaia, Porto, 5649
 Ana Bárbara Pedrosa, Guimarães, Braga, 6447
 Ana Bela Paixão, Torres Novas, Santarém, 4920
 Ana Campos, Lisboa, Lisboa, 650
 Ana Cansado, Lisboa, Lisboa, 1166
 Ana Catarina Galego, Lisboa, Lisboa, 12105
 Ana Cecília Gândara Boa-Ventura, Leiria, Leiria, 3737
 Ana Cristina Ferreira, Almodôvar, Beja, 8313
 Ana Feijão, Lisboa, Lisboa, 5271
 Ana Filipa Castro, Aveiro, Aveiro, 10885
 Ana Francisco, Oeiras, Lisboa, 9910
 Ana Isabel Vieira de Castro, Lisboa, Lisboa, 9480
 Ana Loureiro, Odemira, Beja, 8792
 Ana Lúcia Duarte Massas, Almada, Setúbal, 843
 Ana Luzia, Anadia, Aveiro, 9084
 Ana Maria Pereira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 9636
 Ana Marisela Reis, Machico, Madeira, 7956
 Ana Medeira, Silves, Faro, 339
 Ana Palmeiro, Almada, Setúbal, 11327
 Ana Paula Canotilho, Porto, Porto, 3310
 Ana Paula da Costa, Beja, Beja, 7290
 Ana Paula de Almeida Nunes dos Santos, Almada, Setúbal, 4452
 Ana Paula Rodrigues, Funchal, Madeira, 3347
 Ana Paula Santos, Funchal, Madeira, 5119
 Ana Rita Carvalho da Silva, Vila Nova de Vila Nova de Gaia, Porto, 12222
 Ana Rosa, Lisboa, Lisboa, 9702
 Ana Rosa Moura Gonçalves, Gondomar / Europa, Europa, 5602
 Ana Rua, Águeda, Aveiro, 12022
 Ana Sofia Cortes, Lisboa, Lisboa, 9397
 Ana Sofia Cortes, Lisboa, Lisboa, 9397
 Ana Teresa Oca, Amadora, Lisboa, 11749
 Anabela Calado, Portalegre, Portalegre, 10029
 Anabela Mangas, Almada, Setúbal, 4993
 Anabela Rego Morais da Silva, Almada, Setúbal, 11518
 André Beja, Sintra, Lisboa, 1128
 André Filipe da Silva Nogueira, Paredes, Porto, 11211
 André Julião, Loures, Loures, 10632
 André Pacheco Moreira, Paredes, Porto, 8226
 André Ramos, Funchal, Madeira, 9546
 André Rodrigues, Lisboa, Lisboa, 11874
 André Russo, Lisboa, Lisboa, 11676
 André Santos, Santa Maria da Feira, Aveiro, 9954
 André Soares, Lisboa, Lisboa, 4855
 André Teixeira Pita, Almada, Setúbal, 5002
 Andrea Peniche, Porto, Porto, 193
 Andreia Bento, Matosinhos, Porto, 11093
 Andreia Fernandes, Vila Real de Santo António, Faro, 10107
 Andreia Fonseca, Aveiro, Aveiro, 11525
 Andreia Meijinhos, Odivelas, Lisboa, 9820
 Ângelo Castanheira, Albergaria-a-Velha, Aveiro, 6014
 António Amaro, Viseu, Viseu, 979
 António Baião Costa, Loures, Lisboa, 293
 António Barbosa, Valongo, Porto, 7105
 António Brandão Moniz, Peniche, Lisboa, 264
 António Cordeiro, Seixal, Setúbal, 1393
 António Cruz, Anadia, Aveiro, 9083
 António Faria, Mafra, Lisboa, 7012
 António Faria, Funchal, Madeira, 6457
 António Freitas, Maia, Porto, 10320
 António Godinho, Tomar, Santarém, 1323
 António Gomes, Torres Novas, Santarém, 1353
 António Guerreiro, Almodôvar, Beja, 2150
 António João Ferreira Gil, Viseu, Viseu, 11910
 António João Lopes, Almada, Setúbal, 10921
 António Joaquim Nobre, Santiago do Cacém, Setúbal, 530
 António Jorge Cosme Lopes Lage, Lisboa, Lisboa, 2253
 António José André, Coimbra, Coimbra, 1165
 António José da Costa Resende, Braga, Braga, 1302
 António Júlio Carvalho, Gondomar, Porto, 9012
 António Lima, São Miguel, Açores, 9362
 António Lima, Braga, Braga, 1303
 António Luis Alves González, Barreiro, Setúbal, 10079
 António Manuel Pereira, Campo Maior, Portalegre, 1959
 António Manuel Santos, Amadora, Lisboa, 1108
 António Neto, Aveiro, Aveiro, 6630
 António Oliveira, Montijo, Setúbal, 6573
 António Rato, Portalegre, Portalegre, 12174
 António Ricardo, Portalegre, Portalegre, 209
 António Ricardo, Ponte de Sor, Portalegre, 209
 António Rodrigues, Coimbra, Coimbra, 9427
 António Soares Luz, Porto, Porto, 342
 António Teixeira, Seixal, Setúbal, 1390
 Armando Pereira Pateca, Câmara de Lobos, Madeira, 5150
 Arménio M. Rodrigues de Paiva, Palmela, Setúbal, 10932
 Armindo Silveira, Abrantes, Santarém, 10694
 Arnaldo Sarroeira, Caldas da Rainha, Leiria, 269
 Artur António Guerreiro Sanina, Tavira, Faro, 10653
 Artur Calado, Portalegre, Portalegre, 8084
 Artur Carvalho, Vila Nova de Gaia, Porto, 4459
 Artur Macedo, Vila Nova de Gaia, Porto, 9148



- Augusta Duarte Cordeiro, Palmela, Setúbal, 10931
Baltazar Oliveira, Torres Novas, Santarém, 8442
Bárbara Bica, Almada, Setúbal, 10722
Barbara Veiga, Porto, Porto, 8380
Beatriz Arnedo, Setúbal, Setúbal, 11828
Belandina Vaz, Lisboa, Lisboa, 5454
Belmira Ferreira, São João da Madeira, Aveiro, 4559
Benjamim de Sousa Vilela, Matosinhos, Porto, 8259
Bento Anastácio, Évora, Évora, 10014
Bernardino Guia, Silves, Faro, 2383
Bernardo Veiga, Porto, Porto, 11066
Berta Bessone Alves, Cascais, Lisboa, 666
Bruno Borges da Cruz, Palmela, Setúbal, 12074
Bruno Fuste, Oeiras, Lisboa, 9872
Bruno Góis, Amadora, Lisboa, 4521
Bruno Martins, Évora, Évora, 4645
Bruno Oliveira, Mealhada, Aveiro, 11335
Bruno Pacheco, Gondomar, Porto, 9323
Bruno Pires, Oeiras, Lisboa, 9870
Bruno Soares, Aveiro, Aveiro, 4342
Carla Cerqueira, Palmela, Setúbal, 4988
Carla Roma, Entroncamento, Santarém, 8351
Carla Sousa, Valongo, Porto, 12170
Carla Vilela, Matosinhos, Porto, 5692
Carlos Alberto, Alcanena, Santarém, 8488
Carlos Barreto, Funchal, Madeira, 6375
Carlos Basto, Valongo, Porto, 1268
Carlos Borges Sousa, Lisboa, Lisboa, 3943
Carlos Branco, Setúbal, Setúbal, 9722
Carlos Correia, Barreiro, Setúbal, 6374
Carlos Correia Teles, Braga, Braga, 928
Carlos Couto, Viseu, Viseu, 3141
Carlos Cunha, Seixal, Setúbal, 11709
Carlos Daniel Viegas Matos, Faro, Faro, 10831
Carlos Faria, Funchal, Madeira, 3577
Carlos Fialho, Almada, Setúbal, 5001
Carlos Gaivotto, Oeiras, Lisboa, 307
Carlos Guinote, Palmela, Setúbal, 575
Carlos Liberal, Santa Maria da Feira, Aveiro, 8699
Carlos Luís da Costa Gonçalves, Loures, Loures, 9661
Carlos Macedo, Sesimbra, Setúbal, 3639
Carlos Manuel da Mota Alves, Vila Nova de Gaia, Porto, 10626
Carlos Marecos, Santarém, Santarém, 5017
Carlos Matias, Entroncamento, Santarém, 1355
Carlos Pais, Santa Maria da Feira, Aveiro, 2628
Carlos Pereira, Funchal, Madeira, 3566
Carlos Plácido Andrade, Funchal, Madeira, 10732
Carlos Ribeiro, Paredes, Porto, 10383
Carlos Santos, Lisboa, Lisboa, 236
Carlos Silva Oliveira, Palmela, Setúbal, 9199
Carlos Solposto, Lisboa, Lisboa, 302
Carlos Veiros, Ovar, Aveiro, 698
Carlos Vieira, Viseu, Viseu, 121
Carmen Dolores Gonçalves, Palmela, Setúbal, 11102
Carolina Matos Pinto, Almada, Setúbal, 12106
Cássia Gouveia, Funchal, Madeira, 11375
Catarina Bouçós, Oeiras, Lisboa, 10289
Catarina Cordeiro, São Miguel, Açores, 11946
Catarina de Roque Bouçós, Oeiras, Lisboa, 10289
Catarina Ferraz Assis, Bragança, Bragança, 8787
Catarina Isabel Martins, Coimbra, Coimbra, 2822
Catarina Nobre, Portalegre, Portalegre, 10133
Catarina Oliveira, Lisboa, Lisboa, 6764
Catarina Vieira, Viseu, Viseu, 306
Cátia Alves, Santarém, Santarém, 10691
Catia Nóvoa, Porto, Porto, 4862
Cátia Rato, Portalegre, Portalegre, 12172
Cecília Lopes, Ponte de Sor, Portalegre, 10797
Cecília Macau, Palmela, Setúbal, 10585
Celeste Santos, Vila Real de Santo António, Faro, 10577
Celestina Sousa, Sesimbra, Setúbal, 10923
Célia dos Santos, Lagoa, Faro, 8644
Celie Baião, Palmela, Setúbal, 5955
Celina Santos, Sintra, Sintra, 3285
Celme Tavares, Aveiro, Aveiro, 6666
Cesar Sousa, Santa Maria da Feira, Aveiro, 11666
Céu Fazenda, Lisboa, Lisboa, 434
Cintia Cardoso, Lisboa, Lisboa, 8170
Cipriano Pisco, Montijo, Setúbal, 799
Clara Ferreira, Albergaria-a-Velha, Aveiro, 11261
Clara Oliveira, Almada, Setúbal, 9839
Cláudia Campos, Monção, Viana do Castelo, 9468
Cláudia Gonçalves, Funchal, Madeira, 2954
Cláudia Isabel Pinheiro Teixeira, Leiria, Leiria, 8042
Cláudia Ribeiro, Oliveira de Azeméis, Aveiro, 7379
Cláudia Teixeira, Leiria, Leiria, 8042
Cláudio Assunção, Oeiras, Lisboa, 11884
Cláudio Gaspar, Leiria, Leiria, 6510
Cláudio Sérgio Monteiro, Ovar, Aveiro, 4821
Conceição Anjos, Santarém, Santarém, 8661
Conceição Nogueira, Porto, Porto, 941
Conceição Peralta, Lisboa, Lisboa, 6440
Constança Portela, Porto, Porto, 11555
Constantino Piçarra, Castro Verde, Beja, 787
Cristian Georgescu, Porto, Porto, 11632
Cristina Andrade, Lisboa, Lisboa, 5074
Cristina Maria Zina Herculano, Almada, Setúbal, 10937
Cristovão Sá Pimenta, Maia, Porto, 10509
Daniel Castro Silva, São João da Madeira, Aveiro, 10838
Daniel Claro, Azambuja, Lisboa, 1336
Daniel Vicente, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11276
Danilo Gonçalves, Funchal, Madeira, 11976
Dário Alfaia, Nisa, Portalegre, 6662
David Anthony Berruenco, Olhão, Faro, 10617
David Argel, Beja, Beja, 1424
David Bizarro, Nisa, Portalegre, 7703



David Ramos, Funchal, Madeira, 9546
David Vargas, Santa Cruz, Madeira, 6172
Davide Costa, Gondomar, Porto, 4633
Davide Silva, Salvaterra de Magos, Santarém, 11408
Delfina Janeiro, Palmela, Setúbal, 4773
Delmiro Ferreira, Funchal, Madeira, 5124
Deolinda Martin, Amadora, Lisboa, 3942
Deolinda Romba, Almada, Setúbal, 3229
Deonilde Ramos Silva, Palmela, Setúbal, 1180
Dilan Granjo, Aveiro, Aveiro, 11334
Diniz Pinto, Braga, Braga, 6643
Diogo Barbosa, Lisboa, Lisboa, 5265
Diogo Ferreira, Ílhavo, Aveiro, 10120
Diogo Mendes, Setúbal, Setúbal, 12249
Diogo Pedro Espirito Santo, Almada, Setúbal, 10398
Diogo Sousa, Madeira, Funchal, 11767
Diogo Varela Santos, Cascais, Lisboa, 12038
Duarte Alves, Funchal, Madeira, 8307
Duarte Arsénio, Chamusca, Santarém, 6146
Duarte Barros, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10351
Duarte Cavalinhos, Seixal, Setúbal, 821
Durval Soares, Seixal, Setúbal, 1384
Edgar Sousa, Sesimbra, Setúbal, 10950
Eduardo Antunes, Aveiro, Aveiro, 11907
Eduardo Ferreira, Ovar, Aveiro, 10059
Eduardo Rocha, Moita, Setúbal, 227
Elisa Ribeiro, Vila Franca de Xira, Lisboa, 10452
Elisabete Figueira, Câmara de Lobos, Madeira, 7691
Elísio Silva, Espinho, Aveiro, 1711
Elsa João, Portalegre, Portalegre, 3661
Emanuel Gonçalves, Funchal, Madeira, 9581
Ernestina Almeida, Vila Nova de Gaia, Porto, 11496
Esmeralda Melo, Aveiro, Aveiro, 10881
Estela Rodrigues, Matosinhos, Porto, 595
Eva Braga, São João da Madeira, Aveiro, 105
Ezequiel Ferreira, Setúbal, Setúbal, 670
Fátima Barata, Seixal, Setúbal, 754
Fátima Gonçalves, Funchal, Madeira, 6923
Fátima Marras, Almada, Setúbal, 6467
Fátima Pinheiro, Oeiras, Lisboa, 713
Faustino Santos, Gondomar, Porto, 9838
Feliciana Mota, Sesimbra, Setúbal, 4612
Fernanda Morais, Oeiras, Lisboa, 12059
Fernando Barbosa, Valongo, Porto, 7105
Fernando Cruz, Almada, Setúbal, 1194
Fernando Figueira, Sintra, Lisboa, 1106
Fernando João Faria, Lisboa, Lisboa, 1448
Fernando Lacerda, Vila Nova de Gaia, Lisboa, 356
Fernando Macedo, Vila Nova de Gaia, Porto, 9148
Fernando Monteiro, Valongo, Porto, 1489
Fernando Moreira, Viseu, Viseu, 6816
Fernando Peixoto, Almada, Setúbal, 5520
Fernando Pereira, Viseu, Viseu, 3186
Fernando Pinho, Setúbal, Setúbal, 842
Fernando Sarmento, Mirandela, Bragança, 8574
Fernando Sequeira, Moita, Setúbal, 1071
Filipa Filipe, Santarém, Santarém, 6247
Filipa Gonçalves, Lisboa, Lisboa, 3541
Filipa Menezes, Santarém, Santarém, 10939
Filipa Neto, Aveiro, Aveiro, 11522
Filipe Grilo Mestre, Palmela, Setúbal, 11811
Filipe Oliveira, Vila Nova de Gaia, Porto, 8983
Filipe Silva Rodrigues, Silves, Faro, 5697
Filipe Vintém, Tomar, Santarém, 8495
Firmino Amendoeira, Azambuja, Lisboa, 5475
Francisca Bartilotti, Porto, Porto, 10718
Francisco Alves, Barreiro, Setúbal, 1107
Francisco Carvalho, Lisboa, Lisboa, 11492
Francisco Colaço, Cartaxo, Santarém, 390
Francisco Cordeiro, Santarém, Santarém, 7658
Francisco Filipe, Ponte de Sor, Portalegre, 10494
Francisco José, Maia, Porto, 4052
Francisco Matos, Aveiro, Aveiro, 10883
Francisco Silva, Seixal, Setúbal, 11108
Francisco Morais, Seixal, Setúbal, 9122
Gabriel Brochado, Mirandela, Bragança, 7243
Gertrudes Lança Baião, Palmela, Setúbal, 4990
Gil Augusto Gonçalves, Bragança, Bragança, 10946
Gilberto Nifrário, Sesimbra, Setúbal, 4301
Gilberto Venâncio, Portalegre, Portalegre, 3930
Gonçalo Cabral Ferreira, Matosinhos, Porto, 8568
Gonçalo Gonçalves, Aveiro, Aveiro, 10004
Gonçalo Mota, Matosinhos, Porto, 10657
Gonçalo Pessa, Lisboa, Lisboa, 8545
Gonçalo Pinto Ferrão, Cascais, Lisboa, 9656
Gonçalo Silva, Loures, Lisboa, 10728
Graça Bastos, Oeiras, Lisboa, 1614
Graça Lucena, Porto, Porto, 6586
Graça Pestana, Oeiras, Lisboa, 10290
Guida Vieira, Funchal, Madeira, 3574
Guilherme Amaro, Aveiro, Aveiro, 11875
Gustavo Behr, Lisboa, Lisboa, 4574
Heitor Carvalho, São João da Madeira, Aveiro, 2556
Heitor Nereu, Torres Novas, Santarém, 10540
Heitor Sousa, Leiria, Leiria, 664
Hélder Fortes, Alcanena, Santarém, 8493
Helena Amaral, Lisboa, Lisboa, 611
Helena Figueiredo, Lisboa, Lisboa, 3736
Helena Nunes, Almada, Setúbal, 1193
Helena Oliveira, São João da Madeira, Aveiro, 4557
Helena Pinto, Torres Novas, Santarém, 659
Helena Silva, Mirandela, Bragança, 11849
Henrique dos Reis Leal, Entroncamento, Santarém, 1350
Henrique Pires, Almada, Setúbal, 3820
Hugo Bento, Matosinhos, Porto, 11094
Hugo Evangelista, Lisboa, Lisboa, 3424
Hugo Gonçalves, Funchal, Madeira, 11226



Hugo Manuel Silva Lemos, Almada, Setúbal, 10920
Hugo Monteiro, Porto, Porto, 3180
Hugo Raimundo, Amadora, Lisboa, 12032
Hugo Silva, São Miguel, Açores, 11942
Humberto Abreu, Funchal, Madeira, 3586
Humberto Silveira, Lisboa, Lisboa, 4094
Idalino Dias, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11483
Igor Andrade, Funchal, Madeira, 7347
Ilda Maria de Oliveira Coelho, Leiria, Leiria, 11713
Inês Bom, Almada, Setúbal, 10414
Inês Ferreira, Amadora, Lisboa, 12123
Inês Martins Monteiro, Beja, Beja, 9792
Inês Ramalhão, Matosinhos, Porto, 12023
Inês Ribeiro, Cascais, Lisboa, 9412
Inês Tavares, Lisboa, Lisboa, 9721
Inês Veloso, Barreiro, Setúbal, 11323
Irina Pampim, Amadora, Lisboa, 8869
Isabel Fonseca, Lisboa, Lisboa, 5276
Isabel Maria Luz Pereira, Almada, Setúbal, 1197
Isabel Matos, Aveiro, Aveiro, 9512
Isabel Roque, Oeiras, Lisboa, 5042
Isabel Vieira, Seixal, Setúbal, 1391
Isaque Araujo, Maia, Porto, 10508
Isidro Soares, Porto, Porto, 358
Ismael Varanda, Ovar, Aveiro, 9725
Ivo Angélico, Aveiro, Aveiro, 8468
Izaura Solipa, Lisboa, Lisboa, 11048
Izídia Rodrigues, Câmara de Lobos, Madeira, 3373
Jaime Mestre, Palmela, Setúbal, 831
Jaime Pinho, Setúbal, Setúbal, 671
Jaime Santiago, Albergaria-a-Velha, Aveiro, 11262
Jaime Valentim, Ílhavo, Aveiro, 12153
Jaime Veiga, Porto, Porto, 11021
Jaqueline Vinagre, Oliveira de Azeméis, Aveiro, 10804
Jerónimo Dias, Aveiro, Aveiro, 10561
Joana Amaral Grilo, Lisboa, Lisboa, 5360
Joana Barros, Aveiro, Aveiro, 11128
Joana Caetano, Santa Maria da Feira, Aveiro, 8947
Joana Campos, Lisboa, Lisboa, 1374
Joana Filipa Gomes, Gondomar, Porto, 5626
Joana Filipe, Caldas da Rainha, Leiria, 11938
Joana Mortágua, Almada, Setúbal, 3772
Joana Pires, Lisboa, Lisboa, 11465
Joana Rita Filipe, Caldas da Rainha, Leiria, 11938
Joana Rodrigues Soares, Porto, Porto, 12229
João Abrantes, Salvaterra de Magos, Santarém, 9151
João Afonso, Santiago do Cacém, Setúbal, 159
João Almeida, Ovar, Aveiro, 699
João Bagina, Portalegre, Portalegre, 4593
João Bau, Lisboa, Lisboa, 4658
João Brandão, Aveiro, Aveiro, 11878
João Brandão, Faro, Faro, 934
João Camargo, Amadora, Lisboa, 9236
João Carlos Coelho, Aveiro, Aveiro, 11915
João Carlos Ferreira Fernandes, Almada, Setúbal, 3228
João Carvalho, Lisboa, Lisboa, 4236
João Castela, Mealhada, Aveiro, 12149
João Cordeiro, Porto, Porto, 5622
João Costa, Santa Cruz, Madeira, 3802
João Curvêlo, Odivelas, Lisboa, 5267
João Faria, Campo Maior, Portalegre, 7704
João Figueira, Aveiro, Aveiro, 10182
João Filipe Alves, Palmela, Setúbal, 828
João Gomes, Oeiras, Lisboa, 3099
João Lage, Portalegre, Portalegre, 9252
João Lopes, Oeiras, Lisboa, 9872
João Manuel Matos Silva, Seixal, Setúbal, 4110
João Martins, Vila Nova de Gaia, Porto, 12136
João Mineiro, Lisboa, Lisboa, 6566
João Moniz, Aveiro, Aveiro, 11411
João Paulo Tomé, Figueira da Foz, Coimbra, 2451
João Pedro Gomes, Palmela, Setúbal, 12075
João Pereira, Setúbal, Setúbal, 4410
João Pinho, Lisboa, Lisboa, 2343
João Silva, Sintra, Lisboa, 2747
João Silva, Barreiro, Setúbal, 2986
Joaquim Alberto Coelho Gomes, Faro, Faro, 11968
Joaquim Balhé da Silva, Palmela, Setúbal, 839
Joaquim Cardoso Rodrigues, Coimbra, Coimbra, 9420
Joaquim Dias, Santa Maria da Feira, Aveiro, 5968
Joaquim Dias, Oeiras, Lisboa, 4602
Joaquim Espirito Santo, Gondomar, Porto, 2627
Joaquim Fernando Pereira Araújo, Maia, Porto, 10222
Joaquim Machado, Seixal, Setúbal, 1775
Joaquim Merca, Seixal, Setúbal, 2932
Joaquim Moreira, Gondomar, Porto, 320
Joaquim Piló, Seixal, Setúbal, 2930
Joaquim Raminhos, Moita, Setúbal, 559
Joaquim Silva, Matosinhos, Porto, 6294
Joaquina Lourenço, Portimão, Faro, 9138
Joel Oliveira, Porto, Porto, 1238
Jordana Góis, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11252
Jorge Silva, Seixal, Setúbal, 4147
Jorge Cunha, Viseu, Viseu, 1290
Jorge Magalhães, Porto, Porto, 4458
Jorge Manuel Ramos, Lagoa, Faro, 8646
Jorge Manuel Santana, Santiago do Cacém, Setúbal, 4900
Jorge Martins, São Miguel, Açores, 11944
Jorge Martins, Coimbra, Coimbra, 11764
Jorge Pereira, Matosinhos, Porto, 343
Jorge Santos, Matosinhos, Porto, 11764
Jorge Santos, Amadora, Lisboa, 10742
Jorge Santos, Maia, Porto, 7882
Jorge Silva, Porto, Porto, 9733
Jorge Silva, Salvaterra de Magos, Santarém, 11173
Jorge Silva (Juca), Sintra, Lisboa, 1103
Jorge Sousa, Matosinhos, Porto, 1239



Jorge Varão Gonçalves, Almada, Setúbal, 562
 José Alexandre Pires, Loures, Lisboa, 10361
 José António Andrade, Funchal, Madeira, 915
 José António Rocha, Almada, Setúbal, 4994
 José Augusto Cardoso Pinto, Porto, Porto, 6932
 José Boavida, Lisboa, Lisboa, 604
 José Carlos Pacheco, Setúbal, Setúbal, 4409
 José Carlos Soares, Campo Maior, Portalegre, 10357
 José Casimiro, Lisboa, Lisboa, 660
 Jose Castro, Porto, Porto, 333
 José das Neves Filipe, Santarém, Santarém, 1333
 José Domingos, Castro Marim, Faro, 9554
 José Ezequiel Nóbrega, Funchal, Madeira, 10735
 José Falcão, Lisboa, Lisboa, 653
 José Ferreira, Amadora, Lisboa, 10876
 José Franco, Loures, Lisboa, 5501
 José Gomes Dias, Braga, Braga, 5726
 José Joaquim Ferreira dos Santos, Matosinhos, Porto, 646
 José Luís da Silva, Almada, Setúbal, 1373
 Jose Luis Sousa, Marco de Canavezes, Porto, 6120
 José Maia Santos, Lagos, Faro, 3400
 José Maneira, Lisboa, Lisboa, 403
 Jose Manuel, Almada, Setúbal, 220
 José Manuel Bento, Palmela, Setúbal, 12076
 José Manuel Jesus, Santa Maria da Feira, Aveiro, 8112
 José Maria Cardoso, Barcelos, Braga, 1308
 José Miranda, Porto, Porto, 5076
 José Moreira, Faro, Faro, 6643
 José Pateca, Câmara de Lobos, Madeira, 3318
 José Pedras, Braga, Braga, 10774
 José Pedro Oliveira, Beja, Beja, 8293
 José Porfírio, Portimão, Faro, 11588
 José Ramos, Vila Nova de Gaia, Porto, 11315
 Josefina Melim, Machico, Madeira, 3567
 Júlia Correia, Aveiro, Aveiro, 10914
 Júlia Correia, Miranda do Corvo, Coimbra, 4770
 Julieta Rocha, Almada, Setúbal, 1191
 Júlio Augusto Pires Afonso, Miranda do Douro, Bragança, 7205
 Júlio Carvalho, Gondomar, Porto, 9012
 Juvenal Vieira, Funchal, Madeira, 4422
 Karim Quintino, Almada, Setúbal, 11774
 Laura Pinheiro, Oeiras, Lisboa, 10841
 Leandro Gama, Águeda, Aveiro, 12133
 Leonel Fonseca, Salvaterra de Magos, Santarém, 9185
 Leonor Costa, Lisboa, Lisboa, 5673
 Leonor Lopes, Portalegre, Portalegre, 11145
 Liberato Almeida, Ovar, Aveiro, 702
 Lucinda Silva, Funchal, Madeira, 2945
 Luís Bento, Rio Maior, Lisboa, 11133
 Luís Branco, Lisboa, Lisboa, 239
 Luís Casinhas, Lagos, Faro, 10300
 Luís Castro, Cascais, Lisboa, 1713
 Luís Coelho, Braga, Braga, 2704
 Luís Correia, Figueiró dos Vinhos, Leiria, 7987
 Luís Costa, Faro, Faro, 4022
 Luís Costa, Amadora, Lisboa, 8295
 Luis Daniel, Vila Nova de Gaia, Porto, 4879
 Luis Filipe Pereira, Almada, Setúbal, 543
 Luis Govern Aderente, Barreiro, Setúbal, 11707
 Luís Gomes, Salvaterra de Magos, Santarém, 1501
 Luís Grácio, Entroncamento, Santarém, 4320
 Luís Grilo, Águeda, Aveiro, 11860
 Luís Leiria, Lisboa, Lisboa, 993
 Luís Mendes, Vila Franca de Xira, Lisboa, 4782
 Luis Moleiro Santos, Portimão, Faro, 2500
 Luis Mota, Maia, Porto, 6138
 Luis Nascimento, Barreiro, Setubal, 10085
 Luís Oliveira, Ílhavo, Aveiro, 7299
 Luís Peres, Porto, Porto, 366
 Luis Ramos, Santa Maria da Feira, Aveiro, 11856
 Luis Santos, Valongo, Porto, 332
 Luis Silva, Matosinhos, Porto, 945
 Luis Silva, Salvaterra de Magos, Santarém, 11126
 Luís Valentim Pereira Monteiro, Vila Nova de Gaia, Porto, 6793
 Luís Xavier, Matosinhos, Porto, 9565
 Luísa Oliveira, Gondomar, Porto, 381
 Luísa Oliveira, Maia, Porto, 381
 Luísa Silva Gomes, Vila Nova de Gaia, Porto, 10592
 Luísa Teixeira, Seixal, Setúbal, 750
 Lurdes Gomes, Vila Nova de Gaia, Porto, 9844
 Manuel Bento, Funchal, Madeira, 10990
 Manuel Carlos Silva, Braga, Braga, 12121
 Manuel Fernandes, Porto, Porto, 11068
 Manuel Filipe Faria, Funchal, Madeira, 5242
 Manuel Grilo, Lisboa, Lisboa, 649
 Manuel Machado, Águeda, Aveiro, 11859
 Manuel Martins, Moita, Setúbal, 587
 Manuel Neves, Oeiras, Lisboa, 10686
 Manuel Perfeito, Gondomar, Porto, 317
 Manuel Ramos, Torres Novas, Santarém, 2969
 Manuel Rocha, Santa Maria da Feira, Aveiro, 6815
 Manuel Sabino, Barreiro, Setúbal, 586
 Manuel Silvestre Gago, Loures, Lisboa, 667
 Manuela Goes, Lagos, Faro, 3437
 Manuela Gomes, Almada, Setúbal, 5674
 Manuela Paiva, Setúbal, Setúbal, 845
 Marcelino Caeiro, Oeiras, Lisboa, 12056
 Marcelo Andrade, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10840
 Marco Dominguez Mendonça, Mirandela, Bragança, 122
 Marco Geração, Entroncamento, Santarém, 5580
 Marco Marques, Lisboa, Lisboa, 5160
 Marcos Quitério, Olhão, Faro, 7471
 Marcos Santos, Vila Nova de Gaia, Porto, 10967
 Margarida Janeiro, Faro, Faro, 9584



- Margarida Rosa da Cruz Carvalhais Vilela, Matosinhos, Porto, 5691
Maria Adelaide Almeida, Loures, Lisboa, 5500
Maria Aida Gomes Ventura de Lacerda, Almada, Setúbal, 10915
Maria Antónia Frio, Ponte de Sor, Portalegre, 8066
Maria Assunção Bacanhim, Funchal, Madeira, 3563
Maria Bastos, Aveiro, Aveiro, 11357
Maria Conceição Caeiro, Oeiras, Lisboa, 12057
Maria Conceição Pereira, Funchal, Madeira, 3571
Maria Cunha, Almada, Setúbal, 11078
Maria da Assunção Rocha, Almada, Setúbal, 4997
Maria da C. da Silva, Seixal, Setúbal, 4776
Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto, Viseu, Viseu, 2786
Maria da Luz Leonor, Matosinhos, Porto, 9708
Maria da Luz Louro, Portalegre, Portalegre, 8428
Maria do Carmo Bica, São Pedro do Sul, Viseu, 2784
Maria do Céu Costa, São Miguel, Açores, 11940
Maria Eduarda Faria, Palmela, Setúbal, 566
Maria Elisa Moreira, Setúbal, Setúbal, 10911
Maria Emília Amendoeira, Azambuja, Lisboa, 5471
Maria Fátima Martins, Palmela, Setúbal, 11812
Maria Francisca Ferreira, Lisboa, Lisboa, 10795
Maria Ganança, Ponta do Sol, Madeira, 2947
Maria Gorete Bento, Funchal, Madeira, 9628
Maria Graciete Pereira, Ponte de Sor, Portalegre, 10496
Maria Iolanda Correia, Funchal, Madeira, 5130
Maria Isabel R. Duarte, Sintra, Lisboa, 672
Maria Ivone Gomes, Funchal, Madeira, 3580
Maria Joana Silva, Almada, Setúbal, 10648
Maria João Figueira, Odivelas, Lisboa, 11033
Maria João Rodrigues, Vila Nova de Gaia, Porto, 4265
Maria José Barbosa Guedes, Porto, Porto, 10870
Maria José Ganhão, Moita, Setúbal, 2222
Maria Lebreiro, Gondomar, Porto, 11484
Maria Leonor Silva Lemos, Almada, Setúbal, 4927
Maria Leopoldina Manteigas, Peniche, Leiria, 7378
Maria Lúcia Mendes Pereira Ramos, Torres Novas, Santarém, 2964
Maria Luísa Cabral, Lisboa, Lisboa, 9516
Maria Luísa Oliveira, Porto, Porto, 381
Maria Manuel Rola, Porto, Porto, 9880
Maria Manuela Franco Pereira, Leiria, Leiria, 8203
Maria Margarida Salvado Rocha, Palmela, Setúbal, 2245
Maria Rosa Dias, Portimão, Faro, 10391
Maria Teresa Rodrigues, Cascais, Lisboa, 2025
Maria Teresa Silva, Porto, Porto, 6931
Mariana Carneiro, Lisboa, Lisboa, 1644
Mariana Gomes, Lisboa, Lisboa, 10023
Mariana Mortágua, Lisboa, Lisboa, 6687
Mariana Simões Rêgo, Porto, Porto, 10446
Mariette Martinho, Loulé, Faro, 8449
Mário Andrade, Portimão, Faro, 10392
Mário Durval, Barreiro, Setúbal, 583
Mário Mateus, Vila Real de Santo António, Faro, 10712
Mário Moniz, Faial, Açores, 3797
Mário Moutinho, Porto, Porto, 11159
Mário Tomé, Lisboa, Lisboa, 3761
Marlene Sofia de Sousa Santos, Gondomar, Porto, 12084
Marta Fonseca, Almada, Setúbal, 11161
Marta Giesta, Gondomar, Porto, 9884
Marta Graça, Aveiro, Aveiro, 4643
Marta Luz Pereira, Almada, Setúbal, 1195
Mercedes Peixinho, Aveiro, Aveiro, 9348
Miguel Cardina, Coimbra, Coimbra, 7151
Miguel Cerqueira, Vila Nova de Gaia, Porto, 11358
Miguel de Magalhães, Sintra, Lisboa, 11377
Miguel Heleno, Porto, Porto, 9353
Miguel Jesus, Oliveira de Azeméis, Aveiro, 11223
Miguel Pinheiro, Albufeira, Faro, 10360
Miguel Pinto, Oeiras, Lisboa, 448
Miguel Semedo, Porto, Porto, 10088
Moisés Ferreira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 2860
Mónica Nóbrega, Funchal, Madeira, 9229
Natércia Coimbra, Coimbra, Coimbra, 644
Nelson Arraiolos, Caldas da Rainha, Leiria, 11005
Nelson Ferreira, Viseu, Viseu, 123
Nelson Peralta, Aveiro, Aveiro, 1664
Nina Jokisic, Funchal, Madeira, 11899
Nuno António Dias Monteiro, Valongo, Porto, 6969
Nuno Cardoso, Portalegre, Portalegre, 10132
Nuno Casimiro Vaz Silva, França, Europa, 10867
Nuno Caterna, Gondomar, Porto, 5627
Nuno Manuel da Rocha e Freitas, Amarante, Porto, 9091
Nuno Miguel Franco da Costa, Amares, Braga, 6755
Nuno Miguel Pinto Serrano, Santa Maria da Feira, Aveiro, 5234
Nuno Monteiro, Salvaterra de Magos, Santarém, 11127
Nuno Moreira, Almada, Setúbal, 10739
Nuno Onça, Vila Franca de Xira, Lisboa, 10319
Nuno Pinto, Lagos, Faro, 7671
Nuno Saraiva, Lisboa, Lisboa, 11348
Nuno Silva, São Miguel, Açores, 11941
Nuno Soares, Santa Maria da Feira, Aveiro, 9637
Nuno Viana, Faro, Faro, 5028
Olavo Almada, Funchal, Madeira, 10927
Olegário Rocha, Aveiro, Aveiro, 11409
Orlando Carvalho, Maia, Maia, Porto, 12145
Orlando Monteiro, Porto, Porto, 6596
Patrícia Alves, Abrantes, Santarém, 8649
Patrícia Cravinho, Aveiro, Aveiro, 11566
Patrícia Fernandes dos Reis, Lisboa, Lisboa, 11971
Patrícia Moreira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 9634
Paula Nogueira, Braga, Braga, 2099



Paula Sequeiros, Porto, Porto, 194
Paula Valentim, Vila Nova de Gaia, Porto, 9529
Paulete Matos, Lisboa, Lisboa, 605
Paulo Cardoso, Portalegre, Portalegre, 2598
Paulo Freitas, Caldas da Rainha, Leiria, 9103
Paulo Jorge Afonso, Portimão, Faro, 9782
Paulo Jorge Vieira, Lisboa, Lisboa, 1163
Paulo Marques, Almeirim, Santarém, 8173
Paulo Mendes, Odivelas, Lisboa, 7053
Paulo Mouta, Vila Nova de Gaia, Porto, 11457
Paulo Nuno Santos, Vila Nova de Gaia, Porto, 2726
Paulo Oliveira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 4833
Paulo Reis, Tomar, Santarém, 8492
Paulo Renato Cardoso Ricardo, Porto, Porto, 2055
Paulo Renato Oliveira, Aveiro, Aveiro, 10212
Paulo Sanona, Santa Maria da Feira, Açores, 7870
Paulo Seara, Vila Real, Vila Real, 7936
Paulo Sousa, Odivelas, Lisboa, 5362
Pedro Barcelos, Palmela, Setúbal, 10489
Pedro Castela, Mealhada, Aveiro, 12150
Pedro Celestino, Almada, Setúbal, 10738
Pedro Damião, Ovar, Aveiro, 11410
Pedro Gonçalves, Odemira, Beja, 9777
Pedro Grave, Abrantes, Santarém, 3775
Pedro Leal, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10575
Pedro Luís Alves Ferreira, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10062
Pedro Miguel Graça Vilão, Almada, Setúbal, 12213
Pedro Miguel Soares Carreira, Porto, Porto, 9837
Pedro Mota, Portimão, Faro, 4152
Pedro Nuno Lopes dos Reis, Almada, Setúbal, 2810
Pedro Pereira, Matosinhos, Porto, 4054
Pedro Pinheiro, Oeiras, Lisboa, 9871
Pedro Ramos, Lisboa, Lisboa, 3514
Pedro Santos, Entroncamento, Santarém, 6935
Pedro Tavares, Castro Marim, Faro, 3238
Rafael Boulair, Porto, Porto, 10218
Rafael Fernandes Boulair, Porto, Porto, 10214
Rafael Gomes, Coruche, Santarém, 8299
Rafael Ricardo Pereira, Funchal, Madeira, 3319
Ramiro Gonçalves, Castro Marim, Faro, 10985
Raquel Santos, Barreiro, Setúbal, 3010
Raquel Valentim, Ílhavo, Aveiro, 11463
Raúl Gonçalves, Loures, Lisboa, 3521
Renato Soeiro, Vila Nova de Gaia, Porto, 939
Renato Troca, Aveiro, Aveiro, 11336
Ricardo Caçoila, Montijo, Setúbal, 4699
Ricardo Giestas, Funchal, Madeira, 11864
Ricardo Gomes, Palmela, Setúbal, 12073
Ricardo Gonçalves, Lisboa, Lisboa, 4282
Ricardo Gouveia, Amadora, Lisboa, 9357
Ricardo Jorge Andrade, Funchal, Madeira, 9460
Ricardo Lafuente, Porto, Porto, 2011
Ricardo Moreira, Lisboa, Lisboa, 4622
Ricardo Robles, Lisboa, Lisboa, 2005
Ricardo Santos Gomes, Palmela, Setúbal, 12073
Ricardo Silva, Rio Maior, Santarém, 12078
Ricardo Silva Vicente, Caldas da Rainha, Leiria, 6574
Rita Alves, Águeda, Aveiro, 12134
Rita Baptista, Aveiro, Aveiro, 10219
Rita Calvário, Lisboa, Lisboa, 469
Rita Gorgulho, Lisboa, Lisboa, 5361
Rita Pinho Matos, São João da Madeira, Aveiro, 9340
Rita Silva, Lisboa, Lisboa, 2001
Rodrigo Borges, Palmela, Setúbal, 5468
Rodrigo Rivera, Lisboa, Lisboa, 3451
Rodrigo Teixeira, Torres Novas, Santarém, 5429
Rogério Almeida, Funchal, Madeira, 11376
Rogério Rochinha Jesus Ferreira, Loulé, Faro, 10861
Romão Ramos, Torres Novas, Santarém, 1351
Romeu Marques, Seixal, Setúbal, 10912
Rosa Bernardino, Oeiras, Lisboa, 5469
Rosalina Silva, Porto, Porto, 12040
Rúben Afonso, Oeiras, Lisboa, 10423
Rubén Bombaça Tomás, Palmela, Setúbal, 10267
Rui Amaro, Setúbal, Setúbal, 12271
Rui Antunes, Guimarães, Braga, 8115
Rui C. Godinho, Seixal, Setúbal, 2482
Rui Cância, Aveiro, Aveiro, 5891
Rui Cortes, Vila Real, Vila Real, 251
Rui Costa, Lisboa, Lisboa, 8668
Rui Garrido, Elvas, Portalegre, 3663
Rui Maia, Lisboa, Lisboa, 3967
Rui Marques, Loures, Lisboa, 7090
Rui Matoso, Torres Vedras, Lisboa, 206
Rui Morgado, Matosinhos, Porto, 6791
Rui Nóvoa, Gondomar, Porto, 159
Rui Oliveira, Aveiro, Aveiro, 10122
Rui Pedro Pinto, São João da Madeira, Aveiro, 12246
Rui Pernas, Portalegre, Portalegre, 3666
Rute Amendoeira, Azambuja, Lisboa, 5472
Samuel Varela Casado, Palmela, Setúbal, 8769
Sandra Almeida, Barreiro, Setúbal, 11737
Sandra Caçoila Gomes, Salvaterra de Magos, Santarém, 5487
Sandra Cunha, Sesimbra, Setúbal, 487
Sara Amieiro, Setúbal, Setúbal, 5679
Sara Cardoso, Portalegre, Portalegre, 10131
Sara Magalhães, Cascais, Lisboa, 7650
Sara Rocha, Lisboa, Lisboa, 4762
Sara Santos, Gondomar, Porto, 9779
Sara Schuh, Lisboa, Lisboa, 9088
Sara Simões, Odivelas, Lisboa, 9592
Sebastião Martins Santos, Montijo, Setúbal, 560
Sebastião Pernes, Vila do Bispo, Faro, 4952
Selma Pechilas, Aveiro, Aveiro, 12099
Serafim Duarte, Coimbra, Coimbra, 1150
Sérgio Cunha, Almada, Setúbal, 8498



Sérgio Filipe, Salvaterra de Magos, Santarém, 11407
Sérgio M. da Silva, Seixal, Setúbal, 4774
Sérgio Neves, Seixal, Setúbal, 4637
Sérgio Silva, Sesimbra, Setubal, 11660
Sidónio Jardim, Câmara de Lobos, Madeira, 3374
Silvana Paulino, Setúbal, Setúbal, 8864
Silvério Pinheiro Mendes, Palmela, Setúbal, 6645
Silvestre Pereira, Maia, Porto, 1262
Sílvia Carreira, Matosinhos, Porto, 9188
Silvina Silva, São Miguel, Açores, 11943
Simeão Quedas, Portimão, Faro, 3910
Sofia Alexandra Ferreira santos, Europa, Europa, 5342
Sofia do Carmo P. Krus, Santiago do Cacém, Setúbal, 4610
Sofia Roque, Lisboa, Lisboa, 3595
Sofia Vinagre, Aveiro, Aveiro, 4428
Sónia Almada, Funchal, Madeira, 2948
Sónia Pedro, Oeiras, Lisboa, 10288
Sónia Simões, Aveiro, Aveiro, 11333
Sónia Sousa, Santa Maria da Feira, Aveiro, 10566
Susana Constante Pereira, Porto, Porto, 10590
Tânia Paixão, Oeiras, Lisboa, 12058
Tânia Prezado Ribeiro, Torres Novas, Santarém, 10981
Tatiana Caldeirinha, Faro, Faro, 10026
Teresa Azevedo, Funchal, Madeira, 6280
Teresa Bonito, Anadia, Aveiro, 2759
Teresa Faria, Funchal, Madeira, 6908
Teresa Sales, Almada, Setubal, 3821
Teresina Paz, Torres Novas, Santarém, 8532
Tiago Acúrcio, Condeixa-a-Nova, Coimbra, 8745
Tiago Carvalho, Gondomar, Porto, 7293
Tiago Caseiro, Seixal, Setúbal, 2931
Tiago Fernandes, Oeiras, Lisboa, 10685
Tiago Gillot, Loures, Lisboa, 636
Tiago Grosso, Loulé, Faro, 8113
Tiago Ivo Cruz, Lisboa, Lisboa, 5224
Tiago Oliva, Lisboa, Lisboa, 10628
Tiago Pinheiro, Montijo, Setúbal, 7931
Tibério Puim, São Miguel, Açores, 11939
Timóteo Macedo, Lisboa, Lisboa, 1104
Vanessa Mendes, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11400
Vanessa Silva, Aveiro, Aveiro, 10190
Vanessa Sousa, Sesimbra, Setúbal, 10007
Vânia Pereira, Salvaterra de Magos, Santarém, 9646
Vasco Barata, Lisboa, Lisboa, 10218
Vasco Manuel Vaz Pinto, Vila Nova de Gaia, Porto, 11835
Vasco Ruivo, Cartaxo, Santarém, 1337
Ventura Ramalho, Odemira, Beja, 11934
Vera Fazenda, Lisboa, Lisboa, 480
Vicente Figueira, Setúbal, Setúbal, 8521
Víctor Pinto, Póvoa do Varzim, Porto, 7333
Virgílio Pereira, Gondomar, Porto, 7511
Virgínia Matos, Aveiro, Aveiro, 6668
Vitália Ribeiro, Barreiro, Setúbal, 580
Vitor Barros, Vila Nova de Gaia, Porto, 10009
Vitor Brilhante, Amadora, Lisboa, 1105
Vitor Cavalinhos, Seixal, Setúbal, 526
Vitor Edmundo, Loures, Lisboa, 1073
Vitor Franco, Santarém, Santarém, 1329
Vitor Gonçalves, Funchal, Madeira, 11825
Vitor Gonçalves, Vila Franca de Xira, Lisboa, 11253
Vitor Manuel Ruivo, Faro, Faro, 516
Vitor Pinheiro, Oeiras, Lisboa, 712
Vitor Pires, Porto, Porto, 1263
Vitor Rocha, Setúbal, Setúbal, 11731
Vitor Rosa, Setúbal, Setúbal, 10748
Vitor Silva, Anadia, Aveiro, 2806
Vitor Tojeira, Leiria, Leiria, 6908
Vitoria Rato, Portalegre, Portalegre, 11799
Viviana Rodrigues, Funchal, Madeira, 9221
William Naval, Lisboa, Lisboa, 7334
Xavier Gaspar, Leiria, Leiria, 11051
Zélia Soares, Setúbal, Setúbal, 840
Zuraida Soares, Açores, São Miguel, 3884



Moção B

MAIS BLOCO

No âmbito das disposições regulamentares da X Convenção do Bloco de Esquerda, a Comissão Organizadora da Convenção (COC) informa que a Moção B - Mais Bloco para enfrentar Tempos Novos e Moção C - Bloco + anunciaram a sua fusão, passando a designar-se “Moção B - Mais Bloco



MOÇÃO B. MAIS BLOCO

O Bloco de Esquerda atravessa um bom momento. Os últimos resultados eleitorais nas regionais na Madeira, nas legislativas e presidenciais permitiram inverter o quadro de declínio verificado a partir de 2011. Conquistou-se o maior grupo parlamentar de sempre e os melhores resultados numa candidatura à Presidência da República. Afirmou-se uma nova geração de dirigentes – mulheres, jovens e combativas.

Evoluímos com acerto tático no desafio ao PS na campanha eleitoral e em relação ao acordo de incidência parlamentar, ultrapassando-se resquício de velhos sectarismos. **O Bloco tornou-se uma força incontornável na sociedade portuguesa.** Trabalhadores, mulheres, jovens, intelectuais, pensionistas e reformados, olham-nos com confiança e expectativa.

As pressões austeritárias da Europa e da direita sobre o governo, fazem com que o aprofundamento do acordo com o PS, seja complexo, embora desejável, no sentido de prosseguir o desmantelamento da política de austeridade e a reposição de direitos sociais, construindo alternativas que se traduzam na vida dos trabalhadores e da população em geral. Assim alargaremos a nossa influência política e social e chegaremos a mais e mais pessoas que continuam alheadas da nossa ação política.

Esta é a altura ideal para aprofundar o enraizamento local e aperfeiçoar o carácter democrático do BE. Não basta dizer que isso é um processo permanente, **é preciso assumir com toda a clareza que este é o momento para um grande impulso nesse sentido.**

Apresentamo-nos à X Convenção com independência de pontos de vista, afirmando com toda a clareza e frontalidade que é, num quadro plural, mas dentro dos órgãos do Bloco, da base ao topo, que queremos construir as sínteses necessárias para a nossa intervenção política.

A Moção B, Mais Bloco, é o resultado da fusão das Moções B e C. Viemos de experiências diferentes no Bloco de Esquerda. Independentemente da forma e do estilo com que nos apresentámos, a margem de convergência e de identidade de pontos de vista e de propostas é grande e une-nos sobretudo a disposição e a vontade de construir um Bloco maior, mais plural e mais democrático. É de mais Bloco que precisamos!.

POR UM GRANDE IMPULSO

O Bloco de Esquerda precisa de se organizar e suprir as dificuldades que fazem com que, 17 anos depois da sua fundação seja tão frágil a militância em grande parte dos concelhos do país, sem estruturas a funcionar, sem núcleos de empresa ou de escolas.

Torna-se assim indispensável tomar um conjunto de medidas com carácter imediato que adequem a organização aos grandes desafios que enfrentamos.

**DEZ MEDIDAS IMEDIATAS A TOMAR PELA DIREÇÃO DO BLOCO**

- ∑ **Prestar todo o apoio às organizações de base, reorientando o corpo de funcionários para a valorização e acompanhamento às regiões e às concelhias em particular.**
- ∑ **Criar coordenadoras de âmbito subdistrital ou interconcelhio, onde o BE é mais fraco, designadamente no interior do país, de modo a apoiar diretamente a implantação e a consolidação organizativa.**
- ∑ **Criação de novas coordenadoras concelhias nos concelhos com, pelo menos, 30 aderentes.**
- ∑ **Dinamização de actividades nas diferentes localidades, incentivando a criação de núcleos de residência, empresa ou escola.**
- ∑ **Elaborar um plano de alargamento e reforma da rede de sedes, de modo a torná-las ponto de encontro de diferentes activismos, local de debates políticos e de iniciativas culturais.**
- ∑ **Incentivar a que a consolidação organizativa corresponda a uma progressiva estruturação do trabalho por grandes áreas temáticas numa perspetiva coletiva de coordenação, baseada na responsabilização e no compromisso individual.**
- ∑ **Revalorizar e dinamizar o site bloco.org como espaço reservado à vida interna do Bloco e às suas dinâmicas, com a criação de uma rede digital aberta que promova a auscultação regular dos aderentes e a circulação permanente de informação.**
- ∑ **Reorganizar e alargar grupos de trabalho que preparem respostas setoriais consistentes. Os grupos devem ser inclusivos, sem sectarismos nem discriminações, e articulados com o grupo parlamentar, mas não como sua emanção ou satélite.**
- ∑ **Criar uma escola de formação política no Bloco, diferenciando-a de iniciativas sincréticas, como a Cultra e a Vírus, que passarão por um incontornável processo de redefinição e reestruturação.**
- ∑ **Assegurar que o Orçamento do Bloco a partir de 2017 reflita estas prioridades.**

O Bloco tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista que manifesta pouca confiança na capacidade de autonomia dos aderentes, organizados nas estruturas locais para ser um partido enraizado nas empresas e comunidades, de modo a que à expansão da nossa representatividade institucional corresponda uma organização estruturada na base. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

Hoje precisamos de muito mais do que campanhas de propaganda produzidas por um corpo central de funcionários na sede na Rua da Palma, que desconhecem o estado da organização e o que se passa em baixo, na periferia dos grandes centros urbanos e no interior, e encaram a base do BE apenas para colar cartazes e distribuir jornais.



Defendemos que a intervenção política do Bloco deve radicar numa dinâmica articulada entre a Comissão Política e as organizações nos locais de habitação e de trabalho e compatibilizada, por valorização recíproca, com o grupo parlamentar.

ACERTO TÁTICO E ORIENTAÇÃO POLÍTICA

Orientamo-nos para uma sociedade que garanta constitucionalmente e assegure na prática amplos direitos económicos, sociais e cívicos e ampla proteção social. **O combate ao desemprego e ao trabalho precário constitui um aspeto absolutamente central deste caminho.**

Não esqueçamos como a direita, politicamente derrotada, se divide entre o ressabiamento e os que, adocicando o discurso, pretendem recompor o centro político fraturado, restaurando a lógica de rotativismo dominante durante décadas para abrir caminho ao regresso da direita ao poder.

Levaremos este acordo de incidência parlamentar tão longe quanto possível, pela proposta e pela alternativa, e faremos todos os possíveis por mantê-lo, traduzindo-o ao longo da legislatura em medidas concretas. Mas sabemos como a pressão da direita e sobretudo da União Europeia vai procurar condicionar a ação governativa, formulando sucessivas exigências de austeridade.

Em caso de quebra ou descaminho do atual quadro governativo não serviremos de muleta de apoio a nenhuma solução de governo que desenvolva intentos contrários à defesa do Trabalho, à promoção do rendimento e dos direitos das classes trabalhadoras, à dignidade e à proteção aos idosos, aos pobres e aos excluídos.

A resposta que será indispensável construir nessa circunstância, que configuraria um novo quadro político, não deixará de ter em conta as diferenciações e ruturas que poderão surgir no seio do próprio PS, procurando favorecer uma recomposição da esquerda, com vista a impedir o regresso da direita, para o que se torna igualmente necessário atrair outros setores da esquerda socialista e independentes que fizeram experiências de organização recentes, tanto nas eleições legislativas como nas presidenciais.

É naturalmente necessário continuar a procurar convergências com o Partido Comunista, importante aliado no combate contra a austeridade e o neoliberalismo, o que num imprescindível quadro de respeito mútuo não deve apoucar-se com ressentimentos estéreis. O BE procurará relacionar-se com o PCP com a normalidade e a dignidade que os cidadãos que confiam nestes dois grandes partidos da esquerda portuguesa deles exigem.

Nesse largo caminho de convergência e de ação conjunta, o Bloco coloca-se, pela iniciativa, no centro do processo e, sem perder autonomia nem ficar dependente de ninguém, empenha-se decisivamente em ultrapassar o clima de desconfiança e de querelas sectárias, extravagantes e inúteis que têm bloqueado caminhos à esquerda, com maturidade, sentido de responsabilidade e acerto tático.

CONTRIBUIR PARA INVERTER A TENDÊNCIA DE REFLUXO DO MOVIMENTO SOCIAL

As grandes manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio, buzinações em várias regiões do país, concentrações, por vezes acompanhadas de formas larvares e espontâneas de resistência ativa não têm conduzido ao fluxo do movimento social. O que a atual correlação de forças parlamentar já conseguiu, deverá ser prosseguido sem cedências à chantagem da Europa, mas só um movi-



mento de massas reivindicativo e combativo constitui garantia segura do efeito e alcance do que se for reconquistando.

Ao BE requer-se que contribua para a dinamização desse movimento, com o envolvimento dos aderentes no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores e nos movimentos sociais, no sentido de elevar os níveis de mobilização e combatividade em torno de agendas reivindicativas concretas de carácter progressivo.

Defendemos os direitos do Trabalho, a reorganização dos serviços públicos de proximidade, particularmente no interior, com reabertura e ampliação das redes de escolas, centros e extensões de saúde, unidades residenciais e de cuidados continuados, tribunais e repartições de finanças.

Atentos, através dos núcleos e das concelhias a todas as lutas travadas nas suas áreas de intervenção, quer sejam empresas, escolas, centros de saúde, hospitais, bairros, apoiando-as, incentivando a denúncia e a resolução dos problemas concretos, articulando esse trabalho com as estruturas distritais/regionais e com o grupo parlamentar, estaremos a consolidar o nosso enraizamento local.

No centro da atividade do Bloco está a defesa das populações e a promoção duma cultura de participação e de cidadania ativa.

O estímulo ao desenvolvimento do sector produtivo nacional, implicando formas de reindustrialização, reforma do regime fundiário, incentivo às actividades económicas ligadas ao mar, domínio público de sectores económicos estratégicos, com reversão de privatizações e controlo sobre o sistema financeiro, se tem em vista uma menor dependência externa e o incremento de formas sociais de propriedade, não perde de vista o objectivo do combate ao desemprego e ao trabalho precário num quadro de desenvolvimento económico, que inverta o ciclo longo que a adesão à União Europeia impôs.

Queremos colocar o nosso activismo ao serviço das populações pobres e excluídas na mobilização de vontades para suprir necessidades básicas, numa lógica desburocratizada de auto-organização local, com expressão em formas diferenciadas de economia social, designadamente de base cooperativa, a que devemos prestar particular atenção.

Defendemos a reutilização económica e social dos espaços industriais e comerciais abandonados, sob a forma de arrendamento ou expropriação, assegurando apoio técnico, linhas de financiamento bonificado e outros benefícios fiscais ou apoio na distribuição. Sustentamos que o estado deve dar prioridade, nos contratos e concursos públicos, às cooperativas e a outras formas de economia social.

O objetivo estratégico dos fundos comunitários tem de ser o combate à pobreza e ao desemprego, uma política de desenvolvimento económico que elimine as assimetrias entre o litoral e o interior.

Com o socialismo no horizonte , o BE procura por todos os meios contribuir para a inversão deste prolongado ciclo de refluxo, respondendo à pressão austeritária e desobedecendo aos ditames da UE. A expressão parlamentar deste objetivo, traduzida em medidas concretas, pode ser um incentivo importante nesse sentido.



POR UMA ALTERNATIVA ECOSOCIALISTA

O modelo de desenvolvimento económico tem-se pautado pela desvalorização e depauperização dos equilíbrios ambientais. O BE defende a transição ecológica baseada na diminuição progressiva do recurso às energias fósseis e à produção de materiais esgotantes e contaminantes, adequando o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade ambiental, no respeito pelos limites e ritmos da natureza e com capacidade para reciclar e reutilizar duradouramente o capital natural planetário. Para tal torna-se necessário mudar o atual paradigma tecno-científico, com tudo o que isso implica no relançamento da atividade económica.

A criação de novos empregos deve ser acompanhada pela diminuição da semana de trabalho, dividindo o trabalho pelos braços disponíveis, aumentando o valor das remunerações e ultrapassando a lógica capitalista.

O desenvolvimento científico e tecnológico deve ser posto ao serviço da sustentabilidade ambiental, criando condições, coercivas se necessário, para que a atividade industrial se possa depurar dos níveis irresponsáveis de contaminação ambiental sobre as águas, os solos ou o ar e que estão a provocar preocupantes alterações climáticas.

Defendemos a redução dos pesticidas e herbicidas, como o glifosato, a interdição do nuclear, a não prospeção de petróleo na costa sudoeste a sul de Setúbal e no Algarve, a realização de estudos epidemiológicos que façam o diagnóstico rigoroso dos efeitos das indústrias poluentes sobre os trabalhadores e as populações, a proteção dos recursos hídricos e o recurso a formas de agricultura biológica.

Quanto às acessibilidades e ao ordenamento do território, defendemos a prioridade à ferrovia e o desincentivo ao uso da viatura própria, particularmente nas grandes cidades e nas suas periferias, a valorização da reabilitação urbana em detrimento da expansão dos centros populacionais.

O BE sublinha a importância dos movimentos sociais e das diversas lutas de denúncia e resistência de natureza ambiental, solidariza-se e integra-se no combate pelo desenvolvimento de uma visão civilizacional alternativa - ecossocialismo - centrada na consideração da natureza como um dos pilares do desenvolvimento económico e social, operando a síntese entre uma ecologia necessariamente anticapitalista e um socialismo depurado da lógica do produtivismo

CONSOLIDAÇÃO ORGANIZATIVA E LIGAÇÃO ÀS POPULAÇÕES

Encaramos em 2017 as eleições autárquicas, as mais difíceis para o BE ao exporem de modo mais evidente as nossas fragilidades organizativas, no contexto do aprofundamento de uma linha política aberta, desafiante e audaz, no sentido da consolidação do crescimento da nossa influência política e da capacidade de construir uma organização capaz de enfrentar esses desafios, crescendo e reforçando-se.

A nossa limitada expressão local condiciona a capacidade de apresentação de listas na maioria dos concelhos e freguesias do país e tem reflexos nos resultados modestos e, nalguns casos mesmo inexpressivos. Estando cientes de que estas eleições constituem a próxima batalha eleitoral do Bloco, não poderemos relegar para segundo plano a preparação desse processo, sob pena de



evidenciarmos um desequilíbrio ainda mais acentuado entre eleições nacionais e eleições locais.

O aspeto central da nossa intervenção reside na capacidade de nos basearmos, com firmeza e como condição indispensável, em programas fortes de defesa dos interesses das populações e da sua qualidade de vida, de afrontamento aos interesses locais, à especulação e ao caciquismo; incentivando e respeitando as especificidades locais e a autonomia das organizações concelhias, as mais habilitadas a dar resposta a essas especificidades. Assim, não descartaremos nenhuma possibilidade de acumular forças e de nos afirmarmos em todos os órgãos autárquicos, seja com listas próprias, fomentando ou integrando-nos em listas unitárias e cidadãs, convergindo com ativistas sociais ou participando em coligações à esquerda.

Neste contexto, nenhuma destas possibilidades constitui orientação geral, nenhuma se sobrepõe às restantes e nenhuma deve ser excluída, no sentido de que todas nos permitem intervir com dedicação, sentido de mudança e com o objetivo de eleger vereadores e membros de Juntas de Freguesia que se distingam na defesa dos interesses das populações, pelo que o apoio aos autarcas eleitos deve constituir um compromisso de toda a organização.

Não podemos correr o risco de sermos considerados responsáveis pela eleição de executivos autárquicos de direita por causa por causa do nosso sectarismo.

Em todas as Concelhias é tempo de tomar iniciativa e começar a definir as estratégias autárquicas, designadamente:

- ∑ Proceder a um **levantamento** das situações e problemas que constituam a base de um programa de intervenção autárquica, envolvendo o máximo de pessoas que for possível e ouvindo também instituições da sociedade civil, como corporações de bombeiros, coletividades de cultura e recreio e organizações sociais.
- ∑ **Participar nas Assembleias** Municipais e de Freguesia.
- ∑ Usar as redes sociais a imprensa local e todos os meios de comunicação e propaganda, ao nosso alcance, nomeadamente boletins concelhios, mupis e outdoors, para divulgação das nossas propostas locais.
- ∑ **Apoiar e incentivar lutas sociais** relacionadas com a má gestão autárquica.
- ∑ Iniciar o processo de constituição de listas aos órgãos autárquicos e de direção de campanha.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DISPUTA DE HEGEMONIA

As funções sociais do estado foram alvo de uma ofensiva em larga escala. Quiseram tornar as escolas públicas em empresas socialmente cegas, não democráticas e pedagogicamente retrógradas, enquanto se desinvestia na ciência, na investigação e no ensino superior. Todo o capital humano associado foi fustigado pela instabilidade laboral e pelo desemprego. É fundamental iniciar um processo de reversão desta situação.

Defendemos a escola pública com qualidade, que restitua as verbas retiradas, nomeadamente ao Ensino Especial, que dignifique a carreira docente e dignifique todos os funcionários, que promova uma política de proximidade com as populações, ao invés da formação de mega agrupamentos e rejeite os contratos de associação que encubram o apoio do estado às escolas privadas.



Na defesa da Escola Pública propomos o lançamento de um movimento que inclua toda a comunidade educativa, que possa repensar a Escola como um espaço inclusivo, de qualidade, e democrático.

O BE defende a difusão e democratização dos produtos culturais por qualquer via, incluindo a digital, promovendo o acesso universal ao conhecimento e a preservação de um património e memória coletivos como práticas democráticas ativas.

A disputa hegemónica que se trava no campo da cultura justifica que as organizações do BE dediquem particular atenção à intervenção neste setor, combatendo a iliteracia e fomentando o debate, a formação, formal ou informal, e o apoio a movimentos e iniciativas próprias, de que o Desobedoc é exemplo, promovendo e apoiando redes e iniciativas de pensamento crítico e alternativo contra a inculcação ideológica da direita.

A LUTA FEMINISTA NO ADN DO BLOCO

A luta feminista faz parte do ADN do Bloco. Propõe uma outra dimensão à humanidade, potencia e afirma a democracia, impõe justiça, inscrevendo-se na primeira fila das lutas prioritárias, numa sociedade que ainda se articula sob a matriz ancestral do patriarcado.

O Bloco fez a diferença ao apresentar, na sua liderança, uma tríade de mulheres, que cedo granjearam tanto o respeito e consideração de largos sectores da população, como reacções históricas da direita retardada e provocadora.

Contudo, a visibilidade que hoje algumas mulheres têm na política não pode mascarar a eterna questão da desigualdade que obstinadamente subsiste, agravada dia a dia pela crise económica, pelas guerras, pelo triunfo do pensamento neoliberal.

A desigualdade notória na discriminação salarial, no ascender ao topo das hierarquias, na divisão sexual do trabalho, máxime no trabalho doméstico, a que se soma o quadro terrífico da violência doméstica com o seu arrastão de vidas roubadas, prova dramaticamente que a questão feminista continua na ordem do dia, devendo integrar de facto e de direito a agenda do bloco.

As vertentes do feminismo devem interagir, interferir, intervir na sociedade como um todo, procurando integrar o político, o organizativo, o social, contribuindo, deste modo, não só para uma contínua renovação e aprofundamento da democracia, mas também para a transformação da paisagem física e ética do mundo em que nos coube viver.

Do mesmo modo devem ser tratadas outras causas civilizacionais: LGBT, racismos, xenofobias, não apenas através da visibilidade do Parlamento, mas promovendo acções que levem a uma efectiva mudança de mentalidades, no respeito pelas diferenças, com incidência prioritária nas camadas mais jovens, projectando campanhas eficazes e oportunas e não baseadas em meras intervenções mediáticas.

ALIANÇAS PELA MUDANÇA NA EUROPA

O abrandamento das economias emergentes, o ciclo em baixa do preço do crude e de outras matérias-primas, o nervosismo e os picos de queda nas bolsas internacionais, a desvalorização de ativos que em muitos casos se revelaram verdadeiros embustes e a fragilidade da banca europeia como elo fraco da financeirização mundial, enleada no seu próprio veneno especulativo,



tornam estes tempos incertos e complexos na Europa e no mundo.

A possível aprovação do Tratado Transatlântico esboça quadros de destruição da soberania alimentar, da apropriação dos bens comuns e da destruição das poucas válvulas de segurança na qualidade das águas e dos alimentos, ameaçando com a mercantilização voraz e desregulada à escala global.

A ofensiva contra forças progressistas na América Latina, designadamente o processo inacreditável pela destituição de Dilma, no Brasil, a guerra por estancar na Síria e nas regiões adjacentes e a consolidação e expansão da violência e da intolerância sob manto religioso, cujas verdadeiras origens e interesses acoplados as potências capitalistas e a NATO não querem combater, traçam-nos um quadro marcado por erupções político-militares e preocupantes cenários de guerra prolongada, exigindo de nós solidariedade ativa com velhas e novas causas internacionais - da Palestina ao Curdistão ou ao Sahara, assim como a saída da NATO.

Na Europa, em nome do Tratado Orçamental, a imposição da austeridade viola os direitos do trabalho, exclui criminosamente os mais pobres dos pobres e procede ao empobrecimento de largos setores sociais intermédios, gerando profundas desigualdades. A gestão amuralhada da crise dos refugiados, o acordo miserável com a Turquia ou as ameaças à livre circulação no espaço europeu representam recuos sérios em matéria de direitos humanos. Nalguns países ganham terreno movimentos e governos de extrema-direita, xenófobos, numa inquietante revivescência fascizante.

Neste contexto e no quadro da moeda única, com todas as suas deficiências de conceção e as assimetrias que causou, a grande questão que se coloca é a da capacidade de reconstrução de um modelo europeu democrático e solidário que respeite a soberania dos povos, a partilha de recursos pelos que mais deles necessitam, traduzido em fortes políticas sociais públicas e na gestão partilhada e sustentada dos bens comuns. As questões que se colocam em termos da saída ou da sobrevivência do euro enquadram-se neste grande combate em curso.

Ainda que o desenvolvimento de partidos com expressão popular e eleitoral à esquerda, como o BE, o Podemos ou o Sinn Fein, seja encorajador, as dificuldades são enormes e a conquista de maiorias sociais nos diferentes países é necessariamente um processo prolongado.

Verificam-se, por outro lado, sinais de diferenciações na social-democracia, de que Corbyn no Partido Trabalhista britânico é o mais expressivo, de questionamento dos efeitos do diktat europeu que merecem ser seguidos atentamente, com vista à agudização de contradições internas nos partidos sociais-democratas bandeados com o neoliberalismo.

O acordo do BE com o PS, mesmo nas suas limitações, constitui um bom exemplo internacional, o mesmo acontecendo com iniciativas como a Conferência Internacional contra a Austeridade e pela Democracia na Europa, realizada este ano em Atenas, a par de outras manifestações internacionais em convergência com uma constelação de movimentos e grupos de cidadãos numa mobilização contra a austeridade.

No combate contra a pressão financeira sobre a dívida, exigindo a sua renegociação, as mudanças em matéria de políticas governativas, tanto quanto possível sustentadas por um movimento social independente e desafiante em cada país, num contexto europeu ponderado globalmente, permitirão configurar a frente europeia contra a austeridade, alavanca indispensável para alterar as políticas europeias, invertendo a atual correlação de forças.



ORGANIZAÇÃO E DEMOCRACIA INTERNA

Apesar de alguns desenvolvimentos em matéria procedimental ocorridos desde a última convenção, para o que muito contribuiu a inexistência de uma maioria clara dentro do partido, a vida interna do BE continua a apresentar situações inadmissíveis numa organização democrática que urge ultrapassar.

As estruturas de base do BE têm de adquirir direito à palavra, à opinião e à decisão, vencendo as grandes deficiências em matéria de circulação de informação, que se manifestam também na desvalorização da Mesa Nacional por parte da Comissão Política, limitando-se os diferentes órgãos do partido, incluindo a Mesa Nacional, ou a tomar conhecimento, muitas vezes pela comunicação social, ou a ratificar decisões já dadas como adquiridas.

Por outro lado, muitas das iniciativas ou campanhas de propaganda que, pela sua exposição mediática, marcam todo o partido, devem ser previamente discutidas a nível regional e local e não surgirem a partir do Grupo Parlamentar ou da Comissão Política.

Só com a aproximação entre a base e o topo do BE se consegue desenvolver a mobilização dos aderentes e aumentar significativamente as taxas de participação em plenários e em eleições internas, atualmente baixíssimas, mesmo quando se destinam a determinar matérias tão relevantes como programas e listas de candidatura às legislativas.

O BE precisa de mais mecanismos de potenciação da participação das bases, capazes tanto de levar a Direção junto das estruturas locais como levar estas junto da Direção, achatando a estrutura piramidal existente, que as distancia. Precisa de sistemas de votação mais robustos e transparentes, mais abertos à expressão de toda a diversidade interna do partido. Há que valorizar a figura do referendo interno e, quando necessário, recorrer a esse instrumento novo na vida partidária.

A disputa em torno do controlo do aparelho, numa lógica de perpetuação da influência partilhada e exclusiva das grandes tendências, empobrece a capacidade de intervenção, marginaliza competências de muitos aderentes e mina a democracia interna. **É inaceitável que todas as opções estratégicas sejam decididas pelas cúpulas** das tendências principais, sem que haja qualquer participação e discussão nas bases. Não pactuaremos com essa lógica.

A participação dos aderentes na vida do BE deve ser presencial, particularmente nos processos eletivos e referendários. A proporcionalidade e a integração de todas as sensibilidades devem refletir-se em todos os órgãos, nas iniciativas públicas e na composição das listas para deputados, adicionando a este critério o da aptidão e perfil político mais adequado para o desempenho de tarefas concretas, dispensando os acordos exteriores aos órgãos estatutariamente consignados, que os condicionam, o que tem efeitos graves no afastamento de aderentes, incluindo quadros com grande potencial. Os acordos leoninos entre tendências, plataformas e grupos não podem ser fracionais, discriminatórios ou asfixiantes da vida interna do Bloco.



Cinco medidas para aprofundar a democracia na vida interna do Bloco

- ∑ O pagamento da quota anual constitui um vínculo fundamental do aderente em relação à organização e nesse estrito sentido o pagamento de uma quota, mesmo que simbólica no caso de aderentes desempregados ou em situações económicas difíceis, deve ser implementado.
- ∑ Os atos eletivos ou referendários são presenciais.
- ∑ Na composição dos órgãos eletivos prevalece o princípio da proporcionalidade.
- ∑ As minutas e memorandos das reuniões devem ser distribuídas um máximo de duas semanas após as reuniões a que se reportam.
- ∑ O Correio da Mesa Nacional deve voltar a ser distribuído por todos os aderentes.

O Bloco de Esquerda não pode contemporizar com práticas que atentam contra a democraticidade e a transparência da sua vida interna, como as que ocorreram em Matosinhos e em que o sistema de voto por correspondência continua a distorcer a lisura dos processos e a ser um factor de conflituosidade interna.

Defendemos o reforço das competências e da independência da Comissão de Direitos, e das comissões de inquérito que se possam constituir, em relação aos órgãos e tendências do Bloco, tratando de modo efectivo e consequente da resolução dos conflitos e das transgressões estatutárias. Se só uma prática democrática profunda permite combater para evitar problemas dessa natureza, estes, uma vez identificados e demonstrados não podem ser colocados para debaixo do tapete, como se de nada se tratasse.

É de vida democrática, para além das correntes, de mais espaço político interno onde possam emergir, instalarem-se e consolidarem-se dinâmicas verdadeiramente democráticas e participativas, de cima abaixo, em todas as estruturas e envolvendo todos os aderentes, que o Bloco necessita!

ARCO-ÍRIS DE TODAS AS LUTAS

Arsenalistas na revolução de Setembro de 1836, patuleias dez anos depois, socialistas republicanos, radicais, anarquistas na viragem do século, carbonários nas barricadas da Rotunda no 5 de Outubro de 1910, sindicalistas revolucionários na luta de classes que atravessou a República, não intervencionistas face à primeira guerra mundial, partidários da revolução soviética, comunistas, socialistas de várias tendências, anarquistas contra a ditadura militar e o fascismo em Portugal, abrilistas radicais de todas as cores nos anos brasa de 74-75, sobreviventes da ressaca dura dos anos 80, partidários de todas as causas libertadoras – feministas, LGBT, ecossocialistas, antinucleares, sindicalistas, militantes contra a guerra, ativistas pela solidariedade com os povos oprimidos, anti-racistas, **é no Bloco de Esquerda que nos reencontramos, levantando a memória histórica da liberdade e da emancipação social, arco-íris de todas as lutas.**



Subscritores: Moção B - MAIS BLOCO

Adão Campos Júnior, 11169 – Paredes, Porto
Adão Isaque Moreira, 10162 – Paredes, Porto
Albérico Afonso 836 Setúbal/Setúbal
Albertina Silva, 11118 – Paredes, Porto
Alberto Guimarães, 11930 – Paredes, Porto
Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal
Américo Campos, 9572 – Paredes, Porto
Américo Silva, 11122 – Paredes, Porto
Ana Beatriz Sousa, 10978 – Paredes, Porto
Ana Cristina Sequeira 827 Setúbal/Setúbal
Ana Paula Jacinto 11708, Santiago do Cacém/Setúbal
André Filipe Antunes 6622 Barreiro/Setúbal
António Fernando Rocha, 10904 – Paredes, Porto
António Ferreira, 11123 – Paredes, Porto
António João Silva, 11105 – Valongo, Porto
António Tavares 1169 Almada/Setúbal
Armando Herculano 1750 Vila do Conde/Porto
Armando Machado, 11167 – Paredes, Porto
Beatriz Brito Fernandes, 12241 Coimbra
Beatriz Gomes, 4621 Lisboa
Bernardino Silva, 11171 – Paredes, Porto
Bill Williams, 1175 Barreiro/Setúbal
Bruno Candeias 11738 Santiago do Cacém/Setúbal
Carlos Cabrita 4418 Silves/ Faro
Carlos Motta Silva, 5665, Cascais
Carlos Oliveira , 11121 – Paredes, Porto
Cidália Rocha , 10909 – Paredes, Porto
Cidália Vanessa Moreira A10908 – Paredes, Porto
Cristiana de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria
Daniel Campos , 11117 – Paredes, Porto
Débora Campos , 11247 – Paredes, Porto
Dirceu Graça , 12272 - Penafiel, Porto
Duarte Graça , 12034 – Penafiel, Porto
Elias Alves , 10899 – Paredes, Porto
Eufrásia Silva , 11053 – Paredes, Porto
Faustino Campos , 10157 – Paredes, Porto
Fernando Leal , 10902 – Paredes, Porto
Fernando Moreira , 10146 – Paredes, Porto
Francisco Aires, 10415 de Cascais
Francisco Marinheiro , 12276 – Paredes, Porto
Henrique Guerreiro 573 Setúbal/Setúbal
Henrique Morais , 11116 – Paredes, Porto
Iria de Lurdes Peixoto , 11926 – Paredes, Porto
Isabel Ferreira , 10906 – Paredes, Porto
Isabel Moreira , 12180 – Paredes, Porto
Ismael Silva , 12179 – Paredes, Porto
Izilda Rocha , 12274 – Paredes, Porto
Jaime Santos , 10152 – Paredes, Porto
Joana Campos Júnior , 10381 – Paredes, Porto
Joana Urban Vitorino, 7819 de Cascais
João Alves Silva , 12182 – Paredes, Porto
João Madeira 520 Sines/Setúbal
João Santos , 12273 – Paredes, Porto
Joaquim Almeida , 10161 – Paredes, Porto
Joaquim Leal , 10952 – Lousada, Porto
Jorge Candeias 9561 Portimão/Faro

Jorge Luz 4275 Sesimbra/ Setúbal
Jorge Pinto, 11452 Almada/Setúbal
José Belmiro Sousa , 10379 – Paredes, Porto
José Filipe Campos , 11929 – Paredes, Porto
José Manuel Carmo 1566 Tavira/Faro
José Pedrosa , 11119 – Paredes, Porto
José Pinto , 10951 – Penafiel, Porto
Laurindo da Silva , 10386 – Paredes, Porto
Lino Moreira , 12178 – Lousada, Porto
Luís Gabriel Campos , 10159 – Paredes, Porto
Luís Miguel Pereira 250 Alcácer do Sal/Setúbal
Luísa Gonzalez 4351 Portimão/Faro
Manuel Evaristo Campos , 11124 – Paredes, Porto
Manuel Fernando Moreira , 11446 – Paredes, Porto
Manuel Sousa , 10380 – Paredes, Porto
Marcos Teixeira , 10154 – Paredes, Porto
Maria Almeida , 12181 – Paredes, Porto
Maria Amália Magalhães , 11964 – Paredes, Porto
Maria da Visitação de Sousa, 4644 Marinha Grande/
Leiria
Maria do Rosário Seabra , 11163 – Paredes, Porto
Maria Fernanda Rocha , 11104 – Porto, Porto
Maria Inês Bessa , 10155 – Paredes, Porto
Maria Joaquina Ferreira , 10160 – Lousada, Porto
Maria Jorgete Teixeira 584 Barreiro/Setúbal
Maria Preciosa Castro , 11928 – Valongo, Porto
Maria Rosa Ferreira , 11165 – Paredes, Porto
Maria Rosa Moreira , 10900 – Paredes, Porto
Maria Sofia Ferreira , 11170 – Paredes, Porto
Marta Sofia Abreu Garcês, 12224 Madeira/Funchal
Mónica Ferreira , 10384 – Paredes, Porto
Nelson Martins , 12275 – Paredes, Porto
Nuno de Carvalho 12157 Cascais/Lisboa
Olívia Barros , 11166 – Paredes, Porto
Paula da Costa Williams 1176 Barreiro/Setúbal
Paula Silva A12183 – Paredes, Porto
Paulina Esteves, 6153, Cascais/Lisboa
Paulo Micael Santos , 10979 – Paredes, Porto
Paulo Roberto Silva , 11162 – Paredes, Porto
Paulo Rocha , 10905 – Paredes, Porto
Paulo Santos , 10901 – Paredes, Porto
Paulo Teles , 170 – Paredes, Porto
Pedro Ferraz , 11863 – Paredes, Porto
Ricardo Soares , 11246 – Paços de Ferreira, Porto
Ricardo Teixeira , 11115 – Paredes, Porto
Rodrigo Trancoso 3582, Funchal -Madeira.
Rogério Miranda 2484 Setúbal/Setúbal
Rosa Fonseca , 11125 – Vila Nova de Gaia, Porto
Rosalina Ribeiro , 11164 – Paredes, Porto
Rosário Vaz 5509 Barreiro/Setúbal
Ruben Costa 11076, Grândola /Setúbal
Susana Campos , 10166 – Paredes, Porto
Tomas S Oliveira, 11347, Cascais/Lisboa
Vítor Francisco Sousa 4309 Marinha Grande/Leiria
Vítor Gomes , 11848 – Paredes, Porto
Vitorino Jorge Santos , 11040 – Valongo, Porto
Zeferino Moreira , 11927 – Paredes, Porto



Moção R

A radicalidade de reinventar a política

**CRESCER
PELA RAIZ**

(os pontos novos ou com alterações estão **SUBLINHADOS**)



1. SÓ O ANTICAPITALISMO RESPONDE À CRISE

Vivemos num tempo de crise e de guerra. Crise financeira, económica, ecológica, alimentar. Se é preciso precaver-nos das tentações de prever a sua evolução a curto prazo e traçar a partir daí uma política dogmática, também é precisa a consciência de que só conseguiremos responder-lhe compreendendo a sua profundidade sistémica. À ideia simplista da direita de que a crise é o passado ultrapassado pela benignidade da austeridade e à cegueira voluntária do social-liberalismo sobre ela, **é preciso opor a ideia de que a crise é o presente e o futuro imediato do capitalismo mundial. Porque ser anticapitalista é ir à raiz dos problemas e não enterrar a cabeça na areia, é urgente um programa alternativo que responda à crise.**

2. O ECOSOCIALISMO TEM DE SER UMA PRIORIDADE E NÃO UM CHAVÃO

Vivemos num mundo em crise ecológica. Esta crise é especialmente arrasadora para os países com meios de subsistência de miséria. O capitalismo é a crise, não só no sentido em que vive crises cíclicas de produção e cria uma desigualdade gritante da distribuição dos rendimentos, mas também no sentido em que os seus ritmos e os seus fundamentos se revelam incompatíveis com os ciclos da Terra e com a sobrevivência das espécies.

Se as políticas produtivistas, consumistas e extractivistas e as narrativas acríticas de sustentabilidade e do crescimento económico incessante são parte do problema, é necessário demonstrar que o capitalismo verde ou as perspectivas moralistas e individualistas sobre o ecologismo não são a solução necessária. **É preciso mobilizar saberes e práticas alternativas que construam um anticapitalismo ecologista capaz de crescer além das suas tradições, que una as lutas ecológicas concretas a um movimento reivindicativo de justiça, e que faça frente ao ambientalismo neoliberal das multinacionais como a Monsanto ou a Gazprom.** Esse caminho só pode ser feito tendo por base um movimento de justiça ecológica e de respeito pelos povos.

3. A DITADURA FINANCEIRA E O AUSTERITARISMO PERMANENTE CONTINUAM A SER O HORIZONTE DA POLÍTICA DOMINANTE

Vivemos num tempo de ditadura financeira. A democracia realmente existente encontra-se diminuída pela naturalização das leis do mercado e pelo poder crescente dos especuladores. **A financeirização global roubou espaço à soberania popular e, assim, a austeridade permanece como a única política “realista” para quem não esteja disposto ao confronto directo com estes poderes financeiros.** Com a estratégia de maximização do lucro, através da privatização dos bens comuns, das inibições ao investimento público, dos resgates bancários, permitindo a fuga de capitais para *offshores* e transferências brutais dos rendimentos do trabalho para o capital, o austeritarismo continua a ser a bitola única da política dominante, apesar da sua retórica, pelo menos na Europa, se ter suavizado momentaneamente.

O poder desregulador da finança manifesta-se também no **TTIP, o tratado secreto que será apresentado aos povos como de assinatura obrigatória e que ameaça nivelar os direitos sociais por**



baixo, privatizar o que resta do Estado social e colocar a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as multinacionais podem recorrer. Acresce que as medidas de precaução instauradas na Europa em matéria de regulação ambiental não são acompanhadas pelo quadro legislativo norte-americano. O novo quadro irá permitir a liberalização absoluta de produtos como os transgénicos e a carne tratada com hormonas, sem a necessária informação ao consumidor ou mecanismos de controlo público às empresas produtoras da agro-indústria.

4. A UNIÃO EUROPEIA É O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES E O FECHAMENTO DA EUROPA É TÃO INJUSTO QUANTO IMPOSSÍVEL

Vivemos na Europa das desigualdades. As instituições resultantes da constituição de um espaço económico-político comum europeu revelaram-se incapazes de cumprir as suas promessas de progresso económico e social. Elas são hoje um buraco negro da democracia: nem soberania nacional-popular, nem soberania popular-europeia, as regras da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu são hoje as da tecnocracia da política única, do liberalismo autoritário de Merkel.

O despoletar da crise fez estalar o verniz de um projecto pleno de contradições em que ao austeritarismo e ao garrote da dívida, se junta a moeda única enquanto factor de agravamento constante destas desigualdades. A burguesia do centro da Europa continua a limitar o crescimento da massa salarial nos seus países, a beneficiar da moeda forte desenhada para seu benefício e a construir um colonialismo da dívida, onde mercados inviáveis compram os seus produtos e sofrem programas “de ajustamento estrutural” que servem em última análise para pagar os empréstimos aos seus bancos em apuros. Não aceitar o garrote da dívida é promover a realização de uma auditoria cidadã, recolocando em debate o conceito de dívida odiosa e ilegítima, criando assim as condições para uma renegociação justa de uma dívida insustentável.

Com a União Europeia enquanto projecto político em crise, com as suas estruturas democráticas altamente deficitárias e com estruturas de cúpula ao serviço aberto das classes dominantes dos países mais poderosos, com a possibilidade de saídas, com a convivência neste espaço de regimes em derivas autoritárias, a esquerda tem de ter a inteligência de construir uma política e reivindicações internacionalistas concretas que saibam escapar à armadilha da divisão entre soberanistas e europeístas de esquerda.

Sabemos que a Europa vive hoje um momento de polarização da política que trará fenómenos contraditórios e desenvolvimentos a velocidades diferentes e não podemos prever quais as exactas consequências que podem advir do desmantelamento da UE. Sabemos que o euro veio aprofundar as desigualdades entre centro e periferia, mas não temos ilusões numa moeda própria, nem achamos que esta seja, por si, a solução para todos os problemas. No entanto, reganhar soberania e autonomia económica é um passo essencial para romper com as políticas de austeridade, e ter controlo sobre a moeda é um instrumento essencial para este processo. Neste sentido, **o BE aposta na formação de um grupo de trabalho sobre a saída do Euro, que inclua contributos diversos de activistas para além do BE, e que estude pormenorizadamente os diferentes possíveis cenários de saída da moeda única.**



O BE compreende que o seu papel no quadro europeu é o de ser motor de iniciativas de mobilização e de debate internacionalistas sobre Europa, democracia e soberania popular; alternativas económicas ao austeritarismo; guerra, migrações, direitos dos povos. Neste sentido, **o BE não limitará o seu quadro de alianças na Europa ao Partido da Esquerda Europeia ou a qualquer outra instância formal, nem escolherá os seus parceiros consoante o critério do sucesso eleitoral momentâneo, procurando potenciar e participar em plataformas políticas e sociais diversas.**

A outra face da Europa é o seu fechamento que deixa do lado de fora a humanidade. Ao escolher a política da guerra e ao ser conivente com esmagamento das Primaveras Árabes, os dirigentes europeus aprofundaram uma denominada crise migratória que tornou as fronteiras europeias num cemitério. A Europa que recalcava a memória da violência colonialista em nome da sua suposta superioridade humanitarista é a mesma que hoje coabita com os muros, os esquecimentos, as indignações e comoções selectivas que elevam a desumanidade ao plano do terror.

Ao mesmo tempo, a extrema-direita cresce no coração da Europa, o securitarismo regressa a coberto da “guerra ao terrorismo” e a islamofobia tornou-se generalizada. **O BE empenhar-se-à incondicionalmente contra a guerra e contra os interesses imperialistas cruzados que dilaceram o espaço sírio, iraquiano e curdo sob o pretexto de combater o fascismo do Daesh ou a ditadura de al-Assad.**

5. A BURGUESIA NACIONAL APROVEITA AS MIGALHAS E CONSTRÓI UM PAÍS INVIÁVEL

Vivemos num país bloqueado. Entre o pesadelo da política dos baixos salários que nunca são suficientemente competitivos, os sonhos de uma “Flórida da Europa”, os desígnios ideológicos de uma modernização conservadora impressionista e as políticas de pseudo-qualificação de mão-de-obra que se revelam apenas um negócio de curto prazo, o Portugal do centrão é um país inviável. Aceitando o colete-de-forças da dívida e as inevitabilidades que vêm do centro da UE, o país desiste de ter uma estratégia de desenvolvimento próprio ou uma qualquer política de investimento público. Reindustrialização, regresso à terra ou o mar são assim slogans vazios ou lemas propagandísticos enviesados que apenas ajudam a obscurecer a realidade económica.

O nacionalismo bacoco de alguns sectores empresariais que aparentemente se preocupam com a “espanholização da banca” ou com a “angolanização da comunicação social” não pode servir para esconder que o capital português é cúmplice e participante activo neste modelo de internacionalização e de financeirização da economia portuguesa. A burguesia nacional permanece rentista, vive da distribuição de benesses do Estado, aposta nos lucros mais imediatistas dos sectores dos serviços e distribuição e convive com a destruição da capacidade produtiva do país.

Assim sendo, **a esquerda tem de voltar a ter a capacidade de discutir o sistema produtivo, a propriedade colectiva e a planificação da economia.**

6. A POLÍTICA DO PARTIDO SOCIALISTA É INSUFICIENTE PARA RESPONDER À GRAVE SITUAÇÃO DO PAÍS



O PS continua o mesmo de sempre, apesar de ter feito o que nunca antes tinha feito. De matriz coerentemente social-liberal mas pressionado pela correlação de forças saída das últimas legislativas, tem procurado aproveitar o “alívio” momentâneo da crise financeira para reverter no imediato algumas das políticas mais gravosas do reinado da Troika e do governo da direita. O seu programa regrediu da “austeridade inteligente” à promessa pura e simples do fim da austeridade.

No entanto, sem renegociação da dívida externa e mantendo-se dentro dos estreitos limites do Tratado Orçamental, acabará por chocar com a realidade e terá de escolher o seu campo: ou a austeridade *light* ou o campo dos direitos sociais. Temos consciência de que o social-liberalismo tem escolhido consistentemente o caminho da rendição ao capital em detrimento do trabalho e revela-se hoje incapaz de travar a pauperização da Europa. Por sua vez, **o Bloco, atento às lições do esmagamento da possibilidade de uma política alternativa na Grécia, não deixará de escolher o campo dos direitos sociais, desobedecendo às cúpulas das instituições europeias, afrontando o capitalismo financeiro e saindo do euro, se assim for necessário.** É preciso opor ao tão propalado “plano B” (que, escondido, serviria para cumprir o deficit) um plano popular, internacionalista, construído participadamente.

A esquerda não pode cair no erro de deixar o acordo parlamentar alimentar falsas esperanças. Este acordo só se pode manter enquanto os objectivos mínimos aprovados se mantiverem e/ou a austeridade não voltar por outras portas que não a letra do acordo. **Cortes nos salários e pensões, aumento de impostos nos bens essenciais, privatizações e mais resgates a bancos em detrimento das finanças públicas, serão medidas que terão a oposição firme do BE e tornarão caduco o acordo de suporte parlamentar ao governo do PS.** Mais, a esquerda não pode cair na tentação de limitar a sua política à defesa do acordado. **É precisa a ousadia da ofensiva em nome dos direitos sociais, do trabalho digno, da justiça social.**

Sabemos que existem hoje mobilizações da parte de alguns dos PSs europeus para voltar a trazer para cima da mesa a questão da renegociação da dívida dos países em risco. A pressão para o social-liberalismo voltar a reivindicar um espaço político que seja capaz de o distinguir da direita liberal, é hoje uma questão de sobrevivência – sob a pena do seu desaparecimento enquanto elite política (o PASOK na Grécia, o SPD alemão, o PSOE espanhol, o futuro previsível do PS francês e, de alguma forma, os últimos anos do PS português, são o exemplo dessa urgência). Nesse sentido, **o BE precisa de manter a questão da renegociação da dívida como pilar central da sua proposta política e económica, sem nunca esquecer que ela tem que vir acoplada com outras questões fundamentais, como o controle público da banca ou a nacionalização dos sectores estratégicos da economia.** Só assim será possível travar o caminho ao social-liberalismo de ocupação do espaço político da esquerda hoje.

7. COMPREENDER O CONFLITO ENTRE CAPITAL E TRABALHO CONTINUA A SER ESSENCIAL PARA QUALQUER RESPOSTA À CRISE

O BE insere-se na tradição da luta pelo pleno emprego com direitos, por uma outra organização do trabalho e por uma distribuição justa dos seus frutos. A intervenção da Troika significou uma regressão profunda neste caminho. A mais significativa das mudanças terá sido nos contratos e



nos direitos de trabalho. Atirando para a precariedade todas as pessoas que vivem do seu trabalho, intensificando ritmos e horários, diminuindo ou suprimindo muitos dos direitos conquistados por lutas de emancipação de séculos anteriores, o capitalismo continua a impor a barbárie nas relações sociais. Ele cria novas formas de explorar a força de trabalho em que o salário já não é uma condição, em que o tempo de vida já não se diferencia do tempo para trabalhar, em que trabalhadorxs são colaboradorxs e desempregadxs são empreendedorxs potenciais.

O sindicalismo existente continua a perder força e representatividade sem conseguir renovar-se ou encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta. Só um sindicalismo realmente democrático conseguirá ser abrangente e capaz de organizar trabalhadorxs para a defesa dos seus direitos. Só um sindicalismo que se liberte das pesadas estruturas de direcções profissionalizadas a tempo inteiro conseguirá representar todas as pessoas que correm entre empregos, contratos a termo e situações de desemprego. Só novas práticas de discussão e deliberação horizontal poderão garantir que a representação sindical seja uma consequência da capacidade da luta de trabalhadorxs.

O BE procurará intervir no movimento de trabalhadorxs, através dos seus sindicatos representativos, comissões, associações e órgãos informais nos locais de trabalho, favorecendo sempre a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada de todxs, a democracia de base e a sua capacidade de articulação com trabalhadorxs sem fronteiras nacionais ou de sector de actividade.

É necessário, sobretudo hoje, que a pertença sindical possa existir quer se tenha contrato ou não, ou se esteja desempregadx ou não. É necessário coordenar a intervenção sindical com as necessidades das comunidades e trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessário uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas às questões políticas e que possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

É nesse sentido que também valorizamos o trabalho virado para o sector etário sénior. A experiência ganha pelo Grupo +60, que já realizou um Encontro Nacional, deve ser aproveitada e aprofundada, fomentando, nomeadamente através do apoio das Distritais e Concelhias do Bloco, a formação de Grupos semelhantes, juntando todas as pessoas em situação de reforma, independentemente da idade, visando obter uma implantação no terreno à escala nacional.

8. O BE PRECISA DE DISPUTAR A HEGEMONIA PROFUNDA DA DIREITA

Apesar da devastação que as políticas de austeridade provocaram no país, a direita conserva grande parte do seu poder hegemónico. No entanto, a construção de instrumentos contra-hegemónicos continua a ser minorizada pelo BE. **O BE tem de saber mergulhar na profundidade dos debates de ideias que contam e de apostar na formação política.**

Por outro lado, os moldes da política tradicional que se faz hoje não se adaptam às camadas da população que se desiludiram com a política. **O BE não se resigna com esta exclusão que afasta forças que poderiam ajudar à transformação social e procurará os meios e as formas para dia-**



logar com quem foi afastado do direito à participação.

O BE procurará também participar na organização política dos sectores mais desfavorecidos.

A política que fazemos escolhe a cada momento a quem fala. O BE não pode resignar-se a conseguir dialogar apenas com uma classe média, escolarizada. É onde o peso da desigualdade se sente mais fortemente que é necessário trabalhar com capacidade de diálogo e sem dirigismos.

9. O BE PROCURA DERROTAR O CONSERVADORISMO NA POLÍTICA NACIONAL E NAS PRÁTICAS QUOTIDIANAS

O conservadorismo é parte estruturante do mundo de desigualdades em que vivemos. As questões feministas e LGBTQI não são temas fracturantes que se usam e descartam conforme as conveniências do calendário político. São parte fundamental do património do Bloco de Esquerda e terão de ser vividas permanentemente.

A regressão do Estado Social agudiza a pressão que as forças conservadoras estão a exercer sobre as mulheres, fazendo crescer o trabalho não remunerado e a diferenciação salarial. Num país sem creches nem empregos, fica claro que o fundamento destas políticas é o regresso ao lar.

O reconhecimento da autonomia pessoal das pessoas trans e intersexo na decisão da alteração de sexo e nome no registo civil, com garantia de acesso a todos os cuidados de saúde através do SNS, é vital. **O BE exige a promoção de políticas públicas que promovam a inclusão e proíbam a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de género.**

A austeridade limita, ainda mais, a emancipação das minorias étnicas. A crise económica e o avanço conservador fazem crescer a sua exclusão e a violência social e institucional. **A luta anti-racista é cada vez mais uma luta urgente, para a qual o BE mobiliza as suas forças.**

Defendemos a criação de mecanismos que garantam a acessibilidade de pessoas com diversidade funcional ao espaço público, à educação, à participação política. **O BE exige a criação de estruturas que permitam às pessoas com diversidade funcional a ter uma vida digna e independente.**

Contra o conservadorismo sexual, **o SNS deve disponibilizar Profilaxia pré Exposição (PrEP)**, para combater o VIH e a sua disseminação. Contra os falsos moralismos, **o BE luta pelo reconhecimento dos e das trabalhadoras do sexo como trabalhadorxs com direitos inalienáveis.**

A luta pelo direito à morte digna, ou seja, ao reconhecimento legal e à regulamentação da eutanásia é uma luta transversal ao direito à dignidade da vida no seu todo. **O BE empenha-se na criação de legislação e condições que permitam estas práticas.**

A criação cultural é um factor central de emancipação e da capacidade da sociedade reflectir sobre si própria. Para isto, é necessário que o apoio estatal tenha critérios diversificados e orçamento suficiente. **O BE bate-se pelo mínimo de 1% do Orçamento de Estado para a Cultura.**

Deste legado de intransigência na luta, fazem também parte os direitos dos animais não huma-



nos, o antimilitarismo e o anti-autoritarismo, e o combate ao proibicionismo na questão das drogas.

10. A ALTERNATIVA DE UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA ACABAR COM AUSTERIDADE

O BE apresenta assim como tarefas imediatas:

- *renegociar os tratados europeus que configurem a dependência de Portugal de instituições e poderes não eleitos democraticamente;*
- *promover a mobilização internacional contra o TTIP e um referendo no país e, se este for bloqueado, um amplo processo de consulta pública cidadã;*
- *sair da NATO e acabar com as missões militares portuguesas no exterior;*
- *acabar com o Frontex e todos os mecanismos de vigilância sobre xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;*
- *a concessão do direito de asilo a todxs xs refugiadxs e a recusa do acordo UE-Turquia;*
- *regularizar xs imigrantes, promover o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos, sociais, culturais, económicos;*
- *reestruturar a dívida pública com o expurgo da sua componente ilegítima, alongando maturidades, baixando juros e cortando no principal;*
- *exercer o direito constitucional de resistência a todas as medidas que configurem um ataque a direitos fundamentais, nomeadamente às das camadas da população mais fragilizadas;*
- *nacionalizar o essencial: energia, água, saúde, educação, transportes e respectivas infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos e a grande distribuição de bens essenciais;*
- *estabelecer o controlo público da banca como instrumento para garantir o acesso a crédito para pequenas e médias empresas responsáveis pela criação de emprego;*
- *planear uma política de industrialização que garanta o equilíbrio ambiental, corresponda a necessidades sociais e favoreça alternativas energéticas ao padrão dos combustíveis fósseis;*
- *realizar uma reforma fiscal com controlo dos capitais;*
- *diminuir a carga fiscal nos rendimentos do trabalho;*
- *diminuir o IVA nos bens de primeira necessidade;*
- *aumentar o salário mínimo para 700€;*
- *estabelecer um programa de emergência para combater o desemprego e a precariedade, promovendo o pleno emprego, acabar com as Empresas de Trabalho Temporário, combater os falsos recibos verdes e os estágios sem possibilidade real de contratos efectivos no seu termo;*



- combater a lógica da condicionalidade presente em medidas de protecção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- reformar a Segurança Social de modo a que as contribuições das empresas se liguem directamente aos lucros obtidos;
- defender a contratação colectiva;
- reduzir o horário de trabalho para um máximo de 35h em todos os sectores;
- diminuir a idade de reforma para 62 anos ou aos 40 anos de trabalho;
- estabelecer benefícios fiscais para a associação de trabalhadorxs que desenvolvam projetos de recuperação de indústrias ou de criação de serviços de utilidade social;
- continuar a luta pela escola pública, universal e gratuita, onde a educação seja um instrumento para a emancipação e a autodeterminação;
- dinamizar um programa de reabilitação urbana centrado nas pessoas, que combata a gentrificação e a especulação imobiliária;
- apresentar medidas para combater a desertificação do interior garantindo investimento e criação de emprego;
- realizar um novo referendo à regionalização para estabelecer entidades regionais eleitas directamente e com controlo dos fundos comunitários. Contra as desigualdades regionais e a opacidade dos investimentos públicos, o Bloco compromete-se a lutar para que o modelo de regionalização implementado seja desburocratizador, aumente a transparência, permita o alargamento da democratização das decisões e o reforço da participação cidadã, desenvolva a solidariedade inter-regional e favoreça o desenvolvimento sustentável.

11. AS ELEIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS SÃO UMA OPORTUNIDADE PARA ULTRAPASSAR A PEQUENEZ DA POLÍTICA DO POSSÍVEL

A política urgente só pode ser aquela que olha para as eleições como momentos de um percurso mais alargado de afirmação de alternativas e de respostas à esquerda. As eleições regionais dos Açores em Outubro de 2016 e as autárquicas do final de 2017 são uma oportunidade para o **BE poder ser um agente na transformação local, na derrota do centrão e na construção de um programa de defesa intransigente dos serviços públicos e de uma participação popular na gestão pública.** As dificuldades das zonas ultra-periféricas como dos Açores e da Madeira, as desigualdades entre o interior e o litoral, entre as cidades e os espaços rurais, que persistem e se agravam há décadas com o desinvestimento económico, cultural, de transportes e ambiental, provocando um êxodo rural e emigração massivos nestas regiões, terão de ter uma resposta que dispute o poder regional e local e saiba construir-se em unidade e ser alternativa aos dinossauros locais, ao clientelismo e ao imobilismo. Estas regiões não podem igualmente servir somente como espaços agrícolas ou turísticos: deve haver aposta cultural, educativa e geração de emprego, bem como



uma estratégia de transportes, nomeadamente a ferrovia, para as ligar ao resto do país.

Com maior peso da decisão das estruturas locais do que de considerações decididas centralmente, **o projecto do BE para as eleições autárquicas será o de favorecer listas unitárias que representem as forças que em cada local, cidade e região saibam enfrentar a direita com um programa claro de esquerda e de compromisso no combate intransigente às desigualdades.** Só em unidade a esquerda encontrará força para disputar mais do que lugares de representação e ir para além da aritmética dos partidos existentes. **Só juntando forças é que o BE cumprirá o objectivo de disputar o poder local e mudar a relação de forças nas autarquias. Onde tal não seja possível, o BE concorrerá em listas próprias.**

O BE deve, desde já, contribuir para a realização de iniciativas que conduzam a programas políticos construídos de forma participada pelos munícipes e realizar um amplo debate nacional sobre as prioridades do trabalho político local à esquerda. Como “Partido das Solidariedades” que se constrói pela base e que dinamiza processos locais e abrangentes, de agregação de activistas e experiências colectivas, **o BE disputa o poder local para além dos momentos eleitorais, mas sabendo aproveitá-los como instrumento de dinamização da política.** Localmente, o trabalho político do BE procurará enraizar-se nesse país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições.

12. O BE PRECISA DE REINVENTAR A POLÍTICA E DE CRESCER PELA RAIZ

A eficácia mediática que o BE revelou recentemente não pode redundar numa política ditada exclusivamente pelo mediatismo e pelo imediatismo. O quadro político de reforço da participação parlamentar do BE não pode redundar num fechamento na institucionalização nem alimentar a crença de que a política se faz apenas no e para o parlamento. Fazer política para além do imediatismo é marcar agenda, não se limitar a gerir expectativas e conseguir passar mensagem para além da congratulação pelo atenuar da austeridade. **Para o fazer, o BE precisa de grupos de trabalho que não sejam meras correias de transmissão da direcção, e de campanhas políticas de médio prazo fortes que mostrem um partido com capacidade de sair para a rua muito para além do modelo do comício ou da campanha eleitoral permanente.**

Ao BE exige-se que tenha a capacidade de construir uma nova radicalidade. Porque só esta radicalidade é a escolha responsável perante os dilemas pesados que enfrentamos. A política que queremos é a que faz da organização dxs oprimidxs e da sua consciência de classe eixos centrais de emancipação, é a que se inscreve na potência transformadora das mobilizações populares.

Ao BE exige-se a capacidade de reinventar a política. A um partido-movimento que exige uma transformação de fundo da sociedade e a transparência nos processos de tomada de decisão nos centros de poder deve ser exigida de volta uma transparência ainda mais aprofundada. **As contas do Bloco e a informação genérica dos escalões de rendimento dxs funcionárixs e das contribuições ao BE feitas pelxs representantes eleitxs deverão estar acessíveis nas plataformas online do partido.**



partir de uma base organizada e mobilizada que tenha verdadeiramente voz na política do partido, quanto construir o BE como “Partido das Solidariedade”. **Enraizar o BE será assim colocá-lo em rede e ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização dos mais desfavorecidos, conseguindo estabelecer as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo.**

Porque não se pode decretar que a crise que devastou as nossas vidas acabou, continuam a fazer falta colectivos capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas: saúde, cooperativismo, produção agrícola feita para além do agro-negócio, mercados sem intermediários, colectivos culturais alternativos, redes que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradores.

13. O BE TEM SIDO UMA ORGANIZAÇÃO MACROCÉFALA E FAZ FALTA MAIS DEMOCRACIA E MOBILIZAÇÃO

No BE, os espaços informais e os arranjos circunstanciais entre as correntes dominantes têm-se sobreposto aos órgãos próprios e aos espaços da militância. A macrocefalia de uma direcção que se tem revelado incapaz de delegar competências afunilou o funcionamento do partido e fez com que as decisões que verdadeiramente moldam o futuro nos momentos decisivos tenham vindo a ser concentradas em cada vez menos mãos. A incapacidade de democratizar práticas políticas correntes e de mobilizar a participação vem de tão longe quanto o reconhecimento dos problemas, mas, para além das declarações de boa vontade, os problemas mantêm-se e continuam a ser urgentes soluções de democracia participativa interna.

A militância no BE tem vindo a ser, em grande parte dos seus espaços, gradualmente substituída por um trefismo pouco mobilizador. **É preciso inverter este caminho e multiplicar os espaços de construção democrática de decisões, realizar assembleias com poder deliberativo, promover o debate alargado criando um boletim interno e outros mecanismos participativos já aprovados mas nunca levados à prática.**

É preciso também dar resposta a quem foi expulso do país devido à política austeritária. **O BE deve promover mecanismos de participação política para quem se viu obrigado a emigrar.**

14. O BE APOSTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE E NO PRIMADO DO TRABALHO PARTILHADO DE DIRECÇÃO

Uma democracia de alta intensidade exige horizontalidade nos processos de tomada de decisão e a existência de múltiplos protagonistas que dêem a cara pelo nosso projecto de sociedade. **A melhor forma de construir o Bloco para dentro e para fora é a organização colectiva a todos os níveis, da base à direcção.** Não nos resignamos a pertencer ao partido das fugas de informação. Recusamos os cultos da personalidade e as direcções omniscientes, e acreditamos que a democratização radical é mobilizadora. **Acreditamos que é preciso reinventar o BE e fazê-lo crescer pela raiz: porque só o enraizamento popular poderá derrotar a injustiça social.**



SUBSCRITORES

Afonso Jantarada, 10708, Lisboa
Albertina Pena, 263, Lisboa
Alda Maria Lino Grelo, 752, Setúbal
Alex Gomes, 2803, Lisboa
Alexandra Marques Espiridião Oliveira, 957, Évora
Alexandra Sofia Freire, 4455, Aveiro
Alexandre Nunes Cunha, 9201, Leiria
Alistair Grant, 4221, Lisboa
Amália Maria Marques Espiridião de Oliveira, 956, Évora
Ana Gomes Branco, 9901, Lisboa
Ana Martins, 6425, Lisboa
Ângela Fernandes, 925, Lisboa
António Alves Vieira, 10928, Porto
António Rodrigues, 677, Lisboa
Artur Gouveia, 12061, Viseu
Bruno Morais, 11855, Aveiro
Carla Leal, 3459, Porto
Carlos Carujo, 101, Lisboa
Carlos Cerqueira, 501, Lisboa
Carlos Emanuel da Silva Duarte, 12270, Porto
Catarina Príncipe, 3418, Porto
Clara Alexandre, 1980, Viseu
Clara Amaro, 9773, Lisboa
Clara Coelho, 3952, Lisboa
Dalila Teixeira, 9740, Porto
Eduardo Fernandes, 11912, Setúbal
Eduardo Grelo, 757, Setúbal
Egídio Paulo Fernandes, 7350, Madeira
Elisabete Figueiredo, 9036, Aveiro
Emília Gala, 9771, Lisboa
Érica Almeida Postiço, 5155, Lisboa
Fábio Caires Silva, 7689, Madeira
Filipe Teles, 11832, Lisboa
Frederico Leite de Almeida, 12263, Porto
Henrique Gil, 1093, Lisboa
Inês Ribeiro Santos, 5334, Lisboa
Irina Castro, 6797, Coimbra
Isabel Louçã, 2780, Lisboa
Isabel M^a Pires Marques Atalaia, 9770, Lisboa
Joana de Oliveira Peixoto Braga, 12266, Porto
João Azevedo, 2778, Lisboa
João Beata Neves, 11405, Lisboa
João Carlos Louçã, 240, Lisboa
João Luciano, 184, Europa
João Manuel Oliveira, 7051, Lisboa
João Mendes Marques, 6178, Lisboa
João Pedro Santos, 9393, Setúbal
João Reberti, 12184, Lisboa
João Rodrigues, 10538, Lisboa
Jorge Afonso, 102, Aveiro
Jorge Manuel Correia, 9487, Madeira
Jorge Mendes, 6688, Lisboa
Jorge Miguel Magalhães Alves, 12264, Porto
José Alfredo Carneiro Teixeira Viana, 1887, Lisboa
José António Guerra, 1032, Setúbal
José Carlos Tavares Teixeira da Silva, 2073, Setúbal
José Ernesto Figueira Ferraz, 6783, Madeira
José Luís Carvalho, 10721, Setúbal
José Manuel Dias, 7667, Évora
Joseph da Silva, 7878, Lisboa
Leonardo Costa, 9739, Porto
Leonardo Silva, 3888, Setúbal
Lino Romão, 9202, Leiria
Lúcia Maria Reixa da Silva, 12160, Lisboa
Lúcia Pereira de Castro, 11137, Madeira
Luís Filipe Pires, 1026, Lisboa
Luís Miguel Mendes Sequeira, 12269, Porto
Luís Ribeiro, 3457, Braga
Mafalda Pedreira, 10550, Leiria
Mamadou Ba, 2126, Lisboa
Manuel António Lopes, 740, Santarém
Manuel Botelho, 10944, Lisboa
Marco Tito Gaspar, 3178, Viseu
Margarida Tavares, 12220, Lisboa
Maria Clara Ribeiro Amaro, 9773, Lisboa
Maria Emília Gomes, 567, Setúbal
Maria Emília Mendes Canoa, 12268, Porto
Maria Joana Barradas Leal, 4998, Setúbal
Maria José Martins, 623, Lisboa
Maria José Samora, 502, Lisboa
Mariana Mourinho, 11503, Lisboa
Mário Martins, 11238, Leiria
Marta Calejo, 5274, Porto
Marta Filipa Sousa Rodrigues, 12221, Lisboa
Mi Martinho Guerreiro, 8469, Lisboa
Miguel Peixoto, 2089, Viseu
Miguel Pinto Barrantes, 11466, Lisboa
Minerva Martins, 11371, Lisboa
Nuno Filipe Brito, 4850, Lisboa
Nuno Moniz, 4325, Porto
Paula Coelho, 5088, Setúbal
Paulo Coimbra, 1449, Lisboa
Paulo Martins, 607, Lisboa
Paulo Nascimento, 7034, Beja
Pedro Abreu, 4791, Europa
Pedro Cortez, 11530, Lisboa
Pedro Figueiredo, 9423, Porto
Pedro Miguel Moreira Rodrigues, 2155, Aveiro
Pedro Santos Costa, 770, Lisboa



Pedro Taveira, 11056, Setúbal
Ricardo Cabral Fernandes, 10758, Lisboa
Roberto Robles, 6453, Setúbal
Roberto Tavares, 8289, Lisboa
Samuel Cardoso, 9828, Lisboa
Samuel dos Reis, 12069, Lisboa
Sandra Paiva, 10024, Lisboa
Sandra Silva, 11532, Leiria
Sandrina Espiridão, 774, Santarém
Sérgio Vitorino, 663, Lisboa
Sofia Gomes, 5421, Vila Real
Sofia Isabel Borbinha da Cruz Luna, 6786, Évora
Teresa Maria Mendes Bastos de Oliveira Peixoto Braga,
12267, Porto
Tiago Braga, 10930, Porto
Tiago Neves, 11900, Lisboa
Tomás De Sá Fernandes Aleixo Nunes, 10764, Lisboa
Valter Martins, 10935, Aveiro
Vítor Fonseca, 2356, Lisboa
Vítor Gomes, 3629, Aveiro



CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA X CONVENÇÃO





PARA O NOVO CURSO DO BLOCO

ABÍLIO JORGE OLIVEIRA MARTINS, ADELINO FORTUNATO, ALBINA CÂNDIDA ESTEVES, ÁLVARO CARVALHO, ANA LÚCIA DUARTE MASSAS, ANA PAULA DE ALMEIDA NUNES DOS SANTOS, ANA PINTO, ANA VIEIRA DE CASTRO, ANABELA DE ABREU FERREIRA, ANABELA FERRÃO CASTELO MESQUITA, ANABELA REGO MORAIS DA SILVA, ANTÓNIO CARLOS MARQUES SOARES FRUTUOSO, ANTÓNIO FERNANDES PINTO, ANTÓNIO JOÃO LOPES, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, ANTÓNIO PROENÇA, BERNARDINO ARANDA, CARLOS GAIVOTO, CARLOS MACEDO, CATARINA AFONSO LACERDA, CHRISTOPHER JOSEPH MAIA OLIVEIRA, CLARA DUMONT, CLAUDIA LAMY, CLÁUDIO SÉRGIO ABREU MONTEIRO, CREMILDA NEGREIRO CORREIA DA SILVA PEREIRA, CRISTINA BORGES GUEDES, CRISTINA MARIA ZINA HERCULANO, DANIEL BAPTISTA, DANIEL PERESTRELO, ELISA DA LUZ XAVIER, ELISABETE CUNHA DA FONSECA, ELISABETE MARIA MARTINS SANTOS, EVA DE LURDES CORREIA PACIÊNCIA, FELICIANO TEIXEIRA BERNARDO, FERNANDO LACERDA, FILIPE ROLÃO, FILOMENO HERLANDER VIEIRA BRÁS, FIRMINO AUGUSTO RODRIGUES DOS SANTOS, FRANCISCO COLAÇO, FRANCISCO MIGUEL DA SILVA, FREDERICO DAVID FELIPE DA SILVA MONTEIRO, HELENA FIGUEIREDO, HONÓRIO MARQUES, HUGO MANUEL SILVA LEMOS, HUGO SILVA, ISABEL FONSECA, ISABEL RODRIGUES, JOANA CASPURRO, JOÃO CANDEIAS, JOÃO CARLOS DOMINGUES LOURENÇO, JOÃO CARLOS FERREIRA FERNANDES, JOÃO COUTINHO, JOÃO FERNANDES, JOÃO JOSÉ DE SOUSA ALMEIDA, JOÃO MANUEL REBELO ALVES, JOÃO NUNO ESTEVES MENDES DE MATOS, JOÃO TOVAR, JOAQUIM CLARO, JOEL ALEXANDRE LOURENÇO LOPES, JORGE MANUEL DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, JORGE PEREIRA, JORGE RATO, JORGE SILVÉRIO GOMES MARTINS MONTEIRO, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DIAS, JOSÉ DE SOUSA, JOSÉ MANUEL BOAVIDA, JOSÉ MANUEL VIEIRA RODRIGUES, JOSÉ RICARDO LEMOS GIESTAS, JOSÉ SEABRA, LIA LUCAS RODRIGUES, LUÍS BARROSO, LUÍS FILIPE CARVALHO CARAS ALTAS, LUÍS GOVERN, MARIA AIDA GOMES VENTURA REBELO DE LACERDA, MARIA CASACA, MARIA DO CARMO TEIXEIRA CORREIA BERNARDO, MARIA EUGÉNIA SANTOS SILVA, MARIA HELENA FRAGA DA SILVAL, MARIA JOSÉ VITORINO, MARIA LEONOR SILVA LEMOS, MARIA ODETE LÚCIO COSME, MARILISA XAVIER CRESPO, MIGUEL JESUS CASIMIRO, MIGUEL OLIVEIRA, NATÁLIA CORREIA DA SILVA DE JESUS PEREIRA, NUNO VILHENA, PATRÍCIA BARREIRA, PAULA CRISTINA RESENDE REIS, PAULA ROSA, PAULINO ASCENSÃO, PAULO GRANJO, PAULO SANCHES, PEDRO ANTÓNIO MAIA OLIVEIRA, PEDRO DANIEL REIS ALMEIDA, PEDRO MANUEL DE PERESTRELO AGUIAR E SOUSA, PEDRO MIGUEL GRAÇA VILÃO, PEDRO MIGUEL SILVA ALMEIDA, PEDRO NUNO LOPES DOS REIS, PEDRO PEREIRA NETO, RICARDO GONÇALVES, RUI CURADO SILVA, SARA GOULART DE MEDEIROS, TEÓFILA MATOS, UMBELINA MARIA TEIXEIRA BERNARDO, VANESSA PEREIRA, VASCO MANUEL CLAUDINO HENRIQUES RUIVO, WILLIAM NAVAL, ZÉLIA MARIA SILVA ALMEIDA

Novo Curso é uma resposta à situação política e às mudanças internas no Bloco desde a última Convenção

1. ANO E MEIO DE MUDANÇAS

O Syriza protagonizou um confronto com a austeridade e o diretório europeu inédito. A ausência de um Plano B acabou por ditar a capitulação e uma cisão para uma força política designada Unidade Popular.

A crise dos refugiados mostrou como esta União Europeia é incapaz de se comprometer com uma política consequente de direitos humanos, violados por regimes políticos que chacinaram populações indefesas e provocaram catástrofes humanitárias.

No plano nacional, as eleições legislativas e a solução de governo do PS e acordos com o Bloco e o PCP aproveitaram uma fratura que voltou a revelar-se nas presidenciais na luta contra Marcelo.

Finalmente, a votação no Bloco nas legislativas e nas presidenciais confirmou a tendência que já se verificara nas eleições regionais da Madeira com a eleição de dois deputados.



2. FRATURA ENTRE ESQUERDA E DIREITA

Os debates sobre o financiamento de escolas privadas reabriram a fratura que esteve por trás da formação do governo PS contra a direita. Marcelo vem-se intrometendo neste confronto procurando atenuá-lo, ganhar protagonismo, erodindo a liderança de Passos Coelho, e abrir espaço para entendimentos ao centro.

Mas em relação a um Plano B de austeridade exigido pela União Europeia, ou perante pressões para o plafonamento da Segurança Social, ou no cumprimento dos acordos que sustentam este governo, continua viva uma dinâmica de fratura entre esquerda e direita.

3. OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO DO BLOCO

O Bloco ganhou audiência popular neste novo contexto e está mais à vontade que o PCP, que não consegue disfarçar o mal-estar por ter sido arrastado pela pressão da rua e pela nossa iniciativa.

Perante um PS dependente dos apoios à esquerda e um PCP sectário, o Bloco continua a ter margem de crescimento. Para que os resultados correspondam às expectativas é necessário manter o acerto tático, aprofundar o debate com o governo/PS no que for possível e preparar uma hipótese de rutura quando for necessário.

4. DO PARTIDO DE PROPAGANDA AO PARTIDO COM INFLUÊNCIA DE MASSAS

Este posicionamento do Bloco está a colocar novas responsabilidades e novas exigências. As proclamações propagandísticas têm que dar lugar a uma intervenção concreta baseada em propostas. Tudo o que é dito ou sugerido é escrutinado por muitos milhares de pessoas que não perdoam um deslize.

É preciso aproveitar esta nova oportunidade para enraizar o partido nas localidades, articular com os movimentos sociais e a luta extraparlamentar, e manter a disputa pela hegemonia face aos grandes partidos de esquerda.

5. NOVA DIREÇÃO PARA UM NOVO CICLO

É uma oportunidade histórica e um novo ciclo. O Bloco precisa de uma direção que interprete os sinais desta conjuntura política, enquadrando-os numa perspetiva mais longa, onde a crise da social-democracia, o atavismo estalinista e os flagelos impostos pelo capitalismo abrem espaço para uma recomposição da esquerda.

Essa direção está em formação a partir da experiência da Comissão Política desde a última Convenção e a linha política nela construída está vertida no texto da moção A que subscrevemos. Devemos continuar neste processo em diálogo com a grande maioria do partido.



6. BLOCO PARTIDO DEMOCRÁTICO

O Bloco é um partido jovem, não dogmático que promove novas soluções de democracia interna. Existem direito de tendência, estatuto de funcionário, referendo interno e comissão política plural.

A natureza aberta e de massas que se pretende para o nosso partido exige escrutínio e controlo da fiabilidade da democracia interna, nomeadamente em relação ao voto por correspondência.

7. NOVO CURSO APOSTA NA CONVERGÊNCIA INTERNA

Novo Curso assume uma atitude pela positiva, em diálogo com a maioria de aderentes e sensibilidades do Bloco, com a intenção de contribuir para a sua liderança. Isto resulta da vontade de defender ideias e propostas e de um balanço positivo da ação recente do partido

A democracia interna está ao serviço da mobilização e da intervenção política eficaz. Não é um fim em si mesma, embora seja importante cultivá-la. As divergências devem ser assumidas até às últimas consequências, mas as convergências também são parte daquele processo.

8. NOVO CURSO CONSERVA LEGADO DA PLATAFORMA 2014 E DAS MOÇÕES B DE 2012 E 2014

Ninguém se pode apropriar unilateralmente deste legado e mesmo da sigla. Novo Curso não se exclui de convergências em torno de princípios políticos e a participação na moção A é a prova disso. Para exigir ao Bloco que supere as suas raízes propagandísticas, há que assumir uma atitude idêntica no debate interno com todos(as) os(as) aderentes ou grupos de aderentes.

Tais convergências darão lugar a acordos de orientação e a procedimentos que devem assegurar a participação nas instâncias do Bloco de forma equilibrada. É este o sentido de quem subscreve este texto e, assim, subscreve a moção A nesta Convenção de 2016.



O BEM-ESTAR ANIMAL - UMA LUTA IMPORTANTE

AFONSO JANTARADA, HENRIQUE GIL, SAMUEL CARDOSO, ANA MARTINS, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOÃO RODRIGUES, ALEXANDRA FREIRE

O socialismo que queremos enquanto projeto de sociedade rejeita a exploração do homem pelo homem e a liberdade de todas as pessoas a fazer as escolhas importantes sobre a sua vida.

No século XXI e face ao desenvolvimento da consciência sobre os direitos dos animais não humanos faz com que se lance outro objetivo à nossa esquerda: lutar pelo fim da exploração dos animais não humanos pelo homem.

Este objetivo político radical tem de nos levar a fazer propostas ambiciosas nesse sentido.

As primeiras delas pressupõem uma tentativa de eliminar da nossa sociedade todos os espetáculos que envolvam sofrimento ou exploração animal : touradas, lutas de cães e circos com animais . Estas propostas parecem-me consensuais dentro do Bloco de Esquerda , no entanto importa dar um passo em frente.

O fim da exploração animal pressupõe um esforço do ser humano de diminuir ou até eliminar o consumo de carne. Não defendemos que, para já, o vegetarianismo seja uma proposta política do nosso partido. No entanto, acho que a proposta do partido para com os seus militantes deve ser a gradual redução do consumo de carne. Para isso é importante que as refeições dos eventos do BE tenham refeições 100% vegetarianas e de qualidade. Defendemos mesmo que em determinados eventos haja apenas refeições vegetarianas. Importa também defendermos a progressiva diminuição da pecuária e da pesca intensiva.

Assim, importa que o Bloco se comprometa com a redução da exploração do animal pelo homem.



ECOSSOCIALISTA: A REVOLUÇÃO DE QUE PRECISAMOS

ALDA SOUSA, JAIME PINHO, JOANA LOUÇÃ, JOÃO CAMARGO, JORGE COSTA, LUÍS CASINHAS, NELSON PERALTA, PAULA SEQUEIROS, RICARDO VICENTE, RITA CALVÁRIO, RITA GORGULHO, RODRIGO RIVERA

A tempestade perfeita avoluma-se: sucedem-se os recordes de temperatura, pressões comerciais à escala global por um sistema de desregulação da produção, do trabalho e do comércio, extinção de espécies animais e vegetais, crise global do ambiente com as alterações climáticas a soarem o sinal de alarme e indicador universal da mutação das condições de vida no planeta.

As soluções para esta crise situam-se menos no campo das tecnologias do que no campo do sistema. “O capitalismo é a crise” não é só um slogan, é um diagnóstico certo. As tecnologias à disposição da humanidade são mais do que suficientes para uma mudança paradigmática e para a possibilidade de um futuro que não ponha em risco iminente a maior parte da espécie humana. No entanto, a cooptação de ideias válidas pelo capitalismo, sob as suas vertentes “verde”, “azul” ou “crescimento sustentável”, converte todos os avanços potenciais e coloca-os do lado do problema. Uma ruptura com o capitalismo é central no resgate do ambiente e na possibilidade de re-estabilização do clima.

Trata-se assim de redescobrir o ecossocialismo enquanto possibilidade estratégica, a partir das experiências concretas das contradições entre ambiente e capitalismo. Em todo o mundo os próximos anos serão de agudização das condições extremas no ambiente e do carácter eminentemente destrutivo do capitalismo. Pensar sobre o nosso futuro enquanto força anticapitalista passa pela organização em torno de combates concretos, como alguns de hoje: a resistência à exploração de combustíveis fósseis por todo o país, as experiências alternativas em agricultura e distribuição, a adaptação do território às alterações climáticas. Sem perder de vista a capacidade que o capitalismo tem de recuperar estas lutas para a sua conformidade.

A sociedade poderia ter desenvolvido plataformas tecnológicas e trajetórias de consumo não assentes nos derivados do petróleo, mas há uma razão para esta escolha errada: era a mais rentável a curto prazo. O modelo do progresso produtivista com uso ilimitado de recursos generalizou-se, produzindo desastres ambientais de grande escala, promovendo o consumismo individualista, um dos suportes da ideologia e da força do mercado. Os modelos de consumo mercantil dos países ricos contribuem para a crise planetária que vivemos e deterioram a qualidade de vida das pessoas. Não é possível diminuir as emissões de gases com efeito de estufa sem uma política deliberada para alterar o modo



como vivemos e nas cidades e no meio rural.

Este é um desafio direto à globalização da exploração, da miséria e da dominação neo-colonial. As soluções de mercado, além de não mobilizarem os esforços necessário para evitar a catástrofe, vão aumentar os preços dos produtos raros e das localizações mais protegidas, acentuando a estratificação e as discriminações sociais, sobretudo as que afectam mulheres e populações originárias e periféricas, impondo uma inflação violenta, uma apropriação dos bens naturais e um aumento das vagas migratórias forçadas. É preciso agir agora.

É necessário descarbonizar a sociedade, alterar o paradigma de produção de energia, passar de um modelo monopolista e centralizado para a diversificação de fontes e produção local ou a pequenas distâncias, ganhando eficiência e reduzindo a dependência. O capitalismo verde cantará a sua canção: a produção de biocombustíveis de culturas energéticas assentes na agricultura intensiva são disso exemplo claro. A proposta nuclear voltará sempre, disfarçada de “mal menor”.

A dificuldade central continua a ser social e política, a da garantia da equidade no acesso à energia, à alimentação, ao transporte, ou seja, a democracia. Tanto para a escolha das prioridades da investigação quanto para a distribuição dos seus benefícios é preciso romper com a lógica do mercado capitalista. Só o planeamento das capacidades permite responder à urgência, só a desmercantilização do mundo permite quaisquer soluções.

A democracia ambiental convoca o fundamento da própria democracia. É certo que existe sempre uma tensão entre a atuação das políticas no curto e no longo prazo: o tempo da fruição das escolhas individuais é imediato, e dificulta o reconhecimento do tempo lento das suas consequências sociais. O capitalismo, ao impor um modelo de racionalidade medida pela acumulação privada, extremou esta distinção. O ecossocialismo - isto é, a escolha civilizacional da justiça ambiental e social - exige uma democracia de informação aberta, de coordenação global para os problemas globais e de uso razoável dos recursos.

A Revolução será Ecosocialista ou não será.



A MEMÓRIA É BUÉ FIXE

ALEX MATOS GOMES

«O PS escolheu livremente o caminho do T.O., da mesma forma que no passado escolheu os PECs e os pacotes de privatizações. O movimento 3D ou o Livre apresentam, no entanto, como projeto a governabilidade com o PS a liderar. (...) Não obstante o apoio popular ao PS por parte de alguns setores da esquerda com quem devemos dialogar, é errado desejar que o BE possa adornar um governo à la Hollande». Moção E - IX Convenção

«Os setores que se aproximam do Partido Socialista e com ele pretendem governar abdicam de responder ao principal desafio colocado ao país: desobedecer às imposições da UE como condição para cumprir qualquer objetivo da esquerda em Portugal. O Bloco não desiste». Moção U IX Convenção

«Face a esta questão perfilam-se dois tipos de abordagens. Primeiro, a daqueles que procuram influenciar o PS declarando-se disponíveis para colaborar com um futuro governo desde que este cumpra um certo número de requisitos mínimos. Trata-se de uma perspectiva negocial, de olhos postos nas promessas que os actuais dirigentes irão certamente fazer e frustrar. (...) alimenta ilusões que não têm fundamento na dinâmica concreta da social-democracia contemporânea e coloca os seus promotores à mercê da assimilação pelo cone de aspiração criado pelo próprio PS. Tudo isto sem resultados palpáveis». Adelino Fortunato IX Convenção

«O PS, esteio da alternância política, sofreu pouco com os ecos de descontentamento à esquerda. Isso resultou no fortalecimento da velha proposta do partido muleta, capaz de influenciar o próximo governo liderado pelo PS. Conhecemos os efeitos deste debate no seio do Bloco, com camaradas, nomeadamente da Fórum Manifesto, a optarem por uma agenda mínima para uma frente eleitoral – a defesa dos serviços públicos e reposição dos cortes – mas mantendo uma posição difusa e nebulosa quanto à relação com o PS». Andrea Peniche, Adriano Campos Mariana Mortágua, Miguel Semedo, Ricardo Coelho IX Convenção

«Uma linha moderada diminui a esquerda. (...) É preciso atacar a dívida, essa fronteira que separa a austeridade da sua alternativa (...) O PS, mesmo com a Constituição debaixo do braço, não é parceiro para o fim da austeridade, nem para qualquer das ruturas de que o país precisa (...) Com governo do bloco central ou maioria do PS pouco mudará, como fica à vista sempre que se vai além da retórica. Pela nossa parte, não nos resignamos. Não nos rendemos à doutrina do "mal menor" e a adornar a lapela do PS, nem nos conformamos com a auto-suficiência que faz do "caminho próprio do Bloco" a senha sectária de um Bloco fechado sobre si próprio. Somos claros: não há alternativa à esquerda sem o Bloco,



mas só o Bloco não constitui alternativa. Queremos um pólo político das forças que combatem a austeridade, uma união das esquerdas que, sendo a voz da revolta cidadã, seja uma alternativa de governo ao bloco central ou ao governo do PS”». Catarina Martins e João Semedo IX Convenção

«Se a candidatura de Manuel Alegre serviu para alguma coisa foi para nos mostrar que o Bloco tem de manter os dois pés firmes à esquerda, sem manobras táticas que nos confundam com os partidos da austeridade. O caminho do Bloco pós-alegre mostra que a direção do Bloco falhou essa lição, e só isso justifica a forma como foi posta em prática a estratégia do Governo de Esquerda saída da última Convenção. Aquilo que era uma visão de transformação e acumulação de forças para uma maioria social à esquerda, que eu apoiei, transformou-se numa procura de parceiros para governar com um programa mínimo em que o “com quem” atropelou o “como” e o “para quê”». Joana Mortágua IX Convenção

«O próximo passo é um governo do PS para aprofundar a austeridade, com a Constituição atual». João Teixeira Lopes IX Convenção

«O essencial das críticas sobre linha política imprimida pela maioria no Bloco radica no zigzag de posições. Nos últimos tempos, e no contexto do abandono da Associação Manifesto, as demarcações com o PS têm sido feitas. Entendemos que esse vaivém deriva da falta de um caminho de afirmação própria, com acertos e erros, como o Bloco teve até 2011. A questão radica em lutar para obter uma maioria social e não uma aliança parlamentarista. Afirmações de se pretender um governo com o atual PS, (...) não são de molde a gerar confiança no projeto». Luís Fazenda IX Convenção

«Deste modo, iremos ter o PS de António de Costa como um forte aliado, quando o mesmo António Costa nada irá dizer ou fazer sobre a reestruturação da dívida, esta sim a grande linha de demarcação e o problema de fundo que o país tem». Manuela Tavares IX Convenção

«Até às eleições legislativas e depois delas, no parlamento, os eleitos do Bloco de Esquerda respeitarão o mandato da IX Convenção. Assim, o Bloco não abdicará da sua autonomia política, nem se submeterá a acordos de incidência parlamentar, globais ou setoriais, com os partidos subscritores do memorando com a troika e comprometidos com o tratado orçamental». Declaração Conjunta da Plataforma Unitária e da Esquerda Alternativa 15/5/15



DIVERSIDADE DE OPINIÕES, UNIDADE NA AÇÃO

ALEXANDRA ESPIRIDÃO, ALEXANDRA FREIRE, ANA MARTINS, CARLOS CARUJO, CATARINA PRÍNCIPE, CLARA ALEXANDRE, ÉRICA POSTIÇO, ERNESTO FERRAZ, FILIPE TELES, HENRIQUE GIL, IRINA CASTRO, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO AZEVEDO, JOÃO PEDRO SANTOS, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, JOSEPH DA SILVA, LUÍS SANTOS, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO TAVEIRA, RICARDO CABRAL FERNANDES, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES, VÍTOR GOMES

Com o Bloco em pleno processo de Convenção, vale a pena lembrar o que foi a Convenção anterior. Não por revanchismo ou por taticismo, mas para tentar perceber como é que chegámos aonde estamos e que caminhos podemos e devemos percorrer para construir um partido que combata o capitalismo com uma alternativa popular, forte e clara.

A IX Convenção do Bloco foi atravessada por um conflito fratricida entre duas maiorias desavindas. Uma maioria acusava a outra de querer centrar a intervenção do Bloco apenas na exigência de uma reestruturação da dívida, enquanto a outra acusava a primeira de apenas querer intervir em torno da defesa da Constituição. Como se as coisas fossem incompatíveis e suficientes e como se as duas maiorias em disputa não defendessem ambas as coisas. O discurso público do Bloco no último ano e meio, desde a Convenção para cá, veio demonstrar que essas centralidades absolutas do jogo político eram, afinal, totalmente conciliáveis.

Neste cenário de guerra aberta, as moções minoritárias foram marginalizadas e o seu espaço para debater ideias foi limitado. Com pouco interesse em discutir a suposta dicotomia reestruturação da dívida/defesa da Constituição, a moção R apresentou-se como um polo de reivindicação das raízes do Bloco enquanto projeto transformador construído pelas suas bases e perfilando uma visão de partido que, entendendo a necessidade de utilizar os espaços institucionais enquanto lugares de disputa política, soubesse centrar-se na participação das pessoas na política: surgiu assim o projeto do partido das solidariedades. Um partido em que se procura responder aos problemas concretos das pessoas construindo um empoderamento direto das suas condições de vida, recusando o caminho caritativo da direita e o conformismo de gabinete de uma esquerda que se esquece que para transformar a realidade é preciso construir, antes de mais, alternativas no terreno que permitam despoletar lógicas contra-hegemónicas e criar uma sociedade em que ninguém fica para trás.

A IX Convenção do Bloco prova-nos que pensar em dirigir o partido contra metade do partido é gastar forças não para o debate e o combate político mas para uma disputa sem divergência política que a justifique. A moção R rejeitou participar nesse jogo de tentar



descortinar as diferenças entre Dupond e Dupont, no essencial, na Convenção anterior. O ano e meio que se seguiu mostrou que conseguimos defender a Constituição e a reestruturação da dívida sem problemas e as moções que eram tão incompatíveis apresentam agora uma lista conjunta.

Este ano e meio que se passou desde a última Convenção, mostra-nos ainda outra coisa. É que continua a achar-se que o processo de construção coletiva deve ser partilhado apenas pela(s) moção(ões) maioritária(s). As minorias são tendencialmente deixadas de lado, numa deriva sectária que não se baseia na divergência programática de fundo – nas questões em que isso exista, é legítimo que sejam as maiorias a definir a posição do Bloco perante essas questões, de acordo com o programa com que foram eleitas – mas na desconsideração de camaradas que constroem e querem construir o Bloco todos os dias, um Bloco que dispute maiorias sociais, que esteja na rua, que saiba vencer o medo. Há alguém que, dentro do Bloco, rejeite isto? A recusa da criação de um grupo de trabalho destinado a pensar o partido das solidariedades – uma ideia que as duas moções maioritárias incluíram nos respetivos textos à Convenção anterior – é disto representativa.

O Bloco precisa de uma direção que saiba gerir os problemas quotidianos com que o partido se depara, mas que nunca se esqueça que o Bloco só estará preparado para vencer enquanto projeto transformador quando deixar de lado as disputas por poder e pelo controlo do partido e procurar que o Bloco seja construído pela raiz, por todas e todos os seus militantes. É preciso não só que todas as pessoas colemb cartazes mas também que não haja apenas algumas a tomar as decisões fundamentais sobre o rumo do partido. O Bloco precisa de uma direção que saiba discutir e trabalhar com a consciência de que a divergência não é um delito mas antes uma consequência inevitável e salutar da diversidade dentro do campo de quem quer mais do que o possível.



POR UMA NOVA AGRICULTURA

ALEXANDRA RICARDO, JOÃO CAMARGO, MARCO MARQUES, RICARDO MOREIRA, RICARDO VICENTE, SALOMÉ LIND

O desenvolvimento agrícola da globalização e da liberalização dos mercados acentuou brutalmente as desigualdades. Num século, a razão da produtividade entre a agricultura mais produtiva e menos produtiva passou de 1:10 para 1:500. Este percurso libertou muita gente para os sectores industriais e de serviços, mas a lógica capitalista que conduziu esta transformação teve custos imensuráveis para o ambiente e para a grande maioria mais pobre da população mundial. Este modelo vingou com dois objectivos principais:

Aumentar a produtividade do trabalho e o lucro de rendeiros, patrões e chefes de explorações por via da mecanização, reduzindo emprego e substituindo processos ecológicos naturais por “inputs” químico-industriais, com aumento da produção;

Aumentar os lucros das indústrias químicas fornecedoras de factores de produção com a criação de oligarquias de mercado com monopólio químico sobre a agricultura.

Além dos inconvenientes socioeconómicos, este modelo está esgotado do ponto de vista ambiental. Da conservação da biodiversidade à protecção de lençóis freáticos, da segurança alimentar à mitigação e adaptação às alterações climáticas, a agricultura necessita de uma completa mudança de paradigma.

Por oposição ao que precisamos, acelera a mercadorização da agricultura e da natureza, sob a batuta da Organização Mundial do Comércio e dos acordos de comércio livre. Dentre estes processos, há que destacar o patenteamento de sementes e plantas, a sua manipulação genética e o controlo atingido por poucas multinacionais à escala global – a Monsanto, a Syngenta e a Bayer.

As patentes são direitos de propriedade industrial que concedem ao seu titular o direito exclusivo de produzir e comercializar a invenção patenteada. Em 1985 foi autorizado pela primeira vez patentear sementes geneticamente modificadas. Desde essa altura, têm-se concedido patentes sobre OGM a todos aqueles que apresentem invenções que preencham requisitos de utilidade, novidade, não obviedade ou atividade inventiva. Em Portugal e na União Europeia, através do regime nacional ou Europeu as patentes concedem ao titular o direito exclusivo de produzir e comercializar a “invenção”, podendo conceder licenças de exploração a terceiros.

A Monsanto detém inúmeras patentes sobre sementes geneticamente modificadas de milho, de soja, o algodão Bt e alguns legumes, sendo a maioria das quais resistentes ao



herbicida “Round Up” (glifosato), razão da preponderância deste produto. Ao adquirirem as sementes patenteadas, acompanhadas pela respetiva licença de exploração, os agricultores comprometem-se a não vendê-las ou replantá-las em colheitas posteriores, o que contraria usos e costumes enraizados entre os agricultores tradicionais, assim como o respeito pelos ciclos naturais de colheita e plantação, a importância dos serviços de ecossistemas e a adequação das colheitas às condições locais. As multinacionais “ocupam” os mercados, monopolizam a oferta e aumentam os preços das sementes patenteadas transgénicas e outras, excluindo pequenos e médios agricultores que não consigam competir, e endividando os que tentam subsistir. O lobby do agrobusiness continua a sua pressão, quer a nível de acordos como o CETA e o TTIP, quer através de legislação como a “Lei das Sementes”. O objectivo é mercantilizar todos os factores de produção, incluindo a própria natureza.

A agricultura só conseguirá responder à actual crise ambiental e alimentar se der lugar de destaque aos serviços de ecossistemas em substituição parcial ou total dos “inputs” químicos e energéticos em que o modelo químico-mecânico assenta. Edificar estes serviços exige o confronto com os interesses das multinacionais que dominam o mercado de factores de produção (energia, adubos, pesticidas e sementes).

Por outro lado, o acesso à terra é preponderante para o desenvolvimento de sociedades democráticas e de uma nova agricultura. Hoje, para além da produção de alimentos e derivados agroflorestais, a terra é fundamental para actividades territoriais e serviços ambientais: ultrapassou as fronteiras da utilidade produtiva e assume uma reconhecida multifuncionalidade. Mas o conjunto dos serviços territoriais e ambientais possíveis de garantir pela agricultura não é compatível com o actual modelo agrícola dominante: novas formas de agricultura que tirem partido da engenharia de ecossistemas em detrimento dos consumos energéticos exigem alterações ao regime de propriedade e democratização do uso da terra.

Avançar contra a agricultura intensiva do agronegócio, contra o cultivo dos OGM, assim como dos seus coadjuvantes químicos é ponto de partida para uma nova agricultura, numa perspectiva anticapitalista e ecossocialista. Transcender o sistema científico e produtivo, condicionados pela fetichização mercantil da agricultura e da natureza, reconhecendo as suas limitações, é uma tarefa central. Novas formas de organização, de produção e de distribuição são essenciais no desenvolvimento de uma resistência em várias escalas contra o poder destrutivo do agronegócio.



PRECISAMOS DE MAIS BLOCO

AMÉRICO CAMPOS, DUARTE GRAÇA, ISMAEL SILVA, JOÃO SANTOS, JOAQUINA FERREIRA, JORGE SANTOS, JOSÉ PINTO, MÓNICA FERREIRA, PAULO SANTOS, PAULO TELES, PEDRO FERRAZ

1. MAIS CLAREZA DO MODELO DE DIREÇÃO

O Bloco tem apresentado, ao longo dos tempos vários modelos de direção, optando incompreensivelmente por não atribuir dimensão estatutária a esses modelos.

Qual desses modelos defende melhor os interesses do Bloco de Esquerda perante os seus apoiantes?

Qualquer pessoa que faça política junto das nossas populações concordará que a melhor solução é ter uma liderança centrada numa pessoa que o povo reconheça e goste.

Tal como na IX Convenção, consideramos agora que a pessoa que melhor serve os interesses do Bloco nessa liderança é a camarada Catarina Martins.

Apesar disso, não apoiamos a moção A, porque pensamos que embora a camarada Catarina Martins seja uma mais-valia para o nosso partido, a moção por ela encabeçada é muito fraca, devido ao contrapeso estalinista a que ela está amarrada.

2. MAIS CAUSAS IMPORTANTES, MENOS CAUSAS FRATURANTES

As causas fraturantes já renderam dividendos eleitorais ao Bloco no passado, mas nunca foram um terreno demasiado propício ao combate político consequente. Praticamente todas elas poderiam perfeitamente ser apoiadas por alguns políticos de direita, como de resto o foram.

Acresce a isso o facto de que, depois de aprovadas as mais emblemáticas, vão sobrando as menos relevantes e superficiais, como por exemplo a questão do piropo ou do cartão da cidadania.

Dando de barato as razões realmente existentes para apoiar estas causas, acontece que em política, mais importante do que a realidade é a perceção que o povo tem da realidade. E a perceção que o povo tem destas duas causas é que elas são ridículas e cobriram de ridículo o nosso partido.

É tempo pois de abandonar o fundamentalismo do politicamente correto e centrarmos as nossas energias na resolução dos problemas que afetam realmente os portugueses. Até porque este caminho já provou que deu frutos. Ao contrário das causas fraturantes, que ultimamente só nos têm trazido espinhos.



3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS

As tendências fazem parte da história do Bloco de Esquerda, mas, 17 anos depois, será que continuam a fazer sentido?

Continuariam a ser úteis se elas fossem apenas um reflexo do saudável pluralismo de opiniões e de ideologias. Continuariam a ser necessárias se elas fossem a garantia de mais democracia interna, se elas fossem fator de desenvolvimento organizativo, se elas constituíssem uma marca identitária de liberdade à esquerda, se elas não contribuíssem para o recrudescimento do compadrio, do espírito de capela, da arregimentação, se elas não implicassem o sequestro do livre pensamento e arbítrio dos seus seguidores.

A prática, que é o único critério da verdade, vem demonstrando que as tendências só têm contribuído para contrariar todos esses sinais da sua eventual utilidade e, além disso, só têm servido para distribuir cargos e empregos pelos seus principais seguidores.

Os dirigentes da Tendência Esquerda Alternativa usam o Bloco de Esquerda como um instrumento ao serviço da sua estratégia política, que não é coincidente com a do BE. Funcionam como um partido dentro do partido e só ficarão satisfeitos quando tiverem tomado o Bloco e o colocarem ao serviço da sua agenda. Isto acaba por constituir uma dificuldade ao crescimento do BE, pois essa tendência restringe o recrutamento apenas àqueles aderentes que se mostram disponíveis para se juntarem a eles. Nas estruturas que ainda não controlam, não olham a meios para conquistar o poder, chegando mesmo a usar métodos fraudulentos, incompatíveis com uma ideologia de esquerda.

Os dirigentes da Plataforma Unitária, embora detestem os da outra tendência vão compactuando com ela, em nome da «pacificação» e da «unidade». Só que a pacificação, muitas vezes, implica fazer vista grossa às prepotências que a outra tendência vai fazendo um pouco por todo o lado. Ou seja, a paz com uns significa a guerra com os aderentes sem tendência, que não aceitam submeter-se às arbitrariedades praticadas. Além disso, a «pacificação» contribui para que as propostas positivas das duas tendências fiquem anuladas reciprocamente, porque só importa elas fazerem marcação uma à outra.

O que sobra da «pacificação» é apenas um negócio em que os lucros são traduzidos no número de deputados, de funcionários e de cargos divididos igualmente entre as duas tendências e os prejuízos são pagos pelo Bloco.

Em suma, o BE tem tudo a ganhar em ver-se livre das tendências, que são a semente e o fruto do oportunismo.



MAIS JUVENTUDE

ANDRÉ FILIPE ANTUNES, BRUNO CANDEIAS

Os jovens são o futuro de qualquer sociedade, são os motores de transformação e evolução. As políticas devem ser direcionadas no sentido de promover as potencialidades da juventude, estimular a sua criatividade e garantir a liberdade para transformar. Só desta forma o nosso País poderá ter esperança no futuro.

Nos últimos anos, a ditadura da austeridade e a deriva radical da direita, encarregou-se de destruir a Escola Pública, de bloquear liberdades e direitos emancipatórios, de criar medidas tributárias agressivas para os jovens, além de uma reforma laboral ao serviço do capital que retirou grande parte dos direitos e dignidade aos jovens trabalhadores. A direita Portuguesa classificou os jovens como mercadoria, números perdidos em estatísticas duvidosas, um produto de exportação, retirando qualquer esperança de futuro nas suas localidades e no seu País.

Ao mesmo tempo que tentava empurrar os jovens para fora do País, incentivou também o êxodo rural através de políticas centralistas e de exclusão geográfica, descartando o futuro, descartou-se da massa transformadora.

Hoje mais do que nunca, precisamos de juntar forças, para fixar os jovens nas suas localidades, para estancar a emigração, para fazer renascer a esperança e incentivar todos os que emigraram a voltar, e que olhem para Portugal um País onde eles próprios possam ser o futuro.

O Bloco de Esquerda está, e continuará como sempre esteve, a empenhar-se na construção de políticas que façam esse caminho, o Bloco de Esquerda será sempre a força da luta dos jovens.

Mas precisamos de mais e de Mais Bloco, precisamos de um olhar para dentro mais crítico e construtivo. Precisamos de ser uma verdadeira referência de participação para os jovens, que os motive a militar, que os agregue, que os organize, que acredite e confie neles.

Devemos repensar a figura da Coordenadora Nacional de Jovens, para que esta seja realmente um órgão de organização, de apoio e não um órgão distante, centralizador e promotor de dinastias. Queremos uma Coordenadora Nacional de Jovens para todas as lutas (LGBT, Feministas, Ecologia, Trabalho, lutas contra a Guerra entre outras), e para todo o País.

Entendemos que não deve não só promover a luta estudantil, mas sim ser o espaço de



todas as lutas. À semelhança do que já foi produzido no passado, entendemos que para além da criação de grupos temáticos dentro da Coordenadora, esta deve também criar e distribuir propaganda específica, original e atual.

Devemos aproveitar a rebeldia, irreverência, potencialidades e experiências de todos para criar um movimento social capaz de transformar.

Devemos evitar a todo o custo tendências paternalista, de utilizar os novos militantes como meros distribuidores de propaganda ou de colagem de cartazes.

Devemos ter a abertura total à sua participação em todos os níveis da organização, à livre iniciativa, de criação espaços de partilha e divulgação de conhecimentos, espaços de liberdade criativa, para que o todo seja efetivamente conjunto das partes. Não obstante, urge a criação de uma definição clara de Escola Política do Bloco de Esquerda, um local de formação, aprendizagem e organização para todos.

Se somos e/ou queremos ser o partido de todas as lutas e o partido dos jovens que tanto nos orgulha, então não o podemos ser só para fora, temos que o ser também para dentro, afinal é por dentro que mostramos quem realmente somos.



ESTÁ NA HORA DA DEMOCRACIA LOCAL

BRUNO CANDEIAS

O Poder Local deveria ser, um dos alicerces da Democracia em Portugal nos pós 25 de Abril, exemplo de participação e de proximidade. Deveria ser o Poder Local, em grande parte, o complemento, às políticas de retrocesso dos sucessivos (des)Governos de Portugal. O complemento, na dignidade e garantia da qualidade de vida das populações, no campo social, cultural, desportivo, ambiental, na qualidade de serviços públicos, e fundamentalmente na representação da voz das populações, nas suas lutas.

Ao invés disso, temos assistido, a uma utilização das Autarquias como sedes de clientelismo, polos empregadores ao serviço da partidarite, palcos de jogos de corrupção caseira, utilização de recursos públicos em prol de interesses pessoais, privados e/ou partidários. Tudo isto tem vindo, não só a degradar a confiança das pessoas nas instituições, mas sobretudo a ser uma tática que beneficia os interesses instalados, a perpetuação do poder vigente e a cada vez maior incapacidade de responder com alternativas democráticas.

É urgente responder a esta crise de confiança e sobretudo a uma crise democrática que assola as Autarquias Locais, só com uma Democracia Local a sério pode devolver a confiança às pessoas. Está na hora do Bloco de Esquerda ser também esta luta, está na hora de começarmos um caminho que sirva a Democracia Local e as Pessoas.

Está na hora de uma verdadeira Reforma á Lei Eleitoral Autárquica.

Está na hora de estudar formas alternativas de conversão de resultados eleitorais em representantes eleitos, ao método de Hondt, que sejam verdadeiramente representativos da vontade popular, que não beneficiem o partido vencedor, ou os mais votados, como acontece. É necessário um método que contabilize todos os votos e não ignore muitos votantes que, vêm os seus votos não ter qualquer implicação na proporcionalidade de eleitos nos órgãos em causa ou pura e simplesmente serem deitados ao lixo.

Está na hora, de acabar com a eleição para Camara Municipal e Assembleia Municipal em separado. Deve existir apenas uma eleição para a Assembleia Municipal e este órgão uma vez eleito devera eleger de entre os seus membros, um executivo que passará a ser a Camara Municipal. A Assembleia Municipal, órgão deliberativo deverá passar a ter um reforço substancial, na sua capacidade de fiscalização do executivo, maior periodicidade de reuniões e acesso total aos documentos de gestão do executivo.



Está na hora de os Presidentes de Junta de Freguesia deixarem de ter direito a voto na Assembleia Municipal. O atual direito a voto na Assembleia Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia, deturpa a proporcionalidade sufragada pela população no órgão em causa, por inflação de mandatos não sufragados diretamente.

Está na hora de colocar impedimentos aos funcionários de uma Camara Municipal poderem ser candidatos a Assembleias de Freguesia do respetivo Município, uma vez que é em grande parte aqui que reside a abertura democrática ao caciquismo. Não se garante o princípio da independência perante a Camara Municipal suficiente, para a defesa das populações, pois as probabilidades de vassalagem ao patrão sobrepõem-se aos interesses das populações.

Está na hora, de uma revisão profunda á Lei das Finanças Locais, mas sobretudo, a uma redefinição legislativa do quadro de competências das Juntas de Freguesia. Estas devem ter a competência exclusiva, dos arruamentos, passeios, espaços verdes e limpeza urbana, por lei e não por possibilidade de descentralização da Camara Municipal. A situação atual leva a que a decisão e forma de descentralização seja em função de interesses partidários e não os das populações, criando desigualdades e estrangulamento deliberado, no investimento em Freguesias onde o partido do executivo não seja o mesmo que o da Camara Municipal. Fomenta assim a limitação democrática de colocar as populações a votar para a Assembleia de Freguesia no partido que á partida mais facilmente prevê ganhar a Camara Municipal.

A redefinição das competências das Juntas de Freguesia, deve ser acompanhada de recursos financeiros, humanos e logísticos proporcionais. As transferências diretas do estado devem ser representativas e capazes de dotar as Juntas de Freguesia, da capacidade de execução e autonomia desejáveis. Começando por uma alteração ao cálculo do montante a transferir, onde se privilegie a área urbana a intervencionar ou as especificações de isolamento territorial, ao invés de variáveis muitas vezes desprezáveis, como a área total da Freguesia e/ou o numero de habitantes que levam a profundas desigualdades no financiamento das Freguesias, para o objetivo estrito de executar as suas competências.

Não obstante da limitação das propostas apresentadas, deverão ser estudadas e amplamente debatidas, e certamente que poderão ser o ponto de partida para uma grande Reforma Democrática do Poder Local.



SER SOLIDÁRIO E UMA RAIZ

CARLOS CARUJO

POR DENTRO DA DISTÂNCIA PERCORRIDA

A probabilidade das forças da rotina nos transformarem no que não queremos ser.

Vimos e vamos para longe. Fazemos muito além das nossas forças. Escolhemos o que queremos ser a cada momento.

A cada decisão política distribuimos papéis sociais, dizemos o que dizemos e gritamos nisso o que não dissemos, escolhemos quem tem acesso a que tipo de informação e quando, definimos quem fala e quem é ouvido, tricotamos os pontos cegos dos privilégios que se vão estabelecendo. É sempre assim.

Por hábito, comodidade, um qualquer sentido de pragmatismo, um utilitarismo que pensa que resultará o que achou que resultou bem da última vez, as rotinas ganham uma força que parece entorpecer aquela vontade de fazer muito além das nossas forças.

Foi-se assim instalando a ideia que as fugas de informação são um mal necessário, de que a centralização de todas as decisões importantes nas mãos de poucos até funciona, de que a militância se pode reduzir a colar cartazes, distribuir panfletos, ir a reuniões que pouco ou nada decidem do decisivo, agitar bandeiras e a bater palmas, que as capelinhas são a ordem natural das coisas inscrita no género humano.

SER SOLIDÁRIO ASSIM PARA ALÉM DA VIDA

A improbabilidade de nos transformarmos num partido diferente.

Mudar práticas cristalizadas. Transformar paciente e permanentemente quotidianos. É mais fácil dizer do que fazer.

Mas fazer é preciso. Fazer partindo da consciência das hierarquias insidiosas, com sensibilidade empoderadora para quem está na mó de baixo, com a meta não só de representar quem não está representado mas de fazer falar quem não tem voz. Fazer fazendo das solidariedades o centro de gravidade da política.

Responder à política da crise e à crise da política: decisão pela base, empenhamento nas redes de solidariedades que reinventem a política, não ficar dependente totalmente ciclos político-mediáticos, dos efeitos carismáticos, das boas vontades passageiras cronistas perenes. Inverter pirâmides antigas e não ter medo de múmias.



Combater com essa diferença a indiferença e a desconfiança. Fazer do exército de abs-tencionistas fabricado por eles, a guerrilha dxs excluídxs da política promovida por nós. Subverter a política, uma improbabilidade urgente que convoca todas as nossas forças.

FAZER DE CADA PERDA UMA RAIZ

Aprender com a probabilidade das derrotas.

Habitua-dxs a ganhar, um discurso triunfalista por vezes auto-celebratório atravessou o nosso imaginário recente. Foi assim que a primeira derrota significativa marcou o início de uma crise interna em que ainda vivemos apesar de tudo. Nas vitórias é fácil estarmos junta-dxs. Só que, quando os obstáculos surgem, a possibilidade da unidade superficial ser substituída por divergências mais ou menos artificiais é grande.

Habitua-dxs a perder, ganhámos no passado uma pele rija que nos impediu de desistir em face das derrotas. Habitua-dxs a perder mas não acomodadxs a perder, porque fazer política do lado dxs oprimidxs é assim mesmo. Sabemos que o que ficou destas derrotas é a raiz do que somos. A memória combatente que se pergunta tanto como ganhar agora quanto como transformar a próxima derrota em raiz do futuro que queremos.

Com ganhos e perdas. É preciso aprender, ainda que não sejamos ingénu-dxs o suficiente para acreditar que aprendemos as lições da história e que não se repetirão males maiores. Aprender que o imediatismo das vitórias a curto prazo tolhe os horizontes. Aprender porque a política deve ser formação política permanente, debate estratégico essencial, contra-hegemonia laboriosa. E nada disto pode ser secundarizado.

Fazer de cada perda uma raiz nós que somos outras temporalidades profundas. Enraizamento também na história.

E IMPROVAVELMENTE SER FELIZ

No fim de contas, pode um partido não ser carreiras e protagonismos, mitos com pés de barro, repentismos tacticistas e divisões artificiais? Pode um partido ser feliz ao lutar pela improbabilidade da felicidade colectiva?

No oposto da despolitizante felicidade obrigatória do pensamento positivo dominante e da obrigante infelicidade politizada das explorações e preconceitos hegemónicos, um projecto emancipatório constrói-se a partir da aposta na improbabilidade da felicidade. Não é pouco. É o que temos e sabemos ao que vamos. Porque viemos de longe. Porque vamos para longe. Somos companheir-dxs comprometidxs com essa viagem.



CAMINHOS QUE SÃO RAÍZES

CARLOS CARUJO, ALDA GRELO, ALEXANDRA FREIRE, CATARINA PRÍNCIPE, CLARA ALEXANDRE, ÉRICA POSTIÇO, ERNESTO FERRAZ, FILIPE TELES, IRINA CASTRO, ISABEL LOUÇÃ, JOSÉ DIAS, JOSÉ GUERRA, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, JOSEPH DA SILVA, LUÍS SANTOS, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO TAVEIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES, VÍTOR GOMES

1- UM PAÍS QUE NÃO PÁRA DE EMPOBRECER

Pela primeira vez na sua história, o BE apoia um governo. Como aqui chegámos?

Há um consenso no BE à volta da inevitabilidade do acordo de governo.

Interessa mais, contudo, reflectir no processo que nos levou até ele e nos procedimentos de decisão que revelou. Interessa a contracorrente afirmar que o ponto de partida para o acordo foi fraco (as condições iniciais, que serviam para começar o diálogo na base da desistência do PS de medidas gravosas propostas, tornaram-se condições finais), que a atitude de avidez mediática que assaltou o BE nesses dias não beneficiou a sua posição negocial, que o acordo foi prejudicado pela incapacidade de unidade entre BE e PCP. Tal como é importante reconhecer que o resultado dificilmente seria diferente ainda que tudo tivesse sido conduzido de outra forma já que dependeu da correlação real de forças saída das eleições e da pressão da vontade generalizada para encontrar alternativas imediatas à austeridade.

Há também consenso noutro ponto: o acordo de governo é limitado, a austeridade não acabou mas foi aliviada permitindo a muita gente uma melhoria. Agora, revelar-se-á cada vez mais urgente responder politicamente a esse país que não parou de empobrecer: através das desigualdades inerentes ao capitalismo, da crise que não foi resolvida, da estrutura produtiva deficitária do país, da dívida incontrolável, do desinvestimento nos sectores sociais e culturais do Estado.

2- A DITADURA AUSTERITÁRIA E OS CENÁRIOS POLÍTICOS

Pela primeira vez, o BE apoia um governo. O que resultará daqui?

Há um consenso à volta de que, mesmo sendo uma experiência limitada, a burguesia europeia atacará fortemente as políticas deste governo.

Contudo, a história recente do BE em termos de cenários recomenda-nos precaução e abertura sobre as consequências desta ideia. O BE foi determinista quando pressupôs a inevitabilidade do segundo resgate, era a teoria que Portugal era apenas a Grécia em diferido, foi determinista quando decretava que a única política viável à esquerda passava pelo tabu da permanência no euro. Agora, o cenário mais consistente será o agravamento da pressão das instituições europeias para intensificar a austeridade. Nesta leitura confluirão



uma esmagadora maioria de bloquistas que repetirão ter aprendido com as lições gregas. Contudo, a imprevisibilidade existe já que não conhecemos os efeitos da evolução grega, do crescimento da extrema-direita, do Brexit, nem a forma como evoluirá a curto prazo a crise presente do capitalismo...

Sobretudo, há que precaver-nos de imaginar como hipótese única de fim do actual ciclo um grande conflito clarificador com a União Europeia em que o PS cede. Ou seja, é possível que a austeridade seja servida outra vez em lume brando, à social-liberal. Se na primeira hipótese se encontram fronteiras claras e escolhas declaradas, na segunda nem por isso. E mesmo a teoria da marcação de linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas (quais?) responde apenas facilmente ao primeiro caso. No segundo ver-nos-emos confrontados com o problema: a partir de que medida parcelar se declara o governo como de austeridade e se corta com ele?

3- A MOBILIZAÇÃO COMO RAIZ

Pela primeira vez, o BE apoia um governo. O que fazer? Como se situar perante ele? Como preparar o futuro?

Há um consenso que o BE não pode ser a muleta do PS ou o gabinete de relações públicas do governo. Há que afinar melhor o discurso para que o apoio crítico não soe apenas a apoio fazendo-nos perder a autonomia do nosso projecto político.

Há consenso que temos que aproveitar a actual janela de oportunidade para mudanças. Mas também temos de ter a consciência de que a soma destas mudanças não resistirá a uma reviravolta política.

Tem havido quem coloque o problema em termos do que fazer quando o governo cair. Só que o verdadeiro problema é o que fazer desde já. Porque se fingirmos que está tudo bem até ao momento em que caia entraremos na discussão a perder e atrasados. A tentação "atentista" e de gestão imediatista da política podem ter consequências graves.

Há consenso no BE: a resposta adequada é política pela base, dar força aos movimentos sociais, mais democracia interna. É pena que este consenso seja mais aparente do que real, que entre o dito e feito haja distância: esta direcção foi incapaz de implementar as mais elementares medidas de democratização interna que decidiu na Conferência de Organização, a sua política é profissionalizada e institucionalizada (com a maior parte dos quadros a fazer trabalho institucional), as campanhas políticas não existem ou são pouco imaginativas. E a grande razão disto é a macrocefalia da estrelinha cabeçuda, a centralização excessiva em poucos dirigentes. É, pois, tempo de ser exigente com este consenso de que é preciso construir desde baixo. Mudaria todos os nossos percursos. Enraizar-nos-ia. Há caminhos que são raízes. Angulosos e incertos. Prendem-nos ao chão das lutas permitindo-nos outros voos. Valem a pena.



APROFUNDAR MAIS A DEMOCRACIA DO QUE A RECOLHA

CARLOS CARUJO, ALDA GRELO, ALEXANDRA FREIRE, CATARINA PRÍNCIPE, ELISABETE FIGUEIREDO, ÉRICA POSTIÇO, ERNESTO FERRAZ, IRINA CASTRO, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO AZEVEDO, JOÃO BAETA NEVES, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ DIAS, JOSÉ GUERRA, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, LÚCIA SILVA, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO TAVEIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, TIAGO NEVES, TOMÁS NUNES, VÍTOR GOMES

O voto por correspondência é uma questão polémica. Tem sido uma forma de tentar ultrapassar as limitações do voto presencial em urna, aumentando a participação: pessoas doentes ou com mobilidade reduzida, que estejam a trabalhar ou que tenham dificuldades económicas em deslocar-se ao local das urnas, poderão assim mais facilmente garantir os seus direitos.

Só que passou a entender-se como voto por correspondência não só o que é requerido e enviado por correio mas também o que é recolhido casa a casa por dirigentes/funcionários que apoiam e/ou pertencem a um dos lados da votação. Uma modalidade que introduz uma lógica caciquista que reforça o poder dos “quadros” na medida da quantidade dos votos que possam recolher.

Por sua vez, os “recolhidos” tendem a ser retratados como objectos de um jogo de poder. Na recolha, reforça-se e marca-se a distância. Aliás, o interesse do recolhedor poderá ser que estxs se envolvam pouco na vida partidária, criando assim uma “bolsa de votos” de sua pertença exclusiva, assegurando a fidelização do voto por se tornar elo de confiança e de ligação ao colectivo.

Não se trata pois de um alargamento neutral da participação mas de uma máquina de influenciar a vontade do universo eleitoral. Pode ser visto uma pressão exagerada sobre quem é visitado por alguém que lhe pede o voto (em si, mesmo que não diga explicitamente, a roçar a chantagem emocional porque não custa nada fazer uma cruzinha e até parece mal dizer que não a um tipo porreiro...). Ou seja, desenhado para fazer votar quem quer mas não pode, é preciso tomar consciência das consequências de se ter transformado o voto por correspondência num dispositivo para pressionar quem podia votar mas não queria.

Mais, poder-se-á considerar isto como uma forma de exclusão de quem não pertence aos círculos de confiança de quem recolhe. A pressão tenderá a ser selectiva: pode haver quem seja pressionadx para votar porque se lhes julga conhecer o voto, pode haver quem seja tendencialmente ignoradx porque se lhes desconhece a escolha. E mesmo que a pressão não fosse selectiva, os resultados sê-lo-iam sempre: é diferente receber à porta



alguém que se conhece ou alguém desconhecido. Isto já para não falar em todas as outras consequências indesejadas de uma visita eleitoral.

Para além disto, se virmos como estas práticas são percebidas de fora concluiremos que não contribuirão para o fortalecimento da organização. Talvez um exercício de imaginação caricatural seja útil: imagine-se que nas eleições nacionais era permitida a recolha e entrega em mão de votos. Imaginem-se os esforços dos grandes aparelhos partidários para visitar quem esteja nos seus ficheiros. Imagine-se como isso alteraria os resultados em benefício da capacidade profissional dos partidos com mais recursos financeiros. Imagine-se o grau de protestos que geraria e a desconfiança despoletada pela potencialidade permanente de fraude. Imagine-se por fim o alheamento e descrença em quem não estivesse já na orla dos partidos.

Vistas de fora, talvez seja assim que sejam vistas as práticas do voto recolhido em mão. Não será um pormenor que a manutenção destas diminui a confiança na democracia vivida nos partidos afastando ainda mais algumas das pessoas com que queremos contar.

Dito isto, é preciso não cruzar os braços e tentar encontrar soluções para credibilizar e aprofundar a democracia interna. Sendo que a proibição da possibilidade de voto não presencial limita abrangência das votações, é preciso começar por fazer do voto por correspondência um voto requerido previamente pelo eleitor sem qualquer pressão.

Se quisermos ir mais longe, é o voto electrónico que se apresenta como a alternativa mais realista. As desvantagens que lhe são habitualmente imputadas (possibilidade de fraude, infoexclusão etc.) devem ser tidas em conta mas não são argumentos suficientes. Existirá já software que permita o controlo anti-fraude e a confidencialidade do voto. E a infoexclusão terá de ser combatida assegurando a continuidade de um sistema de voto presencial, estando disponíveis sedes para que o voto se faça noutros horários e sendo divulgadas as listas de ligações grátis da região.

Claro que não há soluções mágicas. Várias dos problemas apresentados poderiam persistir. Bastaria um portátil com ligação à internet e uma lata o suficiente para que um périplo eleitoral se mantivesse. É que os regulamentos devem ser melhorados mas não resolvem tudo na prática...

E sobretudo há que insistir na ideia de que não existem democracias em absoluto. Quem só quer ver perfeição na realidade desistiu de olhar para ela de forma crítica e de procurar aprofundar a democracia. Existem apenas processos permanentes de democratização complexos e contraditórios. E os seus resultados parciais medem-se pela capacidade de inclusão dos excluídos e pela capacidade de desfazer os poderes verticalizados que permanentemente se reconstituem. Precisamos disso em todas as escalas da nossa vida.



QUANDO TUDO SE GANHA COM O ECO-SOCIALISMO E TUDO SE DESPERDIÇA NO CAPITALISMO...

CARLOS GAIVOTO

A irracional governação de uma região da Europa ter colocado 9,5 milhões de pessoas dispersas numa área com 50 mil km² (Minho a Setúbal /Algarve na faixa costeira de 50km) tem provocado desequilíbrio na vida diária das populações com as externalidades negativas causadas pelas elevadas deslocações motorizadas: ineficiência ambiental e energética; agravamento da saúde com a poluição; aumento no orçamento da pessoa, família, empresa, município e Estado e o efeito dos GEE na alteração climática. A governação favoreceu a ineficiência reforçando esta distorção no território, não regulando a expansão e desarmonizando a economia urbana, ficando o país confrontado com os elevados “custos escondidos” dessa dispersão urbana no Défice e na Dívida.

O EFEITO DA DISPERSÃO URBANA NO PESO DA DÍVIDA E NO DÉFICE ORÇAMENTAL

A dispersão urbana é induzida pela falta de leis de regulação pois, ela foi deliberadamente planeada e organizada pelo capital industrial e financeiro para o sistema se reproduzir e manter com esta dinâmica de expansão dos Planos de Urbanização, minando os alicerces do Estado Social. O sistema teve todo o apoio dos governos da administração central e local, do parlamento e de todos os responsáveis que numa lógica neo-liberal “geriram” o aparelho do Estado para manter nos PDMs a desejada “área urbanizável” e “equilibrar” os seus balanços financeiros com a gestão daqueles “activos”. A bolha imobiliária voltou agora com a austeridade, para se pagar o seu peso na Dívida e no Défice. Cerca de 2/3 dum Orçamento municipal é devido à despesa causada pela dispersão urbana e o seu peso na Dívida é acima dos 30%, sendo ainda responsável pelo aumento de solo consumido entre 60% e 80% e um aumento de viagens motorizadas entre 20% e 60%.

A resposta ecosocialista dum agenda das Redes e Serviços de Transporte Público contra as externalidades da dispersão urbana - “as nossas vidas valem mais do que os lucros” (Perú, Dez. 2014)“.

Com o objectivo estratégico de planear a menor dependência do automóvel e favorecer o Transporte Colectivo, há que rever de imediato a lei 52/2015 (RJSPTP) e as leis 31/2014 (uso dos solos) e 75/2013 (CIM), além do objectivo do PETI3+/GTIEVA do anterior governo que só promovia ideologicamente o programa de concessão das redes de TC ao privado, apesar da evidência da quebra acentuada da mobilidadea em TP ter incidência negativa na gestão do Défice e da Dívida, uma vez que fez disparar as externalidades negativas - ver http://www.criticaeconomica.net/wp-content/uploads/2016/05/revistacritica_7.pdf.



Por isso, a resposta ecosocialista urbana exige a descarbonização das cidades, com base num ordenamento e planeamento legislativo e de Organização Institucional do TP urbano: Anos 2016/17 - Prioridade: Organização Institucional do TP Urbano (Ordenamento e Planeamento / Gestão e Controlo)

CONCEITOS, PRINCÍPIOS E POLÍTICAS

Cidade sustentável e educativa. Coerência e Integração na justiça social, territorial, ambiental e energética. Descarbonização.

OBJECTIVOS

- a) Cidade compacta com regeneração urbana; redução dos acidentes; eliminação do congestionamento, da poluição atmosférica e sonora; dos GEE; cumprimento do WHO para Orçamento de Saúde.
- b) Programa de investigação transporte e urbanismo; reforma da Organização Institucional do TP.
- c) Lei do financiamento da transição ecológica das cidades; da racionalização do ar e da energia; do ordenamento do território (regulamentação do ECOT e PDU); da descentralização e regionalização (regulamentação da AOTU e AU); da Organização do Transporte Interior (Regulamento da Conta Pública do Sistema de Deslocações; do Operador Interno; da Integração Tarifária e Tarifa Única; da Taxa Ecológica; do Financiamento e da OSP).
- d) Conferência Nacional do TP urbano (Revisão do Plano H2020 e o TCSP (Transporte Colectivo em Sítio Próprio).

Programa de Acção - H2020 e lançamento projectos TCSP.

Este combate mobiliza uma gestão e controlo das leis do território contra o ritmo de acumulação do capital da dispersão urbana, exigindo mudar a figura PDM e o regime fiscal, em defesa do Estado Social, a saber: lei para Contrato-Plano "Estado - Região - Município" de Utilidade Pública. A questão da Ecologia Urbana deve ser presente em toda a proposta de Rede e Serviço Público, a começar pela estratégia de compacidade e da reforma do território, da vida em sociedade com menos custos sociais - o bairro ecológico, numa perspectiva de "Smart Growth" e não de "urban growth machines" (como afirma David Harvey, no Rebel Cities). Esta perspectiva do "Smart Growth" defende a sustentabilidade da acessibilidade à habitação, emprego e serviços com o mais baixo custo social, promovendo a eliminação das externalidades negativas. O regime fiscal dessa área urbana mais compacta terá mais vantagens e a política de tarifa social única deve ser coerente com esses objectivos eco-sociais a defender no próximo período.



NÃO PODEMOS TRABALHAR SEM AS NOSSAS VIDAS

CATARINA PRÍNCIPE, ALBERTINA PENA, ALDA GRELO, ALEXANDRA FREIRE, CARLOS CARUJO CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, ÉRICA POSTIÇO, ERNESTO FERRAZ, FILIPE TELES, HENRIQUE GIL, IRINA CASTRO, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO BAETA NEVES, JOÃO MANUEL OLIVEIRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ GUERRA, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, JOSEPH DA SILVA, LÚCIA SILVA, LUÍS SANTOS, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO TAVEIRA, SAMUEL CARDOS, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES, VÍTOR GOMES

Em Portugal, a precariedade é a realidade laboral de pelo menos metade da classe trabalhadora. Ela não é apenas o trabalho temporário; ela é o falso recibo verde, a subcontratação, a realidade do trabalho informal e a constante ameaça do desemprego. A precarização das condições laborais acontece em todos os sectores e afecta trabalhadorxs de todas as idades. A precariedade representa a transformação profunda das relações sociais e entre capital e trabalho, para garantir o mais alto lucro e intensificar o nível de exploração. Ela é ainda acompanhada pelo desmantelamento do Estado Social e dos ganhos históricos da classe trabalhadora (as oito horas diárias de trabalho, o direito à proteção na doença e no desemprego, a férias pagas ou contratos colectivos, à existência de um estado social que providencie o acesso público, universal e gratuito à educação e à saúde). Torna-se essencial compreender a ligação entre a destruição do estado social e a transformação do mercado laboral, porque esta ligação nos dá pistas sobre como interligar reivindicações económicas no local de trabalho com reivindicações políticas mais amplas (juntado, assim, a economia à política).

O entendimento de que a precariedade é mais do que a deterioração da condição laboral, mas a deterioração de todos os aspectos da vida, é um dos conceitos base do movimento anti-precariedade em Portugal. A esta compreensão chamámos “precariedade na vida” e ela continua a ser da maior importância para repensar a estratégia para a luta de classes. A ideia de “precariedade na vida” é a ideia simples mas central de que a experiência da precariedade laboral afecta de formas distintas diferentes grupos sociais (mulheres, migrantes, pessoas LGBT, etc). A ideia de “precariedade na vida” permite-nos teoricamente estabelecer as ligações necessárias entre opressão e exploração, tornado claro que a esfera do trabalho e a esfera da vida se entrecruzam e entre-constroem. Mas mais do que isso: permite-nos desenhar uma estratégia que redefina a noção de “classe” e que a torne mais abrangente (não são apenas xs trabalhadorxs assalaridxs que compõem a classe, mas todas aquelas que estão de alguma forma dependentes da realização de trabalho assalariado e na potencial posição de vender a sua força de trabalho em troca de um salário - crianças, mulheres que fazem trabalho doméstico, doentes, reformadxs, desempregadxs) e, por isso, que amplie a noção de luta de classe e que a torne mais abrangente (não



é luta de classe apenas a luta económica no local de trabalho, mas poderão ser todas as lutas que avancem a condição da classe, que nos permitam ganhar ao capitalismo mais um espaço de auto-determinação, liberdade ou igualdade).

Esta ideia não é apenas um exercício teórico, mas uma ideia para, não só abrir o campo da política no que toca às lutas sociais e como as entendemos, mas também como premissa para a revitalização das formas e dos temas da organização de trabalhadorxs. Os tópicos que são tradicionalmente vistos como estando de fora da esfera do trabalho podem e devem ser mobilizados para a construção de um movimento de trabalhadorxs mais plural, mais capaz e mais integrado. Dando um exemplo concreto, o facto de que a grande maioria das mulheres faz ainda grande parte do trabalho reprodutivo (tomar conta das crianças, idosxs, trabalho doméstico, etc) torna-as mais conscientes e tendencialmente mais críticas a transformações laborais que flexibilizem o seu horário de trabalho, e precarizem o seu vínculo laboral, mas também à necessidade de um estado social que ofereça respostas colectivas ao trabalho reprodutivo: creches e escolas públicas, lares de idosxs públicos ou serviços de apoio, hospitais e clínicas gratuitas. Neste sentido, a experiência concreta das mulheres na “esfera da vida” influencia a sua experiência na “esfera do trabalho” e vice-versa. Ligando estas duas esferas à recomodificação do estado social, é urgente ser capaz de mobilizar em torno de temas que interligam a experiência concreta da classe.

Os desafios que temos pela frente são como pôr estas ideias em prática. Mas algumas pistas para a reflexão colectiva: precisamos de sindicatos menos burocratizados e que juntem a força dxs precárixs e dos desempregxs. Precisamos de repensar como organizar trabalhadorxs precárixs: se em novos sindicatos não-sectoriais, se pela disputa coordenada das estruturas sindicais já existentes. É necessário, sobretudo hoje, que a pertença sindical possa existir quer se tenha contrato ou não ou se esteja desempregadx ou não. É necessário coordenar a intervenção sindical com as necessidades das comunidades e trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessário uma coordenação entre movimentos e sindicatos que juntem as questões económicas às questões políticas e que possam construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista) que seja capaz de inverter a relação de forças entre capital e trabalho.



AI EUROPA, EUROPA (PARTE I)

CATARINA PRÍNCIPE, FILIPE TELES

MIGRAR DE DENTRO E MIGRAR DE FORA

A análise que fazemos hoje da União Europeia, para permitir entender os mecanismos da crise, deve ser feita a dois níveis: o entendimento da criação da UE e da moeda única como forma de estabelecer um bloco capitalista transnacional capaz de competir com os EUA e China; mas um bloco composto por Estados-Nação em competição económica uns com os outros. Não é suficiente falar da transnacionalização do capital europeu; é necessário entender o papel que os capitais nacionais têm na estruturação da UE como ela é hoje. O chamado “milagre alemão” assenta na compressão de salários e na precarização das condições laborais (com mais trabalhadorxs a trabalhar por menos). Para isto foi essencial a desvalorização do antigo Marco alemão em comparação às moedas nacionais dos países periféricos na passagem ao Euro (para baixar o valor do trabalho e permitir exportações mais baratas) e pacotes de apoio estadual à indústria que relançaram a produção e a exportação. Estas transformações acentuaram os desequilíbrios económicos na União Europeia e permitiram à Alemanha ocupar um papel central na economia europeia. Puseram também a olho-nu as fraturas que sempre existiram dentro da própria União entre países do centro e países periféricos.

A análise dos fluxos migratórios na UE deve seguir a mesma linha de análise de que esta funciona a dois níveis. Por um lado, como bloco transnacional que mantém de fora da “fortaleza” todxs aquelxs que não pertencem, criando mecanismos de “vigilantismo” profundamente racistas como o Frontex e continuando, tanto a não permitir a cidadania plena de todxs aquelxs que cá vivem e trabalham, como a constante ameaça axs refugiadxs que aqui buscam proteção e apoio, negando-lhes direitos básicos de acesso ao trabalho ou à deslocação. Por outro lado, os fluxos migratórios da Europa da crise demonstram também que esta União não é um bloco transnacional unificado, mas constituído por Estados-Nação em competição económica. Pela primeira vez, segundo a OCDE, há fluxos migratórios em massa entre países da OCDE. E estes fluxos migratórios são os fluxos da crise. Para aquelxs que pertencem a países da UE, os processos de migração são obviamente mais fáceis. No entanto, uma grande maioria deste migrantes encontra nos países de chegada, como a Alemanha, condições laborais semelhantes das que fugiram: salários baixos, precariedade e desemprego.

E nada disto é novo, para além de estar a acontecer dentro da UE, a uma escala massiva e na criação de novos estereótipos xenófobos dxs “gregxs preguiçosxs” ou “portugueses improdutivxs”. E estes estereótipos funcionam também no processo inverso e na ideia de que xs trabalhadorxs alemães é que estão a lucrar com a crise, quando, como já vimos o



milagre alemão para a crise foi ter mais gente a trabalhar por menos e em piores condições. Temos hoje, portanto, uma ideia de projeto e integração europeias completamente derrotada e uma classe trabalhadora europeia mais dividida ideologicamente.

AI EUROPA, EUROPA (PARTE 2)

CATARINA PRÍNCIPE, FILIPE TELES

O perigo da extrema-direita

Ao contrário do que partes da esquerda defendem, o crescimento da extrema-direita é um resultado directo do neoliberalismo acirrado da UE e não um fenómeno que acontecesse para além dela. A extrema-direita recorre a quadros de análise simplistas e errados de que a culpa da pobreza, do desemprego ou dos salários baixos é dos fluxos migratórios, dxs refugiadxs e/ou dxs muçulmanxs, dispostos a aceitar condições de trabalho abaixo da média “nacional”. No entanto, é essencial não esquecermos que o racismo e a xenofobia são parte estruturante do sistema capitalista e não uma característica única da direita.

Este fenómeno, em si, não é novo. É a expressão de uma das contradições do capitalismo: os processos de acumulação capitalista exigem a perfeita mobilidade da força de trabalho. Onde existem barreiras a essa mobilidade, a força da expansão capitalista tenta destruí-las. No entanto, há obstáculos que se mantêm no lugar e que tendencialmente representam as posições contraditórias da classe capitalista, presa dentro do conflito entre a exigência económica da mobilidade perfeita a longo-prazo e necessidade de diferentes categorias de trabalhadorxs, bem como a necessidade de manter uma hegemonia política e ideológica sobre uma classe trabalhadora dividida a curto-prazo (migrantes como instrumento de ameaça sobre a baixa de salários). E se a extrema-direita se alimenta deste fenómeno é porque ele já existe e é, aliás, código genético da UE – não apenas pela limitação de quem pertence a este espaço político-económico, mas também através das dinâmicas de desvalorização do trabalho e da competição entre diferentes trabalhadorxs de diferentes estados-membros, que reitera o fundamento da estrutura centro-periferia. Aliás, como sabemos, o racismo e a islamofobia não são novos no coração da UE: sabemos que xs trabalhadorxs de origem árabe ou turca na Alemanha, por exemplo, sofrem há décadas de discriminação no acesso ao trabalho e ao estado social, têm taxas de desemprego muito acima da média, ocupam o mercado de trabalho pouco qualificado, são alvos de discriminação racista e sexista devido às necessidades imediatas do mercado laboral (da imagem do homem barbudo com um turbante, passou-se à imagem da mulher com lenço como representante do “perigo islâmico”, dado que são elas que fazem uma grande



parte do trabalho reprodutivo, mal pago e informal, “libertando”, assim, as mulheres “nacionais” mais qualificadas desse trabalho).

Neste sentido, a análise de uma parte da esquerda da inevitabilidade de reformar a UE como ela existe, sob pena de que o seu desmantelamento leve obrigatoriamente à subida da extrema-direita, à guerra e/ou ao fascismo é errada. Sabemos que o fascismo foi sempre utilizado como uma espécie de último recurso em alturas de crise extrema e da subida da esquerda pelas próprias classes capitalistas (ainda que por vezes essa tática lhes tenha fugido ao controlo). Esta análise é também determinista, linear e cobarde – porque levanta os piores medos e fantasmas que bloqueiam a capacidade da análise séria sobre a política e as possibilidades.

O desmantelamento da UE trará consequências imprevisíveis e as transformações não ocorrerão todas simultaneamente, e serão provavelmente contraditórias. A polarização da política é, como sempre foi, uma consequência das crises cíclicas do capitalismo.

AI EUROPA, EUROPA (PARTE 3)

CATARINA PRÍNCIPE, FILIPE TELES

Soberania ou barbárie?

Uma das ilusões que persiste à esquerda sobre o denominado “projecto europeu”, (muito alimentada pelo social-liberalismo de forma a parecer uma coisa “de esquerda”) é a de que a UE, criando uma transnacionalização do capital e das estruturas, permitiria um encontro à escala supra-nacional de grandes movimentos articulados, o fim da xenofobia entre os diferentes povos. Não que isto não seja possível ou desejável, mas o que sabemos hoje é que essas estruturas não-democráticas e a UE no seu todo acentuaram as desigualdades e dependências entre estados-membros e reforçaram o domínio do capital sobre o trabalho. A UE nunca foi, por si, um espaço de encontro de grandes movimentos, mas sim daqueles que organizam essa opressão.

No entanto, sabemos que as burguesias nacionais (umas mais, outras menos) lucram com a crise, e portanto não podemos cingir a análise a uma espécie de combate entre estados-nação. Sabemos que é difícil encontrar soluções exclusivamente ao nível do estado-nação: como é que países pequenos e periféricos, com sistemas produtivos fortemente destruídos (consequência, já agora, de décadas de integração europeia), podem passar a competir num mercado à escala mundial? Se sabemos que a questão central é a classe e não a nação, como é que não caímos na tentação de propor soluções nacionais,



talvez até com a burguesia nacional? Se a saída do Euro (e até da UE) é também uma proposta da extrema-direita nacionalista, como é que fazemos um caminho divergente, sem perder a proposta política necessária?

Sabemos que não há apenas uma saída do Euro: ela pode acontecer pela direita ou pela esquerda, pode ser imposta ou auto-determinada, coordenada ou isolada. Sabemos também que uma moeda nacional não é, por si só, mais progressiva: ela será apenas isso se permitir políticas de esquerda, de valorização do trabalho, de reconstrução do estado social, da recuperação da democracia. Sabemos também que não existem soluções exclusivamente nacionais para a crise (e este também não é um debate novo). Que precisamos de aliados, de mais esquerda, de mais coordenação, de mais força. Mas o que sabemos também hoje é que as medidas que consideramos essenciais para a recuperação económica - o fim da austeridade, o controlo público da banca, a renegociação e reestruturação da dívida através do repúdio da sua parte ilegítima e odiosa, a nacionalização dos sectores estratégicos da economia, a saída da NATO - não são possíveis dentro do quadro do Euro e da UE. Ainda sobre o crescimento da extrema-direita, sabemos também que a UE e as suas políticas têm sido o seu berço e, em parte, a sua razão de existência. E embora haja uma parte da extrema-direita que defende o desmantelamento da UE, sabemos que, por vezes, dois grupos diametralmente opostos podem em determinados momentos defender posições que parecem semelhantes. Mas é exatamente porque os resultados são imprevisíveis, que o resultado será determinado pelo processo e pela relação de forças que a esquerda consiga construir sem perder de vista o seu objectivo.

Neste sentido, a soberania nacional não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como um instrumento. Um instrumento que permita reconstruir os estragos feitos pelo neoliberalismo europeu - e uma reconstrução que permita avançar a condição da classe, do trabalho, de todos os direitos e toda a democracia, e não como princípio identitário nacionalista e bacoco, do "nós contra elxs". E a reconstrução desses estragos parece ser hoje incompatível com a pertença à UE.

Dar a volta a esta situação, responder à crescente xenofobia na Europa, bem como à subida exorbitante de partidos de extrema-direita, não é fácil. No entanto, o entendimento da UE enquanto factor que cria desigualdade e da soberania nacional enquanto instrumento, são uma necessidade urgente que precisa de ser central no discurso político de qualquer partido de esquerda. Mesmo com todas as dificuldades, essa será sempre a grande tarefa da esquerda: a de ser capaz de abrir o horizonte dos possíveis e de não se limitar ao único possível já existente.



INTEGRAR A EMIGRAÇÃO NAS NOSSAS POLÍTICAS

CRISTINA SEMBLANO, JACQUES MEIRA, JOAQUIM SOARES, TIAGO PINHEIRO, ABÍLIO BARBOSA, LUÍS FILIPE PEREIRA, ADRIANO DO VALE SALGUEIRO, ANDREIA CRISTINA PEIXOTO SIMÕES DUARTE, MANUEL GERGÓRIO, RUI COSTA, ODETTE BRANCO, CRISTINA BRANCO

Aquando da última Convenção do BE, houve quem referisse que éramos capazes de ir muito longe, que sendo portugueses, éramos capazes de nos sentir ao mesmo tempo, gregos, espanhóis, irlandeses, curdos, chipriotas ou palestinianos, mas que nos faltava adquirir essa outra dimensão: a de sermos emigrantes.

Volvidos dezoito meses após aquela data, não podemos dizer que não foram dados nenhuns passos no sentido daquela aprendizagem, mas estamos longe de poder afirmar que sabemos ser emigrantes.

Esta situação é paradoxal, num Portugal migrante e, a fortiori, num Portugal que viu, nos últimos anos, reverter-se o saldo migratório da sua população e a emigração atingir fluxos anuais semelhantes aos do período da ditadura e da guerra colonial.

A apreensão deste fenómeno necessita uma análise sob dois ângulos : o interno que se prende com a promoção no nosso país de políticas que favoreçam, o investimento, a produção e o emprego, por forma a travar os fluxos migratórios; e o externo que supõe a capacidade de definir e promover políticas voltadas para os que foram obrigados a emigrar.

Ora, se, relativamente à vertente interna, não há nada a dizer, o mesmo não sucede relativamente à externa, na qual, se estamos um tanto mais presentes, continuamos a ser os grandes ausentes. Esta atitude é contraditória do ponto de vista ideológico, político e mesmo estratégico.

Com efeito, não parece ser compatível com a nossa ideologia, tratarmos os nossos compatriotas emigrantes como cidadãos de segunda, terceira, ou mesmo denegarmos-lhe a própria qualidade de cidadãos, não os inscrevendo nas preocupações que norteiam as nossas políticas: a emigração é um problema nacional e é como problema nacional que deve ser tratada na sua dupla dimensão de cá e lá.

Desde logo, do ponto de vista político, não podemos adoptar o posicionamento de todos os outros partidos: convocar os emigrantes em vésperas de eleições e servirmo-nos deles, explorando as expectativas dos que ainda têm algumas e batendo a porta no dia seguinte.

Esta nossa forma de lidar com a emigração, além de contestável sobre o ponto de vista ideológico-político (como conceber um partido capaz de se colocar na pele de um grego e



incapaz de o fazer relativamente a um concidadão emigrante?) peca igualmente do ponto de vista estratégico.

Com efeito, estamos a viver hoje um momento excepcional, onde a tomada de consciência da emigração dos anos 60 e/ou dos seus descendentes, desencadeada pelas políticas da Troika (cortes profundos nas políticas de emigração, gestão das crises bancárias...) coincide com a tomada de consciência da nova emigração, revoltada por ter sido obrigada a sair do país.

É precisamente este momento excepcional de convergência do descontentamento e da revolta dos nossos concidadãos emigrantes que nos compete “agarrar” para aprofundar a dimensão política da análise dos problemas da emigração e ganhá-los à nossa causa. Mas para tal, é necessário que saibamos ser emigrantes e o saibamos ser em toda a dimensão da palavra. Não devemos deixar de lado nenhuma categoria mas açambracá-las todas, dos antigos aos novos emigrantes, dos jovens aos menos jovens, dos qualificados aos menos qualificados, dos lesados do BES a todos os lesados das políticas da emigração.

Mas para atingirmos este objectivo, é necessário começar por dar voz aos nossos concidadãos emigrantes, sendo activos no sentido da revisão dos dispositivos legais que entravam o recenseamento e o voto. Não ter medo do voto dos emigrantes, é a condição sine qua non para podermos ganhá-los à nossa causa.

Para além do combate pela cidadania plena dos emigrantes, temos de ser o porta-voz das suas legítimas reivindicações exigindo políticas decentes de acesso aos serviços públicos no exterior, a resolução do problema dos lesados do BES, o apoio a movimentos de luta como a actual greve na CGD em França. É necessário que o tratamento das questões relacionadas com a emigração seja tão célere quanto o dos problemas até agora considerados “nacionais” e a que a essas questões seja dada idêntica visibilidade dentro e fora do país.

Tal necessita uma organização adequada e a disponibilização dos meios necessários. A criação de um grupo de trabalho na Mesa Nacional vai no bom sentido bem como a do Núcleo Europa. Mas a este não foram dados meios materiais, nomeadamente orçamentais, pelo que se trata por enquanto de uma estrutura nada-morta, que vive de um trabalho militante para além “do que suporta a força humana”, destinado a soçobrar na ausência de adequado suporte material e político.

Somos militantes cheios de boa vontade para erguer alto, lá fora, a bandeira do nosso partido. Mas não queremos ser tratados como militantes de segunda, activos no terreno de políticas consideradas anexas para o Bloco. Por isso reivindicamos meios para podermos trabalhar eficazmente, orçamento, apoio logístico e político do partido e interlocutores com que possamos contar, para juntos podermos avançar.



CAPITALISMO É INCOMPATÍVEL COM AMBIENTE

DUARTE ARSÉNIO, PAULO CARDOSO, VICTOR FRANCO

A globalização capitalista em curso tem como tradução a concentração e a disputa de recursos por parte de elites económicas, defendidas pelas lutas imperialistas que nos querem convencer de estarem a zelar pelo interesse internacional. Mas nós sabemos porque se mantêm os desastres humanitários como no Darfur, com a exploração intensiva dos seus metais preciosos, a par das lutas em torno dos gasodutos e do negócio dos combustíveis fósseis.

Tudo isto seria diferente se as lutas se concentrassem numa mudança de paradigma no comportamento da sociedade em relação à consciência ambiental – questionando o modelo de “desenvolvimento” capitalista. A poluição e o desprezo pelos bons princípios de sustentabilidade são os efeitos do capitalismo que temos de combater para defender uma sociedade justa, um planeta sustentável e habitável. O resultado é a hipoteca do equilíbrio sustentável, assim como o risco de contribuirmos para um planeta sem condições de habitabilidade aumenta.

Neste contexto e com os problemas ambientais a tomarem uma proporção dramática e irreversível, podemos vir a assistir a crises humanitárias de dimensões incalculáveis em especial no Pacífico Sul. A grave crise de refugiados a que o mundo hoje assiste de camarote, pode vir a ser uma minúscula amostra do que pode acontecer ao nível global devido aos efeitos climáticos com proporções incalculáveis.

Com o aquecimento global, a escassez e privatização monopolista da água, o capitalismo vai conseguir aumentar o fosso das desigualdades e das condições de vida. Aqui os mais indefesos (crianças, enfermos e idosos), em especial, os mais pobres (grande parte da população mundial) vão ser as principais vítimas da cegueira e da ganância, a par da irresponsabilidade dos países imperialistas.

O problema é político e se os estudos fazem falta, na presença da dúvida, a primeira medida deve ser não aprovar, ou proibir. Isto foi o que o PCP “não percebeu” ao contribuir para o chumbo da proibição do glifosato, propondo uma comissão multidisciplinar para acompanhar esta área. É também com impasses e sectarismos que a direita e o capitalismo avançam sem oposição.

Politicamente há muito a fazer em matérias como os transgénicos, biocombustíveis e redução de gases com efeito de estufa.



A política de varrer os lixos (resíduos) perigosos para debaixo do tapete, com cemitérios de veneno nos oceanos, ou “soterrados” como na Carregueira - Chamusca, devia acender todos os alarmes. A gestão e reciclagem do lixo tem de ser decisão pública e não um grande negócio de privados, onde até o plástico reciclado é utilizado na indústria alimentar sem um controlo rigoroso.

Conhecem-se as intenções de privatização de algumas empresas de resíduos que ainda permanecem intermunicipais. É preciso exigir um não do PS e governo.

A monitorização de muitos sistemas para controlar a poluição, encostas instáveis e até do clima está a ser feita com muita deficiência ou não é mesmo feita, argumenta-se há anos que a recuperação depende de fundos comunitários.

A impunidade com que os poluidores agem é quase total – nem o errado princípio “poluidor-pagador” é aplicado. Poluir é um crime em que alguns destroem, em proveito do seu lucro, o bem que é de todos. A bacia hidrográfica do Tejo é bem um exemplo. Acresce a passividade e falta de meios da APA.

A ciência já demonstrou que os combustíveis fósseis são uma solução do passado. Os grandes interesses económicos, as forças imperialistas e até terroristas impõem o petrodólar como forma de domínio. Da mesma forma exige-se que se acabe no escandaloso negócio das energias renováveis com a oferta de rendas chorudas. A aposta tem de ser nas energias renováveis integrada num plano europeu com investimento e gestão pública.

As redes europeias de transporte de energia eléctrica em muito alta tensão têm de ser públicas. Reclamar financiamentos comunitários para redes privadas é não só reclamar financiamento público para um lucro privado como colocar nas mãos da especulação privada um bem público para mais de cem milhões de pessoas.

A esquerda como resposta à crise ambiental provocada pelo capitalismo, tem de responder com propostas de sustentabilidade ambiental na defesa da vida na terra e pelo respeito por todas as espécies. O Bloco já esteve presente em muitas lutas ambientais contribuindo para conquistas importantes como a não exploração do Urânio em Nisa e o impedimento da construção de uma refinaria em Balboa. Esses resultados são a demonstração que com a luta é possível combater o capitalismo e defender o ambiente.

Nesta breve resenha fica como nota final a necessidade de fazer crescer a luta ambiental. Saudamos o empenhamento do BE na luta pelo encerramento da central de Almaraz. É mais disso que precisamos: alianças, movimento, luta!



PORTUGAL COMO VELHO ESTADO-NAÇÃO E A EUROPA DAS NAÇÕES

ERNESTO FIGUEIREDO

O conceito de Estado-nação constitui o modelo de organização mais usual das formações europeias e mundiais. Um Estado-nação é uma área geográfica possuidora de um sistema político que, pelos próprios meios, constitui um governo soberano. Enquanto um estado é uma entidade política e geopolítica, uma nação é uma unidade étnica e cultural. O estado-nação representa a situação em que o estado e a nação são coincidentes: afirma-se por uma ideologia, uma estrutura jurídica, a capacidade de impor uma soberania sobre o povo num território com fronteiras, com moeda e forças armadas próprias. O Estado-nação pode ser comparado com o estado multinacional e outras formações de estados, existindo ao longo da história em diferentes épocas e lugares no mundo e (hoje) dominante. Nasceu na Europa em finais do século XVIII e inícios do século XIX, proveniente do “Estado da Razão” do iluminismo, que difere da “Razão de Estado” dos séculos XVI e XVII. A Razão passou a ser a força constituinte da dinâmica do estado-nação, nomeadamente, no que toca à administração dos povos. A ideia de pertença a um grupo com uma cultura, língua e história próprias, (a uma nação) foi uma das marcas dos europeus (nos últimos séculos) que a transportaram para os respetivos projetos coloniais.

Houve um efeito psicológico na emergência do Estado-nação, dado que a pertença individual a uma estrutura se torna conferidora de segurança e certeza, sob a forma de referência civilizacional. Trata-se de um fator conservador e totalitário. O estado-nação corresponde à fase nacionalista (de industrialização) do Ocidente. Investimentos aplicados e lucros obtidos pelo processo de industrialização fomentaram economias nacionais e capacidades militares (defensiva e ofensiva). O Estado-nação transformou o nacionalismo em ideologia com aspirações económicas e territoriais. Marx defendeu que o proletariado era apátrida e internacional; a 1ªGG, na sua origem tal como nas suas consequências, reforçou a ideia do estado-nação e dos nacionalismos. Estes nacionalismos foram combatidos pela URSS (plurinacional e internacionalista), que na sua desagregação viu irromperem Estados-nação amordaçados durante mais de setenta anos. A URSS não era um Estado-nação, antes, um conjunto de 15 Estados-nação com mais de 100 povos espalhados, enquadrados (pela sovietação) dentro de limites territoriais impostos a partir do centro (Moscou). Tendo nascido entre as potências colonizadoras no século XX, também durante este século o Estado-nação ganhou os povos do Leste Europeu, ameaçando fazer ruir velhos impérios europeus, nomeadamente, o Austro-húngaro em cujo seio estalou a 1ª GG. Era a época dos nacionalismos e da emergência das nacionalidades



que Estaline reprimiu e que Hitler tentou subjugar pelo Nazismo, mas que acabou por extravasar para outros continentes, acelerando a descolonização africana, entre outras.

Em alguns casos, durante o pós-2ª GG, o nacionalismo ganhou cariz religioso (por exemplo, no Irão xiita), noutros casos assumiu o ideário comunista como bandeira ideológica. Na Europa Ocidental, com Charles de Gaulle e Jean Monet, sem perder a referência ao Estado-nação, foi criada a Comunidade Europeia (a Europa das Nações). As nacionalidades não se diluíram, antes, como aconteceu nos Balcãs, reagruparam-se na prossecução de interesses e estratégias, só em conjunto suscetíveis de alcance futuro. Em outros pontos do globo, a ideia de um povo, uma língua, um território, logo uma nação e, daí, a necessidade do Estado e a independência, por fim, tem retalhado antigos Estados, gerando conflitos e escaladas de violência pouco comuns. A ideia da Europa das Regiões, florescente na UE até à década de 1990, então substituída pelo neoliberalismo, poderá vir a ser reconduzida como via de resolução para as assimetrias e desigualdades sociais entretanto consentidas (provocadas) e, sobretudo, com objetivo de manutenção da paz.

O Continente português resiste a regionalizar-se, mas tal resiliência administrativa teve já como consequência direta, torná-lo extremamente assimétrico, desigual e em estado moribundo. A dominação por parte duma orla litoral (de crescimento económico e mais urbanizada) sobre o interior (exausto, desertificado e rural), mais que as diferenciações regionais situadas em espaços geográficos mais a norte ou mais a sul, deixam transparecer (e dão a perceber) o resultado de cerca de 180 anos de administração distrital, desenhada para manter e consolidar o centralismo acumulado do Estado central e controlar o poder local. Com semelhantes circunscrições espaciais nunca haverá união nacional dentro do Estado, com o país sempre territorialmente constrangido e coagido pelo espartilho da fragmentação administrativa, servindo os propósitos políticos do provérbio “dividir para reinar”. Com a eliminação das identidades cidadãs contidas nas pertenças regionais, perdeu-se o sentido da Pátria.



SOBRE O MAPA REGIONAL: QUE MAPA – ESPAÇOS REGIONAIS OBTIDOS POR ESTRATIFICAÇÃO

ERNESTO FIGUEIREDO

Muita da teoria (macro teoria) formulada e escrita em torno do tema da Regionalização de um Estado soberano (Estado-nação) assenta em teorias parcelares (micro teorias ou teorias parciais), por exemplo, sobre teorias do estado e significados de país, nação, pátria, território, espaço geográfico, região administrativa ou autónoma, delimitação regional, circunscrição administrativa, província, distrito, comarca, espaço socio-regional, estratificação socio-espacial, sociedade, comunidade, agregado, etc. Não se trata de sintetizar, muito menos de dissecar detalhadamente os conceitos modernos contidos pelos termos enumerados acima, dalguma forma relacionados, não é esse o objetivo, por muito rico em informação que se pudesse revelar, se o fosse. Diremos, em jeito de epílogo (o prólogo seria constituído pela abordagem das micro teorias) que o Mapa Regional do Continente assume seis manchas (de coesão) que foi possível identificar em uma base de dados contendo 382 variáveis inicialmente recolhidas, que foram de seguida transformadas em 416 indicadores socioeconómicos de diversificadas fontes ou estatísticas secundárias, a saber: Lei das Finanças Locais (aplicação em 1980), Indicadores Municipais/1, Direção Geral de Ação Regional e Local (M.A.I.) SEARL; Estatísticas Agrícolas, 1980, INE; Estatísticas Demográficas, 1975, INE; Estatísticas da Saúde, 1975, 1979, INE; Arrolamento Geral do Gado, 1972, INE; Recenseamento à Distribuição e Serviços, 1977, INE; Recenseamento Industrial, 1972, INE; Boletim anual, Secretaria de Estado da Emigração, 1973-1975; Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968; "O Jornal"-2º Caderno, edição n.º 427 de 29 de Abril a 5 de Maio de 1983; Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias no Continente, 1975, INE; Estatísticas das Contribuições e Impostos, Vol. II, 1974, INE; Repartição Regional do Produto: Ensaio para 1970, INE; Estatísticas do Turismo, 1980, INE; Mapa de Portugal Continental e Insular, coordenado por J. R. Silva.

A base de dados construída teve por objetivo preponderante tratar e analisar as variáveis (indicadores) de proveniências acima aludidas, com base em observações (elementos ou unidades de análise) registadas, ou seja, 274 concelhos continentais. Não se incluíram os concelhos de formação mais recente, por carecerem dos dados em paridade com os demais. Não valerá a pena enunciar os 274 concelhos, representando o espaço territorial do Continente. Grosso modo, consideram-se os concelhos (unidades de análise) como assumindo independência estatística conjunta (mútua). Este pressuposto, (hipótese nula) ficará no entanto longe de ser comprovado ou aceite. Que o não é fica, assim, ilus-



trado pelos resultados obtidos através das metodologias estatísticas aplicadas, a saber: correlações estimadas entre os concelhos (na matriz dos concelhos); extração de componentes principais sobre a matriz de correlações entre as variáveis socioeconómicas e, numa segunda etapa, classificação das componentes principais através da análise de clusters, em categorias ou grupos de concelhos. Se se verificarem (nos resultados analisados) circunstâncias favoráveis a uma interpretação de semelhança (coincidência ou sobreposição) das categorias, grupos ou clusters de concelhos com algum ou alguns dos mapas das representações provinciais que vigoraram no Continente, entre 1299 (Testamento de D. Dinis) e 1835 (Decreto de 18 de Julho, do ministro Rodrigues da Fonseca, com as Províncias, os Distritos e os Concelhos, confirmado pouco depois pelo Código Administrativo de Passos Manuel, através do Decreto de 31 de Dezembro de 1836), se forem verificadas réplicas ou aproximações (entre os mapas antigos que existiram e os mapas obtidos após tratamento estatístico), dizíamos, então será evidentemente porque as relações espaciais de então ainda se refletem e ecoam nas aferições (relações intermunicipais) do século XX. Dito de outro modo, as seis províncias históricas, quando primeiramente instituídas agregando povos que constituíram comunidades, criaram (ao longo de cinco séculos) raízes e identidades que, [pese embora os movimentos divisionistas dos povos e centralizadores das políticas em proveito do País territorial (sociedade imperial e colonial)], se tornaram indeléveis na alma popular, ganhando sentimentos conscientes dos espaços sociais regionais, estratificando desta forma consistentemente o espaço geográfico continental.

Para terminar a crítica feita ao Mapa Regional que, não se exibindo em imagem, se torna facilmente intuitivo de representar, diga-se que as regiões socioeconómicas que lhe delimitámos serão designadas literalmente (de norte para sul) por: 1) Douro-Minho; 2) Trás-os-Montes e Beira Interior; 3) Beira Litoral; 4) Estremadura; 5) Alentejo e 6) Algarve. As demarcações podem variar ligeiramente, o número e o direito à emancipação regional no projeto combinado de reconstrução do país multinacional não pode.



LISBOA COMO CIDADE, CIDADE-ESTADO, METRÓPOLE OU MEGALÓPOLE?

ERNESTO FIGUEIREDO

Lisboa é o centro político, económico, empresarial, cultural, etc., que experimentou um crescimento exponencial, comparado com outras trajetórias homólogas. A distância (socioeconómica) aferida entre esta concentração urbanística e todas as outras cidades do país, em especial agravo as do interior, tem vindo a crescer cumulativamente, sem fim à vista. Às vezes, dá para formular uma hipótese de indagar se Lisboa ainda constituirá um meio urbano sustentável, nas vertentes que caracterizam o ordenamento social ou comunitário.

Cidade é uma área densamente povoada onde se agrupam zonas residenciais, comerciais e industriais. O significado de cidade (zona urbana, ambiente urbano) opõe-se ao de campo (zona rural). Cidade é frequentemente a sede do município (divisão administrativa autónoma, dentro de um Estado). Cada Estado é composto por um conjunto de cidades, sendo que uma delas é a capital, por abrigar a sede administrativa. Uma cidade caracteriza-se por um estilo de vida particular dos seus habitantes, pela urbanização (infraestrutura, organização, serviços de transporte, etc.) e pela concentração de atividades económicas dos setores secundário e terciário. As atividades primárias (agricultura e pecuária) são desenvolvidas na zona rural. Uma cidade consiste de um núcleo populacional caracterizado por um espaço amplo onde ocorrem relações sociais, culturais e económicas. Existem muitos modelos (de cidade) com grandes diferenças entre si e, por esse facto, dificultando a tarefa de chegar a uma definição para cada modelo. Vários autores afirmam que o nascimento das cidades ocorreu quando o Homem deixou de ser caçador-recolector e descobriu a agricultura. A agricultura permitiu que o Homem tivesse abundância de comida, o que contribuiu para a sua sedentarização. Assim, no vale do Nilo, do Indo e na Mesopotâmia surgiram os primeiros grandes núcleos urbanos como, por exemplo, Nínive, Ur, Tebas. Posteriormente, as civilizações grega e romana construíram grandes cidades e criaram alguns conceitos básicos do urbanismo.

Cidade-Estado, por sua vez, é uma cidade, um local independente, possuindo o seu governo próprio. A cidade-estado é uma cidade dentro de outra cidade, onde sobrevive pelas suas próprias leis. As cidades-estado existem desde a Antiguidade, como na Grécia Antiga, onde as mais famosas eram Atenas, Esparta e Troia. Estas cidades ficavam dentro da Grécia, mas funcionavam de forma independente, tinham o seu regime político próprio



e as suas leis. Eram chamadas de pólis, termo utilizado para designar um sistema político, onde essas cidades exerciam soberania dentro do país em que se situavam e eram conhecidas (por serem centros políticos, culturais e económicos). Pela religião, língua e literatura, via-se que uma cidade-estado era diferente do território circundante. O Vaticano, denominado oficialmente de Estado da Cidade do Vaticano, fica localizado dentro da cidade de Roma; mas é uma cidade eclesiástica, soberana, governada pelo Papa.

Metrópole é um termo que pode designar a cidade principal ou a capital de um determinado país ou província ou, ainda, alguma cidade que, por algum motivo, exerça influência (cultural, social e económica) sobre as demais cidades da região metropolitana. Pode ser a cidade principal de um conjunto de cidades que se encontram unidas geograficamente. A esse processo de articulação das cidades, devido ao crescimento horizontal, dá-se o nome de conurbação. A região onde ocorre conurbação, designa-se por região metropolitana. Megalópole seria o aglomerado de várias metrópoles ou regiões metropolitanas como, por exemplo, a faixa que se estende pela costa norte-americana, desde Boston a Washington (a maior megalópole do mundo). Ambos os termos se referem a tipos de aglomerações urbanas comuns a partir da Revolução Industrial, incluindo Nova Iorque, Tóquio e São Paulo. Os desafios colocados por estes enormes complexos urbanos passam pelo elevado nível das tecnologias modernas utilizadas, nomeadamente, para evitar desastres como a erosão dos solos e a escassez hídrica e pelo enorme desenvolvimento das tecnologias agrícolas. Núcleos urbanos, metropolitanos e megalopolitanos, existiram no passado que não vingaram. É razão para ponderar até onde será possível estender e dominar o movimento urbanístico em marcha tão intensiva.

Que estatuto urbanístico poderá ser melhor ajustado a Lisboa? A história de Lisboa perde-se na memória dos tempos mais recuados, desde o Neolítico, período Romano e presença Muçulmana. Terminada a Reconquista, consolidada a religião cristã e instituída a língua portuguesa, foi criada a diocese de Lisboa que, no século XIV, foi elevada à categoria de Metrópole (arqui-diocese). Com o desenrolar das navegações (expansão), pelo Terramoto de 1755 e viragem a Lisboa Pombalina, acusa hoje uma população de cerca 600 mil habitantes, com 3 milhões na região e 10.3 milhões no País.



ESTANCÁMOS A APLICAÇÃO DA “DOCTRINA DO SHOC”, É VAMOS CONTINUAR

FRANCISCO COLAÇO

A receita da doutrina do “shock” é o que defende a oligarquia que recentemente “assaltou” o governo no Brasil.....

O Neo-liberalismo gangsteriano/criminoso está a tentar tomar o mundo de assalto. A Europa é governada, maioritariamente por delinquentes seguidores da “Escola de Chicago”.

Portugal foi vítima dessa delinquência, de forma mais “selvagem” nos últimos quatro anos.

Graças à iniciativa do Bloco, corporizada pela Catarina Martins, o Bloco cresceu como nunca, e conseguiu, influenciando/suportando parlamentarmente o governo, e com forte acção reivindicativa em sede negocial, que fosse interrompida essa ofensiva criminosa contra o povo português, os salários, as pensões, as suas conquistas democráticas, o seu nível de vida, as regalias e direitos consignados na Constituição da Republica Portuguesa.

O Bloco amadureceu, cresceu, desenvolveu dinâmicas de liderança em equipa, na sua diversidade e isso deu-lhe mais estabilidade e credibilidade. Praticamente somos responsáveis pelas medidas legislativas mais importantes, do ponto de vista social, desta governação, ou participamos delas e impulsionamo-las....

O Bloco de Esquerda está num momento crucial, o de crescer mais e se tornar um partido fundamental e decisivo na nossa democracia. Esse é um desafio e um grande “risco” que há que correr juntos, entreadjudando-nos interna e externamente.

Mais Bloco, mais democracia, mais transparência, mais confiança, mais “militância”, mais fraternidade interna. Ninguém nos perdoaria se por qualquer motivo, sectarismo, fracionismo, grupismo ou amiguismo, ou outro qualquer “vício” de estar sempre do contra, perdêssemos esta oportunidade histórica de, confluindo internamente, aparecermos depois da Convenção, como um partido, mais coeso, mais unido e com uma liderança experimentada e prestigiada, com que @s trabalhador@s, reformad@s, jovens, mulheres e o país, em geral pode contar.

Teremos de estar prontos a enfrentar os desafios da governação de um país, com todas as responsabilidades e dificuldades que isso pode abarcar. Não viraremos a cara ao desafio,



certos de que poderão contar com um Bloco maior, mais democrático internamente, mais combativo, e mais preparado.

Certo de que na vida, como na militância e na política há um tempo para tudo, a cada situação a “receita” varia conforme a própria realidade, por vezes, com elementos desiguais e ao mesmo tempo combinados, e por isso mesmo nunca se pode considerar a mesma solução para situações distintas. A dialéctica da realidade e a interpretação marxista da intervenção na própria realidade assim o aconselha. Se sempre me bati pela democracia interna num quadro de militância de forte intensidade, que sempre adoptei, entendo que essa luta terá de ser feita, e após avanços consideráveis que foram conseguidos, internamente, num quadro de confluência e de grande diálogo interno, que permita ao Bloco de Esquerda e aos seus dirigentes ter/terem condições de aproveitar esta situação favorável ao nosso crescimento e intervenção intensa na realidade do país e da governação.

Estamos num tempo de unidade interna e de confluências, de diálogo e de forte militância, respondendo ao país segundo as necessidades e possibilidades, e dada a situação e os desafios que se colocam neste momento ao Bloco de Esquerda, não o entender é ter dificuldade de perceber o que se está a passar no nosso país, e não conseguir encontrar resposta para a célebre histórica pergunta “O que fazer?”

Pela confluência interna, aprofundemos a democracia e as lutas.



ESTE BE NÃO É AMIGO DA PARTICIPAÇÃO

HELENA CARMO

O Bloco não pretende ser um partido de eleitores, que é necessariamente um aparelho altamente profissionalizado e cuja relação social é predominantemente estabelecida por via dos media;

Não pretende ser um partido de propaganda, para repetir algumas idéias criando uma devoção interna elevada... in " Moção A, ponto 8, V Convenção "

AGORA, ALGUNS EXCERTOS ESCOLHIDOS POR MIM, A PARTIR DO TEXTO DA MOÇÃO U

5.2. Outra dificuldade que enfrentamos é o peso esmagador da ação institucional na imagem do partido. Apesar do seu papel na resistência social à austeridade e contra o conservadorismo, o Bloco não conseguiu até agora crescer com a revolta dos que se manifestam, nem expressar o protesto de muitos que preferem abster-se.

Pelo contrário, o partido surge cada vez mais adaptado aos cânones da comunicação política dominante. O predomínio absoluto do parlamento na nossa visibilidade mediática é, só por si, um factor de institucionalização e normalização da imagem. Torna-se assim ainda mais premente a necessidade de uma maior diferenciação do discurso, de mais irreverência e de uma renovação do grupo parlamentar. O Bloco deve interpretar o sentimento contra a política dominante, o sistema e a sua elite.

5.5. O Bloco tem estado preso a vícios centralistas e insuficiências na participação quotidiana dos seus aderentes. Para intensificar a democracia interna é fundamental uma aproximação entre os órgãos do Bloco e os aderentes, com debate em assembleia dos planos de trabalho, envolvendo militantes na iniciativa, na elaboração e na formação políticas. A Conferência Nacional dedicada às questões organizativas teve o mérito de levar o debate mais longe do que alguma vez tinha ido. Impõe-se agora concretizar, local e centralmente, as medidas ali decididas.

O Bloco renova-se na prioridade à mobilização social e na aprendizagem de novas formas de organização e intervenção. Reforça-se na descentralização do debate e da ação, na pluralidade de vozes em luta contra a austeridade.

8.6. Todas/os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações coletivas. Do núcleo de base até à Comissão Política (CP), todos os órgãos devem estar obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões. Todos os órgãos têm de ter um plano de intervenção, com objetivos claramente definidos, que estejam sujeitos a escrutínio e balanço regular. São passos elementares, mas decisivos para uma participação efetiva.



ESTE BE NÃO É AMIGO DA PARTICIPAÇÃO

Memória de elefante precisa-se no BE. Parecemos cada vez mais um navio sempre a procurar a linha de costa. Decisão casuística a decisão casuística, sem fio condutor aprofundado nos órgãos eleitos. Alguém pensa por nós, alguém decide por nós e nos apresenta subliminarmente a “linha justa, para não nos cansar o cérebro, naturalmente”.

UM PAI, DOIS PAIS, QUANTOS PAIS?

Afirmção de impotência e frustração, mas não de deitar a toalha ao chão.

Voz silenciada é voz conivente e a minha voz morreu na garganta, vezes de mais nos dois últimos anos. Porque acredito na utilidade das respostas orgânicas. Porque me pareceu que o risco de implusão esteve por um fio. Porque os equilíbrios foram sempre parecendo muito frágeis. Mas com as vitórias eleitorais e o novo fluxo de dinheiro, foi ficando evidente que o cimento da velha hegemonia partilhada, voltou a expandir-se absoluto, escolhendo por onde espalhar o aparelho e as fidelidades.

Funcionalizações sem apresentação nem debate sobre critérios. Restritos e opacos no secretariado nacional, expondo a evidência de que fora dos circuitos de amizade muito próxima, o crivo não deixa passar...

Zangada, mas nem por isso surpreendida, o gesto de apresentar a minha candidatura a funcionária no distrito de Lisboa, com uma espécie de caderno de encargos em que me considere apta para melhorar a articulação entre as concelhias e a distrital. Faço o mea culpa: velha demais, sem carta e sem aptidão para trasladar a actividade do distrito de Lisboa, para a Rua da Palma (não há como convencer um secretariado nacional que não lê os resultados das votações na distrital e só consegue ler as declarações de voto dos vencidos).

Habituada ao mexerico sempre em fervilhante circulação nos corredores do poderzinho bloquista, sei que não faltará quem diga, que abandono a maioria por não ter ganho emprego. Quem quiser que acredite!

Respondam se forem capazes, de quantos e quantas se aproximam a contar com o bendito empregozinho? Sei que a capacidade de influenciar as mudanças que urgem, para que existam órgãos a funcionar com efectiva capacidade de decisão, aconteçam – aprendi na minha actividade política interna em mais de dez anos em moções minoritárias e neste último mandato, integrando uma das moções maioritárias U (a do intervalo entre as duas hegemónicas) revolta cidadã é objectivo que o aparelho bloquista não sabe implementar, até porque pode estragar o cenário no noticiário de logo à noite...

FAZER CRESCER PELA RAIZ A JUSTIÇA



ECOLÓGICA

IRINA CASTRO, ALBERTINA PENA, ALDA GRELO, ALEXANDRA ESPIRIDÃO, ALEXANDRA FREIRE, CARLOS CARUJO, CATARINA PRÍNCIPE, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, ÉRICA POSTIÇO, ERNESTO FERRAZ, FILIPE TELES, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO AZEVEDO, JOÃO BAETA NEVES, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ DIAS, JOSÉ GUERRA, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, LÚCIA SILVA, LUÍS SANTOS, MAMADOU BA, MARIA GOMES, PEDRO COSTA, PEDRO TAVEIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TÓMAS NUNES, VÍTOR GOMES

Crescer pela raiz significa por vezes fazer crescer mesmo pela raiz. Significa defender os meios agrícolas integrados combatendo os modelos de agricultura industrial e monocultura, significa defender a liberdade para guardar e trocar sementes combatendo as leis de patentes e o monopólio das grandes empresas agroquímicas, significa defender os meios de produção coletivos combatendo o roubo de terras. Sem metáforas ou analogias, crescer pela raiz significa encontrar formas alternativas aos modelos de produção extractivistas e ecocidas promovidos pelo capitalismo. Ecocida, porque não é apenas a saúde, no seu sentido integrado, dos ecossistemas que está em causa mas a saúde humana e os direitos fundamentais e dos povos. A união da luta pelos direitos fundamentais com as do trabalho e do ambiente não é nova, o ecosocialismo representa essa mesma união de luta política que combate as antigas e atuais visões neoliberais sobre os sistemas de produção e exploração do ambiente, e de alienação da relação do trabalho com a natureza. Alienação historicamente promovida pelo capitalismo no sentido de separar as duas formas de exploração, jogando, paralelamente, uma contra a outra.

No entanto uma não vive sem a outra, a exploração sobre o trabalho perpetuada pelo capitalismo é a mesma que perpetuamente promove o ecocídio. Neste sentido, apenas uma luta pelo direito a um ambiente saudável que se una à luta do trabalho, e que tenha em conta os direitos fundamentais e dos povos, será capaz de fazer frente às lógicas do neoliberalismo que se esconde na visão autorreguladora dos problemas ambientais, e em narrativas de desenvolvimento sustentável, paz e segurança.

É por isso necessário à esquerda, e em particular em Portugal, a construção de novas alianças com quem se encontra na raiz da cadeia de produção. Defender as formas de propriedade coletivas como os baldios, valorizar as formas de produção não hierarquizadas, promotoras de equidade e cooperação, quer ao nível dos sistemas de produção agroflorestal, quer ao nível da pecuária e da produção energética, é a missão de um partido movimento que se quer ecosocialista. Paralelamente, esta construção de alianças locais passa pelo trabalho simbiótico com movimentos sociais e ambientalistas locais e nacionais. Perante a iminente imagem de um estado sequestrado pelos interesses neoliberais e de uma Europa autoritária, apenas as respostas coletivas e de raiz serão capazes de criar as condições governativas e a construção de um novo projeto ético-nacional capaz



de fazer frente ao austeritarismo, e onde a noção de soberania é reinventada com base na autonomia e autodeterminação das pessoas.

Estas lutas não podem no entanto apenas ficar fechadas em velhos conceitos de Nação. Devem pelo contrário, seguir a lógica orgânica das raízes que se estabelecem em todos os solos e promover a solidariedade ao nível das comunidades e das espécies. Devemos por isso denunciar o neocolonialismo ambiental e o racismo ecológico, criando alianças internacionais com quem defende e luta pela autodeterminação dos povos e culturas. Devemos combater ideias norte-centradas sobre conceitos de saúde e fome, sobre o que é a diversidade e quem tem direito e saber sobre ela. Devemos combater e denunciar o patriarcado que neste jogo de exploração natureza-trabalho promove o feminicídio. Devemos condenar o sequestro dos Estados promovido pelos interesses transnacionais do capital, e unirmo-nos às lutas dos povos indígenas pela soberania alimentar, pelo direito à terra e pela sua autonomia.

Devemos criar as raízes da solidariedade que nos permitirão gritar em coletivo: deste planeta não nos expulsarão!



DESAFIO PARA O BLOCO DE ESQUERDA

JOÃO BAU

1- Sabe-se que a água é essencial à vida e à saúde dos seres humanos. E certamente por isso a temática do “direito à água” tem estado nos últimos anos em debate no âmbito das Nações Unidas. A aprovação pela Assembleia Geral, em 26/07/2010, de uma Resolução que “declara o direito à água potável e ao saneamento como um direito fundamental para o pleno disfrute da vida e de todos os direitos humanos” e a posterior aprovação, em 30/09/2010, pelo Conselho dos Direitos do Homem da sua própria Resolução sobre a mesma temática, significou, que “para a ONU o direito à água e ao saneamento está contido nos tratados relativos aos direitos do homem e por consequência é legalmente obrigatório”.

2- Ora este debate internacional sobre o “direito à água” foi tendo lugar num momento em que a crise financeira e a crise económica que enfrentamos estavam na origem de uma grave crise social. A existência no nosso país de problemas crescentes de desemprego, de pobreza e de exclusão social levou a que um número crescente de famílias não tenha possibilidade de assegurar o pagamento das facturas de água, o que põe em risco a continuidade do abastecimento público a suas casas. A dimensão deste fenómeno em Portugal não pode ser escamoteada.

No que respeita aos serviços de água há no essencial duas grandes vias de encarar estas questões, com orientações e estratégias políticas distintas. Do lado dos neoliberais considera-se que a água deve ser considerada como uma mercadoria como qualquer outra, e que o mercado será o mecanismo que melhor poderá garantir a repartição óptima dos recursos. No outro lado é reconhecida expressamente a existência dos direitos económicos, sociais e culturais (e portanto do “direito à água”) e considera-se a garantia da efectividade de tais direitos uma responsabilidade de todos.

O problema que agora enfrentamos é o de garantir que o serviço de água seja economicamente acessível a todos, mesmo àqueles que, durante um período de tempo mais ou menos dilatado, não dispõem dos recursos financeiros necessários ao pagamento da respectiva factura. Será pois necessária a organização dos mecanismos de solidariedade que permitam financiar a garantia do direito à água, ou seja, que permitam fazer chegar a água e o saneamento mesmo aos que não têm recursos para pagar tais serviços.

3- Não vou analisar em pormenor tal questão, referirei apenas que foram construídos na Europa mecanismos diversos para apoiar os cidadãos impossibilitados de fazer face ao pagamento das facturas de serviços básicos por razões económicas e que visam, por



consequente, evitar a interrupção da prestação de tais serviços. Uns, como em França, funcionaram com base em transferências do orçamento social, ou seja, são financiados pelos contribuintes. Outros como na Valónia ou em Bruxelas são baseados na introdução, no sistema tarifário dos serviços de água, de uma parcela destinada a um Fundo de Solidariedade, e são portanto suportados pelos consumidores. Mas outros mecanismos poderão ser considerados, designadamente o estabelecimento de um imposto sobre a água mineral engarrafada.

Dos três tipos de mecanismos de financiamento referidos parece-me que o primeiro (verbas do OE ou dos orçamentos das autarquias locais) não é neste momento opção face aos problemas e restrições orçamentais que bem conhecemos. Afigura-se que o recurso aos dois outros mecanismos referidos, se necessário até a um mix deles, poderá ser uma solução. Refiro que se, por exemplo, incluirmos nas tarifas da água facturada pelos operadores uma componente solidária de 0.01 €/m³ obteríamos uma receita anual da ordem dos 5,68 M€ para um Fundo de Solidariedade. E acrescento que se, por exemplo, taxarmos com 0,01€ cada quarto de litro de água engarrafada obteríamos uma receita para o referido Fundo da ordem dos 40 M€ anuais. E se por via deste imposto diminuir o volume de água engarrafada consumida (num país que após investimentos de milhares de M€ tem água de boa qualidade nas torneiras na generalidade do seu território) isso significaria: a) que o aumento de preço teria como consequência uma diminuição das quantidades de água engarrafada consumida e um incentivo ao consumo de água das redes públicas; b) que em consequência circulariam nas nossas estradas menos camiões carregados de vasilhame de água, poupando gásóleo (que é importado) e emitindo menos gases com efeito de estufa; c) e menos vasilhame de água engarrafada consumida implicaria que teríamos menos resíduos a que teríamos que dar um destino final adequado, com poupanças financeiras e ambientais. Ou seja, seria uma medida com impactos positivos do ponto de vista dos direitos sociais, do ambiente e da balança de pagamentos.

4- É altura de introduzirmos no nosso ordenamento jurídico o reconhecimento do “direito à água” e de criarmos um mecanismo de financiamento que garanta tal direito. E por isso defendo, no quadro do debate preparatório da X Convenção Nacional, que o BE encare de frente este desafio, que prepare uma proposta legislativa e que negocie a sua aprovação na Assembleia da República.



DAS DIREÇÕES OU PARA QUE SERVE UMA MINÓRIA I

JOÃO CARLOS LOUÇÃ, ALBERTINA PENA, ALEX GOMES, CARLOS CARUJO, CATARINA PRÍNCIPE, IRINA CASTRO, NUNO MONIZ, SAMUEL CARDOSO

Com alguma ironia, houve quem afirmasse que a solução encontrada para a direção do Bloco, a partir da IX Convenção, teria sido a preconizada pela minoritária moção R. Sem designar qualquer coordenador, a instituição de uma Comissão Permanente de 6 pessoas, com representação das 4 listas, foi a tentativa de ultrapassar o empate entre as duas moções maioritárias. Catarina Martins foi a porta-voz do Bloco nessa solução de direção coletiva e Pedro Filipe Soares foi líder parlamentar. Marisa Matias na candidatura presidencial e várias outras pessoas, em vários momentos, protagonizaram combates essenciais do Bloco. Ao contrário do que muitos vaticinavam, afinal, não haver chefe máximo designado, mas antes pluralidade na representação pública, permitiu-nos fazer política, ter votos e reconhecimento.

Sem nunca ter sido a caricatura de seis líderes a atropelar-se a cada momento, torna-se imperativo também constatar o óbvio: este órgão não assegurou nunca a distribuição de tarefas de representação entre si e não foi por ele que a designação de porta-vozes efectivos passou. Assim, com existência irregular e sem funções claras, a Comissão Permanente, afunilou o seu funcionamento no último ano, para um estilo de direção política profissionalizada e sem lugar para outras formas de participação. Na moção R deixámos de conseguir acompanhar o seu trabalho.

Uma Comissão Política de 18 pessoas, com representação plural e proporcional aos resultados obtidos na convenção foi uma novidade imposta pela alteração estatutária e que contrariou a história de fechamento e déficit democrático da direção mais permanente do Bloco. Nela participámos sempre que a moção R foi convocada, com ideias e propostas, na divisão de trabalho. Nela constatámos a dificuldade para tomar decisões. Raras vezes a comissão política deliberou e acompanhou a execução das suas decisões.

Aliás, o estabelecimento de um acordo entre as duas moções mais votadas na última convenção não apenas dividiu a meios os lugares supostamente elegíveis nas legislativas como também fez com que as esferas informais dos encontros entre lideranças destas tendências se fossem sobrepondo ao papel da Comissão Política à qual escaparam vários debates importantes ou que tendo sido nela discutidos chegaram lá como que pré-negociados.

Uma das poucas vezes que a Comissão Política chamou a si o papel de decisor foi aquele [123]



em que, na sequência do processo conduzido por uma comissão negociadora, votou o acordo de apoio parlamentar ao actual governo. Relembre-se que, no início do processo, as 3 condições anunciadas por Catarina Martins no debate televisivo com António Costa, não foram decididas ou sequer discutidas pela comissão política, pela comissão permanente e muito menos pela Mesa Nacional. Como foi reconhecido, também não o foram sequer pela direcção de campanha. Este momento de inflexão radical da linha decidida na anterior Convenção, mesmo que fosse uma fútil manobra de retórica, a partir dos resultados eleitorais, transformou-se num processo incontornável que nos levou onde estamos hoje: a apoiar um governo do Partido Socialista.

A decisão final sobre este processo foi tomada a 9 de novembro na Comissão Política, apesar de termos proposto que esta decisão fosse da Mesa Nacional, o órgão com mais legitimidade para o fazer. De forma estranha, nessa reunião, votou-se primeiro e debateu-se depois. A Mesa Nacional ratificaria o acordo a posteriori, não tendo tido dele conhecimento antes da sua divulgação pública: “Compromisso de sigilo com o PS”, responderia a maioria quando na CP propusemos a sua distribuição aos membros da direcção máxima do Bloco.

Depois de debate intenso, a moção R decidiu votar contra, uma vez que este processo tinha sido mal conduzido. Consideramos que, para o futuro, o Bloco precisava de precaver a sua autonomia dado o carácter insuficiente do acordo para garantir uma política que enfrente os desafios da dívida, do Tratado Orçamental e da chantagem permanente das instituições europeias. Portador desde o seu nascimento em 1999 de um projecto alternativo ao social-liberalismo, o BE não poderá deixar-se submergir em acordos de gabinete viáveis apenas a curto prazo nem deixar de combater a austeridade light que se adivinha no horizonte próximo.

Desta forma, a tarefa política essencial da próxima direcção do Bloco não será apenas gerir as desilusões abertas pelas expectativas goradas do fim da austeridade mas sobretudo mobilizar um amplo campo social para que uma política maioritária anti-austeritária possa ser uma realidade.

DAS DIRECÇÕES OU PARA QUE SERVE UMA MINÓRIA II

JOÃO CARLOS LOUÇÃ, ALBERTINA PENA, ALEX GOMES, CARLOS CARUJO, CATARINA PRÍNCIPE, IRINA CASTRO, NUNO MONIZ, SAMUEL CARDOSO



por profissionais da política, os projectos de resolução e documentos foram entregues em cima da hora, não dando tempo para pensar, criticar, propor, aprofundar, fazer todo o trabalho suposto de uma direcção política. Para além disto, os projectos de resolução nem sequer foram propriamente discutidos e votados na própria Comissão Política mas resultavam de uma discussão solta e de uma elaboração apressada posterior por parte de uma comissão de redacção. Este modo de trabalhar foi um constrangimento à qualidade das suas reflexões.

Na primeira reunião da Mesa Nacional, as 4 pessoas eleitas pela Moção R começaram por propor que no seu regulamento, as substituições respeitassem o princípio de igualdade de género. Apesar de termos argumentado contra esta alteração estatutária da anterior Convenção, entendemos que ela não deveria ser violada por um qualquer regulamento interno. A maioria da Mesa Nacional entendeu de forma diferente e não houve nenhuma reunião neste mandato que tivesse mantido o equilíbrio de género que os Estatutos consagram. Nessa mesma reunião insistimos para que o líder parlamentar do Bloco tivesse a dignidade de uma votação na Mesa Nacional e que fosse indicado publicamente na mesma ocasião em que a Catarina Martins era designada porta-voz. Esta solução foi aprovada e permitiu tornar visível o equilíbrio conseguido.

Defendemos sem hesitações a autonomia e capacidade de decisão das organizações regionais para definirem estratégia de alianças, como no caso da Madeira na preparação das eleições regionais. Integrámos todos os grupos de trabalho e comissões criadas a partir da Mesa Nacional: finanças, referendos, funcionários, grupo de trabalho internacional, voto por correspondência, comissões de inquérito. Neles participámos e trabalhamos para apresentar propostas viáveis e que representassem um percurso de trabalho sobre cada uma das questões. Neste âmbito propusemos a publicação online dos contributos dos deputados e dos salários de funcionários, que estes últimos, fossem pagos através de uma tabela salarial única calculada a partir de 3 salários mínimos, regras de transparência e igualdade para quem trabalha no Bloco. Não tivemos força para ver nenhuma destas propostas aprovadas. Integrámos algumas comissões de redacção que, a partir da Comissão Política, propuseram resoluções à Mesa Nacional, apresentámos emendas (algumas aprovadas a maior parte nunca concretizadas) e resoluções alternativas quando julgámos que eram necessárias outras respostas. Opusemo-nos à guerra imperialista na Síria e à possibilidade desta ser mascarada com motivos humanitários, propusemos um grupo de trabalho para fazer o levantamento de situações e para propor uma linha de ação do partido que queríamos que fosse das solidariedades. Criticámos e opusemo-nos aos eixos programáticos que foram a base do programa para as eleições legislativas e convocamos a III Conferência Nacional. Criticámos o facto da austeridade surgir como entidade abstrata e apenas no plano nacional, por ser um texto defensivo e desistindo de pensar um modelo alternativo à gestão capitalista. Opusemo-nos ain-



da, propondo alternativas, porque se tratou de um processo sem condições para uma participação alargada dos aderentes. Em março, propusemos uma moção de censura ao governo Passos/Portas quando se tornou público que o primeiro-ministro se tinha esquivado com sucesso ao pagamento à segurança social. Opusemo-nos sempre a todas as manobras de subversão que, em nome da disputa interna, fizeram e refizeram as regras consagradas nos Estatutos.

Combatemos a antecipação da Convenção por entender não haver motivos para um debate essencial. Propusemos campanhas políticas, como uma sobre o controlo público da banca, reconhecidamente urgentes mas que não saíram do papel. Apelámos, ao longo destes meses que o governo com apoio parlamentar da esquerda leva, para que o Bloco não limitasse a sua acção política ao quadro institucional dos grupos de trabalho com o governo, para que desenvolvesse campanhas mobilizadoras, para que começasse desde já a organizar a partir de baixo a resposta à chantagem das instituições da União Europeia.

Com raras exceções, em todos estes temas, votámos sós na Mesa Nacional. Participámos sempre com a naturalidade das opiniões que nos pareceram certas em cada momento, em cada tema, sem cálculos táticos ou acordos de bastidores. Não levámos nunca o debate interno do Bloco para fora dele. Não foi por nossa culpa que o Bloco foi uma fuga de informação permanente.

Por esta altura, quem resistiu a ler este texto até aqui, perguntar-se-à sobre a razão do título: “Mas afinal, para que serve uma moção minoritária?” – pois, cara leitora, não serve para nada, ou para muito pouco, com a enorme exceção da possibilidade de deixar de o ser.



A ESQUERDA, A EUROPA E A QUESTÃO NACIONAL

JOÃO MINEIRO

Parece hoje relativamente consensual entre a esquerda o diagnóstico de que a União Europeia, sob comando político do governo alemão, se têm caracterizado por um autoritarismo crescente, dirigido por instituições não-eleitas e que escapam ao controlo dos cidadãos e das cidadãs. Este autoritarismo tem imposto concentração e acumulação de capital, ao mesmo tempo que aposta na desvalorização interna e na destruição de serviços públicos, conduzindo ao agravamento da pobreza, da exploração e das desigualdades. Paralelamente, com a crise dos refugiados assistimos a uma União Europeia bloqueada pelo conservadorismo dos seus dirigentes e disposta a deixar morrer milhares no Mediterrâneo e em campos de concentração modernos, ao mesmo tempo que insiste na sua vocação militarista e imperial.

É neste contexto que importa não apenas partilhar o diagnóstico, mas também discutir com clareza qual a estratégia política mais útil para enfrentar um monstro desta dimensão. Que respostas deve a esquerda socialista ter perante a degradação política na União Europeia? Que tipo de protagonismo popular deve corresponder ao autoritarismo crescente das instituições europeias?

É evidente que uma parte da resposta a estas questões está situada no espaço dos estados nacionais, porque ainda é neles que reside algum poder efetivo de resistência às diretivas europeias. Para além de ser neles também que a desobediência popular pode ganhar expressão de massas. Mas apesar dos estados nacionais constituírem os terrenos mais importantes da disputa de massas, creio que será um grande erro de análise considerar que no atual contexto haverá soluções meramente nacionais para a crise europeia.

Em primeiro lugar porque o conflito que está aberto não é um conflito entre nações mas um conflito entre classes. Não se trata de Portugal contra a Alemanha, ou do Sul contra o Norte. Trata-se de um conflito em que de um lado estão as burguesias rentistas nacionais e europeias, e do outro estão os/as trabalhadores/as e os/as desempregados/as dos vários países. Nesta guerra, temos muito mais em comum com um assalariado alemão, do que com um grande empresário exportador nacional. E do que menos precisamos é de uma aliança interclassista com a burguesia nacional exportadora, alimentada pela mitologia de uma política patriótica e desenvolvimentista.

Mas para além de disto, há outro motivo para não acreditar em soluções nacionais para



crise. É que a escala do Estado-nação não é hoje suficiente para um projeto de poder radicalmente alternativo aos projetos liberais ou da social-democracia. Na era da globalização financeira, o Estado-nação é insuficiente para resistir à ofensiva do capital financeiro e dos seus instrumentos de coação sobre a economia real. E é mais difícil ainda no contexto de países sem soberania energética e alimentar, em que as alianças internacionais deixam pouco a desejar, e em que falta um povo mobilizado para um projeto de rutura. Como não houve, nem haverá, socialismo num só país, também não há nenhum projeto de desenvolvimento para os/as trabalhadores/as que possa vingar se for construído exclusivamente à escala do espaço nacional.

Para além disso, não é verdade que seja impossível uma disputa da relação de forças à escala europeia. Ela só é impossível se a esquerda desistir de a construir. Já tivemos no passado lutas importantes à escala europeia (fóruns sociais, contra-cimeiras, greves internacionais, mobilizações de rua internacionalistas), e temos hoje aliados sociais e políticos para lançar novos protagonismos.

À degradação política da União Europeia não devíamos contrapor apenas as lutas de resistência e auto-determinação política nos vários países, mas também um projeto de disputa à escala europeia, assente nas transformações que permitam avançar: a mutualização e renegociação das dívidas; uma harmonização fiscal que impeça a concorrência por baixo e as ameaças de deslocalização que fazem baixar salários e direitos; a coesão territorial; um orçamento comunitário que permita respostas para a crise e para as desigualdades; um mecanismo de salário mínimo obrigatório em todos os estados; a transformação do mandato do BCE orientando-o para o financiamento da economia; a criação de investimento público criador de emprego; as políticas ambientais e de regulação ecológica; o controlo dos offshores e das transações financeiras; as políticas de mobilidade; etc.

A luta que temos pela frente bate-se seguramente pelo resgate da democracia e da autodeterminação popular nos países onde a soberania perdeu espaço. Mas para vencer ela tem que implicar também a luta à escala europeia porque é também em nome da Europa dos povos que desobedecemos a esta União Europeia. Para tal, precisamos de um novo protagonismo popular que possa não apenas resistir, mas também dar as condições concretas para as transformações realmente profundas que uma política anticapitaista protagoniza. Sem ele, estaremos a perder tempo.



NÃO CONVÉM IGNORAR O FUTURO. ALGUMAS IDEIAS SOBRE A NECESSIDADE DE PROCURAR ENCONTRAR RESPOSTAS PARA ELE

JORGE CANDEIAS

A obrigação da política é encontrar respostas para os problemas que afetam a sociedade como um todo ou partes dela. Desejavelmente, respostas viáveis. Para isso, o primeiro passo é compreender esses problemas nas suas múltiplas vertentes. Não por completo, porque nunca ninguém chega a compreender nada por completo e a política deve agir em tempo útil, o que se torna impossível se ficarmos à espera de toda a informação para tomar alguma ação, mas o melhor possível.

Nos tempos que correm, a revolução tecnológica parece tomada de vida própria e cria dinâmicas que há muito pouco tempo eram imprevisíveis e se desenvolvem tão depressa que põem sob cheque estruturas, instituições e setores económicos que foram sendo construídos ao longo do século XX. Um desses setores é o cultural.

O século XX construiu indústrias culturais e transformou-as, em grande medida com base nos direitos de cópia, em gigantes económicos. Para a esquerda, essas indústrias criaram um paradoxo: se por um lado eram de incentivar, porque criavam postos de trabalho, dando finalmente aos artistas (muitos, eles próprios, de esquerda) a recompensa monetária que há muito mereciam, respondiam a necessidades intelectuais de uma população que com elas tinha finalmente acesso a produtos culturais muito mais diversificados e, em parte, mais sofisticados do que anteriormente, e dessa forma enriqueciam a sociedade como um todo, por outro replicaram as estruturas industriais de outros setores económicos, promovendo, à velha maneira capitalista, a acumulação de rendimentos em poucas mãos, quase todas empresariais, ficando a vasta maioria dos trabalhadores da nova indústria com um quinhão comparativamente insignificante do bolo.

Com o advento da digitalização, toda esta estrutura foi posta em causa, embora de forma muito assimétrica, pois nem todas as indústrias culturais foram (ou serão) afetadas por ela de igual forma. Se por um lado as artes performativas mal a sentem, os setores industriais baseados na comercialização de cópias, por outro, foram e serão fortemente abalados. Isso, porém, cria para a esquerda um novo paradoxo. Se por um lado a digitalização promove algo que devemos acolher de braços abertos, a democratização do acesso aos produtos culturais, por outro põe em cheque a sobrevivência económica de quem os pro-



duz, o que implica em grande medida pôr em cheque a sua própria produção.

Isto é agravado pela reação da indústria, que ataca com medidas repressivas e, não raro, abusivas. Como se pode conceber que a mera possibilidade de um determinado aparelho ser utilizado para armazenar cópias feitas de alguma forma que a indústria não aceita possa servir de justificação para impor taxas sobre esse aparelho, pagas por todos, quer o utilizem para esse fim, quer não utilizem? Esse é um caso óbvio de abuso da própria ideia de direito de autor (que tantas vezes protegem e enriquecem não os autores mas a indústria e as entidades que os gerem) ou dos direitos, mais genéricos, de propriedade intelectual, mas está longe de ser o único ou, até, de se restringir ao campo da cultura; as patentes farmacêuticas, as extensões sucessivas do período de proteção de algumas obras, através de artifícios legais, ou as tentativas de obter direitos sobre genomas existentes na natureza, entre outros casos polémicos, têm mostrado que as corporações não hesitam em servir-se de todos os truques para maximizar lucros à custa tanto dos criadores como do público, erodindo ao mesmo tempo a própria legitimidade dos direitos autorais e de propriedade intelectual.

A tendência da esquerda é, corretamente, opor-se aos abusos e promover a democratização e a máxima difusão da informação. Mas fá-lo de forma hesitante, em especial no campo das artes, porque parece ainda não ter encontrado forma de equilibrar essa opção de princípio com a necessidade, que é reconhecida por quase todos, de permitir que quem produz informação e faz disso profissão possa continuar a fazê-lo.

Na verdade, por vezes parece nem ter pensado ainda muito no assunto.

Mas devia. Com a automação de tudo o que seja maquinal e a conseqüente perda desses postos de trabalho, o espaço laboral da criação, em todas as suas formas, tenderá a ampliar-se desde que se consiga encontrar forma de o manter rentável e de canalizar essa rentabilidade não para uma indústria que tende a um certo parasitismo, mas para os próprios criadores. Como fazê-lo é o problema. E é um problema a que só a esquerda poderá dar resposta.

O Bloco, pela sua própria natureza e pela sua história de progressismo social, deve colocar-se no centro da busca de soluções viáveis e aplicáveis, para estas questões. E não teremos muito tempo para o fazer; a pressão da indústria é intensa, a que é gerada pelo avanço tecnológico também o é e ignorar o problema pode levar rapidamente a perdas irreparáveis.



DEMOCRACIA, ESSA INCOMPREENDIDA

JORGE CANDEIAS, RODRIGO TRANCOSO, HENRIQUE GUERREIRO, MARIA JORGETE TEIXEIRA, JOANA URBAN VITORINO, CRISTIANA SOUSA, FRANCISCO AIRES, ANDRÉ FILIPE ANTUNES

É hoje razoavelmente consensual dentro do Bloco de Esquerda que o partido cometeu numerosos erros em 2010-2011, que tiveram consequências graves em termos eleitorais, de militância e de conflitualidade interna e levaram a mais erros nos anos seguintes. Para muitos, esses erros ditaram o abandono do partido, fosse enquanto eleitores, fosse mesmo enquanto aderentes. Para outros, em muitíssimo menor número, foram o empurrão que faltava para aderirem ao partido. Afinal, se o partido faz falta ao país e está a dar tiros nos pés, é estando dentro que se pode tentar exercer alguma influência para que deixe de os dar.

De então para cá, o partido foi compreendendo lentamente, embora em ritmos e a velocidades diversas, quão disparatados foram os disparates de 2010-2011. Houve lições dessa época que, aparentemente, foram mesmo compreendidas e estão solidamente implantadas tanto entre os dirigentes como no seio da militância; prova disso é a forma globalmente pacífica e construtiva como se encarou e aceitou algo que até bem pouco antes era anátema: a colaboração com o PS e o PCP.

No entanto há uma, talvez até a mais importante, que parece não ter ainda chegado ao entendimento do partido, e sobretudo da sua classe dirigente.

As raízes dos erros de 2010-2011 e dos que se lhes seguiram são variadas. Algumas são mais superficiais, outras mais profundas. E, se as mais superficiais parecem estar solidamente compreendidas, o mesmo não acontece com as mais profundas. A mais importante destas últimas é o divórcio, parcialmente enraizado nas velhas teorias sobre as vanguardas da extrema-esquerda, que se foi acentuando ao longo dos anos entre as bases e a classe dirigente do partido, mergulhada na sua bolha política, muito desligada de realidades que lhe fossem estranhas, e sem mostrar vontade nem, talvez, capacidade para compreender o que aderentes e eleitores realmente queriam do Bloco. Foi em grande medida esse divórcio que levou aos ziguezagues táticos a que se assistiu nessa época, motivados por lutas de poder entre as cúpulas dos vários grupos, todas elas convencidas de que o partido e os seus eleitores as apoiavam a elas e não às outras.

De onde vinha esse convencimento?

Da carência de democracia interna.



Foi só quando o desaparecimento de um grupo hegemónico, anteriormente todo-poderoso e autossuficiente, levou ao aparecimento de alguma verdadeira democracia interna que pôde haver realmente a clarificação há muito indispensável. Apesar de todas as suas insuficiências, apesar de todos os seus truques no mínimo pouco claros, apesar de todos os seus ridículos (aquelas claques na convenção dificilmente podiam sê-lo mais), em suma, apesar de tudo o que teve de doentio, o processo convencional de 2014 permitiu ao partido encontrar-se finalmente consigo mesmo, encontrar, nos órgãos próprios (apesar da sistemática desvalorização da Mesa Nacional por parte da Comissão Política), os consensos e equilíbrios que permitiram depois estancar a hemorragia e encontrar um rumo político eficaz e razoavelmente firme, que levou ao desafio a Costa, o qual levou ao grande resultado eleitoral, a que se seguiu o histórico acordo parlamentar. Sem esse processo democrático, a liderança do Bloco nunca teria conseguido levar o partido ao ponto em que está hoje porque nunca estaria segura o suficiente de ter o partido e os eleitores consigo para ter a coragem de arriscar.

Mas essa ligação não durará para sempre, porque o que militantes e eleitores querem vai mudando com as alterações da envolvente política e com os atos da liderança do Bloco. Sem uma ligação permanente entre a cúpula e as bases, sem que estas possam construir proposta e opinar sobre as propostas da direção, sem que as diferenças de opinião sejam apresentadas com clareza e encaradas com normalidade, o divórcio regressará. E por esse motivo, se continuarmos sem compreender isto, se voltarmos ao passado, ao partido dominado por grupos hegemónicos e autossuficientes que sufocam qualquer divergência, ao desprezo pela vontade dos aderentes e dos eleitores, depressa regressaremos ao ponto em que estávamos em 2010. E depressa nos voltará a acontecer eleitoralmente o que aconteceu em 2011. Ou pior.

Se queremos um partido de homens e mulheres livres, se acarinhámos mesmo a rebeldia como tantas vezes propagandeamos, temos de o fazer não só para fora, mas também para dentro. Não é com hegemónias, em que tudo se decide nas cúpulas, que isso se faz. E se queremos ter sustentadamente relevância social temos de criar um partido a que os cidadãos tenham vontade de aderir porque a sua participação é nele valorizada a todos os níveis e não só como distribuidores de jornais e coladores de cartazes. Também não é com hegemónias que isso se faz.

Com hegemónias, camaradas, só conseguiremos voltar para trás.



AUTO EMPREGO DESPERTADOR SOCIAL

JORGE PEREIRA

Começando pelo fim, não defendemos uma sociedade de auto empregados, mas que eles existem, existem! Uma grande questão que se coloca, mas quem são estes auto empregados?

A pergunta faz sentido porque é muitas vezes conotada com empreendedorismo, isso deve-se ao facto de não haver uma definição exata para ambos os termos e por via disso eles muitas vezes se sobrepõem e querem parecer a mesma coisa, embora muitas vezes em contextos completamente diferentes. Ora é importante saber que devem ser considerados e ter uma diferenciação entre si, e se empreendedorismo pode querer dizer daquel@s que pretendem ter a propriedade de negocio/empresa, já auto empregado é um termo que deve ser aplicado só para quem exerce uma atividade por conta própria mas de forma completamente individual (ou seja nem é patrão nem é empregado).

Então vamos à raiz do problema e, pôr no debate a urgente necessidade de redefinir micro empresa. No quadro atual uma micro empresa comporta de um a dez elementos (sócios ou patrão empregados) isto levou aquele que trabalha de forma individual, mas sozinho ficasse aqui neste enquadramento de micro empresário. Ora o que se propõe é que a micro empresa seja só considerada a partir de dois elementos, sócios ou patrão/empregado. Este novo enquadramento legislativo ao ser adotado vai simplesmente repor a verdadeira dimensão do auto emprego, vai colocar a questão da criação de estatuto próprio, que apesar de todas as suas especificidades o vai considerar trabalhador, porque a sua única propriedade é o seu trabalho e a consequente remuneração, independentemente do tipo de atividade, ou setor em que esteja inserido (produção, comércio ou serviços). A partir desta diferenciação começamos a separar as águas e a deixar de confundir empreendedor com auto emprego, e simultaneamente a poder criar enquadramentos legais para o exercício da atividade, sociais, e fiscais mais condizentes com a condição socio económica. Ao contribuir com esta nova abordagem, não deixamos ninguém para trás. Se é verdade que o dito “trabalhador independente” é muitas vezes fator de subdesenvolvimento verificável com uma maior taxa em países subdesenvolvidos, porque vem associado ao subemprego/subcontratação, já nos países desenvolvidos a sua existência tem mais haver com a queda do emprego por um lado e muitos procurarem uma via de sobrevivência, mas também com a necessidade de combater os baixos salários provocados pela crise do capitalismo. Mas, em muitos outros casos com as alterações no mundo



do trabalho, com o aparecimento de novas tecnologias, a tomada de consciência por parte de muitos que o rendimento do trabalho já não é só importante pela via salarial mas também pela qualidade de vida pessoal/ familiar como seja um maior controlo sobre o tempo, bem como a tomada de consciência de que é preciso mudar comportamentos. Este facto originou o aparecimento de mais pessoas com ligações de trabalho na área de medicinas alternativas, macrobióticas, agricultura bio, tecnologias de informação, na cultura, no pequeno comercio local, nos serviços pessoais, e nas enumeras atividades das artes e ofícios denominadas artesanais. Nesta área há já um trabalho feito com a criação do estatuto de artesão e da carta de artesão e das UPA (unidades produtivas artesanais) bem como do reportório dessas atividades plasmado em decreto lei.

A partir dos anos 80 todas estas questões se tornaram mais evidentes, vão fazer o seu caminho e nós temos que lhes dar a importância devida e se por um lado não queremos uma sociedade de auto empregados, a verdade é que também queremos uma sociedade onde o individuo possa escolher fazer a sua opção, muitas vezes tão importante por transportar raízes e tradições culturais, outras vezes tão somente porque acabam por criar laços entre o trabalho e a função social. Criando um verdadeiro estatuto de auto emprego também se contribuiria para combater um fator de economia informal, e se fomentavam novas necessidades de associação/cooperativa. Um debate que precisamos fazer.



A ESCOLA PÚBLICA E O MODELO DE GESTÃO

JORGETE TEIXEIRA, LUÍS PEREIRA, LUISA GONZALES, JOSÉ LUÍS CARVALHO

A crise dos últimos anos foi conduzindo, progressivamente, ao emagrecimento dos rendimentos familiares e quando seria espectável um maior apoio às famílias da parte do Estado constatamos que o garrote se ia apertando gradualmente sobre os mais desfavorecidos atingindo-os nos seus direitos essenciais.

As escolas públicas, com os governos do PSD e PS vergando-se aos desígnios de uma União Europeia guiada por princípios agiotas e opressores, exigindo cortes e cortes nas despesas públicas, acabou por reflectir-se, de forma drástica, no sistema educativo. Do fecho de escolas, à diminuição de apoios a sectores mais frágeis e carentes, caso da Educação Especial, a degradação dos edifícios escolares, a falta de pessoal auxiliar nos estabelecimentos de ensino, a organização em mega agrupamentos, o aumento de alunos por turma, a quase extinção do Ensino Nocturno, ao mesmo tempo que se continuou na senda de ataques à profissão docente foi empurrando a Escola e os que nela trabalham para uma situação depressiva e degradante.

A defesa da Escola Pública ganha, assim, uma cada vez maior relevância atingindo o cume, nestes últimos dias, com a polémica em torno dos contractos de associação, em que a direita, despudoradamente, move influências, movimenta encarregados de educação e alunos, fazendo seus princípios de liberdade e auto-determinação, recolhendo apoios de entidades civis e comentadores arregimentados e argumentos falaciosos de defesa das populações e alunos.

Porém, a defesa da escola pública não se pode dissociar da exigência de um modelo de gestão democrático. O sistema actual está a sufocar a vida nas escolas tornando-os espaços cada vez mais parecidos com empresas onde a figura do director se destaca pela sua postura autoritária, praticamente sem limites no seu exercício de poder. É ao Conselho Geral que cabe a responsabilidade da sua eleição, quando não são, inclusivamente, nomeados pelo governo. Este órgão de gestão é composto por representantes da comunidade educativa, professores, alunos, funcionários, pais e encarregados de educação, municípios e comunidade local, sendo que o número de representantes do pessoal docente e não docente não pode ser superior a 50% o que faz com que as decisões estejam nas mãos de elementos exteriores à escola ou, em última análise, dependentes do director.

Mercê da legislação em vigor, o exercício deste cargo tende a perpetuar-se por alguns



anos, mediante a repetição de mandatos, acentuando as características despóticas do director, tanto a nível da distribuição de trabalho como de contratações, tantas vezes tendenciosas e até fraudulentas, contribuindo para a degradação do espaço escolar e das suas práticas pedagógicas. São inúmeros os casos de arbitrariedades e ataques aos direitos dos docentes e não-docentes desrespeito pelo horário de trabalho, marcação de reuniões fora de horas, obrigatoriedade de frequentar determinadas acções de formação, etc.

Servindo-se da situação frágil dos professores contratados, frequentemente recorrem a estes para conseguirem os seus intentos. Mas o clima de medo estende-se também aos docentes do Quadro que ao não acederem às exigências correm o risco de retaliações no ano seguinte, em relação à distribuição de horários e turmas.

Deve dizer-se que grande parte das vezes são, os directores, mais papistas que o papa no cumprimento das normas ministeriais, fazendo o impossível por ficarem bem vistos pela tutela.

E assim se vai perpetuando um estado de coisas que, a par do desgaste que a profissão hoje provoca, vai fazendo com que a impotência e o medo se instalem, agravando a saúde física e mental de milhares de professores e a qualidade de ensino das escolas.

É fundamental que o Bloco seja promotor de um amplo movimento em defesa da Escola Pública que inclua toda a comunidade educativa, as associações de pais, pedagogos e autarquias que possam repensar a Escola como um espaço inclusivo, equitativo, acessível a todos e da mudança célere deste sistema de gestão com o retorno à democracia nas escolas.



CONTROLO PÚBLICO DA BANCA – A URGÊNCIA DE PARAR A DESTRUIÇÃO DA ECONOMIA

JOSÉ CASTRO

Em 2008, ainda antes do auge da crise financeira, o crédito concedido pela banca às actividades económicas já indiciava escolhas destrutivas. Mesmo em concelhos com significativo peso exportador, a concessão de empréstimos para habitação/imobiliário ultrapassava o crédito disponibilizado à economia.

Observando, a título de exemplo, alguns concelhos do distrito do Porto, na Maia foram concedidos mais de mil milhões de euros para habitação e um montante inferior para agricultura, indústria, comércio e serviços, em Gondomar o crédito para habitação atingiu 935 milhões e menos de 410 milhões de euros para a economia, em Matosinhos os empréstimos para habitação/imobiliário foram quase 1,5 mil milhões e menos de 700 milhões de euros para indústria, comércio e serviços. Em Paços de Ferreira, para habitação a banca emprestou 398 milhões, mas para actividades produtivas o crédito concedido foi inferior a 200 milhões de euros. Já em Vila Nova de Gaia, os empréstimos para habitação atingiram quase 2 mil milhões, mas para a indústria, comércio e serviços o crédito concedido não chegou a 1,3 mil milhões de euros.

No 1º trimestre de 2011, três anos depois, e de acordo com o BdP (Relat. 2011-pág.349), o total nacional dos empréstimos à habitação – 121 mil milhões de euros – continuou a ser superior ao valor do crédito concedido à agricultura, indústria, comércio e serviços – 119 mil milhões de euros (16,3 mil milhões a grandes empresas e 92,5 mil milhões de euros a pequenas e médias empresas).

Estas distorções na concessão de empréstimos não surgem por acaso, são o resultado das escolhas da banca por crédito de longuíssimo prazo (20 e mais anos), de baixo risco e com fortes garantias (hipotecárias e pessoais).

Após a intervenção da troika e mesmo com as colossais cedências de liquidez do BCE aos bancos a juro baixíssimo, continuou a quebra na concessão de crédito às empresas: os empréstimos da banca às micro-empresas passaram de 37 mil milhões em 2011 para 27 mil milhões em 2015, o financiamento bancário às pequenas empresas diminuiu no mesmo período 7 mil milhões de euros e as médias empresas também tiveram uma redução de 6 mil milhões no crédito concedido pela banca.



Por parte do BCE a política proposta tem sido a da chamada “expansão quantitativa”, a compra mensal de 60 mil milhões de euros de títulos que fazem parte dos balanços dos bancos da zona euro, com excepção dos da Grécia. Não tem melhorado a concessão de crédito à economia. Nem a regulação imposta pelos milhares de páginas das regras Basileia I,II e III tem resolvido as falhas no financiamento bancário. Num país em que os capitais próprios das empresas não atingem sequer 40% das suas necessidades de financiamento, os cortes no crédito bancário aprofundam a quebra da actividade económica

É urgente o controlo público da banca. Por quem? Por representantes dos depositantes, das autarquias, dos sindicatos, de actividades económicas e outras organizações da cidadania. E para quê? Para controlar a aplicação dos depósitos, qual o investimento de cada banco, se na aquisição de acções de empresas privadas sem futuro, ou em derivados e outros produtos financeiros de altíssimo risco e qual a utilização do crédito concedido, se para negociatas especulativas ou para actividades produtivas, finalidade principal duma banca ao serviço do desenvolvimento social.



O NOSSO PATRIMÓNIO E O TURISMO

JOSÉ GIESTAS

O património possui uma elevada importância na transmissão da história da comunidade onde está inserido. Detentor de específicos aspetos histórico-artísticos, a sua relação com a história e a cidade e/ou natureza, a valorização cultural e o seu potencial turístico, sendo apresentados, às entidades competentes pela dinamização histórico-cultural em colaboração com as Câmaras Municipais e/ou com o Governo Nacional ou Regional, na elaboração de um coerente e plausível plano de gestão do património cultural, pode fomentar uma revitalização da região e em simultâneo, provocar um crescimento económico, a médio prazo, com um gradual desenvolvimento progressivo do fluxo de turismo à região.

O BE deverá ser um partido preocupado com a valorização do património – móvel, imóvel, imaterial e natural – e, ativo na criação de projetos no âmbito da gestão cultural que, no seu cerne, não se circunscreve, ao património edificado e aos bens culturais nele integrado, mas sim, também, à própria comunidade e aos visitantes na medida em que a valorização e fruição deste património devolverá memória, identidade, sentido de pertença, experiência estética da beleza, conhecimento, possibilidade de aceitação da diversidade de épocas e de culturas.

Atualmente, com o recorrente abandono do património, deixando-o devoluto, leva à degradação do mesmo e posteriormente ao seu desaparecimento. Se é certo que há fatores como catástrofes naturais ou acontecimentos históricos que não são controláveis e que podem afetar um bem patrimonial, não é menos certo que em muitos casos a degradação dos bens de interesse cultural se deve à incúria dos homens ou há falta de meios económicos, dos respetivos proprietários para procederem aos restauros necessários, a fim de protegerem, de uma forma eficaz, os bens culturais que possuem.

Com o desenvolvimento de ações de sensibilização sobre a importância e necessidade de restaurar e preservar os monumentos com o intuito de salvaguarda do património construído e natural e tendo em atenção à conjuntura económica, é necessário estabelecer alianças entre diversos sectores, especialmente entre o público e o privado, de forma positiva de modo a obter, poder económico, para executar projetos de gestão de património cultural. Nomeadamente, a criação de parcerias viáveis para estabelecer uma ligação com o turismo e assim, conseguir fazer chegar a todo o mundo, o que é nosso e alcançar os distintos géneros de turismos ao atraí-los pela autenticidade e beleza que é única quando olhamos para o património num todo e não isoladamente.



Como é que se consegue dar vida a um monumento? Mantendo este acessível à visita e fruição e assim, não é apenas o edifício ou mesmo uma levada, enquanto tal, que será valorizado, mas também a sua envolvência, o seu espólio, tanto de carácter museológico, como arquivístico e bibliográfico numa autêntica «festa da memória» histórica, cultural, artística e natural. Deste modo, o BE torna-se pioneiro, enquanto partido português, a olhar para o património enquanto meio e forma de crescimento económico e criação de empregabilidade uma vez que, com a execução deste, revitalizará a região e será uma fonte de injeção económica em diversos sectores beneficiando toda a comunidade.



UM CONTRIBUTO

JOSÉ JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS

Apesar das vozes maviosas que o contestam, a sociedade continua a dividir-se em trabalho e capital, entre explorados e exploradores, tendo a globalização do capital financeiro trazido novos e complexos fenómenos sociais: um desemprego acentuado; a proletarização acelerada da classe média; a proliferação do trabalho sem direitos e múltiplas formas precárias de trabalho; o ataque à contratação colectiva e aos sindicatos; o sucessivo enfraquecimento do estado social e o conseqüente crescimento da desprotecção do cidadão.

Sendo este o contexto em que vivemos, impõem-se leituras menos apriorísticas da situação, se quisermos chegar a análises válidas e intervir de forma coerente.

Qualquer organização de esquerda deve encarar como central a questão da valorização do trabalho, naquilo que o opõe ao capital.

O capital financeiro gerou formas de controlo, que procuram manipular todos os sectores da vida económica, social e cultural, arrastando tudo e todos para uma regularização por baixo, gerando o medo no exercício da própria liberdade. O combate permanente e sistemático a esta globalização capitalista tem que estar num dos nossos primeiros objectivos.

Assim, no nosso programa deve constar um permanente apelo à participação popular, pois os enquistamentos sectários não são mais aceitáveis.

Um discurso oportuno, incisivo e claro, decorrente de uma constante auscultação dos anseios da população, sem submissão a populismos simplistas, é uma das condições para a aceitação e crescimento dos ideais da esquerda.

Na presente situação em que Portugal está dependente de financiamentos, sobre os quais existe a mais violenta chantagem, torna-se imprescindível reflectir no que entendemos por identidade e soberania nacional, sem nacionalismos passadistas, mas com a preocupação de retirar essa bandeira à direita. Este é um tema que a esquerda nunca assumiu com inteligência e frontalidade. O mesmo debate se deve fazer em relação ao internacionalismo.

A desobediência a ditames prejudiciais para a economia e para o país não deve ser encarada como atitudes de mau aluno, mas como formas de afirmar uma autonomia e uma dignidade cuja negação nunca deveria ter sido admitida.

Os resultados eleitorais obtidos pelo Bloco de Esquerda nas eleições legislativas e confirmados nas presidenciais acrescentaram responsabilidades às que já tínhamos na cena política portuguesa. Para responder cabalmente temos de melhorar colectivamente a



qualidade da nossa intervenção por todo o país.

As iniciativas políticas do Bloco, por vezes com carácter original, devem ser levadas até ao fim, avaliando as consequências com a preocupação de não deixar cair essas bandeiras.

Para a participação nas próximas autárquicas é necessário desde já lançar o debate entre nós, para construir discurso comum, sobre vários pontos, entre os quais, a regionalização, a eleição indirecta de comissários regionais, a municipalização de serviços, que até agora eram da esfera do governo central, a manutenção do projecto eleitoral para os executivos municipais e o novo quadro de competências delegadas.

Nesse sentido impõe-se um levantamento cuidadoso das realidades e necessidades locais onde pretendamos intervir. Para nós deve ser mais urgente a apresentação de proposta política do que a preocupação de apresentar cabeças de lista ou de estabelecer alianças eleitorais.

Atendendo ao alargamento da intervenção é indispensável criar discurso sobre questões como a agricultura sustentável, as pescas, as indústrias do mar, as indústrias do lazer e as indústrias ligadas ao desenvolvimento tecnológico e à sustentabilidade da vida no planeta.

A denúncia e a luta contra a corrupção não podem estar alheias dos nossos programas, sem a preocupação populista dos justicialistas, mas como forma de travar essa perversão na democracia.

As responsabilidades actuais do Bloco de Esquerda devem ser assumidas colectivamente, sem divisionismos artificiais, com debate permanente que enriqueça o discurso político colectivo. As diferenças de opinião são naturais e sempre estiveram presentes na vida do Bloco, cada qual com as suas qualidades e insuficiências. Foi aliás este um dos princípios fundacionais do BE.

Não temos cartilha previamente escrita. Devemos ser capazes de ousar continuar um caminho novo, com humildade, sem precipitações, mas perseverante.

Já fizemos muito e bom caminho, mas é imprescindível um aprofundamento da democracia interna e um funcionamento mais transparente de todos órgãos do Bloco de Esquerda, aberto aos aderentes, em que todos se sintam envolvidos, com lealdade militante, sem reservas mentais e sem desconfiança.

Será um tal Bloco de Esquerda aberto e plural que poderá fazer toda a diferença entre as forças da cena política portuguesa. A construção do BE não é um fim em si, mas uma forma de ajudar a transformar a sociedade.

Nunca nos esqueçamos disto.



POR UMA RESPOSTA DE ESQUERDA AO SOFRIMENTO DOS POVOS CURDO E SÍRIO I

JOSÉ LUIS CARVALHO, PEDRO TAVEIRA, ALDA GRELO, ALEXANDRA FREIRE, ERNESTO FERRAZ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, LUIS SANTOS, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PEDRO SANTOS COSTA, VITOR GOMES

1 - CONHECER O PROBLEMA

Herdeiro de uma dinastia ditatorial com 40 anos Bashar al-Assad, começou o seu reinado sob os auspícios da esperança de mudanças democráticas e de um discurso reformista. Esperança esta que muito cedo se viria a desvanecer. A repressão dos protestos da população que exigia reformas democráticas (por altura da chamada primavera árabe) manifestou-se de um modo tão cruel, sendo as suas tropas acusadas, repetidas vezes, de crimes contra a humanidade que levou as fileiras da oposição a Assad a engrossar inclusivé com a adesão de vários militares (Exército Sírio Livre). Entre vários episódios de repressão triste e cruel contam-se as exercidas pelo exército sobre as populações que choravam os seus mortos nos funerais. Bashar Al-Assad viria a tornar-se o principal responsável pelo genocídio do seu próprio povo e a personagem principal do regime mais brutal do mundo.¹

A partir de 2013 aproveitando-se do caos da guerra civil na Síria e no Iraque, um grupo autoproclamado Estado Islâmico, começou a reivindicar territórios na região e a impor a lei religiosa fundamentalista (sharia).

Foi então que diversas nações ocidentais iniciaram uma intervenção armada contra esses terroristas.

O SOFRIMENTO DO POVO SÍRIO

Assad, sempre negou as acusações mas as provas do sofrimento que tem infligido à sua população, são cada vez mais flagrantes e as testemunhas idóneas cada vez mais frequentes.

A desgraça do povo sírio não podia ser mais completa:

1. As suas cidades têm sido permanentemente bombardeados como poucos povos na história
2. Mais de 400 000 morreram, em cinco anos de “guerra civil”
3. Milhões de sírios tiveram de se refugiar na própria Síria e nalguns países vizinhos, [143]



foram expulsos das suas cidades e moradias.

Em muitos dos locais onde vivem têm estado sujeitos a situações degradantes de des-nutrição, ou ficado expostas aos ataques do exército sírio; têm sido roubados,, encarcerados e criminalizados São refugiados , pessoas sem destino, não têm para onde ir

4. Têm sido atacados por armas químicas como é o caso das “bombas de barril” 2 ou de gás sarin;

5. Vivem em grande número em prisões onde são torturados e massacrados,

6. Nem os doentes e feridos escapam a esta selvajaria

Curdos e Síria na mesma luta e no mesmo sofrimento

É possível traçar uma grande analogia entre o povo curdo e o povo da síria, com efeito, eles partilham o seu sofrimento e combatem em 2 frentes comuns - contra o Estado Islâmico e contra o governo de Assad (a que ainda têm de juntar a resistência aos turcos).

Os curdos encontram-se divididos entre a Turquia, o Iraque, o Irão e a Síria. Na Turquia, por exemplo, os curdos acumulam quase um século de perseguição, repressão e massacres, interdição da língua e da cultura curda, campanhas de humilhação, deportação sucessivas e permanente repressão política.

Tem havido muita propaganda sobretudo dos governos da Turquia e da Síria, dizendo que os curdos se posicionaram ao lado de Assad ou se mantêm neutros, na verdade, a sua opção pela resistência começou ao mesmo tempo que a maior parte de outros sírios quando o governo respondeu selvaticamente durante manifestações pacíficas,

Os curdos em Alghooz e em várias outras aldeias curdas localizadas ao norte de Aleppo afirmam com convicção que também sofreram sob o regime de Assad e que decidiram então pegar em armas contra ele...

Embora alguns curdos continuem apoiando o governo de Assad centenas de outros curdos juntaram-se ao Exército Livre da Síria, lutam ao lado dos árabes contra o presidente sírio. Ao mesmo tempo no Iraque e na Síria, os curdos ao combaterem efectivamente o DAESH, mostraram ser, se não os únicos, pelo menos os mais eficazes a lutar no teatro de guerra, como chegou a ser reconhecido por vários líderes de forças ocidentais.



POR UMA RESPOSTA DE ESQUERDA AO SOFRIMENTO DOS POVOS CURDO E SÍRIO II

JOSÉ LUIS CARVALHO, PEDRO TAVEIRA, ALDA GRELO, ALEXANDRA FREIRE, ERNESTO FERRAZ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, LUIS SANTOS, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PEDRO SANTOS COSTA, VITOR GOMES

2 - DESMISTIFICAR A FARSA

Os intervenientes imperialistas no palco sírio têm procurado legitimar ideologicamente a sua presença, afirmando que:

- 1) vieram em apoio da população síria e estão a apoiá-la ;
- 2) querem combater os terroristas do DAESH;
- 3) querem a paz.

1- É MENTIRA QUE TÊM VINDO EM APOIO DA POPULAÇÃO SIRIA E ESTÃO A APOIÁ-LA

Para além de vítima da selvajaria de Bashar al-Assad a população síria tem sido perseguida por imperialistas vindos de todas as direcções (Putin, NATO) e vizinhos que os cercam por todos os lados (DAESH, Hezbollah, Irão, Arábia Saudita, Quatar, Turquia). A todos eles tem de afrontar, de todos eles tem de fugir.

Não conseguindo ter na sua própria pátria uma vida minimamente suportável tentam entrar desesperadamente na Europa mas os governos europeus em vez de lhes oferecer hipótese de fuga blindaram-se com todo o tipo de leis que os expulsam, roubam, encarceram e criminalizam enquanto as bombas caem sobre o seu território. Deixámos a guerra continuar a acontecer lá longe. Sabemos que eles vêm para os nossos países e tratamo-los como se fossem animais nas fronteiras e porque não têm ninguém que os ajude, porque não votam em nós nas próximas eleições, portanto, não têm qualquer poder, logo não nos interessam.

Grande parte dos países vizinhos que entraram na coligação não permitiram a entrada de um único refugiado sírio nas suas fronteiras.

Quer a coligação liderada pelos Estados Unidos, quer a Rússia de Putin, com o pretexto de combaterem o Estado Islâmico bombardearam sistematicamente os rebeldes e a população civil, a maioria dos ataques aéreos russos, por exemplo não foram dirigidos contra o DAESH (o chamado „Estado islâmico“), mas contra as facções importantes dos rebeldes como Jabhat al-Nusra, Ahrar al-Sham, o Exército Sírio Livre e outros.

Todas as potências imperialistas e regionais não actuam nem actuaram nunca para de-



fender a liberdade do povo sírio, mas para tentar manter o “mal menor” de Bashar al-Assad e ampliar o seu próprio domínio regional. A Rússia é o principal país que sustenta a ditadura de Assad tem no déspota sírio um comprador importante da sua indústria bélica (mísseis, bombas e outras armas)

2-É MENTIRA QUE QUEREM COMBATER OS TERRORISTAS DO DAESH

O DAESH foi criado, financiado e treinado com apoio logístico dos países imperialistas a fanáticos religiosos. Ao invés, os curdos que têm sido os mais eficazes lutadores contra o DAESH tiveram de enfrentar a falta de apoio ocidental e a perseguição das tropas turcas.

A artilharia turca não se compadece em bombardear zonas sob controlo armado curdo na Síria, não se importam de incluir nos seus planos pérfidos bombardearem p.e. um aeródromo a partir das quais as forças curdas planeavam atacar as forças jihadistas do DAESH. O seu objectivo central é atacar os curdos. Os serviços secretos turcos entregaram armas aos jihadistas na Síria.

3 - É MENTIRA QUE QUEREM CONSTRUIR A PAZ

Nenhum dos países envolvidos está realmente interessado em sair ou em construir a paz, têm acordado vários cessares-fogo mas estes são uma farsa porque os bombardeios continuam, com o pretexto de que “a trégua não inclui os terroristas”. Ou seja a principal função da “trégua” é sustentar a ditadura de Bashar al-Assad e chegar a uma “solução política” na qual os Estados Unidos e Rússia dirijam uma “transição” que mantenha a ditadura e proteja os seus respectivos aliados e interesses. Grande parte destas negociações não tem contado sequer com a presença da principal força da oposição síria.

As tropas russas fingiram que se tinham retirado da Síria mas a verdade é bem diferente, uma parte da máscara russa caiu recentemente ao propor ataques conjuntos com os americanos.

4- AS MENTIRAS DO REGIME

Para além da falsa narrativa ocidental existe a narrativa do regime criminoso de Assad. É absolutamente falso que Assad queira combater o Daesh esse é apenas um (falso) argumento de que se tem servido para reforçar o seu poder interno. Com efeito:

- a) Bashar al-Assad libertou muitos islamitas radicais que se tornaram actores principais de grupos jihadistas como a frente al-Nusra e o DAESH.
- b) O regime favoreceu o desenvolvimento do Estado Islâmico com o vazio político criado pela guerra civil.
- c) O regime tem sido absolutamente complacente com o contrabando de petróleo vindo de zonas controladas pelo Estado Islâmico sabendo que é uma fonte importante para essa organização.



POR UMA RESPOSTA DE ESQUERDA AO SOFRIMENTO DOS POVOS CURDO E SÍRIO III

JOSÉ LUIS CARVALHO, PEDRO TAVEIRA, ALDA GRELO, ALEXANDRA FREIRE, ERNESTO FERRAZ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, LUIS SANTOS, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PEDRO SANTOS COSTA, VITOR GOMES

3-EM BUSCA DE UMA SOLUÇÃO

Solução - A falsa solução

Em Genebra prepara-se um cerimonial para resgatar o regime assassino de Bashar al-Assad e este procura desempenhar o seu papel nessa impostura. É assim que respondendo à resolução 2254, que estabelecia que nos próximos 6 meses devia ser criado um governo credível, inclusivé e não sectário, encarregado de elaborar uma nova constituição. Assad fez uma das coisas que melhor sabe fazer - representar a farsa das eleições. Assad fez votar a sua Síria em 2016 como a França colonial a fazia votar há 90 anos atrás. Já o tinha feito várias vezes- no dia 27 de maio de 2007 onde conseguiu 97% de aprovação num referendun nas eleições de 2014 em que “generosamente” se contentou com 88,7% dos votos. Desta vez organizou eleições nos 30% do território em que o seu poder ainda se exerce eleições estas em que foram eleitos todos os candidatos do regime.

DEIXEM A SÍRIA EM PAZ!

Que esperança há para este povo tão martirizado?

Não certamente as falsas conversações de paz e falsas tréguas mas sim a da sua resistência e a da solidariedade dos povos.

Sob condições extremas e ruínas o povo sírio tenta construir um futuro de liberdade e justiça social que somente será possível com a queda do regime genocida de Bashar al-Assad. A resistência mantêm-se em Aleppo, alguns bairros de Damasco, dezenas de cidades e povoados permanecem nas mãos das milícias populares rebeldes. A revolução segue viva, nenhum só dia o povo sírio deixou de lutar heroicamente pela sua liberdade contra a ditadura e os diversos invasores.

UMA SOLUÇÃO À ESQUERDA

Assad finge ser de esquerda e isso tem funcionado bem a seu favor e em prejuízo da população síria. Alguma esquerda pouco se tem mexido nesta questão, outra parte tem sido cúmplice do regime assassino de Assad com o falso argumento de que o “inimigo do meu



inimigo, meu amigo é". Para esta esquerda, que parece ter estado desatenta à origem do problema, uma vez que os Estados Unidos e o Ocidente se têm oposto à intervenção militar russa é porque devem ser uns "gajos porreiros" ou pelo menos "males menores".

Apesar desta paralisia algumas vezes se têm começado a levantar criticando o regime criminoso no poder na Síria. Para este sector todos os blocos imperialistas são assassinos e inimigos da humanidade. Os atingidos pela barbárie são inocentes. A desfaçatez de esconder os verdadeiros e podres interesses que movem o globo em defesa dos monopólios empresariais e financeiros aonde o mundo pula e regride. As soluções para acabar com o problema são debatíveis o problema é que não têm sido suficientemente discutidas. Embora seja importante dar abrigo aos refugiados na Europa, é mais importante ainda chegar á raíz da crise dos refugiados. Más políticas podem matar mais do que Isis e Assad juntos. Urge acabar com esta situação.

EPÍLOGO

Contra o imperialismo e a hipocrisia, chegou a hora de :

- Derrubar todos os muros e reivindicar o direito à livre circulação de todos os que fogem da guerra e da perseguição,
- Denunciar a cumplicidade mundial com o regime criminoso de Assad,
- Acabar com a intervenção imperialista russa, árabe e ocidental,
- Parar o genocídio curdo e sírio.
- Reforçar a unidade de todos os rebeldes sírios e curdos e de toda a esquerda.



GANHAR DESAFIOS SEM PERDER OPORTUNIDADES

JOSÉ MARIA CARDOSO

A última votação obtida pelo BE contribuiu, decisivamente, para a mudança de paradigma no poder político/partidário. A nova correlação de forças governamental, para além de desmontar a recorrente falácia do “voto útil”, acarreta outros comprometimentos e impute nova atitude política ao BE. Sobre isto penso que temos dado, muito bem, “conta do recado”. A razão deste comentário prende-se com os novos desafios colocados à esquerda e o descentrar da luta reivindicativa em diferentes patamares de intervenção.

Aceitando como válida a leitura interpretativa do que está inscrito na Moção A, da qual sou subscritor, quando diz que “a clareza programática do Bloco e a sua disponibilidade para o diálogo pós-eleitoral assente em bases políticas claras potenciou a relação de força eleitoral”, impõe-se, no imediato, uma proposição política que mantenha essa clareza como estratégia eleitoral para as Autárquicas. Não podemos deixar em aberto interpretações ambíguas geradoras de conflito e de divisionismo. Espero que o incidente Caminha de há quatro anos tenha sido, pelo menos, pedagógico para não repetir. Sabendo-se que as autárquicas se manifestam numa multiplicidade de situações e que se movem por paixões e razões locais muito específicas e sentidas. Sabendo-se, também, que os anseios municipalistas não podem divergir da estratégia nacional. Temos de saber criar compromissos que sem pôr em causa a matriz do Bloco e o intransigente cumprimento do interesse coletivo das populações, sendo capazes de juntar forças à esquerda que governem o poder local e façam acreditar que outras cidades são inadiáveis. Assim, o Bloco deve levar para a Convenção uma posição muito clara de contribuição para maiorias de transformação à esquerda, manifestando a sua abertura e disponibilidade para conversações que possam resultar na formação de coligações eleitorais que abranjam partidos e/ou movimentos locais. Obviamente que qualquer proposta de coligação unitária, terá sempre que ser acompanhada de um programa de ação e de compromissos eleitorais e ser ratificada pelos órgãos locais do BE e pela Mesa Nacional.

Noutra perspetiva de intervenção e corroborando do declarado na Moção A, quando diz que “quanto maior a influência social, a força política e a expressão eleitoral do Bloco, maior é o avanço da política de esquerda e mais o país se desloca para a esquerda”, considero que essa implementação e ascendência só se concretizará percebendo a pluralidade dos movimentos sociais, a fragmentação dos processos e objetivos e a diversidade dos universos de representação.



A latitude do juízo de práticas de intervenção social, cuja multidimensionalidade se presta à construção de matrizes complexas, perdeu a genuflexão aos cânones do paradigma convencional de libertação dos conceitos e preconceitos. Ao contrário do valor coletivo da junção e de irreverência comum dos movimentos sociais, efémeros e modais ou perenes e cercados, criados no Portugal do pós Abril, hoje coabitamos num tempo de contradições com exigências e motivações dispersas. Enquanto para uns vivemos num tempo apregoado de uniformização numa espécie de reverência neo-conformista, para outros este é um tempo de novas oportunidades geradas pelas antinomias do próprio sistema. Nas franjas do domínio exasperado pelos oligopólios do mercado capitalista formatadores de consumos, abrem-se espaços para a reivindicação de causas com públicos-alvo definidos, por onde grassa a novidade e a inovação de uma flexibilidade estética, social e política que requer novas formas de intervenção. O grande desafio que se coloca, sem paternalismos ideológicos e muito menos de vocação controladora, é o de ser capaz de agregar todas estas irreverências causais e fazer reverter o capital da reivindicação singular para uma luta comum pela transformação da sociedade. A Esquerda moderna não pode ser sectária, cultivar idiosincrasias do passado ou recusar utopias de direitos. Não perdendo a matriz ideológica do seu património político terá que ter a inteligência reflexiva de estimular uma recomposição de forças e promover a junção de energias dos diferentes movimentos com pensamento de esquerda. Enquanto partido político e criado na génese de muitos destes movimentos, penso que ninguém melhor que o BE pode desempenhar este papel intermediário e mobilizador. Não podemos perder a oportunidade de ganhar este desafio.



TODAS IGUAIS, TODAS LEGAIS!

JOSEPH DA SILVA, ALDA GRELO, ALEXANDRA FREIRE, CATARINA PRÍNCIPE, ÉRICA ALMEIDA POSTIÇO, IRINA CASTRO, JOSÉ LUÍS CARVALHO, MAMADOU BA, SAMUEL CARDOSO

O uso e o consumo de substâncias passíveis de causar dependência têm acompanhado o percurso da Humanidade, sendo consumidas em diversos contextos, de variadas formas e com distintos fins, por várias culturas de diversas civilizações das diferentes regiões do mundo. E durante séculos o seu consumo não causou problemas de maior - o seu uso era autocontrolado pelas estruturas sociais.

A política proibicionista, vigente, foi sempre a primeira proposta a ser pensada e a ser implementada, com o objectivo de livrar o mundo das drogas e “salvaguardar a saúde dxs individuxs”. Sob um raciocínio simplista e moralista, entende que para resolver a questão das drogas basta negá-los, não percebendo que tal é impraticável, uma vez que exige que o direito «controle os costumes e suprima os vícios.»

A ideologia da política proibicionista tem impulsos e raízes xenófobos, racistas e imperialista.

Foi sob este ideário que se confessaram, com as primeiras repressões e leis proibicionistas - com a repressão do consumo de folhas de coca, “o talismã do diabo”, aos índios dos Andes por parte dos europeus, os “civilizadores, emissários de Deus e da perfeição civilizacional”, ou a proibição do consumo de canábis nos anos de 1930 no Brasil, consumida maioritariamente por negros ou a proibição do consumo de ópio nos anos 1940 em Nevada, nos Estados Unidos da América, usado sobretudo pelos chineses após a sua estafante jornada de trabalho, ou causa da primeira guerra de ópio, em 1839, entre a coroa imperial britânica e a China, que terminou com a derrota dos chineses e a assinatura do tratado de Naquim, que abriu os portos chineses às exportações inglesas e anexação de Hong Kong à administração colonial britânica até 1997.

As drogas tem assumindo diferentes contornos, sendo alvo de diversas interpretações e alterações, na maior parte das vezes ocidental, pois a droga está impregnada de subentendidos ideológicos, sendo o seu fenómeno actual o reflexo do discurso do que delas se faz, podendo mesmo afirma-se que a representação social das drogas é a sua componente mais «tóxica». Essa visão e representação social do ocidente tem reprimido o tráfico e o consumo de drogas intrínsecas a certas culturas, enquanto fomenta as drogas próprias da sua própria cultura.

A sua catalogação como benigna ou danosa, lícita ou ilícita, obedece a interesses de cariz



político, económico e até científico, com os pressupostos ideológicos e relação de forças – política e económica – entre norte e sul, bem patente, pois a maior parte das drogas classificadas como ilícitas são produzidas no hemisfério sul, enquanto as lícitas são provenientes do hemisfério norte.

Para um combate contra-hegemónico da ideologia proibicionista, é necessário o aprofundamento da luta pela liberdade e igualdade, pois fim da proibição é parte da luta global pelo fim da exploração e opressão.

Legalizar as drogas é entender que, o excesso ou o vício não são apanágios apenas das drogas, mas características incentivadas dos produtos da cultura material em geral, numa lógica consumista do mercado, mas sobretudo reconhecer e o problema causado pela política de drogas, como a dependência, as overdoses, a violência e a criminalidade.

É hora de uma nova política de drogas, que tenha como princípios o respeito pelos direitos dxs cidadãxs, com implementação de políticas baseadas em factos, que passem pela redução de danos, despenalização dos utilizadorxs, tratamento dxs consumidorxs problemáticxs ou amnistia a indivíduos punidxs e encarceradxs com crimes relacionados com o tráfico de drogas, pois a actual política repressiva de drogas continua a afectar uma percentagem de utilizadores, os mais pobres, o que impede que melhorem as suas condições pessoais, familiares e sociais e continua a constituir um álibi para a classe dominante recusar direitos fundamentais a determinadas camadas da sociedade.

Assim, todas as drogas devem ser legalizadas, com regras precisas de controlo do seu acesso e do seu uso, com informação científica explícita sobre composição, efeitos e validade, para um consumo informado, como acontece em relação a todas as acções de risco.

A tarefa de quem tem esta bandeira de luta, é içá-la lado a lado com quem trabalha o problema – profissionais da área e activistas – junto da sociedade, particularmente dos consumidorx e dxs jovens, com a promoção de fóruns e audições públicas, plurais e populares.



BRUXELAS ESTICA A CORDA

LUÍS FAZENDA

A Moção A deixa clara que a alternativa para retirar o país da austeridade e do sub-desenvolvimento passa por um confronto com as instituições da União Europeia. Esse confronto é necessário para recuperar rendimentos do trabalho, investimento público, renegociação da dívida, autonomia orçamental.

Toda a política da troika realmente existente assenta no Tratado Orçamental e nas suas aplicações. Percebe-se que a rejeição desse tratado colha a primeira preocupação da esquerda socialista, percebe-se que a desobediência aos critérios das famigeradas “reformas estruturais” seja um imperativo para quem não aceita o quadro reacionário do capitalismo europeu.

Diferentemente, António Costa alega ser possível virar a página da austeridade e repor os trilhos do crescimento e emprego no quadro do Tratado Orçamental, com flexibilidade da Comissão Europeia, BCE e Alemanha. Reclamou mesmo para si, no final do processo orçamental de 2016, o título do conciliador entre a Comissão de Bruxelas e a esquerda em São Bento.

A prova da vida, que fatalmente acontecerá, destas análises, contraditórias entre si, trará clareza de ensinamentos à base social de apoio da atual maioria parlamentar. Este é o roteiro para os próximos tempos e um debate quotidiano entre os limites da União Europeia, asfixiando a democracia, e as condições da soberania popular, reagindo à ordem da chantagem.

A maioria parlamentar não está à experiência mas vive esta experiência central e procede a uma pedagogia política sobre a estratégia do país. Não por acaso esta maioria tem funções repartidas de governo e de apoio no parlamento, correspondendo a expectativas diferentes sobre a conduta do diretório europeu.

A clareza de propósitos sobre a confrontação com Bruxelas individualiza em larga medida o Bloco de Esquerda nas esquerdas europeias. Fizemos um percurso para provar que a União Europeia com as instituições vigentes era irreformável. Defendemos durante quinze anos a refundação democrática da Europa. Foi o caso da proposta de constituinte para criar, entre outras matérias relativas ao desarmamento e aos direitos sociais, um Senado com votos iguais dos Estados. Defendemos outras regras para o euro, lutamos pela mutualização da dívida, exigimos redistribuição orçamental, tudo em vão e tudo pior.

Esse trajeto foi correto para demonstrar que o nacionalismo estreito é alheio aos valores [153]



socialistas e ajudou a desvanecer ilusões muito alargadas no “projeto europeu”. Porém, na fase que vivemos ninguém acredita na solidariedade da Europa troikista, sobretudo depois do suicídio assistido da Grécia. Nem é realista nenhuma forma de democratização do processo e de estabelecimento de novos tratados fundamentais. Hoje, muitos partidos da esquerda europeia ainda estão nesse limiar de “refundar” a União Europeia, minimizando a necessidade de políticas claras de rutura.

É nesse espaço vazio, com a crise no corpo sentida por largas massas, que a esquerda perde e a direita conservadora e mesmo fascista avança. Compreenda-se: não rejeitamos o europeísmo, não só como aliança de povos, mas como espaço para um futuro modelo de política democrática e social, nos escombros da atual UE. Mas convenhamos que a fase é de opor, naquilo que nos toca, o regime constitucional ao Tratado Orçamental.

A atenção dos movimentos sociais e da mobilização popular sobre as imposições de Bruxelas é a plataforma política que objetivamente se coloca como dinâmica para a defesa dos direitos constitucionais concretos, fustigados pela direita no anterior governo. O síndrome de Atenas, no fim a Alemanha leva a melhor, não vai funcionar aqui. Seria o prenúncio da desistência, sabendo de antemão que a luta é prolongada.



DESAFIO DEMOCRÁTICO: GARANTIR O DIREITO DE VOTO DXS IMIGRANTES

MAMADOU BA, AFONSO JANTARADA, ALBERTINA PENNA, ALBERTO MATOS, ALDA GRELO, ALEX GOMES, ALEXANDRA FREIRE, ANTONIO DE OLIVEIRA E SILVA, BEATRIZ DIAS, CARLOS CARUJO, CARMEN HILÁRIO, CATARINA PRÍNCIPE, CLARA ALEXANDRE, CLÁUDIA SOFIA VINHAS ELIAS, DIOGO RODRIGUES, ELISABETE FIGUEIREDO, ÉRICA POSTIÇO, ERNESTO FERRAZ, FABIAN FIGUEIREDO, FILIPE TELES, GEIZY FERNANDES, GUIDA ASCENSÃO, HENRIQUE GUERREIRO, IRINA CASTRO, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO AZEVEDO, JOÃO BAETA NEVES, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOÃO TEIXEIRA LOPES, JORGE CÉU, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ GUSMÃO, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, JOSEPH SILVA, LÍDIA FERNANDES, LÚCIA SILVA, LUÍS SANTOS, MARIA EMÍLIA GOMES, MARIA JOSÉ VITORINO, MARIA MANUELA ROLA, NUNO FILIPE BRITO, NUNO MONIZ, PAULA SEQUEIROS, PAULO COIMBRA, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO TAVEIRA, RICARDO CABRAL FERNANDES, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SEQUEIRA MENDES, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES, VÍTOR GOMES

As políticas de imigração até agora constituíram instrumentos de exclusão política das cidadãs e dos cidadãos imigrantes do exercício da cidadania. O sistema político não considera a categoria política imigrante na disputa democrática pela representação política. A pesada herança colonial e o seu corolário racismo, as consequências da natureza predadora da economia de saque globalizada, conduziram à massificação da migração. Esta massificação resultou na desumanização dxs migrantes e sua coisificação, reduzindo-os a uma mera peça da força de produção e de acumulação capitalista, negando-lhes a condição subjetiva e objetiva de sujeito político. O Estado-Nação, espaço onde tradicionalmente se conforta a ideia de pertença (espécie de bitola identitária homogénea, onde a categoria política “cidadão nacional” é essencial na legitimação da exclusão do “outro”), aparece como horizonte quase intemporal e a-histórico, como se de uma emanção natural se tratasse e não fruto de uma construção social e histórica que justifica a exclusão dos “outros” (no caso, xs imigrantes) do tal universo “nacional”. O regime político vigente assente no Estado-Nação teima em transportar inabaláveis perceções racistas que consolidam narrativas coletivas sobre “nós” e os “outros”, confortando as discriminações institucionais e afastando xs imigrantes da participação política. A porosidade política entre racismo, colonialismo, capitalismo, imigração e nacionalismo está na base da negação dos direitos políticos axs imigrantes. A naturalização obsessiva da instância política “Estado-Nação” que privilegia a nacionalidade em detrimento da cidadania é a potencial forma de legitimar a exclusão dxs imigrantes da vida política.

Política e culturalmente construída e socialmente legitimada, esta estratégia afasta xs imigrantes do espaço público, do debate político e da disputa democrática por uma sociedade onde a diversidade está objetivamente refletida e efetivamente representada. A nacionalidade e a cidadania são duas dimensões políticas distintas que constituem instrumentos sociopolíticos diferentes, desempenhando obviamente funções políticas também diversas. A nacionalidade é um espaço simbólico e institucional, com pouca presença na vida quotidiana, enquanto a cidadania é um instrumento político e uma ferramenta social



que nos liga no quotidiano com a sociedade no mesmo espaço geográfico e político - seja este a região, o concelho ou o país.

A cidadania está em cada um dos nossos atos e dos atos da sociedade para conosco, portanto deve naturalmente incluir todos, sejam “nacionais” ou não. A democracia tem de garantir que todos temos o direito de participar nas decisões que nos dizem respeito, pois ter direito a palavra é o princípio basilar da disputa democrática.

E aqui ter a palavra quer simplesmente dizer poder votar e ser eleito, para poder fazer as escolhas políticas que bem entender em igualdade de circunstâncias com os demais cidadãos.

Sabemos que o direito de voto não resolverá todos os problemas das comunidades imigrantes. Mas contra a «democracia de baixa intensidade», que serve os interesses do statu quo de uma certa forma racista de pensar a cidadania é preciso reinventar uma “democracia de alta intensidade” que possibilite naturalmente abrir a cidadania à diferença, não apenas por uma mera lógica instrumental de participação política, mas sobretudo por uma questão de sanidade democrática.

A democracia só é efetiva e completa quando for capaz de incorporar a expressão da sua diversidade e permitir que nela exista a real possibilidade de coabitação e de confronto democrático da e na diferença. Teimar em alimentar um fictício conflito entre nacionalidade e cidadania para exercício de direitos políticos, só agrava a enorme crise não apenas de representatividade, mas sobretudo, de legitimidade democrática do regime e das suas instituições.

Os imigrantes vivem e convivem conosco, têm e partilham todas as obrigações e responsabilidades sociais, culturais e económicas deste país conosco, construíram e ainda constroem todos os dias este país conosco, os seus filhos e as suas filhas como os nossos e as nossas são o presente e futuro deste país. Não há motivo nenhum para continuarem excluídos da cidadania que conta em democracia, a cidadania política. Reconhecer o direito de voto aos imigrantes é defender o princípio da igualdade efetiva para todos. A luta pela participação política dos migrantes é uma absoluta exigência democrática à qual o Bloco não se pode furtar como o fez até agora.

A Esquerda que não se basta das proclamações óbvias e leva a sério a igualdade deve combater o apartheid político em que se encontram os imigrantes e não pode obviamente alhear-se de um tal desafio democrático. Os imigrantes partilham as mesmas responsabilidades conosco na sociedade pelo que devem gozar dos mesmos direitos de cidadania.

Aqui vivem os imigrantes, aqui devem votar!



A TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO E ORGANIZATIVO

MARIA MANUEL ROLA, PEDRO LOURENÇO, SUSANA CONSTANTE PEREIRA

A democracia e transparência nos processos, é uma bandeira política da qual nos orgulhamos e que norteia a nossa intervenção em todas as esferas. O Bloco de Esquerda tem feito da transparência no Estado e na vida política, uma das suas causas com vista a uma democracia mais exigente (Manifesto Eleitoral 2015, p. 30).

A informação transparente e acessível é uma ferramenta para a reflexão crítica e para dar a conhecer publicamente a atividade do partido. As crescentes responsabilidades do BE e a aproximação de simpatizantes, deve tornar-nos mais exigentes na forma como a veiculamos, permitindo um maior escrutínio público e incentivando a participação.

À aposta bem sucedida no Esquerda.net, não tem correspondido igual investimento na página oficial do partido (bloco.org), onde a informação continua a ser insuficiente, desorganizada e de difícil acesso, necessitando de ser repensada e sistematizada. Já este ano, duas pessoas que desenvolvem investigação no ICS, elaboraram um índice de transparência dos websites dos partidos políticos ibéricos, no qual o BE era um dos piores classificados.

Ora, acreditamos que o BE só será um partido efetivamente transparente quando for possível, não só a militantes, como a qualquer pessoa, a jornalistas ou a académicos e académicas, aceder a toda a informação relevante sobre o partido, de forma atualizada, atempada e acessível, através da sua página oficial, sem que para isso tenha de o requerer ou contactar o partido.

Porque a página oficial de um partido é um dos parâmetros para a avaliação do seu nível de transparência, propomos que se faça uma análise atenta da informação que disponibilizamos.

A nossa proposta tem por base o Índice de Transparencia en los Partidos Politicos, cujo objetivo é "incentivar os partidos a cumprir maiores e melhores standards de transparência (...), considerando o impacto positivo (...) sobre a confiança dos cidadãos nas instituições públicas (e nos partidos)". O seu relatório refere que "a transparência (...) é uma ferramenta importante para apoiar os partidos nos seus processos de modernização, especialmente para estabelecer uma maior eficiência operacional, para facilitar a democracia interna, assim como uma maior renovação contínua das pessoas que dirigem o partido (...)".

1 - Estrutura e organização do partido: O BE deve publicar: (i) a composição e competên-



cias de todos os órgãos consagrados estatutariamente, assim como das coordenadoras nacionais, grupos de trabalho de âmbito nacional, e respetivos contactos; (ii) um registo histórico da Mesa Nacional e da Comissão Política até à data; (iii) uma pequena resenha biográfica de cada dirigente da Comissão Política, acompanhada da respetiva declaração de interesses e património, por lei comunicada ao TC, respetivas áreas de intervenção e contacto eletrónico; (iv) toda a estrutura profissional do partido (assessores, assessoras e funcionárias e funcionários) e funções desempenhadas, por área de intervenção e região; (v) a morada de todas as sedes físicas do partido, contactos e horários de funcionamento.

2 - Procedimentos internos: Facilitar a compreensão do funcionamento do BE e das formas de participação interna através de: (i) publicação dos estatutos e regulamentos do BE em página específica para documentação interna, com descrição das regras gerais de funcionamento do partido; (ii) arquivo acessível e cronológico das resoluções da Mesa Nacional, Convenção e Comissão de Direitos (com filtro de busca para pesquisa de temas específicos); (iii) histórico dos processos eleitorais internos do partido, com publicitação dos resultados, documentos programáticos e listas de candidatos; (iv) publicação dos requisitos e procedimentos para aderir ao BE.

3 - História e posições programáticas: Publicação de (i) uma resenha histórica do partido, incluindo os acontecimentos mais importantes até ao ano atual; (ii) da declaração de princípios, dos principais eixos programáticos e dos programas aprovados em Convenção ou Mesa Nacional do partido.

4 - Financiamento: Publicação das receitas, despesas, ativos e passivos do partido, até finais de Maio do ano tributário seguinte, indicando a sua composição: quotizações, bens patrimoniais e outros; discriminação dos gastos com pessoal, assessorias, marketing, relações públicas e comunicação, viagens, arrendamentos e administração.

5 - Vínculos externos: Publicação das redes nacionais e internacionais de que o partido faz parte, ou com quem mantém ligação (ex. Transform, Fund. Rosa Luxemburgo, PEE, GUE/NGL, EL), explicitando o tipo de vínculo.

6 - Arquivo do Material Gráfico: Secção organizada com o material de propaganda e de campanha: cartazes públicos do BE, flyers, etc.

Esta informação deve ser disponibilizada publicamente, dando o importante sinal de que a transparência que defendemos na política e no país, corresponde à que, de forma coerente, praticamos no Bloco de Esquerda.



O TEMPO E A HORA DO ENRAIZAMENTO: POR UM BLOCO COM MAIS FORÇA A NÍVEL LOCAL A CAMINHO DAS ÁUTÁRQUICAS

MARIA MANUEL ROLA, PEDRO LOURENÇO, SUSANA CONSTANTE PEREIRA

A fragilidade do enraizamento local do Bloco de Esquerda tem sido sistemática e consensualmente identificada como um dos principais obstáculos ao seu crescimento. Ainda que com uma intervenção autárquica condicionada pelos tímidos resultados obtidos ao longo de 17 anos de partido-movimento de representação popular, a mudança continua sem se fazer sentir. Está na hora de traduzir esta análise em prática alternativa, já que é grande a responsabilidade, tanto em face do novo ciclo autárquico, como em coerência com os resultados dos últimos processos eleitorais.

Além de cuidar a forma que poderão assumir as candidaturas que o Bloco irá apresentar em 2017, importa desde já olhar crítica e construtivamente para a maneira como desenvolvemos o trabalho autárquico e como intervimos a nível local.

Tal como acontece com o trabalho parlamentar, o trabalho autárquico é um palco por excelência para causas e protagonistas de uma esquerda urgente, sendo que no trabalho autárquico temos não só uma oportunidade privilegiada como um dever acrescido de estreitar os canais de comunicação e as condições para o envolvimento de todos e de todas na construção política.

É premente que a participação na intervenção autárquica do Bloco extravase a composição das listas às assembleias municipais e de freguesia, ou a natural finitude dos órgãos do partido. Uma abordagem institucional e personificada só reforça a nossa fragilidade e falta de enraizamento, que na realidade deve ser feito por aderentes e simpatizantes do Bloco, gente de verdade que habita as geografias onde é urgente chegarmos e que é o motor das ligações que queremos resgatar com pessoas, coletivos, causas e movimentos, que são afinal os seus.

A intervenção política local, nos órgãos autárquicos e nos lugares onde vivemos, é, por natureza, um espaço onde o ativismo se manifesta em coletivo e de forma horizontal. É aqui que os e as aderentes, mais recentes e com história, podem converter expectativa em ativismo, fazer das dores forças, combater as injustiças e politizar a vida. É neste âmbito que o risco de verem a sua militância vazia de experiência concreta se pode atenuar, conquanto seja promovida a sua participação e lhe seja atribuída relevância.



É esta natureza que requer uma forma diferente de fazer política, através da criação de grupos de trabalho onde se encontrem os e as eleitas, os e as aderentes, os e as dirigentes, os e as simpatizantes, em prol de projetos autárquicos consistentes e alargados, condição necessária ao enraizamento que nos faz falta. O papel da Comissão Nacional Autárquica e das Coordenadoras Concelhias é preponderante, nomeadamente na inversão de uma tendência paternalista nas práticas ao nível da intervenção autárquica, no sentido da mobilização das pessoas, partindo de princípios como a responsabilidade, o envolvimento, a renovação, a coerência, a transparência, a prestação de contas e o trabalho em parceria, condições necessárias para a participação e para processos que se pretendem democráticos, a partir de dentro.

O poder local é um pilar fundamental da nossa democracia, tanto pela proximidade dos e das cidadãs, como pelas oportunidades de participação que permite. Ainda que em contexto de fragilidade, a experiência autárquica que temos demonstra que uma política de causas, estruturada e consistente, consegue ter impacto ao nível local e permite que as pessoas reconheçam que o Bloco pode, também aí, ser decisivo.

É com estes pressupostos por base, que devemos, a caminho das autárquicas de 2017, analisar a situação política concreta de cada contexto, identificar causas, mapear geografias sociais, apresentar novos protagonistas, definir objetivos políticos coerentes e desenhar modelos alternativos de intervenção, tendo em conta experiências anteriores pautadas pela construção coletiva, pela abertura e pela insurgência que recentemente devolveu a força ao Bloco.

É hora e tempo de envolvermos as pessoas neste trabalho político que se pretende mais politizado que regimental ou legalista. É hora e tempo de tornar tangível e concreta a intervenção autárquica do Bloco para todos e para todas. É hora e tempo de partilhar a experiência e de nos tornarmos relevantes em coletivo. É hora e tempo de traduzir ao nível local aquilo que o Bloco representa a nível nacional. A caminho das autárquicas, é hora e tempo de enraizamento.



ALGUMAS IDEIAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE AO TERRORISMO (I)

MÁRIO TOMÉ

Apresentar o terrorismo como O inimigo permite a Estados agresssores, como os EUA ou Israel ou a Turquia de Erdogan, desacreditar as forças que lhes resistem e a quem não resta outra possibilidade senão utilizar métodos não convencionais. A propaganda no contexto do domínio ideológico do capitalismo, selecciona e designa os actos como terroristas de acordo os interesses dominantes do império.

A estratégia da guerra infinita após o “911” de Bush e neocons não sobressaltou a Europa entretida na construção de tratados gongóricos atados no molho de bróculos em que se tornou uma U.E., burocrática e desalvorada, dependente da NATO fiadora da sua frágil unidade, assente na disputa económica e financeira e não na vontade expressa e empenhada dos seus povos.

A UE aceitou candidamente a miserável guerra dos Balcãs, conduzida pelos EUA no coração da própria Europa limitando-se e dizer “também somos da NATO”!

Alinhou na estratégia dos EUA de alargamento da NATO para leste, de que o conflito desencadeado pelo governo da Geórgia na Ossécia e Abecássia em 2008 terá sido uma das componentes, a que se seguiu a provocação à Rússia através do golpe fascista na Ucrânia com o apoio claramente intrusivo da UE.

Matava-se à distância, atirava-se a pedra e escondia-se a mão, lançava-se um olhar benevolente para os crimes de guerra dos EUA e as suas agressões contra os povos, cumpliciava-se com todas as descaradas mentiras justificativas da destruição do Iraque, colaborando activamente no campo político e diplomático quando não no militar, contando com as vantagens decorrentes do domínio “aliado” sobre as fontes de matérias primas sobretudo o petróleo do médio oriente e da Ásia central.

A Guerra do Golfo, a invasão do Afeganistão e a invasão do Iraque foram trágicas e brutais intervenções, contra o direito internacional mesmo quando a ONU foi obrigada a ir atrás do facto consumado. Fazem aliás parte da estratégia dos EUA de anulação da ONU, senão a sua destruição pelas violações sistemáticas da sua Carta e do direito internacional em geral, como fez a Alemanha de Hitler provocando o fim da Sociedade das Nações.

A Guerra do Golfo lançada sob o pretexto da invasão do Kuwait pelo Iraque que os próprios EUA encorajaram assegurando não se intrometer, arrasou o território e massacrou



centenas de milhar de civis em grande parte crianças, quer por acção directa dos bombardeamentos quer em consequência da disseminação acção do “urânio empobrecido”, material de que eram feitas as bombas.

A invasão do Afeganistão, donde a URSS tinha sido expulsa ao fim de sete anos de ocupação e guerra, e que pretextou a formação da Al-Qaeda sob orientação e apoio directo dos EUA, foi apresentada como retaliação do ataque terrorista às torres gémeas em 2001. É sabido que a invasão do Afeganistão estava programado muito antes, que Bin Laden estava sob controlo próximo da CIA e que os EUA precisavam de um “Novo Pearl Harbour”, como afirmou Donald Rumsfield na ocasião.

Ou seja uma justificação para lançar a guerra de apoderamento sobre a Ásia Central, depois de ter colocado Sadam de joelhos por este ter decidido comercializar o petróleo fora do padrão da OPEP, os petrodólares, acordado com a Arábia Saudita.

Faltava consumir a ocupação do Iraque cercado a Síria, ameaçando o Irão, e assegurando mais apoio no terreno para a amiga chamada Israel (é o único país do mundo que não tem fronteiras definidas!) poder prosseguir as suas políticas contra a Palestina e o Líbano. A operação “Choque e Pavor” desencadeada com base em mentiras consabidas teve o apoio servil Durão Barroso, Tony Blair e Aznar, que estenderam a passadeira vermelha na Base das Lajes para o maior crime de guerra deste século.

A União Europeia compungia-se com a tragédia das gémeas e aplicava-se em discussões semânticas de que tanto gosta: ataque preventivo ou preemptivo, que no fundo é a mesma coisa.

Seguiu-se a bestialidade da intervenção na Líbia e a criação de mais um caos propiciador de controlos sem controlo(!) e a intercepção armada da revolta popular contra Assad, na Síria, dando origem a mais uma catástrofe inimaginável.

Até que o bíblico movimento dos refugiados veio derramar-se com fragor sobre a tranquilidade cúmplice e criminoso dos estadistas europeus e seus factotuns tecno-burocratas sem qualificação empenhados nas duas décimas dos défiis; finalmente, o factor terrorismo, semeado e cultivado como reserva ofensiva é lançado de forma inescapável, pondo tudo em polvorosa.

Limitei-me a um pequeno exercício de memória que revela que lidamos com assassinos de voz meiga, declarados ou encapotados, quando tratamos dos assuntos correntes desta União Europeia, vendedora de armas ao “inimigo”, manobrista sem pudor, unida pela força da NATO mas dividida pelos negócios, acobardada pelas consequências da sua própria política, da sua acção e das suas omissões.



ALGUMAS IDEIAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE AO TERRORISMO (II)

MÁRIO TOMÉ

Os EUA tentam compensar a caminhada para a decadência com o reforço desmesurado duma incomparável força militar promovendo o caos nas relações internacionais, a “guerra infinita” contra os povos como estratégia para enfraquecer os seus parceiros no imperialismo dominante.

Dispõem de três vantagens de que não abrirão mão: controlo dos recursos económicos, monopólio militar e domínio ideológico, o domínio ideológico do capitalismo.

A associação delinquente que integra a Reserva Federal (detida pelos maiores bancos onde pontifica o Goldman Sachs), Pentágono, Complexo Industrial Militar e CIA, acolitada quando não manipulada pelos exércitos privados que proliferam à sombra da sinistra Blackwater agora renomeada Academi, detém o comando estratégico.

O percurso tem sido escabroso mas fiel à velhinha mas sempre actual doutrina Monroe: tudo o que mexe subordina-se aos interesses “vitais dos EUA”.

O Daesh ou ISIS, como os movimentos do terrorismo islâmico fundamentalista que sucederam à AlQaeda, são criação ou derivados da estratégia da guerra infinita norte-americana. A AlQaeda de Bin-Laden foi criada pelos EUA na disputa com a URSS pelo controlo do Afeganistão; o Daesh nasceu da desarticulação do exército sunita de Sadam e serve a política ianque de cerco ao Irão assente em dois pólos fundamentalistas no Médio Oriente: Arábia Saudita e Israel.

A Turquia, cuja integração na UE foi obstaculizada quando tal ajudaria ao forte movimento democrático interno e ao reconhecimento da autodeterminação curda, está hoje em posição sobranceira sustentada pelo renascer do sonho imperialista otomano sob a mão despótica de Erdogan e serve-se do Daesh para combater o povo curdo sob a benévola e imbecil complacência da Europa, ao mesmo tempo que negocia o seu papel de campo de concentração para os refugiados que procuram a Europa.

O real objectivo do Daesh, consiste em instalar-se e estruturar-se na Síria e no Iraque propagando a reconstituição do Califado até ao Al-Andalus o que sabe não ser possível. A sua finalidade, tendo a Arábia Saudita como inspiração e madrinha, é o poder absoluto, terrorista, para a “classe” possidente enriquecer à custa do petróleo, do trabalho escravo,



da mercância e subjugação afrontosa das mulheres e da criação standartizada de robots humanos pela alienação total das crianças desde tenra idade.

Os actos terroristas na Europa – que o Daesh sabe não terem qualquer efeito prático para os seus reais objectivos a não ser servirem a sua propaganda e justificarem a securitização das sociedades democráticas – destinam-se a alardear poder, capacidade de projecção de forças e a contribuir para o aliciamento dos desenraizados e excluídos, de origem muçulmana e já não só, das sociedades europeias.

Portanto a luta contra o terrorismo islâmico fundamentalista deve ser travada com a seguinte orientação:

Políticas claras de integração social, económica e política das minorias nos países da EU.

Secar as fontes de financiamento e de fornecimento de armas ao Daesh, a começar pelos EUA, Alemanha, França, Grã Bretanha e Arábia Saudita – esta sob protecção dos EUA desde a criação do petrodólar.

Apoiar e armar as forças que lhe dão combate no terreno, ou seja o povo curdo e as forças democráticas sírias.

Isolar o regime de Erdogan e apoiar vivamente as forças democráticas turcas, nomeadamente os curdos, não dando lugar a ambiguidades criminosas muito menos contemporizar com a classificação de terrorismo que o regime atribui à sua luta.

Não aprofundar o isolamento do regime sírio impondo como condição a libertação dos presos políticos e a cessação dos bombardeamentos das populações civis. Os EUA por razões que a razão conhece (!) tudo têm feito para manter Bashar al Assad como leitmotiv político para a continuação da guerra abrindo espaço ao Daesh.

Isolar o regime genocida de Israel, apoiar politicamente a luta dos palestinianos pelo Estado Palestino.

Exigir da ONU uma resposta à altura da dantesca crise dos refugiados nos países do Médio Oriente e que a UE responda à sua responsabilidade de acolhimento.

A atitude da UE e dos restantes componentes do bloco imperialista só tem estimulado a estratégia do caos.

A luta pela democracia e pelos direitos humanos na Síria está forçosamente inscrita no cenário de uma guerra sem fim à vista se se continuar pela via sacra. É necessário tudo fazer para a parar e tal exige a derrota total do Daesh e da sua cobertura ideológica que antes de estar no islamismo jihadista começa na propaganda do imperialismo justificativa das suas próprias agressões sem limites.



TRANSFORMAR O QUOTIDIANO É POSSÍVEL

PEDRO SANTOS COSTA, ALBERTINA PENA, ALDA GRELO, ALEXANDRA FREIRE, ALEX GOMES, CARLOS CARUJO, ÉRICA ALMEIDA POSTIÇO, ERNESTO FERRAZ, FILIPE TELES, IRINA CASTRO, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO AZEVEDO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, LÚCIA SILVA, MAMADOU BA, PEDRO TAVEIRA, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES, VÍTOR GOMES

Há um século atrás menos de 2% da população mundial vivia na cidade. No virar do milénio, menos de 50 % vivia fora dela.

Este crescimento demográfico acompanhou transformações de vária ordem: os meios de produção, os meios de transporte, os meios de comunicação, os hábitos de consumo, os modos de vida alteraram-se profundamente.

Perante estas transformações, a cidade continua a ser a mesma de há 100 anos atrás quando verificamos que foi invadida pelo automóvel que veio facilitar dificultando ao mesmo tempo as deslocações?

Podemos falar do mesmo quotidiano de vida na cidade quando verificamos que novos tipos de família habitam casas a que se dá um uso completamente diferente?

Desde o virar do século XIX que o pensamento teórico produziu vários modelos de cidade, dos mais utópicos aos perigosamente mais realizados, dos falanstérios, cidade jardim ou lineares, à carta de Atenas, às new towns, etc.

Podemos hoje dizer que todas estas teorias fracassaram pelo simples facto de que as pessoas mudaram os seus modos de vida, mas as suas necessidades básicas são as mesmas.

Ouvimos rádio e vemos televisão, mas continuamos a assistir a concertos e a ir ao teatro.

Apesar de termos centenas de canais de televisão ainda há quem compre o jornal.

O telefone, o telemóvel, o fax, o telex, ou o mail não substituíram o diálogo e o debate ao vivo.

Utilizamos o transporte privado, mas também o público.

Vamos ao hipermercado, ou ao centro comercial, mas também compramos na loja, ou no quiosque da esquina.

Ficamos em casa, mas também saímos.

Em suma, as transformações radicais da vida urbana não se apoderaram totalmente de



nós, por isso, continuamos a precisar dos espaços urbanos tradicionais, para neles fazer o mesmo que há séculos, ou há milénios.

A cidade é o lugar de satisfação dos projectos pessoais e colectivos, por isso, ela é cada vez mais pólo de atracção e lugar de mobilidade, mas verificamos, ao mesmo tempo, que é cada vez mais lugar de solidão, de insatisfação, de desencontro e de segregação.

As pessoas alteraram os seus modos de vida, mas não as suas necessidades e hábitos, e por isso, no seu quotidiano do novo milénio, esbarram nos paradoxos da vida urbana em cidades onde a lógica da rentabilidade económica se sobrepõe à da rentabilidade social.

Por sua vez a esquerda instalada não tem uma visão de cidade, partilha o poder, tem sido cúmplice.

O Bloco precisa de ter um outro discurso e outra prática cívica no que diz respeito à política local. Criar momentos de encontro, promover o debate, é a única forma de chamarmos gente, de fazermos as pessoas acreditarem que vale a pena fazer alguma coisa para mudar o estado das coisas.

Este é o caminho de quem não quer resignar-se numa sociedade cada vez mais narcisista e individualista, de quem acredita ainda que é possível transformar o quotidiano transformando a sociedade.



TEXTO DEBATES 2

RODRIGO TRANCOSO

A X Convenção Nacional do BE ocorre num contexto político muito particular. Pela primeira vez, temos um Governo cujo Primeiro-Ministro não foi indicado pelo partido mais votado nas eleições legislativas. Um aspeto positivo desta situação: a desmistificação de que o que está em causa numa eleição legislativa é a escolha do primeiro-ministro. Como se viu, o que está verdadeiramente em causa é a eleição de deputados para a Assembleia da República, cuja composição irá determinar a sustentabilidade do Governo. É este o espírito do legislador constituinte quando estabeleceu que quem forma Governo é quem consegue encontrar suporte parlamentar, e não quem é o mais votado. Caíu assim por terra este mito político-urbano que perdurava desde as primeiras eleições legislativas.

A contribuir para este cenário, teve o BE um papel fulcral quando, logo antes do início da campanha eleitoral, através do desafio que Catarina Martins lançou a António Costa no último minuto do respetivo debate televisivo, se mostrou disponível para, mediante certas condições, encontrar juntamente com o PS uma solução governativa que rompesse com a austeridade e invertesse a lógica governativa dos últimos quatro anos. Naquele minuto em que se consubstanciou esse desafio, o BE veio finalmente ao encontro dos anseios de muitos potenciais eleitores que só não tinham votado BE até então porque o mesmo nunca tinha abdicado de uma postura que rejeitava qualquer tipo de responsabilidade numa solução governativa. Os resultados eleitorais obtidos espelham de forma bem clara, a quão acertada foi esta mudança de atitude e de como estavam errados todos aqueles que no seio do BE pugnavam pela manutenção de uma postura isolacionista. Os ganhos obtidos com tudo o que foi vertido no OE2016 são assim demasiado relevantes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e justificam plenamente esta nova postura.

Presidenciais: Marisa Matias teve uma excelente prestação e foi a candidata que corporizou a candidatura mais consentânea com a defesa da Constituição e dos Valores de Abril, bem como fez da Cidadania e da Participação Cívica uma das grandes bandeiras da sua mensagem. Não foi por ela que Marcelo Rebelo de Sousa ganhou. A Direita ganhou a Presidência da República, porque, infelizmente e uma vez mais, a Esquerda não soube (ou não quis) se agregar em torno de uma candidatura abrangente e mobilizadora. Sou de opinião que Carvalho da Silva poderia ser quem protagonizasse esse nobre e altruísta desafio. Com muita tristeza assisti ao anúncio da sua não candidatura e lamento que o BE não tivesse desde a primeira hora mostrado publicamente o seu inequívoco apoio a uma personalidade que certamente reuniria a adesão e apoio dos genuínos democratas de Esquerda.



É assim neste quadro político que chegamos a esta Convenção, na qual serão debatidas e votadas 4 moções de orientação. Defendo que este é o momento adequado para que todas as visões, resultantes da pluralidade subjacente à essência do BE, sejam agora debatidas, tendo sempre como objetivo último dotar o BE das respostas mais corretas, adequadas e exequíveis para os problemas que os novos tempos nos confrontam. Neste sentido, registo a reação efusiva de alguns aderentes com o facto de existirem 4 moções, como sendo sinal da diversidade interna do BE. Simultaneamente, registo também que são muitos desses mesmos aderentes que tudo fizeram para que o número de moções existente fosse o mais diminuto possível, seja por defenderem a fusão entre a EA e a PU, seja por tentarem a todo o custo demover potenciais aderentes afetos a moções minoritárias de avançar por elas. Por exemplo, qual a necessidade da moção A, na Madeira, ter arrebanhado tudo o que era aderente minimamente ativo para subscrever a mesma, num número largamente superior aos 27 delegados possíveis, inviabilizando que os mesmos possam integrar as listas de candidatura a delegados afetas a outras moções? Então o mais correto não seria cada moção se apresentar unicamente com os necessários 20 promotores, e deixar que na sequência dos debates que agora se irão desenrolar, as listas de candidatos a delegados fossem formadas por aderentes perfeitamente esclarecidos e informados sobre as diferenças e propostas das mesmas? Enfim, esta situação entristece-me e mostra como em termos de construção da Democracia Interna o BE ainda tem um longo caminho a percorrer. Caminho esse que pressupõe que na elaboração das listas de candidatos do BE aos diversos atos eleitorais, o critério de ordenação e composição das mesmas deve ser o do perfil político mais adequado para o cargo que pretende ocupar e não o facto de ser apoiante interno de uma determinada moção. Este facto é razão por si só bastante para apoiar a moção B cujo teor é vital para enriquecer as respostas do BE e chamar a atenção para questões de funcionamento interno que entendo serem imprescindíveis para que o Bloco seja fiel aos Princípios inerentes ao “Começar de Novo”!



O BLOCO E A DEMOCRACIA LOCAL

PARTE I

RUI COSTA, ALBERTO MATOS, JOÃO VASCONCELOS

1 - DEMOCRACIA LOCAL: DE GARANTIA A UM DIREITO

1.1 - A descentralização administrativa através da existência de autarquias locais é garantida pela Constituição, que assegura não só a sua existência (é limite material de revisão constitucional) como também um núcleo incomprimível que garante a sua efectividade.

1.2 - A autonomia local não decorre apenas de uma opção de descentralização na forma de organização do Estado. Decorre antes de identidades construídas e consolidadas por centenas e até milhares de anos no território do Estado, através de laços comunitários estabelecidos entre vizinhos. Nessa medida, adquire uma inequívoca dimensão política, integrada e recebida pelo Estado, mas de raízes anteriores ao próprio Estado.

1.3 - A autonomia local, fundada em ancestrais relações e práticas de vizinhança tem na sua génese a prática da participação dos que integram as comunidades locais, que adquiriu progressivamente contornos democráticos.

1.4 - Nesta medida, a autonomia local acaba por se traduzir na consagração de um conjunto de direitos de participação cívica e política em favor de quem integra a respectiva comunidade local, o que faz da autonomia local o fundamento de direitos.

1.5 - A abordagem constitucional e legal da autonomia local deve reflectir essa dimensão democrática e comunitária, desenvolvendo os mecanismos de democracia directa e participativa, aprofundando assim direitos, designadamente por via:

a) do referendo local;

b) do aprofundamento da garantia dos direitos de participação dos cidadãos na actividade mais relevante das autarquias locais, com enfoque nas decisões orçamentais, urbanísticas e ambientais;

c) da dignificação, com garantias processuais, do exercício do direito de petição junto dos órgãos das autarquias locais;

d) A instituição de autarquias supramunicipais, como as Áreas Metropolitanas e as Regiões Administrativas, com a eleição directa das suas assembleias deliberativas.

1.6 - O sistema de governo das autarquias locais deve reduzir o pendor presidencia-



lista, reforçando as competências das assembleias representativas e a proporcionalidade da representação no seu seio, assumindo-se estas como verdadeiro centro de decisão.

1.7 – Aos órgãos e população das autarquias locais deve ser assegurado, de forma efectiva, a audição pelos restantes órgãos de poder político relativamente às decisões que as afectem. A “agregação de freguesias” politicamente ilegítima e inconstitucional deve ser revista antes das próximas eleições autárquicas, devolvendo-se a palavra aos cidadãos, como é seu direito.

1.8 – Para protecção da autonomia local, deve ser assegurado às autarquias locais a possibilidade de acesso ao Tribunal Constitucional para a fiscalização sucessiva abstracta de normas que colidam com a sua autonomia.

O BLOCO E A DEMOCRACIA LOCAL PARTE II

RUI COSTA, ALBERTO MATOS, JOÃO VASCONCELOS

2 - O DIREITO À CIDADE E À QUALIDADE DE VIDA

2.1 – As decisões das autarquias locais afectam decisivamente a fruição da Cidade ou do espaço público. A política autárquica do Bloco de Esquerda deve por isso centrar-se na defesa dessa fruição, designadamente:

- a) Por uma política de inclusão, tornando a Cidade ou o território acessível à fruição sem discriminações;
- b) Pela concretização em termos universais do Direito à Habitação, com uma política sustentada de utilização dos solos, condenado os mecanismos de especulação imobiliária;
- c) Por políticas de promoção da diversidade cultural;
- d) Pela garantia do acesso equitativo e universal aos serviços essenciais básicos, assegurados pelo carácter público dos mesmos, designadamente o abastecimento de água e os transportes públicos;
- e) Pela adopção de políticas ambientalmente sustentáveis, promovendo a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida.



2.2 - O Bloco tem de denunciar e assegurar nas autarquias locais, enquanto condição necessária, o respeito pelo ambiente e a criação de emprego com direitos, das políticas públicas à concessão de benefícios a privados.

2.3 - O modelo de desenvolvimento assente na urbanização massiva e no uso intensivo dos solos deve dar lugar a novas políticas sustentáveis e que ponham a tónica na reabilitação urbana.

3 - OS DESAFIOS ELEITORAIS DO BLOCO DE ESQUERDA

3.1 - A autonomia local não tem apenas virtudes, apresenta riscos preocupantes. O populismo, a corrupção e as teias clientelares existentes no poder local merecem denúncia e o combate democrático sem quartel. Enfrentar este problema questionando a essência e validade política da autonomia local é uma forma simplista de abordar a questão.

3.2 - O Bloco de Esquerda, pela sua combatividade e prática na defesa dos valores democráticos e republicanos tem todo o espaço nas autarquias locais, na denúncia da corrupção, do clientelismo e das agressões urbanísticas e ambientais.

3.3 - Temos um consolidado património político de intervenção autárquica, que vai da defesa intransigente da participação das populações através de referendos locais e de procedimentos de participação, como o orçamento participativo. Temos o crédito da denúncia das más práticas urbanísticas e ambientais. Assumimos a defesa da titularidade e gestão pública de serviços como o abastecimento de água e dos transportes públicos. Sobretudo, estamos sempre prontos a defender a integração de todas e de todos, contra populismos. Somos autarcas de esquerda. Da esquerda de confiança.

3.4 - A nossa prática e intervenção é diferenciada e livre de quaisquer condicionamentos por interesses económicos. Isso faz de nós, também ao nível autárquico, um partido diferente. Essa diferença assegura-se pela nossa presença nas eleições autárquicas apenas em listas próprias ou no apoio a listas de grupos de cidadãos eleitores que se compaginem com o nosso programa.



A LINHA CONCILIATÓRIA

SAMUEL DOS REIS, MINERVA MARTINS, JOÃO REBERTI

Após as legislativas de Outubro de 2015, que traduziram em votos o desgaste político do PSD e do CDS-PP, o PS teve oportunidade de formar governo. Para o fazer com a distribuição de assentos parlamentares que resultou das eleições, no entanto, viu-se obrigado a granjear o apoio do BE e do PCP, que viram a sua influência conjunta na Assembleia da República aumentar significativamente.

Isto aconteceu porque a histórica base social do partido da esquerda burguesa — que compreende imensos trabalhadores e vastos sectores da pequena-burguesia pauperizada — se deslocou para a esquerda no contexto da crise estrutural prolongada do capitalismo.

Foi durante o período de negociações entre o PS e a esquerda que existiu a possibilidade de arrancar à burguesia, através da pressão sobre um dos seus partidos, grandes concessões.

Não foi isto que se verificou. No nosso entender, a esquerda cometeu graves erros durante o período das negociações e continua a insistir nesses erros até hoje.

Não podemos, evidentemente, atribuir à Mesa Nacional que dirigiu o BE entre a IX e a X convenções a responsabilidade completa desses erros. O PCP, bem como a CGTP, devem responder por boa parte deles. Mas não podemos fechar os olhos ao desserviço que a direcção do nosso partido tem prestado à classe trabalhadora.

O primeiro erro que a esquerda cometeu na nova conjuntura que as eleições abriram, foi o de não se apresentar unida perante o PS nas negociações.

O BE não fez nenhum esforço no sentido de propôr ao PCP e, simultaneamente, de o pressionar a aceitar por todas as vias disponíveis, uma concertação para a formulação de um conjunto único de exigências programáticas, de uma posição unida da esquerda face à direita. Dividida, a esquerda viu o seu poder negocial diminuído e foi presa fácil no jogo de Costa.

O segundo erro da esquerda — que podia facilmente ser corrigido mesmo permanecendo no primeiro erro — foi o de ter as negociações com o PS à porta fechada. Notemos que bastava que o BE se recusasse a fazer isto para que o PCP se visse obrigado a segui-lo. Mas a direcção do nosso partido agiu com o seu já característico cretinismo parlamentar, com um respeito pequeno-burguês pelos órgãos da classe inimiga, e manteve desinformados não só os trabalhadores como os seus próprios militantes! Tal forma de se conduzir é típica da direita, e além de aumentar as ilusões dos trabalhadores nos órgãos que



existem para os subjugar, diminuí ainda a confiança desses mesmos trabalhadores na sua própria força, deslocando, em aparência, a política para os bastidores das instituições burguesas.

O terceiro grande erro foi o de estancar a luta dos trabalhadores durante as negociações, desarmando a classe.

A força da esquerda não emana dos órgãos da democracia burguesa, ela corresponde sempre ao grau de organização e de movimento do proletariado. A mobilização de trabalhadores para a rua, a sua agitação nos locais de trabalho, o incremento da sua actividade através de todos os meios disponíveis, seria essa a única forma não só de ostentar a nossa força, assediando a direita, como ainda de aumentar essa mesma força — que escola política pode ser melhor do que a luta de classes?

O conjunto destes três erros significou o enfraquecimento (a prazo quando não imediato) das organizações da esquerda, o aumento do sectarismo, um protagonismo do PS nas negociações e a alienação do proletariado durante todo o processo.

Esta última consequência é particularmente gravosa para o BE. Isto porque a já referida radicalização de várias camadas do proletariado e da pequena-burguesia pauperizada é o que explica, em parte, o crescimento eleitoral do BE. Ora, é também isto que dá a tal crescimento um carácter volátil, e sustentar ilusões no PS significa reconstruir a sua base social de apoio, degradando a nossa.

Todos estes erros não ficaram no passado. O BE insiste neles, e a direcção que nos dirigiu até esta convenção procura inclusivamente apresentar derrotas como vitórias! Isto num momento em que a direita está na posição mais precária dos últimos anos.

Uma tarefa central das organizações dos trabalhadores, entre as quais se conta o BE, é, no período actual, denunciar o PS como partido que defende os interesses da burguesia, obrigá-lo a fazer concessões cada vez mais significativas sob pena de perder o indispensável apoio que ainda preserva entre os trabalhadores.

Esta denúncia, além de ter de ser feita a partir dos 19 assentos que detemos na assembleia e do parco tempo de antena que a contragosto nos concedem os media burgueses, tem de ser feita na rua e nos locais de trabalho através da organização de um movimento de contestação da política do actual governo — que faça confluir o BE, o PCP, a CGTP e restantes organizações dos trabalhadores.

Nada disto tem sido feito. De facto, a linha conciliatória da nossa direcção tem sido de tal forma perniciosa que as ilusões no actual governo se infiltram até nas bases do nosso partido.



LUTAR AO LADO DOS ESTIVADORES É LUTAR CONTRA A PRECARIEDADE

SAMUEL DOS REIS, MINERVA MARTINS, JOÃO REBERTI

O actual conflito que opõe o SETC (Sindicato dos Estivadores) aos operadores do Porto de Lisboa deve ser entendido em toda a sua amplitude. Os ataques de que são alvo os trabalhadores da estiva devem ser enquadrados numa ofensiva dos patrões sobre todos aqueles que subsistem do seu salário. Não é de agora que assistimos ao processo de precarização do trabalho em Portugal. A situação periférica da economia portuguesa tem sido aproveitada da melhor maneira pelos grandes grupos económicos e financeiros para retirar direitos, enfraquecer os vínculos laborais e baixar salários. O memorando da Troika e as directivas neoliberais de Bruxelas vieram apenas reforçar a posição precária a que está condenado Portugal dentro do comércio mundial e, por conseguinte, no âmbito da divisão internacional do trabalho. As perdas do sector financeiro que tiveram lugar na crise de 2007/2008 abriram a necessidade de espoliar os trabalhadores para resgatar a banca e assegurar os lucros do capital monopolista. O plano deste capital internacional mantém-se desde o Consenso de Washington de 1989, mas agora foi acelerado. É preciso virar a economia para o exterior e apostar no mercado externo. Isso significa competitividade da mão-de-obra a nível mundial, o que, por sua vez, pressupõe tornar um país como Portugal numa reserva de força-de-trabalho barata e flexível despojada da contratação colectiva e da solidariedade que deve sustentar as relações entre trabalhadores. O sector portuário não é excepção.

As sucessivas tentativas de precarizar o trabalho portuário ocorrem por todos os portos mundiais. O novo regime do trabalho portuário (Lei n.º 3/2013) abriu as portas à flexibilização dos contratos a termo e à redução das horas extraordinárias. Não foi preciso esperar muito para que a Mota-Engil criasse uma empresa paralela - posteriormente vendida a um grupo turco chamado Yldirim - que abrisse recrutamento para trabalhadores precários mal-remunerados. O objectivo era simples: pressionar os salários dos estivadores abrangidos por contrato colectivo de trabalho e, a curto ou médio prazo, substituí-los por mão-de-obra precária. A isto o sindicato dos estivadores respondeu com luta sindical combativa. Uma luta que se mantém e procura criar mais empregos com direitos e não impedir novas contratações como foi despudorada e falsamente propagandeado pela imprensa. Falamos de um sector que funciona à base de turnos que podem chegar a 24 horas, além de comportar riscos sem direito a reforma antecipada como outras profissões de desgaste rápido. Apesar disso, o sindicato avançou com a proposta de trabalhadores do quadro abdicarem das horas extraordinárias em prol da integração de novos elemen-



tos - aliviando a carga horária - sob a condição de serem integrados nas mesmas condições que os restantes. Os patrões dizem não, porque não estão preocupados em criar postos de trabalho; querem, isso sim, precarizar todos os profissionais da estiva.

Em Abril foi anunciada nova greve por parte do sindicato. Uma greve aos horários suplementares, que, de resto, não têm sido pagos desde Dezembro. Os operadores portuários mentem quando dizem que o porto não tem funcionado. A sua actividade foi reduzida, mas por culpa dos patrões. Eles é que são os responsáveis de toda esta situação. De frente da situação exposta, o Bloco de Esquerda, enquanto partido que se afirma pela defesa do trabalho com direitos, deve apoiar esta luta de forma activa e prática. A sua presença parlamentar apenas reforça a necessidade de participar e contribuir para uma mobilização conjunta que envolva sindicatos e outras organizações de trabalhadores no sentido de pressionar o governo a revogar o regime do trabalho portuário aprovado em 2012 pelo PS e pela direita; o parlamento torna-se assim uma tribuna privilegiada para romper a propaganda dos patrões. Precisamos de romper o isolamento dos estivadores e combater lado a lado contra a precariedade que afecta todos os trabalhadores.



CONSTRUIR A BASE

SAMUEL DOS REIS, MINERVA MARTINS, JOÃO REBERTI

Desde as legislativas de 4 de Outubro que se registou um aumento significativo de aderentes do Bloco de Esquerda. Estudantes e trabalhadores aproximaram-se do partido para serem agentes activos na mudança que o partido pode e quer construir.

O Bloco de Esquerda deve assumir, nesta fase importante de crescimento, a responsabilidade de construção de espaços de militância de base onde esses novos aderentes se possam formar e, desta forma, intervir activamente nas várias frentes de luta em que o BE está presente.

Essa integração deve passar pela constituição de órgãos de base locais que se reúnam regularmente. Esta regularidade é fundamental para alcançar os objectivos de uma forma consistente, e para que este aumento de aderentes se traduza num aumento real de militantes envolvidos e comprometidos com o partido e o fortalecimento do movimento.

É urgente a transformação deste entusiasmo de centenas de novos indivíduos em participação democrática e colectiva no projecto político de esquerda socialista que o BE quer representar e materializar.

E essa transformação só ocorre quando qualquer aderente encontre no seu partido colectivos organizados e que se encontrem de forma periódica para discutir política nacional e internacional, para analisar o passado e o presente, para aprofundar a base teórica que possibilita essa análise e para construir o futuro com as ferramentas que se mostrem necessárias.

Os espaços de formação não podem ser exclusivos daqueles que têm o privilégio de aceder ao ensino superior e de prosseguir etapas do percurso académico. O Bloco de Esquerda deve ser um partido que contraria as desigualdades sociais no acesso ao conhecimento. A dificuldade dessa missão obriga à constituição de órgãos de base locais que continuamente e de forma consistente possibilitem essa aprendizagem colectiva.

A desigualdade de formação política traduz-se ainda em desigualdades no poder de decisão - logo, em obstáculos à própria democracia do partido. A construção de democracia tem que estar assente numa visão concreta de estrutura do partido. Não basta apelar a ideais e conceitos abstractos. É necessário concretizá-los através de formas reais de organização dos militantes.

Todos aqueles que militam no Bloco de Esquerda - sejam precários, estudantes, desempregados ou pensionistas - devem ter as ferramentas e os mecanismos que lhes permitam tomar decisões relevantes para a estratégia política e ter um real contacto e impacto sobre os órgãos de direcção, combatendo assim fenómenos anti-democráticos e de burocratização.



NÃO SEJAMOS A GRÉCIA

SAMUEL DOS REIS, MINERVA MARTINS, JOÃO REBERTI

Um dos debates centrais que temos travado, quer no Bloco, quer na esquerda e nos movimentos é a questão de qual a atitude e programa que a esquerda socialista deve ter face à União Europeia e ao Euro. Já fizemos algum caminho, mas não todo.

Acabar com a austeridade é estar disposto a romper com a UE

Se há um ano atrás ainda havia dúvidas sobre qual o caminho a fazer para derrotar a austeridade e encontrar uma solução para a crise capitalista, a experiência grega veio dissipá-las de uma vez por todas.

A liderança do Syriza achava possível conciliar a manutenção do Euro com um programa anti-austeridade de génese social-democrata. Rebaixando o seu programa em Salónica, pensava poder negociar com as instituições do capitalismo europeu as condições de financiamento da economia grega, i.e. a sua Dívida Soberana, com o objectivo de reverter a política de austeridade da Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional).

O capitalismo europeu, não podendo aceitar qualquer questionamento sério da política de austeridade, como única forma de manter as taxas de lucro, mostrou-se imune aos melhores argumentos de Tsipras e Varoufakis, que achavam poder assustar os líderes europeus com algo que nunca estiveram dispostos a fazer: entrar em ruptura com a UE.

O feitiço virou-se contra o feiticeiro, e em menos de um ano, o Syriza passou de um dos principais instrumentos de luta do povo trabalhador grego a executor do mais brutal programa de austeridade contra esse mesmo povo.

Voltemos a falar da Dívida

Desde a assinatura dos acordos com o PS que a esquerda deixou para segundo plano na sua actividade, questões centrais como a Dívida, uma esquecida “linha vermelha” que temos de recordar, sob pena de nos acomodarmos a uma austeridade light que nos levará, seguramente, a um beco sem saída.

Também neste ponto essencial de uma solução para a crise, ainda não retirámos todas as lições da experiência helénica. A renegociação da Dívida só pode significar uma de duas coisas: (1) ela é feita de forma negociada com os credores e servirá apenas para que seja possível continuar a ser paga pelos trabalhadores, i.e. em troca de um plano de austerida-



de, como se fez na Grécia, ou (2) ela é feita, depois de suspenso o seu pagamento, com base numa auditoria cujo o objectivo é eliminar a sua parte odiosa, e será encarada como um default.

Achar que a primeira opção pode resultar noutra coisa que não a capitulação, é acreditar, como Varoufakis e Tsipras, que é possível convencer a burguesia europeia de que a austeridade não serve e o que se impõe é um programa social-democrata. Ora isso não existe. Mas se o nosso objectivo é o segundo cenário, a eliminação da dívida odiosa, então defender a renegociação, e condicionar o nosso programa a essa possibilidade, é enganar os trabalhadores, desarmando-os para a ruptura que se impõe. A chantagem e o bloqueio são as principais armas do imperialismo, um movimento que não esteja preparado para os enfrentar está condenado. Aos primeiros sinais de um questionamento da Dívida a burguesia irá declará-lo como uma intenção de não pagamento, ameaçando com a expulsão do Euro, o isolamento da economia e a fuga de capitais.

Sem uma campanha sistemática de esclarecimento sobre a impossibilidade de pagamento da dívida “pública”, bem como, os passos necessários para o financiamento de uma política anti-austeritária que significa, hoje, uma política socialista de nacionalização do sistema financeiro e restantes sectores-chave, sob gestão democrática de trabalhadores e utentes, o movimento ficará indefeso perante as ameaças do Capital.

Preparar os trabalhadores para uma renegociação, sabendo que o que se coloca, de facto, é o não pagamento, é partir para a batalha com as mãos cheias de nada.



CALENDÁRIO DE DEBATES

Data	Hora	DISTRITO	MOÇÃO A	MOÇÃO B	MOÇÃO R
27-Mai	21h	SETÚBAL Sede Bloco Moita: Rua Miguel Bombarda, nº 63-1º	José Manuel Pureza	Alice Brito	João Carlos Louçã
27-Mai	21h	SANTARÉM Sede Distrital Santarém: Avenida dos Combatentes	Fabian Figueiredo	Henrique Guerreiro	Samuel Cardoso
27-Mai	21h	FARO Sede Bloco Faro: Rua Dr Justino Cúmano 13	Mariana Mortágua	Jorge Candeias	Carlos Carujo
27-Mai	21h15	COIMBRA Sede Distrital Coimbra: Rua da Sofia, 135, 2º	Bruno Góis	Cristiana Sousa	Irina Castro
27-Mai	21h	BRAGA Sede Distrital Braga: Av. Central, 54 - 2º	Nelson Peralta	Armando Herculano	Catarina Príncipe
28-Mai	21h	AVEIRO Sede Sta. Mª Feira: R. Mestre António Joaquim, 41 R\C esq.	Mariana Mortágua	Paulo Teles	Elisabete Figueiredo
28-Mai	15h	MADEIRA Rua do Brigadeiro Oudinot, 10 - 2º, Funchal	Jorge Costa	José Manuel do Carmo	Joseph da Silva
29-Mai	15h	PORTO Sede Distrital Porto: R. Álvares Cabral, 77, R\C	Catarina Martins	Américo Campos	Catarina Príncipe
29-Mai	15h	VISEU Sede Distrital Viseu: Rua das Ameias nº 6 - 1º,	Moisés Ferreira	A designar	João Rodrigues
30-Mai	21h	ÉVORA Sede Distrital Évora: Alcárcova de Baixo, 45	José Gusmão	Beatriz Gomes	Carlos Carujo
30-Mai	21h	LISBOA Hotel Mundial, Praça Martim Moniz 2	Catarina Martins	Bruno Candeias	Mamadou Ba
31-Mai	21h	GUARDA Sede Distrital Guarda: Av. Cidade Safed, n.º 7 - 1º Ft	José Soeiro	A designar	João Rodrigues.
1-Jun	21h	LEIRIA Sede Distrital Leiria: Lg. Marechal Gomes da Costa, nº55 lj	Adelino Fortunato	João Madeira	Irina Castro
1-Jun	21h	CASTELO BRANCO Sede da Covilhã: Rua Fernão Penteado, n 2, 1º	Pedro Soares	Carlos Cabrita	Ricardo Cabral Fernandes
2-Jun	21h	PORTALEGRE Sede Distrital Portalegre: Rua do Comércio 21	Joana Mortágua	Carlos Cabrita	José Luís Carvalho
3-Jun	21h	VIANA DO CASTELO Sede Distrital Viana do Castelo: R. de Sto. António, 100 1º	Adelino Fortunato	Armando Herculano	Luis Filipe Pires
4-Jun	15h	AÇORES Hotel Camões (Largo de Camões - Ponta Delgada)	Pedro Soares	Jorgete Teixeira	Filipe Teles
4-Jun	15h	BRAGANÇA Sede Distrital Bragança: R. Alexandre Herculano, 106, 1º, sala C	Isabel Pires	A designar	José Luís Carvalho
4-Jun	21h	VILA REAL Sede Distrital Vila Real: Travessa da Portela n.º 12, 1.º andar	Isabel Pires	A designar	Irina Castro
4-Jun	15h	BEJA Casa da Cultura de Beja: Rua de Luiz de Camões 6, Beja	José Gusmão	Jorge Candeias	Carlos Carujo



ESTADIAS

TAXA TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE LISBOA / CITY TAX

Não incluído na tarifa: de acordo com a regulamentação da Câmara Municipal de Lisboa em vigor, a partir do dia 1 de Janeiro de 2016, passará a ser cobrada uma "taxa municipal turística", na modalidade de "taxa de dormida". A taxa terá um custo de 1€ por noite, por pessoa, até ao máximo de 7 noites por pessoa (com idade superior a 13 anos).

RESIDENCIAL LAR DO AREIRO

www.residencialardoareiro.com
Praça Francisco Sá Carneiro, 4, 1000-159 Lisboa
Tel.: 21 849 31 50
reservas@residencialardoareiro.com
Single: 35€ | Duplo : 45€

HOTEL AFRIN LISBOA

Av. João XXI nº6, 2º Andar, 1000-301 Lisboa
Tel: 218 485 636
afrin.lisboa@gmail.com
Quarto Twin (2 camas) : 35€ | Duplo: 40€

HOTEL AS LISBOA

www.hotel-aslisboa.pt
Av. Almirante Reis 188, 1000-055, Lisboa
Tel: 21 8429360
info@hotel-aslisboa.pt
Single: 52,50€ | Duplo: 62,50€

POUSADAS DA JUVENTUDE LISBOA

www.pousadasjuventude.pt
Rua Andrade Corvo, 46, 1050-009 Lisboa
Tel: 213 532 696 / 925 665 072
lisboa@movijovem.pt
Parque das Nações
Rua de Moscavide, Lt 47 - 101, 1998-011 Lisboa
Tel: 218 920 890
lisboaparque@movijovem.pt
Duplo c/ wc: 40€ Duplo s/ wc: 34€ Camarata: 15€

MINI HOSTEL IN LISBON

www.minihostelinlisbon.com
Avenida Guerra Junqueiro nº14
1000-277 Portugal
912965422
anna.tr.rosa@gmail.com

RESTAURANTES

DOMINO'S PIZZA

Av. Afonso Costa, nº 12 Loja A - tel. 218401054
Aberto todos os dias | Encerra às 24h | Só pizzas

RESTAURANTE NOVA SÃO JOÃO

Avenida de Paris, 3A
211937646
Aberto todos dias | Encerra às 21h | Especialidade Francesinhas

CHURRASQUEIRA FOME DE LEÃO

Avenida Padre Manuel Nóbrega, 9A - tel. 218470990
Aberto todos os dias | Encerra às 22h30

PASTELARIA CINDERELA

Praça Francisco Sá Carneiro, 7 - tel. 218485101
Fechado ao sábado | Encerra às 22h30 | Prato do dia + menu

MEU SUPER - CAFETARIA

Largo Casal Vistoso, 4 -12 AC
210139855
Aberto todos os dias | Encerra às 21h
Almoço: pratos do dia | Jantar: sopa + sandes

SNACK-BAR MARIA DELÍCIA

Avenida Afonso Costa 26 - tel. 218409047
Fechado ao Domingo | Encerra às 20h

RIBATEJO

Praça Francisco Sá Carneiro, 11 - tel. 218488296
Fechado ao Domingo | Encerra às 20h
Menu

BAGGA

Praça Francisco Sá Carneiro, 5
Sexta até às 21h | Sábado até às 15h
Domingo encerrado
Sandes + Sopa + prato do dia



INFORMAÇÕES ÚTEIS

ALOJAMENTO

Os/as camaradas que vêm de fora da área metropolitana de Lisboa e necessitam de alojamento têm a opção do alojamento solidário (em casa de outros/as camaradas) ou podem optar por assumir a sua despesa de alojamento. Para este último caso, fizemos uma listagem de alojamento na proximidade da Convenção, com indicação de contactos e preços. Consulta a tabela que se encontra página anterior.

PEDIDO DE ALOJAMENTO SOLIDÁRIO:

Se optares pelo alojamento em casa de outro/a camarada, pedimos que nos contactes por email, **até ao dia 21 de junho**, para

alojamento@bloco.org ou telf 213 510 510, dando as seguintes informações:

- :: Nome :: Idade :: Telemóvel / tlf
- :: Se vens de carro ou de transportes colectivos
- :: Se tens alguma alergia (cães, gatos, etc.)
- :: Se tens problemas de mobilidade (subir escadas, etc.)

OFERTA DE ALOJAMENTO SOLIDÁRIO:

Se puderes albergar camaradas de fora do distrito na tua casa, agradecemos que nos contactes para **alojamento@bloco.org** ou 213 510 510, com as seguintes informações:

- :: Nome :: Telemóvel / tlf
- :: Posso oferecer dormida para ___homens e ___mulheres
- :: Moro em (rua e localidade)
- :: Posso assegurar transporte próprio
- :: A minha casa é acessível com os seguintes transportes públicos
- :: Tenho animais domésticos (cão, gato, etc.) esta infor-

mação é importante para as pessoas com alergias
:: Hora limite para chegar a minha casa

CONVIDADOS/AS:

A X Convenção Nacional do Bloco é aberta a todos/as os/as aderentes que queiram marcar presença e assistir aos trabalhos. Para esse efeito, basta que se apresentem à entrada com o cartão de aderente ou um documento de identificação.

Se quiseres convidar alguém que não seja aderente deves enviar um email para a COC - **coc.2016@bloco.org** a indicar o nome e distrito da pessoa convidada **até dia 20 de junho**.

CRECHE

As inscrições para a creche onde os/as delegados/as poderão deixar os/as filhos/as durante o período em que decorrem os trabalhos da Convenção devem ser feitas para (**creche@bloco.org**) **até ao dia 21 de junho**. Agradecemos que indiquem nome e idade da criança, além do contacto telemóvel do encarregado de educação. Só poderão ser aceites crianças entre os 3 e os 10 anos.

VOLUNTARIADO

A organização da X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda exige a concretização de inúmeras tarefas. Para esse efeito, serão constituídas diversas equipas às quais serão atribuídas funções específicas, como por exemplo a montagem, desmontagem, bancas, segurança, mesa de apoio à mesa, entre outras. Caso tenhas disponibilidade para integrar algumas destas equipas contacta-nos através do endereço eletrónico **voluntariado@bloco.org**.

ACESSOS PARA O COMPLEXO MUNICIPAL DO CASAL VISTOSO





CALENDÁRIO

02 - Reunião da Mesa Nacional convoca X Convenção, discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC) **ABRIL**

03 - Publicação da convocatória e regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico; encerramento inscrição de aderentes para efeito dos cadernos eleitorais

25 - Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos

04 - Entrega à COC (coc.2016@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas; **MAIO**
COC reúne às 17:30h para validar Moções.

07 - Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da X Convenção

09 - Sai deBatEs n.º 1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos)

15 - Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos

21 - Moções comunicam à COC as alterações que são aceites

23 - Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs n.º 2

Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais dos/as delegados/as à Convenção

24 - Envio aos aderentes dos Regulamentos Eleitorais dos/as delegados/as à X Convenção

27 - Sai deBatEs n.º 2 - Propostas finais de Moções e textos de opinião

Início período debate das Moções

04 - Debate Moções **JUNHO**

Final período debate Moções

Apresentação às Coordenadoras distritais/regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatura a delegados

05 - Validação das listas pelas Coordenadoras distritais/regionais

07 - Envio das listas de delegados + kit voto para aderentes

17 - Eleição delegadas/os à X Convenção

18 - Eleição delegadas/os à X Convenção

19 - Eleição delegadas/os à X Convenção

Sai DeBatEs n.º 3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações Estatutos, guião votações Moções)

25 - X Convenção

26 - X Convenção